



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

TABIRA DE SOUZA ANDRADE

**A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO APL DE CONFECÇÕES DO AGRESTE
PERNAMBUCANO E SEUS REFLEXOS SOBRE A COOPERAÇÃO E A INOVAÇÃO:
O CASO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA**

JOÃO PESSOA – PB

2008

TABIRA DE SOUZA ANDRADE

**A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO APL DE CONFECÇÕES DO AGRESTE
PERNAMBUCANO E SEUS REFLEXOS SOBRE A COOPERAÇÃO E A INOVAÇÃO: O
CASO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA**

Dissertação de mestrado submetida ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de **Mestre** em Economia.

Área de Concentração: Economia de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de M. B. Cavalcanti Filho.

Co-orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Romani de Campos.

João Pessoa - PB

2008

A553e *Andrade, Tabira de Souza.*

A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama / Tabira de Souza Andrade.- João Pessoa, 2008.

214p. : il.

Orientador: Paulo Fernando de M. B. Cavalcanti Filho

Co-orientador: Luís Henrique Romani de Campos

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

1. Economia de Empresas. 2. Arranjo Produtivo de Confecções – Toritama (PE). 3. Confecções – Cooperação – Inovação Tecnológica. 4. Entidades Institucionais – Confecções – Região Agreste(PE).

UFPB/BC

CDU: 33(043)

TABIRA DE SOUZA ANDRADE

**A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO APL DE CONFECÇÕES DO AGRESTE
PERNAMBUCANO E SEUS REFLEXOS SOBRE A COOPERAÇÃO E A INOVAÇÃO: O
CASO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Economia, tendo como área de concentração Economia de Empresas. Examinada pela banca e APROVADA em 09 de Setembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Fernando de M. B. Cavalcanti Filho.
(Universidade Federal da Paraíba - Orientador)

Prof. Dr. Luís Henrique Romani de Campos.
(Fundação Joaquim Nabuco - Co-orientador)

Prof. Dr. Magno Vamberto Batista da Silva
(Universidade Federal da Paraíba – Examinador Interno)

Prof^a. Dra. Valdênia Apolinário
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Examinador Externo)

À minha mãe, Maria de Lourdes, pelas preocupações e angústias que sentiu devido aos meus estudos, por ter dedicado sua vida a mim, pelo amor, apoio e carinho proporcionados, dedico-lhe essa conquista com enorme satisfação e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, refúgio de todas as inquietações, dos momentos de maiores dificuldades e incertezas. Por me dar força para conseguir vencer mais esta etapa.

À minha família, em especial, minha querida mãe, mulher que me ensinou com muita presteza a respeitar as pessoas e que para alcançar os objetivos traçados é preciso ser perseverante e construir seu próprio espaço através da busca incessante de conhecimentos. Além dela, não poderia deixar jamais de mencionar todo incentivo da minha irmã Tamara, da minha tia Fátima e da minha avó Luíza.

Aos meus dois orientadores, Prof. Dr. Luís Henrique Romani de Campos e Prof. Dr. Paulo Fernando de M. B. Cavalcanti Filho, cuja relação ultrapassa o campo profissional. Ambos, além de contribuírem imensamente para meu amadurecimento profissional, tornaram-se verdadeiros amigos, pessoas que serviram de espelho para que eu pudesse superar as decepções sofridas durante o curso. Agradeço por toda confiança depositada, pela oportunidade de aprender através das sugestões e críticas construtivas, pela paciência e incentivo sempre presentes.

À minha amiga Terezinha Polari (tia Teca), secretária do mestrado, pessoa adorável, carismática, de um caráter exemplar. Muito obrigada pelos conselhos, por toda ajuda nesta longa caminhada. E, à Risomar Oliveira, também secretária do PPGE, pelo profissionalismo.

Às professoras Lúcia Moutinho que atualmente não faz mais parte do quadro docente da UFPB e Elivan Ribeiro, que também se encontra afastada momentaneamente desta instituição, mas que tive a felicidade de conhecê-las e de poder contar com vossas amizades e ensinamentos.

Aos demais professores do curso de mestrado, especialmente, aos professores Guilherme Cavalcanti, Ivan Targino, Paulo Aguiar e Luciano Sampaio.

À minha grande amiga-irmã Márcia, companheira de turma desde a graduação, ou melhor, de muitas madrugadas dedicadas ao estudo, de luta. Esta conquista é mais um fruto do nosso esforço e ajuda mútua.

Aos demais parceiros de curso, em especial, Laura Kelly, exemplo de humildade, generosidade e de um ser humano íntegro; Márcio Miceli, pelas boas risadas proporcionadas e pelo ombro amigo em todos os momentos compartilhados; Cássia Favoretto, pelos ensinamentos de vida; Cassandro Mendes, por demonstrar que sabedoria é um dom que transcende naturalmente e Mabel Barros. Além deles sou grata a Roberto Jubert, Gibran Texeira, pela serenidade, palavras de conforto e disposição em auxiliar no levantamento bibliográfico e na construção de gráficos deste trabalho, sua ajuda foi essencial; Pablo Aurélio, Isabela Neri e Ana Paula.

À Fundação Joaquim Nabuco, sobretudo, toda equipe de pesquisa de campo: Ivone Medeiros, Kallyne Moura, Val Vasconcelos, Helyon Fonseca, Isabel Raposo, Cristina Couto, Darcilene Gomes, Fátima Barroca e Magda de Caldas. Além deles, agradeço aos demais que fazem parte do Departamento de Economia da referida instituição os quais me acolheram com muito carinho durante todo o desenvolvimento da dissertação, em especial, à Ana Eliza Lima, Coordenadora Geral de Estudos Econômicos e Populacionais.

Ao Banco do Nordeste, pelo auxílio financeiro concedido no último ano de mestrado após aprovação do projeto de pesquisa que viria a se transformar neste trabalho final. Auxílio este de fundamental importância, principalmente, na realização do estudo empírico.

Aos moradores de Toritama, em particular aqueles que aceitaram ceder parte do tempo diário para responder aos questionários, tempo este quase que exclusivamente tomado pelos afazeres confeccionistas. Não poderia deixar de citar os representantes das entidades institucionais, agentes-chaves na investigação final deste estudo.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na pessoa da atual tutora e amiga Prof^a. Dr.^a Gelfa de Maria Costa

Aguiar. A conclusão desta etapa profissional é mais um reflexo das habilidades obtidas durante os três anos de convivência diária com todos os integrantes do grupo.

Sou grata a Keynis Souto, Priscila Freitas, Lícia Ângelo e Livia Ângelo, as quais disponibilizavam hospedagem em todas as minhas idas ao Recife, sempre que necessárias para dar encaminhamento à dissertação.

Aos amigos e colegas Carlos Augusto, Patrícia Soares, Sílvio Marcos, Waldemar Neto, Rita Andrade, Amanda Maria, Giancarlo Silva, Ricardo Schmidt, Carla Braga, Marluce Sula, Eliz Regina e Jamilly Dias.

Enfim, aos demais que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo. Muito obrigada.

*“De tudo ficam três coisas
A certeza de que estamos sempre começando
A certeza de que precisamos continuar
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar
Portanto devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo
Da queda um passo de dança
Do medo, uma escada
Do sonho, uma ponte
Da procura, um encontro.”*

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Este trabalho busca investigar a estrutura institucional do Arranjo Produtivo de Confeccões de Pernambuco, enfatizando o caso do município de Toritama, integrante importante do ramo de confeccões na região do agreste deste estado, cuja atividade principal é a produção de peças *jeans*. Baseando-se no enfoque neo-schumpeteriano/ evolucionista e na teoria institucionalista, utilizados na construção da abordagem teórica de arranjos produtivos e inovativos locais, pretende-se demonstrar que o intenso crescimento apresentado por Toritama, somente terá longo curso se houver a presença de capacidades tecnológicas e inovativas endógenas, as quais são fortalecidas e desenvolvidas a partir das relações de cooperação local e do estímulo de um adequado e dinâmico ambiente institucional. Para tanto, a metodologia adotada consiste na realização de uma pesquisa empírica em empresas localizadas no município e em instituições de apoio e fomento situadas em Toritama e em outras localidades do arranjo, especificamente, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, bem como em Recife, capital do estado de Pernambuco. Os resultados apontam que as práticas cooperativas ainda são incipientes tanto entre as empresas, como entre as instituições, bem como destas últimas com as próprias empresas. E que existem esforços por parte de alguns atores produtivos e institucionais na busca e introdução de inovações, de modo a se manterem no mercado da moda, o qual se caracteriza por ser bastante competitivo e extremamente propenso a rápidas mudanças. Recentemente, novas entidades institucionais foram criadas em face à expansão da atividade e da necessidade de suprir certas carências existentes, sobretudo, de qualificação e capacitação da mão-de-obra, cujos reflexos só poderão ser sentidos no longo prazo.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local, Entidades Institucionais, Cooperação e Inovação Tecnológica.

ABSTRACT

This work search to investigate the institutional structure of the Productive Arrangement of Makings of *Pernambuco*, emphasizing the case of the municipal district of *Toritama*, integral important of the branch of makings in the area of the rural of that state, whose main activity is the production of pieces jeans. Basing on the focus neo-schumpeteriano/ evolutionist and in the theory institutional, used in the construction of the theoretical approach of productive arrangements and local inovativos, it intends to demonstrate that the intense growth presented by *Toritama*, will only have long course if there are the presence of technological capacities and endogenous innovative which are strengthened and developed starting from the relationships of local cooperation and of the incentive of an appropriate and dynamic institutional atmosphere. For so much, the adopted methodology consists of the accomplishment of an empiric research in located companies in the municipal district and in support institutions and fomentation placed in *Toritama* and in other places of the arrangement, specifically, *Santa Cruz do Capibaribe*, *Caruaru* and *Recife*, capital of the state of *Pernambuco*. The results point that the cooperative practices are still incipient so much among the companies, as among the institutions, as well as of these last ones with the own companies. And that efforts exist on the part of some productive and institutional actors in the search and introduction of innovations, in way the if they maintain at the market of the fashion, which is characterized by being quite competitive and extremely prone to fast changes. Recently, new institutional entities were created in face to the expansion of the activity and of the need to supply certain existent lacks, above all, of qualification and training of the labor, whose reflexes will only be able to be felt in the long period.

Key-words: Local Productive Arrangement; Institutional Entities, Cooperation and Technological Innovation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIASUR - Associação Comercial e Empresarial de Surubim
ACIC – Associação Comercial e Empresarial de Caruaru
ACIT – Associação Comercial e Industrial de Toritama
AD DIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
ALPF – Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama
APL – Arranjo Produtivo Local
ASCAP - Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe
ASCONT - Associação Santacruzense de Contabilistas
ASPIL's – Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
BB - Banco do Brasil
BFZ – Centro de Formação Profissional das Associações Empresariais da Baviera
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD – *Computer Aided Design*
CAM - *Computer Aided Manufacturing*
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas
CEF – Caixa Econômica Federal
CESAC – Centro de Ensino Superior Santa Cruz do Capibaribe
CGEP - Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
COMTEX – Feira de Componentes Têxtis
CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNM – Confederação Nacional de Municípios
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CODISE - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado de Sergipe
COSERN - Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
CTM – Centro Tecnológico da Moda
CT's - Centros Tecnológicos

CVT – Centro de Vocação Tecnológica

DI – Distrito Industrial

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

EUA – Estados Unidos da América

FADIRE – Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional

FAFICA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FEBRATEX – Feira Brasileira para a Indústria Têxtil

FECOMÉRCIO - Federação do Comércio do Estado de Pernambuco

FENATEC – Feira Internacional de Tecelagem

FENIN – Feira Nacional de Inverno

FENIT – Feira Internacional da Indústria Têxtil

FEVEST – Feira Brasileira de Moda Íntima, Praia, *Fitness* e Matéria-prima

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MAQUINTEX - Feira de Máquinas, Equipamentos, Serviços e Química para a Indústria Têxtil

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MPE's – Micro, Pequenas Empresas

MPME's – Micro, Pequenas e Médias Empresas

MSI - Modelo de Substituição de Importações

NECTAR - Núcleo de Empreendimentos em Ciência, Tecnologia e Artes

NEI – Nova Economia Institucional

PDT – Plano Diretor de Toritama

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PINTEC – Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

PROADI - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial

REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

RMR – Região Metropolitana do Recife

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTMA - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SINCROCAR - Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de
Confecções de Roupas de Caruaru

SINDCOSTURA - Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de
Confecções de Roupas do Estado de Pernambuco

SINDIVEST - Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco

SPIL – Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAC - Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UE – União Européia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNO – União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações

UPE – Universidade Estadual de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1:	Processo produtivo na cadeia têxtil-confecções.....	76
Figura 2:	Afloramentos rochosos como elemento natural comum à zona habitacional de Toritama.....	103
Figura 3:	Cadeia Produtiva do APL de Confecções do Agreste Pernambucano.....	119
Figura 4:	Bancas de feira em frente ao Parque das Feiras de Toritama.....	128
Figura 5:	Coloração azul do rio Capibaribe resultante do lançamento de efluentes líquidos das lavanderias.....	143
Figura 6:	Monumento em referência a “capital do <i>jeans</i> ” construído na entrada da cidade.....	152
Figura 7:	Fardos de peças <i>jeans</i> cortadas a serem costuradas.....	153
Mapa 1:	Localização do município de Toritama, Pernambuco.....	102
Mapa 2:	Municípios sob influência do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano.....	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formalização das empresas.....	154
Gráfico 2: Tipo de atividade exercida antes de se inserir na produção de confecções.....	155
Gráfico 3: Principais fontes de recursos dos proprietários das unidades produtivas domiciliares.....	156
Gráfico 4: Grau de escolaridade dos trabalhadores das unidades produtivas domiciliares...	158
Gráfico 5: Quantidade de pessoas/ empresas para as quais a unidade produtiva presta serviços.....	159
Gráfico 6: Quantidade de pessoas da família que desenvolvem as atividades.....	160
Gráfico 7: Quantidade de pessoas/ empresas que realizam as atividades contratadas.....	161
Gráfico 8: Peças produzidas nas unidades domiciliares durante a última semana do mês de março.....	162
Gráfico 9: Venda da produção das unidades domésticas.....	164
Gráfico 10: Compra de máquinas/ equipamentos.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Índice de Gini – regiões do Brasil 1995 a 2005.....	20
Quadro 2: Evolução do PIB <i>per capita</i> – regiões do Brasil 1994 a 2005 – preços R\$ de 2000 (mil).....	21
Quadro 3: Brasil, Nordeste, Pernambuco, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama – população residente e variação da população residente, 1991-2000/ 2000-2007.....	29
Quadro 4: Tipo de atividade prestada para outras pessoas/ empresas nas unidades domiciliares.....	159
Quadro 5: Cursos de qualificação dos quais os trabalhadores das unidades domiciliares participaram nos últimos dez anos.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição das empresas formais de Toritama por estrato de funcionários.....	96
Tabela 2: Tamanho da amostra para a segunda etapa da pesquisa.....	99
Tabela 3: Faixa etária da população de Toritama.....	104
Tabela 4: Toritama: distribuição da população segundo anos de estudo.....	105
Tabela 5: Pernambuco: distribuição da população segundo anos de estudo.....	106
Tabela 6: Classes de rendimento nominal mensal das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade.....	107
Tabela 7: Migrantes pendulares que trabalham e/ ou estudam em Toritama segundo município de residência.....	108
Tabela 8: Evolução do número de empregados.....	157

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
LISTA DE FIGURAS E MAPAS.....	13
LISTA DE GRÁFICOS.....	14
LISTA DE QUADROS.....	15
LISTA DE TABELAS.....	16
 1 – INTRODUÇÃO.....	 19
1.1 - Definição do tema e do problema.....	19
1.2 – Justificativa.....	26
1.3 - Hipótese central.....	30
1.4 – Objetivos.....	31
1.4.1 - Objetivo geral.....	31
1.4.2 - Objetivos específicos.....	31
1.5 – Metodologia.....	32
1.6 - Organização do estudo.....	32
 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	 34
2.1 – Estado versus mercado: diferentes visões quanto a função destas instituições na determinação do processo de desenvolvimento econômico.....	34
2.2 – Características fundamentais da teoria econômica neo-schumpeteriana/ evolucionária: bases para uma investigação focada nas inovações.....	45
2.2.1 – Rotinas.....	49
2.2.2 – <i>Path dependence</i>	50
2.2.3 – Conhecimento e Aprendizagem.....	51
2.3 – Contribuições institucionalistas: subsídios teóricos para explicações de como o ambiente institucional interfere decisivamente nas trajetórias de crescimento econômico.....	54
 3 – O FENÔMENO DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA: DEFINIÇÕES TEÓRICAS E DESCRIÇÃO DA CADEIA TÊXTIL-CONFECCIONISTA.....	 60
3.1 – Inserção na temática.....	60
3.2 – Aglomerações produtivas: a importância da dimensão local no compartilhamento de experiências e na consolidação de atividades econômicas.....	62
3.3 – Panorama da indústria de confecções: caracterização e tendências.....	74
3.3.1 – O arranjo produtivo de confecções em Natal e ‘Grande Natal’.....	82
3.3.2 – O arranjo produtivo de confecções de Tobias Barreto.....	84
3.3.3 – O arranjo produtivo de confecções da Região de Jaraguá.....	87
3.3.4 – O arranjo produtivo de confecções em Campina Grande.....	89
 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	 93

5 - ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: O CASO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA.....	101
5.1 – Caracterização da área em estudo.....	101
5.2 – A trajetória do arranjo confeccionista: formação e desenvolvimento da atividade em Toritama.....	111
5.3 – A estrutura institucional do APL: reflexos sobre a dinâmica da produção de <i>jeans</i> em Toritama.....	120
5.3.1 - Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP).....	120
5.3.2 – Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC).....	123
5.3.3 – Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT).....	125
5.3.4 – Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama (ALPF).....	127
5.3.5 – Banco do Brasil (BB).....	129
5.3.6 – Caixa Econômica Federal (CEF).....	130
5.3.7 – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).....	132
5.3.8 – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).....	134
5.3.9 – Organizações de Ensino Superior.....	135
5.3.10 – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).....	137
5.3.11 – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.....	140
5.3.12 – Centro Tecnológico da Moda (CTM) e Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP).....	142
5.3.13 - Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confeções de Roupas do Estado de Pernambuco (SINDCOSTURA).....	147
5.3.14 – Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST).....	149
5.3.15 – Considerações sobre o ambiente institucional.....	151
5.4 – O aporte empresarial de Toritama: descrição e análise da configuração do segmento produtivo.....	152
6 – CONCLUSÕES.....	170
REFERÊNCIAS.....	173
APÊNDICES.....	181
ANEXOS.....	203

1 – INTRODUÇÃO

1.1 - Definição do tema e do problema

Um dos problemas mais sérios gerado pelo processo histórico de crescimento da economia brasileira foi a grande disparidade intra e inter-regional, seja ela em termos produtivos, tecnológicos, econômicos, sociais, infra-estruturais, entre outros. O Nordeste, uma das regiões mais prejudicadas nesse processo¹, sofre com o atraso não só econômico, mas também social comparado às demais regiões do País, sobretudo as regiões Sul e Sudeste, cujas raízes remontam a meados do século XIX.

No que tange este assunto, vários indicadores econômicos e sociais podem ser ressaltados. A análise do comportamento do índice de Gini² por regiões, ao longo dos últimos anos, como pode ser observado no quadro 1, revela que todas as regiões do País têm uma grande concentração de renda, com destaque para o Nordeste, região com as mais altas taxas de concentração.

Para o ano de 1995, a desigualdade de renda nesta região era 6,9% maior que a da região Sul, que possui a melhor distribuição de renda do Brasil. Dez anos depois, ou seja, em 2005, este percentual havia aumentado, passando para 10,87%. Entretanto, ao avaliar a evolução do índice para cada região em específico, no mesmo período (1995-2005), pode-se perceber que nas duas regiões houve uma melhoria do indicador, onde a desigualdade diminuiu em 5,46% no Nordeste³, e 8,84% na região Sul.

¹ As regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do País, consideradas como as de menor desenvolvimento, juntas correspondem a aproximadamente 75% do território nacional, com cerca de 50% do contingente populacional, porém são responsáveis por menos de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil (SCHMIDT FILHO, 2007).

² Número que varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 0 menor o nível de concentração de renda.

³ Provavelmente, a melhoria deve-se, em parte, ao programa do governo federal Bolsa Família. A região Nordeste é a maior beneficiada com este programa, logo, se não houvesse o Bolsa Família a diferença entre as regiões Sul e Nordeste seria ainda maior.

Quadro 1
Índice de Gini – regiões do Brasil 1995 a 2005

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Centro-oeste (CO)	0,585	0,600	0,599	0,602	0,592	0,598	0,595	0,581	0,572	0,570
Norte (N)	0,584	0,579	0,586	0,582	0,564	0,565	0,564	0,542	0,539	0,529
Nordeste (NE)	0,604	0,619	0,616	0,609	0,604	0,600	0,595	0,585	0,583	0,571
Sul (S)	0,565	0,560	0,555	0,556	0,562	0,548	0,530	0,531	0,522	0,515
Sudeste (SE)	0,567	0,562	0,565	0,566	0,559	0,568	0,563	0,557	0,542	0,543

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

Além deste aspecto, outro fato preocupante refere-se à geração de riquezas por esta região. Estimativas recentes do PIB *per capita* por região demonstram que o Nordeste brasileiro continua sendo a região que apresenta a menor renda por habitante do País, o que pode ser explicado pela conjunção de dois fatores: o intenso crescimento populacional associado às diferentes taxas de crescimento do PIB regional. Isto pode ser visto no quadro 2, o qual apresenta a evolução do PIB *per capita* por regiões partindo de 1994 até 2005.

Neste intervalo, todas as regiões expuseram um aumento na geração de riquezas por habitante, exceto a região Norte, na qual houve uma ínfima redução no indicador de aproximadamente 0,87%. Cabe destacar o expressivo aumento verificado na região Centro-oeste, na ordem de 53%. As demais regiões mantiveram um comportamento estável ao longo do período 1994-2005. E, embora tenha havido um aumento de 17,69% no Nordeste, a região continua sendo a de menor PIB *per capita*, como supracitado.

Quadro 2
Evolução do PIB *per capita* – regiões do Brasil 1994 a 2005 – preços R\$ de 2000 (mil)*

Regiões	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Centro-oeste (CO)	6,01	5,51	5,66	5,92	6,40	5,78	6,50	6,59	8,77	8,93	9,35	9,20
Norte (N)	4,61	3,92	3,94	3,81	3,81	3,60	3,87	3,91	4,19	4,22	4,51	4,57
Nordeste (NE)	2,94	2,76	2,90	2,95	2,94	2,85	3,00	2,97	3,23	3,18	3,31	3,46
Sul (S)	8,15	7,38	7,56	7,61	7,49	7,35	7,65	7,64	7,98	8,35	8,56	8,32
Sudeste (SE)	8,75	8,46	8,50	8,78	8,66	8,37	8,71	8,48	9,25	9,07	9,46	9,75

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

* Deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional.

Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que atualmente a região nordestina engloba 28% da população brasileira. E que, com relação à participação das regiões no PIB total do País entre 2004-2005, o Nordeste elevou sua participação de 12,7% em 2004, para 13,1% em 2005, bem como as regiões Sudeste (de 55,8% para 56,5%) e Norte (de 4,9% para 5%). Já as regiões Sul e Centro-Oeste, tiveram sua participação reduzida de 17,4% para 16,6% e de 9,1% para 8,9%, respectivamente.

Campos (2004), ao analisar “os novos paradigmas do desenvolvimento regional” ressalta que no Brasil o Estado teve um papel importante na “implantação do mercado e da produção em massa”, referindo-se ao processo de industrialização do País. Até a década de 1980, aproximadamente, o Estado participava ativamente na condução de políticas públicas, fosse através de financiamentos, da concessão de incentivos fiscais, da geração de investimentos em infra-estrutura e também no papel de empresário. Todavia, com as modificações políticas e econômicas implantadas e difundidas ao longo das últimas décadas do século XX, a manutenção deste modo “ativo” de agir tornou-se questionável.

Em particular, na região Nordeste, diversas medidas foram adotadas com vistas a promover o surgimento de novas atividades produtivas, a exemplo da constituição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a posterior criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, as quais foram de fundamental

importância para a modernização do parque fabril nordestino, apesar de falhas no combate ao mau-uso de recursos e no estabelecimento de prioridades, bem como na sua tentativa inicial de constituir uma nova burguesia regional, que reduzisse a influência das oligarquias locais.

Uma das críticas ao estilo de atuação pública, típica até os anos de 1980, foi que, mesmo com a elaboração e a consecução de vários programas e projetos que objetivavam impulsionar o crescimento da economia Nordestina, não se conseguiu eliminar ou mesmo diminuir a tendência de concentração espacial motivada pelo Modelo de Substituição de Importações (MSI), resultando no distanciamento desta região frente às outras de desempenho mais elevado. Mesmo assim, acredita-se que potencialmente a maneira mais eficiente de fomentar a performance econômica da região seja através do estabelecimento de linhas de atuação estruturantes, específicas e duradouras (CAMPOS, 2004).

Contudo, diante dos vários fatos ocorridos, dentre os quais se podem mencionar a crise de endividamento do Estado nas últimas décadas do século passado, a adesão de idéias e práticas de cunho neoliberal, bem como devido à crescente presença e proliferação de grandes empresas e mesmo conglomerados de atuação transnacional, a capacidade dos Governos Nacional, Estaduais e Municipais de interferirem diretamente no processo de desenvolvimento local, nos moldes tradicionais, tornou-se significativamente limitada. Assim sendo, passou a ser necessária a criação de novas formas para estimular o desenvolvimento econômico, dada a mudança no tipo de postura e das ações possíveis a serem implementadas pelo Estado.

A partir de então, as políticas industriais de natureza “vertical” (como a seleção de setores ou empresas específicas a serem favorecidas) perdem espaço, sendo progressivamente substituídas por políticas de natureza “horizontal” (tais como oferta de crédito para Micro, Pequenas Empresas – MPE’s), em que se apóia um conjunto grande de “atores anônimos”, em que não se pode previamente identificar os beneficiários (SUZIGAN; VILLELA, 1997). Assim, ganham ênfase o apoio, o fortalecimento e o incentivo aos aglomerados produtivos de MPE’s⁴, já existentes ou potenciais, uma vez que “escapam” às restrições ideológicas e morais, bem como

⁴ Pelo fato de constituírem objeto de investigação científica de diferentes vertentes teóricas não há uma definição única, usada indistintamente sobre estas aglomerações territoriais. Na presente dissertação, a terminologia empregada é a de Arranjos Produtivos Locais (APLs), cuja origem remonta à conceitualização dos sistemas nacionais de inovação (Freeman, 1987; Lundvall, 1992), aos estudos dos pesquisadores da chamada economia da inovação (Cassiolato e Lastres, 1999).

implicam em recursos públicos significativamente inferiores⁵ aos necessários para apoiar grandes conglomerados e setores industriais intensivos em capital (tais como a indústria automobilística, siderurgia, mecatrônica e outros).

Trata-se da mais recente lógica de consecução das políticas públicas, cuja relevância é destacada por argumentos teóricos e empíricos que possuem longa e profunda tradição na área de economia regional e economia das empresas. Advém do fato de que com a proximidade geográfica das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's), característica predominante nestes tipos de organizações, bem como a possibilidade destas se associarem, a tendência é que haja o surgimento de externalidades positivas, de diferenciais competitivos, como por exemplo, a grande geração de postos de trabalho e de renda.

Esta nova modalidade de atuação pública na esfera econômica, portanto, tem obtido um espaço crescente nas várias instâncias governamentais (federal, estadual, municipal), bem como em organizações e instituições de modo geral, que articulam e implementam programas direcionados ao apoio e incentivo de aglomerações produtivas, particularmente de MPE's. Convém destacar que o envolvimento dessas empresas em um processo de cooperação tende fortemente facilitar a obtenção de um desempenho eficiente e dinâmico.

Mesmo que a existência de acordos de cooperação entre as empresas integradas num sistema produtivo possa levar ao surgimento de oportunismo⁶, a colaboração e as relações de confiança que podem se estabelecer em diferentes graus abre espaço não apenas para a minimização dos riscos e custos, mas também para respostas coletivas às dificuldades comuns enfrentadas pelas empresas, possibilitando-lhes um melhor posicionamento em suas negociações. É importante salientar que a cooperação, quando feita entre agentes de uma mesma localidade que estão interagindo constantemente gera menos possibilidade de oportunismo. Schmitz (1997, p. 165) ao elaborar o conceito de eficiência coletiva como “a vantagem competitiva derivada de economias externas locais e ação conjunta [*joint action*]”, demonstra a relevância do desenvolvimento de ações cooperativas.

Se por um lado, a pressão da concorrência estimula a busca contínua pela inovação, tanto na maneira de produzir como nos produtos a serem ofertados, dada a necessidade de manutenção

⁵ Isto será explicado na segunda seção do terceiro capítulo.

⁶ Campos (2004) faz uma revisão literária sobre esta temática.

de margens de lucro e parcelas de mercado e até mesmo de obtenção de novos “nichos de mercado”, por outro, o ambiente de cooperação possibilita ganhos potenciais de eficiência geral, refletindo-se em aumento de competitividade. Neste sentido, a promoção e o apoio à cooperação entre os diversos agentes situados em um mesmo espaço geográfico apresentam-se como uma alternativa vital para a atuação dos governos (particularmente, os locais) na busca do desenvolvimento regional. Ademais, conforme afirmam Piore e Sabel (1984) para que ocorra um equilíbrio entre competição e cooperação faz-se necessária a criação de instituições regionais, com a finalidade de instigar o processo inovativo tornando-o permanente. A importância do papel de tais instituições nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) pode ser mais bem compreendida pela seguinte passagem:

A abordagem teórica de Arranjos Produtivos preconiza porém que, além da articulação na aglomeração empresarial, deve haver um ambiente institucional composto de entidades públicas e privadas que, a partir da intensificação das relações com as empresas, promovam a melhoria da competitividade para todo o conjunto. Assim, na medida em que as ações tornam-se mais coletivizadas e o ambiente mais denso, em termos da multiplicidade de atores, é necessária a constituição de uma força de coordenação dessas ações, ou seja, de estruturas de governança do sistema produtivo que possibilitem o alcance dos objetivos desejados (BAPTISTA, 2005, p. 13).

Considerando as vantagens e os exemplos de sucesso mundial, várias entidades do País passaram de modo crescente a criar estratégias de atuação nos APLs, dentre as quais se pode citar: o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as Federações de Indústrias, o Banco do Brasil (BB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SCHMIDT FILHO, 2007).

Neste momento, faz-se necessário enfatizar que as experiências exitosas de aglomerados industriais além de lançar novos desafios aos formuladores de políticas públicas, dado que “estas passaram a ser direcionadas não mais para a pequena empresa isolada, e sim para o seu entorno econômico-institucional”, também lançou desafios à teoria econômica (COSTA; COSTA, 2005, p. 3).

No estudo das aglomerações produtivas as abordagens neo-schumpeteriana/ evolucionária e institucionalista, por incluírem em suas análises elementos condizentes com a categoria

analítica dos Arranjos Produtivos Locais, apresentam-se como linhas de investigação teórica adequadas. Na visão neo-schumpeteriana/ evolucionária a inovação tecnológica é o cerne da dinâmica capitalista. Inovação esta alcançada, sobretudo, por meio de processos de aprendizado e de cooperação entre as firmas e instituições. Já na perspectiva institucionalista, outras instituições, além do mercado, exercem função primordial no desempenho econômico tanto de empresas como de localidades. Esta é a base de sustentação teórica da dissertação.

É neste contexto que se insere a presente investigação. A relevância dada à aglomeração destas empresas em determinadas áreas geográficas, organizadas numa espécie de sistema, estabelecendo interligações com diferentes agentes locais é tão patente que alguns Governos Regionais incluem em seus programas e planos estratégicos de ação o incentivo aos APL's. É o que ocorre com o Governo de Pernambuco.

Dos vários arranjos produtivos existentes neste estado, tais como o de fruticultura/ vitivinicultura de Petrolina, o da produção de gesso de Araripina, o de Tecnologia da Informação (TI) de Recife, entre outros, um que tem sido objeto de estudos recentes é o Têxtil/ Confecções do agreste (GOMES, 2006). Isto se deve ao seu elevado e continuado crescimento, englobando os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, além de outros situados nas proximidades, mas de menor representatividade. Dentro deste APL, uma localidade em específico vem despertando o interesse de análises mais profundas quanto ao entendimento da sua performance apresentada nos últimos anos, destacando-se a participação na produção nacional de *jeans* e a absorção da quase totalidade do emprego municipal. Trata-se do município de Toritama, importante componente do chamado “Arranjo de Confecções do Agreste Pernambucano”.

Considerando estas observações, busca-se na presente pesquisa responder o seguinte questionamento: Como o ambiente institucional constitutivo do APL de confecções do agreste pernambucano influencia nas relações de cooperação entre os atores locais de Toritama/ PE?

1.2 – Justificativa

Na distribuição espacial das empresas de produtos de vestuário⁷ em Pernambuco, os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, principais componentes⁸ do então denominado APL de confecções do agreste deste estado despontam como uma das mais significativas áreas de produção deste segmento, em âmbito regional e nacional, sendo responsável de acordo com Almeida Júnior (2005) por 60% do emprego formal e informal do setor de confecções pernambucano. Surgido há mais de cinquenta anos⁹, o mesmo se transformou, na última década, em um dos mais relevantes arranjos produtivos deste tipo no País, em virtude dos expressivos níveis de crescimento apresentados.

O interesse pelo estudo da dinâmica econômica deste aglomerado produtivo está associado à conjunção de vários aspectos pertinentes, dentre os quais se podem destacar:

i) a importância crescente dada à formulação de políticas públicas de apoio e incentivo aos APL's como forma de promover o desenvolvimento de regiões atrasadas (LASTRES; ARROIO; LEMOS, 2003);

ii) o recente desempenho do arranjo com reflexos positivos não apenas nos principais municípios integrantes, mas com trasbordamentos para regiões situadas na proximidade (GOMES, 2006);

iii) o alto índice de informalidade desta atividade produtiva e as expressivas taxas de crescimento populacional apresentadas pelos três municípios (FADE/ UFPE, 2003);

⁷ O setor de vestuário engloba, também, os segmentos de calçados e couros, além do segmento de acessórios. O mesmo, caracterizado por inúmeras atividades, possui estreita relação com o setor de produtos têxteis (ambos integrantes da cadeia produtiva têxtil-vestuário) e com o setor de máquinas e equipamentos (FADE/ UFPE, 2003).

⁸ Com o passar do tempo, outros municípios também começaram a fazer parte do arranjo, embora em menor grau de importância. Os mesmos serão mencionados no capítulo 5, que trata da análise empírica do objeto em estudo. Tal fato caracteriza uma situação típica das aglomerações produtivas: o efeito transbordamento.

⁹ Seguindo a proposição de Cabral (2007, p. 20) “Esse é apenas um recorte histórico ao qual se ateu este trabalho. Entretanto, as experiências locais dão conta de que há raízes mais profundas, que talvez se reportem a séculos”.

iv) a representatividade deste APL na produção de confecções do estado de Pernambuco como um todo (DUARTE, 2006)¹⁰; e

v) a geração de emprego e renda proporcionada pela cadeia produtiva de confecções, decorrente de sua base técnica ser relativamente mais intensiva em trabalho (que a média da indústria de transformação) e os mercados possuem barreiras à entrada também relativamente menos elevadas.

Na pesquisa ora proposta, a análise será focada especificamente no município de Toritama. Constatou-se a existência de poucos estudos ou o que parece ser os únicos disponíveis já realizados¹¹ sobre o dinamismo econômico local deste município, um dos menores de Pernambuco, havendo lacunas importantes na compreensão de sua dinâmica e aspectos que ainda não foram discutidos em pesquisas anteriores (tais como, a influência que o ambiente institucional exerce sobre o arranjo e as formas de cooperação presentes). Além disto, existe uma certa especialização produtiva entre os municípios constituintes do núcleo produtivo do APL, o que permite estudá-los separadamente. Entende-se que novas informações, a partir de diferentes abordagens, permitirão enxergar, com maior clareza e precisão, a importância que esta cidade tem dentro do arranjo de confecções do agreste de Pernambuco, bem como a percepção e dimensionamento de eventuais programas e/ ou projetos elaborados recentemente e direcionados à atividade, refletindo assim, possíveis iniciativas públicas de apoio ao aumento da competitividade do aporte empresarial da localidade.

Os dados da FADE/ UFPE (2003) revelam que o índice de informalidade da atividade no APL como um todo alcança mais de 90%. Em Toritama, das 20.000 pessoas ocupadas em confecções, 15.100 trabalhavam em empresas informais¹². Apenas 6% do total de trabalhadores tinham carteira de trabalho assinada. Esta informalidade também é constatada entre as empresas de confecções da cidade. Segundo a mesma pesquisa, das 2.196 unidades produtivas, somente 8% são formalizadas. Não obstante, as empresas do município de Toritama, em conjunto, tornaram-

¹⁰ Baseando-se em informações do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco/ Sindinvest, Duarte (2006) mostra que o arranjo é responsável por 70% da produção de confecções pernambucana.

¹¹ Como por exemplo, o da caracterização econômica feito pela FADE/ UFPE (2003), o dos processos administrativos-contábeis por Lucena (2004) e o da gestão de produção realizado por Guerra (2005).

¹² “Note-se que o emprego em empresa formal não é necessariamente formal, ou seja, o empregado pode trabalhar para uma empresa formalizada, mas sem carteira assinada” (CAMPOS, 2007, p. 2).

no o segundo maior produtor de peças *jeans* nacional, confeccionando aproximadamente cinco milhões de peças/ mês, representando cerca de 15% da produção do País (FADE/ UFPE, 2003).

Segundo Duarte (2006, p. 4) o “empreendedorismo nato característico dos empresários desta região, transformou Toritama em um município ímpar na economia pernambucana”. Apesar da alta informalidade e de estar situado no meio do agreste nordestino, numa região extremamente árida, com clima seco, desprovido de recursos naturais, Toritama expõe indicadores econômicos superiores aos das demais cidades nordestinas de mesmo porte, estando entre os 30 municípios da região com maior renda por habitante¹³, apresentando além disso, dentre os 185 municípios de Pernambuco, o 6º maior IDH-Renda¹⁴ do estado. Em 2000, a Confederação Nacional de Municípios indica que o IDH-Renda de Toritama correspondia a 0,653.

Conforme estimativas do IPEA, no ano de 1991, a distribuição de renda (medida pelo índice de Gini) em Toritama (0,427) era melhor do que no Brasil (0,634), no Nordeste (0,626) e em Pernambuco em sua totalidade (0,654). Em 2000, esta mesma tendência é mantida cujo valor do indicador para Toritama foi de 0,457, para o Brasil de 0,645, para o Nordeste 0,600 e para Pernambuco como um todo de 0,673, o que leva a acreditar que a aglomeração produtiva tem produzido uma distribuição de renda menos desigual, resultado esperado em aglomerações de MPEs, relativamente a estruturas industriais formadas por grandes empresas e mercados fortemente concentrados. Porém, mesmo com este resultado favorável, verifica-se que durante o intervalo (1991-2000) todas as áreas em análise (com exceção da região Nordeste) apresentaram um aumento no índice.

Outro aspecto pertinente ressaltado na pesquisa da FADE/ UFPE (2003) refere-se ao crescimento populacional deste município. As estatísticas dos censos demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 1991 e de 2000 indicam que a variação da população nos três municípios mais importantes do arranjo de confecções em Pernambuco superou as estimativas do Brasil, da região Nordeste e de Pernambuco em seu conjunto. No quadro 3 pode-se observar que, para o

¹³ Mesmo assim, esta renda é bastante inferior comparada à da capital do estado, Recife. O que pressupõe, pelo menos à primeira vista, a necessidade de uma melhor organização estrutural da base educacional, econômica e social do município.

¹⁴ ‘É um sub-índice do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O IDH-M foi criado para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros tendo como indicadores: educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O IDH-M é obtido a partir dos dados do Censo, do IBGE’ (Duarte, 2006, p. 4).

intervalo 1991-2000, enquanto a taxa de crescimento populacional do Brasil foi da ordem de 15,6%; a do Nordeste em torno de 12,3% e a do estado de Pernambuco cerca de 11,1%; Santa Cruz do Capibaribe apresentou um incremento populacional de 54%, seguido por Toritama com 46,2% e Caruaru com 18,7%. Já no intervalo 2000-2007 (ano do último censo demográfico) o crescimento da população dos três municípios foi novamente maior do que o do País (8,3%), da região nordestina (7,9%) e do estado de Pernambuco como um todo (7,2%), sobretudo em Toritama, o qual foi da ordem de 37,1%, seguido por Santa Cruz do Capibaribe, com 24,8%, e por Caruaru com 14%.

Quadro 3
Brasil, Nordeste, Pernambuco, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama - população residente e variação da população residente, 1991-2000/ 2000-2007

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	Ano			Variação % 1991/2000	Variação % 2000/2007
	1991	2000	2007		
Brasil	146.825.475	169.799.170	183.987.291	15,6	8,3
Nordeste	42.497.540	47.741.711	51.534.406	12,3	7,9
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	8.485.386	11,1	7,2
Caruaru	213.697	253.634	289.086	18,7	14,0
Toritama	14.907	21.800	29.890	46,2	37,1
Santa Cruz do Capibaribe	38.332	59.048	73.680	54,0	24,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - extraído dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2007, adaptado pela autora deste trabalho.

Esta constatação, especificamente no caso de Toritama, pode servir como um indicador do dinamismo econômico da indústria de confecções na região. Pois, é incoerente pensar que indivíduos deixariam suas localidades para morar em outras as quais não lhes oferecem oportunidades de ganhos potenciais, fosse atuando como empresários ou empregados. Somado a isto, Campos (2007) argumenta que se os valores estimados pela FADE/ UFPE (2003) comprovarem-se na realidade, onde o total de pessoas ocupadas no ramo de confecções corresponde a 91,7% da população local, leva a supor que a cidade de Toritama recebe trabalhadores que moram em outros municípios próximos, “que se deslocam diariamente para trabalhar nesta localidade transformando seus locais de residência em ‘cidades-dormitório’. Tal

fenômeno teria algo de original, pois está associado, geralmente, a grandes metrópoles” (CAMPOS, 2007, p. 3).

Diante de todos estes aspectos anteriormente mencionados, pode-se perceber que o município de Toritama apresenta um considerável dinamismo produtivo, demográfico e na geração de empregos, comprovando sua importância no contexto da produção têxtil/ confecções do agreste de Pernambuco e do próprio País (dada sua representatividade na produção de *jeans*), o que justifica sua investigação científica.

1.3 – Hipótese central

Tomando como base o enfoque neo-schumpeteriano/ evolucionista e a teoria institucionalista, pretende-se demonstrar que o intenso crescimento apresentado pelo município de Toritama/ PE, decorrente de sua presença no APL confeccionista, somente terá longo curso se houver a presença de capacidades tecnológicas e inovativas endógenas, as quais são fortalecidas e desenvolvidas a partir das relações de cooperação local e do estímulo de um adequado e dinâmico ambiente institucional. Isto porque, conforme as estimativas apontadas no item anterior, relativas ao baixo nível de formalização do emprego e das unidades produtivas, acredita-se que o surgimento e a competitividade do referido arranjo, por conseguinte, da atividade em Toritama, estão umbilicalmente ligados à alta informalidade, quer seja no sentido tributário, quer seja no sentido trabalhista, fatores de competitividade “espúria” que tornam o dinamismo do arranjo insustentável no longo prazo, pois há um limite para a remuneração dos trabalhadores (dado pelas condições de sua própria sobrevivência e reprodução) e para as reduções tributárias oferecidas pelos entes governamentais.

1.4 – Objetivos

1.4.1 – Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo geral investigar a partir das características da estrutura produtiva da atividade confeccionista do município de Toritama, cuja especialidade é a fabricação de peças *jeans*, o papel das instituições/ organizações no arranjo produtivo do agreste pernambucano para o incentivo às relações de cooperação entre os atores locais.

1.4.2 - Objetivos específicos

- Investigar o ambiente institucional local para entender e relatar o arranjo institucional vigente (a Governança, os mecanismos de articulação, as fontes de recursos, etc.) para avaliar se o mesmo atua no sentido de promover uma melhor interação entre os agentes que seja capaz de gerar condições locais de confiança e reciprocidade, elucidando as formas de inter-relações estabelecidas por estes no APL, fator fundamental para a sua sustentabilidade de longo prazo;
- Analisar se a dinâmica institucional cria espaços para o desenvolvimento de capacitações inovativas endógenas que poderiam conduzir à superação de possíveis barreiras tecnológicas e mercadológicas bem como fortalecer as competências locais;
- Detalhar as características sócio-econômicas existentes na estrutura da cadeia produtiva de confecções demonstrando a atual situação do arranjo;
- Verificar a heterogeneidade de tamanho de firmas, das estratégias e de mercados-alvo existente dentro do aglomerado ressaltando as implicações da mesma sobre a dinâmica local e o grau de aderência às Políticas Públicas geridas pelo arranjo institucional local;
- Avaliar o grau de dependência da competitividade local de fatores como a informalidade das empresas e do emprego, mesmo com a expansão do APL, e do

esforço necessário para migrar para fatores dinâmicos de competitividade, especialmente a inovatividade;

- Levantar informações sobre possíveis iniciativas públicas de apoio e incentivo ao aumento da competitividade das empresas da região.

1.5 – Metodologia

Além do levantamento de informações em diversas fontes de dados secundárias, as análises construídas ao longo deste estudo resultaram da agregação com as descobertas feitas a partir dos dados coletados em pesquisa de campo nos municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Recife. Em Toritama, aplicaram-se questionários junto aos empresários e representantes de entidades institucionais. Já nos outros municípios, a pesquisa empírica voltou-se para o papel desempenhado por determinadas instituições e/ ou organizações em favorecimento ao desenvolvimento do arranjo como um todo, incluindo-se aí os reflexos sobre a produção de *jeans* em Toritama. Todos os procedimentos metodológicos adotados serão detalhadamente explicados no quarto capítulo.

1.6 – Organização do estudo

Além desta parte inicial a dissertação está estruturada em mais quatro capítulos e as conclusões finais. No segundo capítulo, busca-se fazer uma revisão literária sobre o papel das instituições e das inovações no contexto das trajetórias de crescimento inerentes às diferentes economias. Para tanto, divide-se em três seções que abordam, respectivamente: num primeiro momento, a função do Estado e do mercado (espaço institucional) na determinação das condições propícias à promoção do desenvolvimento, seja em termos econômico e/ ou social; num segundo momento, os principais traços característicos do corpo teórico evolucionista, o qual supera as formulações de correntes tradicionais ao levar em consideração a dinâmica do comportamento e das decisões dos agentes inter-relacionados; e, por fim, os aspectos mais elementares da teoria institucionalista, com destaque para as definições dos seus elementos constitutivos.

No terceiro capítulo, pretende-se fazer uma resenha sobre a abordagem de APLs, a partir da qual são lançadas as bases para uma explicação e entendimento do porquê empresas concentradas espacialmente, inseridas em um ambiente institucional formado por organizações e/ou entidades institucionais vêm sendo enfatizadas e apoiadas como potenciais promovedoras de crescimento local. Isto é mostrado no primeiro e segundo tópico. Já no último, dedicam-se esforços a uma apresentação sucinta da indústria de vestuário, ressaltando suas características mais elementares e o estudo de caso de quatro arranjos de confecções do País.

O capítulo seguinte preocupa-se em discorrer sobre os procedimentos metodológicos escolhidos para o desenvolvimento da dissertação. Busca-se apresentar as etapas sequenciais do estudo, as fontes de dados utilizadas, bem como o planejamento e a consecução posterior da pesquisa de campo, procurando descrever os instrumentos de pesquisa empregados, ou seja, os questionários, bem como a natureza dos mesmos.

O quinto capítulo é dedicado ao estudo empírico. Inicia-se com a caracterização do município de Toritama, descrevendo seu perfil sócio-econômico e a trajetória histórica de surgimento e desenvolvimento do setor de confecções na localidade, trajetória esta interligada aos condicionantes históricos dos dois principais municípios vizinhos, quais sejam, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Na seção seguinte, busca-se descrever e analisar o ambiente institucional ressaltando as organizações integrantes e participantes do arranjo de confecções do agreste pernambucano. Já na última seção são apresentados os dados referentes ao perfil empresarial da atividade confeccionista em Toritama, diagnosticando seus principais entraves e suas perspectivas futuras.

Posteriormente, finaliza-se o trabalho com a apresentação das conclusões obtidas. Neste espaço, procura-se enfatizar os aspectos mais pertinentes apreendidos ao longo do estudo, chamando a atenção para a agenda de pesquisa potencial que representa a região em pauta.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - Estado versus mercado: diferentes visões quanto a função destas instituições na determinação do processo de desenvolvimento econômico

Um dos grandes desafios para os adeptos da então chamada Ciência Econômica é a formulação de opiniões, de argumentações e de resultados dotados de precisão, uma vez que discordâncias, questionamentos e dúvidas quanto às várias descobertas e idéias desenvolvidas pelos mais eloqüentes pensadores econômicos são características presentes nesta área do saber¹⁵. Exemplo disto é a discussão infundável sobre o papel do Estado na economia, uma das questões centrais que norteia a produção científica de muitos economistas¹⁶.

Dessa maneira, considerando essa constatação, faz-se necessário a princípio distinguir conceitualmente a concepção de Estado do que se designa por Governo. Höfling (2001, p. 31) apresenta uma provável definição:

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Como se pode observar, o Estado age no sentido de dar suporte para que as políticas públicas¹⁷ possam ser efetivamente criadas e, por conseguinte, postas em prática via ações

¹⁵ Área esta cuja importância para a sociedade pode ser compreendida não apenas pela diversidade de estudos disponíveis, mas também pelas muitas ligações estabelecidas com outras ciências.

¹⁶ Vale salientar que assim como entre os economistas, também não há um consenso entre os cientistas políticos quanto à relevância da instituição Estado no sistema econômico.

¹⁷ Deve-se tomar cuidado com relação ao entendimento do significado de políticas públicas, as quais não se restringem meramente ao campo dos organismos estatais em seus diferentes níveis, haja vista contemplar órgãos e agentes de outra natureza que decidem conjuntamente sobre a política a ser praticada. “[...] As políticas públicas são de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por seus organismos” (Ibid.).

governamentais, ou em outros termos, através de diferentes programas de intervenção, os quais provêm da atuação do Governo exercendo funções que competem ao Estado. Pio (2003, p. 125) escreve que “é o Estado quem institui e garante a vigência das instituições econômicas e políticas¹⁸ e, por meio delas, estabelece incentivos positivos e negativos que estimulam determinados padrões de comportamento individuais e coletivos”.

Um breve olhar sobre a evolução da história do pensamento econômico revela o quanto esse tema desperta o interesse de pesquisadores. Mesmo antes da definição da Economia como ciência, o Estado já era visto como um agente que desempenhava funções consideráveis na promoção da “riqueza das nações”. Porém, enquanto alguns afirmam que o Estado ao intervir na economia pode atenuar os problemas causados pelos desequilíbrios e pelas instabilidades econômicas, outros acreditam que a ação pública representa “um dos maiores entraves ao desenvolvimento da acumulação capitalista e responsável, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade” HÖFLING (2001, p. 37).

Na realidade, o debate sobre a influência do Estado na economia sempre foi um ponto de divergência entre os estudiosos do assunto. Apesar da existência de diversas correntes de pensamento, pode-se dizer que, de maneira geral, esta discussão resume-se em duas vertentes teóricas principais: por um lado, há quem pense que somente através da participação pública direta e sistemática será possível alcançar níveis satisfatórios de justiça social, de crescimento e desenvolvimento de um dado país, de uma dada região; por outro, os que, fundamentando-se nos preceitos liberais¹⁹, defendem a menor intervenção possível do Estado, de forma a deixar as forças de mercado agirem naturalmente sob a suposição de que estas são eficientes na promoção do crescimento e que deste derivará as melhores possibilidades de desenvolvimento social.

Como assinala Schmidt Filho (2007) discorrer sobre a atuação do Estado na economia é em certo sentido análogo ao funcionamento de um pêndulo, pois não se trata de falar em “intervenção ou não do Estado”, mas sim de que modo, qual o formato e intensidade desta intervenção. Associado às evidências empíricas, há na esfera política um pêndulo ora favorável à

¹⁸ Na seqüência, em uma das seções desse capítulo, retoma-se com maiores detalhes ao estudo das instituições.

¹⁹ Um dos grandes, senão o principal idealizador da tradição clássica liberal foi Adam Smith (1723-1790). Foi através da sua obra “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações”, tida como o marco do liberalismo, que as argumentações em prol das interações individuais num sistema de livre mercado viriam a ser futuramente utilizadas e amplamente aceitas como um caminho viável para a prosperidade econômica (MENDONÇA; ARAÚJO, 2003).

maior influência governamental, às ações empreendidas pelo Estado, nas quais as mesmas são aumentadas e defendidas; ora desfavorável, onde as práticas advindas do setor público são criticadas e combatidas. “Esta relação é tão forte que [...] serve como um ponto de corte epistemológico e análise”²⁰ (p. 14).

Quando se pensa na necessidade de implementação de políticas públicas com vistas a permitir potencialmente a obtenção de conquistas sociais por meio da oferta pública de bens e serviços tais como educação, saúde, habitação, saneamento, segurança, previdência e combate ao desemprego de modo a viabilizar o bem-estar, e a proteção social, logo se torna coerente e indispensável remeter-se às idéias keynesianas.

De fato, os escritos de Keynes assim como dos absorvedores e defensores de suas interpretações tiveram uma inquestionável repercussão, sobretudo, no período posterior à segunda guerra mundial. Para Mendonça e Araújo (2003), este autor “revolucionou a ciência econômica”, referindo-se ao mérito dele ter conseguido romper com a ilusória percepção de automatismo do mercado²¹. Sem detalhar as contribuições desta linha de raciocínio para o mundo científico e a sociedade em conjunto, convém mencionar que a mesma impulsionou o chamado Estado do Bem-Estar Social²².

No final da década de 20 e início da de 30 do século passado, a economia mundial enfrentava um período de forte recessão, com crescentes taxas de desemprego nos principais países industrializados. Naquele momento, o postulado da teoria clássica de que o mercado por si só, ou melhor, funcionando livremente conduziria a uma distribuição ótima dos recursos econômico-sociais ou, em outras palavras, levaria a economia para situações de prosperidade crescente começava a ser comprovado como inverificável na prática.

²⁰ Veja-se que este raciocínio (pêndulo) refere-se apenas à aparência do ciclo econômico. Ou seja, na fase do crescimento (bonança) pede-se uma maior liberalização; e, no momento da crise, requer-se a intervenção estatal.

²¹ Vale salientar que Marx e outros autores também discorreram sobre o problema do automatismo do mercado.

²² Sob esta orientação, o Estado em parceria com outras instituições, tais como sindicatos, associações e as próprias empresas privadas ditam a organização política e econômica da sociedade, regulamentando e garantindo a inclusão daqueles agentes que se encontram à margem das condições mínimas de sobrevivência.

Para o neoclassicismo acadêmico, as crises²³ ocorrem não como consequência do modo de funcionamento do sistema econômico (pois se assim fosse, pelo fato de acreditarem na tendência ao equilíbrio, as crises jamais se fariam presentes), mas sim por fatores externos ao mesmo. Podem-se citar como exemplos a interferência estatal (fator de natureza política), o padrão salarial (fator de natureza social) e as intempéries naturais. Com isso, atentando para o primeiro fator em específico, para os fins aos quais se pretendem alcançar nesta análise, o Estado ao invés de estimular o progresso econômico, deveria ficar encarregado de assegurar as regras necessárias para o bom funcionamento do sistema capitalista (FARIA, 1997).

Em sua Teoria Geral, Keynes contrapõe-se justamente ao pensamento clássico. Contesta o pleno emprego como tendência preocupando-se com os ciclos econômicos, com a determinação dos diferentes níveis de emprego. Para ele, o sistema de produção capitalista tem um caráter intrinsecamente instável, intercalado por crises intensas e extensas e por períodos de forte crescimento, de expansão no qual a “mão invisível” é incapaz de promover o bem-estar global, tendo o Estado uma posição pertinente, dado que é por meio de políticas governamentais, de investimentos públicos que o rendimento nacional pode ser elevado (KEYNES, 1985).

A visão de atuação incisiva do ente Estatal sobre as condições produtivas, mercadológicas, parte da crença de que as altas taxas de desemprego, um dos problemas mais danosos à dinâmica das sociedades mundiais, carente de iniciativas eficazes as quais, quando muito, são freqüentemente de caráter emergencial, assistencialista, compensatório é ocasionado, sobretudo, pela dificuldade de realização da produção, por insuficiências da demanda efetiva²⁴ (Ibid.). Ora, os agentes econômicos, sociais, políticos, entre outros, não podem prever a antecipadamente o resultado de suas ações tomadas num determinado momento. As incertezas estão presentes o tempo todo, até porque é um atributo eminente da humanidade.

²³ Trata-se de problemas de reprodução do próprio organismo econômico, comuns a sua trajetória de evolução e envolve uma série de singularidades do momento histórico em questão, não podendo assim, serem generalizadas as tentativas de justificativa e explicação. Ou seja, cada nova fase de descontinuidade do crescimento deve ser encarada diferentemente das anteriores.

²⁴ Obviamente, o desemprego não é uma questão tão simples de ser avaliada. Diferentes aspectos podem estar relacionados e normalmente são colocados como tal. Ademais, são complexos e não-excluentes. Poderiam-se mencionar como exemplos: os desaquescimentos da economia global, as intensificações do progresso tecnológico com a substituição gradativa e crescente da mão-de-obra por máquinas mais eficientes, os processos avassaladores de financeirização da riqueza com o consequente comprometimento dos investimentos na esfera produtiva, etc.

Nesse cenário de incertezas em relação ao futuro, de limitação perceptiva do agente empresarial, as decisões tomadas por estes quanto aos investimentos privados, isto é, aos acréscimos da riqueza acumulada, à ampliação da capacidade produtiva de uma dada sociedade terminam sendo insuficientes para determinar a ocupação necessária e satisfatória da mão-de-obra disponível. Daí a importância da intervenção Estatal, das políticas públicas bem definidas e amplamente acessíveis, de modo a criar novos postos de trabalho, desencadeando efeitos positivos sobre a geração de riquezas nacional.

Essa lógica de conceber as iniciativas governamentais como propulsoras de um sistema econômico capitalista mais promissor onde o Estado pode tendencialmente reduzir as disparidades estruturais através, por exemplo, da redistribuição de renda foi a forma prioritária dos governos atuarem aproximadamente até os anos setenta, quando se verifica a ascensão de um processo inflacionário desdobrando-se na estagnação econômica em nível mundial, o que gerou, por conseguinte, um ambiente de contestação e críticas quanto à validade da referida concepção. A partir de então, ganha espaço e força a retomada da adesão das práticas de cunho clássico liberal, sob denominação de neoliberalismo.

Assim sendo, seguindo as formulações teóricas postuladas pelo ideário liberal, a abordagem neoliberal destaca que no contexto de um capitalismo competitivo fundamentado essencialmente no setor privado, cabe ao Estado as funções de proteger a propriedade privada, de assegurar a livre iniciativa, os interesses e os direitos individuais, bem como o predomínio da concorrência privada. Associada a visão de menor intervenção, o Estado deve ser “barato”, direcionar poucos (ou quase nenhum) recursos para a esfera econômica, nem promover investimentos públicos vultosos, pois do contrário prejudicaria a trajetória natural de equilíbrio proporcionada pelas “virtudes reguladoras do mercado”²⁵ (Ibid., p. 36).

Harvey (1994) posiciona-se favorável a alguma forma de regulamentação, à interferência do Estado na dinâmica capitalista, isto porque o caráter descentralizado dos “mercados de fixação de preços” não propicia por si mesmo, níveis elevados de crescimento, como também não garante

²⁵ Na realidade, a globalização e a forma de funcionamento do sistema econômico financeiro internacional adotada pelos países desenvolvidos impõem aos países em desenvolvimento uma postura diferente da praticada por eles. Trata-se da postura do liberal que é a que melhor se ajusta aos interesses dos países que emprestam dinheiro, que possuem empresas transnacionais que vão se instalar nas economias em desenvolvimento para explorarem estes mercados, os recursos produtivos.

a formação e sustentabilidade de um ambiente estável, menos exposto e propenso às condições adversas típicas do modo de produção operante.

Conforme esse autor, o mercado é caracterizado por imperfeições, “mesmo quando as instituições de apoio (propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionam adequadamente”. Ainda que não visualizasse a existência de imperfeições, tal como apontam os teóricos da economia tradicional, Harvey enfatiza a necessidade de investigar a trajetória do modo de acumulação capitalista levando em consideração as complexas relações sociais e econômicas que são intrínsecas a este, cujas peculiaridades não podem ser eficientemente percebidas caso se tome como suficiente a apreciação limitada das transações de mercado. Em decorrência desta realidade torna-se preciso o planejamento, a definição e a adoção de práticas de caráter coletivo sob responsabilidade do Estado ou de outras instituições (patronais, sindicais, políticas, educacionais, religiosas e culturais) para:

[...] compensar as falhas de mercado (tais como os danos inestimáveis ao ambiente natural e social), evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transportes e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infra-estruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado (o problema das profecias auto-realizadas no desempenho do mercado) (Ibid., p. 118).

Além dessas interpretações apresentadas até o presente momento, cabe salientar ainda as expressivas contribuições conceituais e analíticas do enfoque neo-schumpeteriano/evolucionista²⁶. De antemão, pode-se dizer que o entendimento da lógica da visão desenvolvida pelos evolucionistas²⁷ no que tange ao papel das mais importantes instituições (e não somente com relação a isto) envolvidas no contexto de expansão mundial (a empresa, o Estado e o mercado) constitui um dos mais coerente com a realidade, pois submerge a um menor grau de

²⁶ Por ora, será feita apenas uma breve introdução de alguns traços característicos da abordagem supracitada, a qual constitui uma das bases de sustentação teórica deste trabalho. A complementaridade dos principais elementos e desdobramentos desta perspectiva será objeto de preocupação da seção subsequente.

²⁷ No decorrer deste estudo, se perceberá tanto o uso do termo evolucionista como do “neo-schumpeteriano”, de modo a fazer alusão aos avanços posteriores de autores que seguiram a noção de dinâmica econômica pioneiramente trabalhada nos moldes da Ciência Econômica por Joseph Alois Schumpeter, mesmo que timidamente (1883-1950).

abstração, embora ainda tenha uma empregabilidade relativamente menos difundida no meio acadêmico frente à escola neoclássica.

Não obstante a relevância da corrente de pensamento neoclássica no conjunto de elucidações teóricas pode-se afirmar que a mesma, por ter sido erguida valendo-se de “princípios gerais únicos”, de suposições um tanto quanto genéricas em demasiado e pouco factíveis na prática, tais como, a noção de equilíbrio dos mercados, do agente representativo dotado de racionalidade ilimitada, do comportamento maximizador das empresas, entre outras, abre espaço para questionamentos quanto ao seu uso como fundamentação teórica em investigações científicas mais notórias e, concomitantemente, para a adesão e o fortalecimento de outras vertentes teóricas, em especial, a neo-schumpeteriana, a qual é vislumbrada e definida como o paradigma alternativo, superior à ortodoxia econômica²⁸ (TATSCH, 2006).

Dado que de acordo com os evolucionistas o processo de inovação tecnológica é decisivo na atividade capitalista, configurando-se como a característica mais elementar de seu corpo teórico, a apreciação do desempenho do Estado e do mercado recai justamente na maneira como ambos podem exercer alguma influência sobre o processo de desenvolvimento de práticas inovativas, na direção e no ritmo do progresso tecnológico. A investigação deve ater-se ao “papel do Estado nas forças dinâmicas evolucionistas de busca e de seleção de inovações que estão por trás dos processos de desenvolvimento das economias nacionais” (GADELHA, 2002, p. 86).

Objetivando aprofundar, prosseguir nos desdobramentos da literatura neo-schumpeteriana, o referido autor enfatiza a necessidade de se saber quais são os “fundamentos metodológicos evolucionistas” ao examinar a função estatal na dinâmica das trajetórias dos processos de inovação, pois mesmo que “rompa com os cânones neoclássicos e supere a noção de um mercado paretiano idealizado, a análise do Estado mostra-se ainda muito limitada, [...] não levando às suas últimas conseqüências” (p. 92). Neste sentido, destaca os seguintes aspectos:

- A visão evolucionista está essencialmente ligada às especificidades históricas das economias nacionais;

²⁸ Para maiores detalhes quanto à proposição do paradigma evolucionista face ao neoclássico remeter-se às obras de Nelson e Winter (1982), Dosi (1984) e Metcalfe (1994).

- Enquanto o *mainstream* neoclássico generaliza por demais a lógica de funcionamento do capitalismo ao postular a idéia do agente representativo, os evolucionistas ressaltam a importância da variedade, da diversidade dos agentes;
- As diferenças nos padrões de desenvolvimento nacional devem-se aos distintos contextos sociais, econômicos, políticos, institucionais e culturais de cada país;
- Uma vez que a existência de assimetrias de informação é tida como intrínseca ao comportamento dos agentes, como uma norma, a elaboração de políticas públicas pautadas na abordagem evolucionista tende a ter resultados mais concretos.

Além de incluir em seu referencial teórico as distintas dimensões ou realidades históricas, institucionais e estruturais comuns à formação social da dinâmica mundial, o que a dota de um instrumental capaz de fornecer subsídios teóricos condizentes com o planejamento de práticas, de políticas econômicas adequadas para cada situação em particular, possibilitando aos definidores e gestores de ações públicas ditar “variados cortes analíticos”, outro atributo pertinente das conclusões neo-schumpeterianas é a noção de interdependência, as várias formas possíveis de articulação e interação entre os agentes.

Para estes autores, é inconsistente (seja em termos teórico, metodológico e analítico) dissociar o estudo do papel do Estado do exame do papel do mercado na economia, pois na configuração institucional que direciona e determina o processo de busca, geração, seleção e difusão de inovações, a iniciativa privada está na origem do mesmo em consonância com o ambiente seletivo moldado pelas relações estabelecidas entre os agentes e pelas intervenções estatais diretas e/ ou indiretas que se materializam na criação dos vários tipos de política econômica.

De acordo com as premissas evolucionistas, tanto o mercado (que segundo Nelson e Winter (1982) representa o ambiente institucional concreto, o espaço no qual a concorrência se realiza) como o Estado são importantes no desempenho inovativo, na disseminação do progresso tecnológico de uma economia. Nas palavras de Gadelha (2002, p. 89) “o Estado e o mercado aparecem não como pólos opostos [...], mas sim como dimensões que, possuindo lógicas diferenciadas, interagem em um mesmo contexto socioinstitucional, no qual sua evolução é interdependente”. Ora, não são apenas as tecnologias que seguem determinadas trajetórias históricas, as instituições também evoluem acompanhadas das economias nacionais, em

decorrência das transformações sofridas por estas próprias instituições (NELSON 1994; NELSON E SOETE, 1988).

Os agentes se comportam mediante o estabelecimento de rotinas, valendo-se das capacitações obtidas no decorrer do tempo e dos sinais emitidos pelo ambiente mais complexo em que se inserem. Neste ambiente, tanto os agentes como as instituições – amplamente falando - estão interligados, no sentido de que, as ações de um, surtirão efeito sobre os outros, sendo que todos têm algo a proporcionar para o sistema. “A economia capitalista pressupõe tanto a existência da empresa privada quanto do Estado Nacional, não sendo pertinente a definição da ação de um desses agentes em função das “falhas” verificadas na atuação do outro” (GADELHA, 2002, p. 89).

E nesta visão sistêmica a empresa é a principal organização. Definida como o agente ativo, lança as bases do processo de evolução dinâmica, de modificação da estrutura produtiva. Todavia, deve-se perceber e isto constitui uma diferença radical entre o paradigma neo-schumpeteriano e o ortodoxo, que a empresa é colocada numa posição privilegiada dentro do sistema porque age em conexão com outros atores externos. Aqui, a empresa não é concebida simplesmente como uma unidade produtiva de racionalidade plena, a análise é guiada abrindo-se ao máximo a “caixa preta”.

Como a inovação é a grande responsável pela aquisição de vantagens competitivas, as empresas competem buscando alcançar melhores posicionamentos com relação aos seus concorrentes. Para isto, investem na formulação de estratégias que lhes garanta potencialmente a criação de tecnologias superiores, no sentido de recompensá-la com a ampliação das suas margens de lucro ou, em último caso, de pelo menos permiti-la continuar obtendo os do presente. E neste processo, o mercado, ao mesmo tempo em que lhe impõe limites, vai se transformando paulatinamente em termos estruturais (POSSAS, 1996). Um esquema simplificado elaborado por Gadelha (2001) resume este “encadeamento analítico”:

Ambiente competitivo presente → Definição do leque estratégico factível → Estratégias empresariais → Novo ambiente competitivo

De fato, as decisões tomadas no *locus* empresarial são balizadas pelos movimentos do ambiente competitivo típico da economia capitalista. O mercado funciona estabelecendo “o padrão de estímulos e sanções às estratégias inovadoras dos agentes privados”, bem como os vínculos e as formas de relacionamento entre os diferentes agentes. Grosso modo, compete ao Estado, organizar, coordenar e regulamentar estas relações.

Os neo-schumpeterianos admitem que o Estado é a instância de poder central do capitalismo, dos sistemas nacionais de inovação²⁹. Ou seja, ao arbitrar e mediar as interações competitivas e cooperativas entre os agentes e as instituições, o Estado condiciona ininterruptamente e decisivamente a definição dos processos de aprendizado a serem contemplados, da construção de competências empresarias, e da redefinição do ambiente institucional.

Uma vez indicada a função que o ente estatal tem quanto à indução do desenvolvimento nacional, faz-se indispensável ter em mente que o mesmo é passível de cometer erros. “As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados [...] especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes [...]” (Höfling, 2001, p.35). Isto reflete a limitação cognitiva natural a todos os agentes que interagem em um mundo complexo, no qual não se pode prescrever *ex-ante* o impacto final de um ato empreendido num dado momento.

Mas os erros podem e devem servir de estímulo para as tentativas de consecução de novas políticas econômicas, mais eficazes comparadas às anteriormente propostas. É através da avaliação das experiências passadas de políticas bem-sucedidas e reunindo esforços para a correção e melhoria das posturas que culminaram em resultados aquém ou diferente dos planejados, que os representantes da máquina administrativa constroem seus processos de aprendizado. E à medida que agem nesse sentido, vão moldando e transformando suas trajetórias dinâmicas.

O debate de inspiração evolucionista acerca das instituições, em especial, do Estado, não se esgota aí, muito pelo contrário. Entretanto, Gadelha (2002) propõe uma interessante conjunção

²⁹ Conceito imanente do aporte evolucionista, o qual representa o ponto de partida de uma das abordagens dos Arranjos Produtivos Locais – a da economia da inovação - que será enfatizada no próximo capítulo.

sucinta dos principais “requerimentos organizacionais, estruturais e estratégicos”, que deveriam fazer parte da ação pública, dentre os quais se destacam:

- **Construção de competências dinâmicas no Estado:** para que as políticas públicas sejam adequadamente planejadas e postas em prática eficientemente, a constante adoção de estratégias capazes de promover a criação de diferentes tipos de políticas inovadoras deve ser intrínseca ao setor estatal;
- **Fortalecimento dos mecanismos de seleção na ação pública:** a complexidade do ambiente de atuação estatal exige o estabelecimento de “formas alternativas e mais sistemáticas” de seleção tanto econômica como social e política;
- **Ação sistêmica e preservação da variedade:** já que a conduta diversificada dos agentes limitada pelo ambiente competitivo responde pela dinâmica econômica, as políticas públicas focadas devem ser favorecidas em detrimento das mais generalizadas, além disto é pertinente dispor de um leque bastante amplo de opções possíveis de serem feitas. A preservação da variedade pode ser conseguida com o estímulo ao surgimento do novo;
- **Redefinição do padrão de interação com o setor privado:** ao agirem em prol do processo inovativo, tanto o setor público quanto o setor privado estabelecem suas prioridades, seus fins últimos a serem perseguidos, não podendo dar como definitivo, como ideal um dado padrão de interação, mesmo que este esteja oferecendo resultados compatíveis com os almejados.

Após vislumbrar as divergentes posições, opiniões de alguns autores pertencentes a determinadas correntes conceituais que compõem o aparato teórico da Ciência Econômica com relação ao papel que o setor público (de modo geral) concebido pelas iniciativas provenientes da instância de poder denominada Estado, e o setor privado na figura das forças imanentes do mercado têm sobre a atividade econômica, convém defender a idéia de que tanto o Estado como as empresas cumprem uma função importante no desenvolvimento das economias nacionais. Para isto, há de se convir da necessidade de atuações mais diretas e duradouras. Acreditando ser a obtenção de crescimento em suas variadas faces um processo assentado nas transformações estruturais, cujos contornos são perceptíveis e devem circunscrever-se ao longo prazo, se aceita

neste estudo, visando manter a consistência do ponto de vista defendido, os escritos do paradigma evolucionário como orientação analítica a ser seguida.

2.2 – Características fundamentais da teoria econômica neo-schumpeteriana/ evolucionária: bases para uma investigação focada nas inovações

A teoria econômica evolucionista surge imersa num contexto de questionamentos e inquietações quanto às dificuldades por parte de teorias tradicionais de apresentar respostas consistentes aos fenômenos econômicos que ocorreram na história mundial ao longo dos últimos anos. Embora o marco teórico evolucionário ainda esteja em construção, pode-se afirmar que o mesmo vem servido de pano de fundo recorrentemente em pesquisas empíricas de diferentes naturezas. Para tanto, usufrui de tratamentos teóricos anteriormente realizados por autores de diferentes ciências, precursores da então atual fase de maior vigor, de maior notoriedade dos preceitos evolucionistas³⁰.

Apesar das várias formalizações teóricas acerca da explicação do processo de desenvolvimento econômico na história do pensamento econômico, uma concepção que ganhou força ao longo das décadas foi a de que este estaria associado ao progresso técnico, isto é, à criação e ao desenvolvimento de novas tecnologias tendo Schumpeter (1988) contribuído sobremaneira nesta direção. Segundo ele, o capitalismo deve ser visto como um processo de constante transformação endógena das forças produtivas, tal qual em Marx (1983). Desta forma, o desenvolvimento econômico resulta de modificações nas combinações das forças produtivas, culminando em novos processos produtivos.

As novas combinações podem ocorrer de diversos modos: i) no ambiente empresarial, ou seja, no interior das empresas que combinam diferentemente seus meios de produção, considerando as particularidades de cada uma, as quais somadas formam o conjunto empresarial

³⁰ Seguindo a sugestão de Saviotti e Metcalfe (1991), Cerqueira (2000) identifica as seguintes fontes de inspiração à teoria evolucionária: i) os escritos de cunho evolucionista de um grupo de economistas, sobretudo, Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), John R. Commons (1862-1945), Wesley Mitchell (1874-1948) e Schumpeter; ii) as idéias do campo da Biologia; iii) aspectos das áreas da Física e da Química contemporâneas; iv) proposições sobre o comportamento das empresas e das organizações, com destaque para a obra de Nelson; Winter (1982) e alguns trabalhos de Herbert Alexander Simon (1916-2001) e de Ronald Coase.

de uma dada sociedade; ii) por meio do surgimento de novas empresas que introduzem novas maneiras de produzir, transformando a composição empresarial; iii) através da introdução de novos recursos produtivos; e, iv) por meio do uso de recursos já existentes, mas que não eram empregados nos processos produtivos anteriormente (SCHUMPETER, 1988).

A partir daí pode-se notar a importância que a empresa tem dentro do sistema de produção capitalista. Mais do que isto, o espírito empreendedor que emana do empresário, movido pelo senso de percepção das oportunidades que lhes são criadas com o passar do tempo e pela coragem de transformar as circunstâncias presentes ao seu modo, no sentido de introduzir inovações, promove um processo de “destruição criativa”. Porém, há certas nuances que devem ser percebidas com relação aos termos “empresários” e “capitalistas”. Os primeiros são identificados como aqueles agentes que vivem permanentemente ensejando alterações em suas atividades, revolucionando a estrutura produtiva, porém, à medida que estes deixam de inovar e passam a repetir e copiar inovações desenvolvidas anteriormente, eles perdem o caráter inovador tornando-se um gerente de negócios, um simples capitalista.

Schumpeter (1988) expõe que para ser empreendedor um indivíduo ou grupo de indivíduos deve ser capaz de gerar um dos seguintes tipos de inovação: i) novos produtos; ii) novos métodos ou técnicas de produção; iii) conquista de novos mercados; iv) obtenção de novas fontes de matéria-prima ou de bens semi-manufaturados; e, v) novas formas de organizações e composições industriais. Para Freeman (1998), uma invenção torna-se uma inovação a partir do momento em que uma determinada idéia, no sentido de criação ou melhoria de um processo, passa a ser aplicada concretamente convertendo-se na introdução e, posterior, propagação de novos e/ ou aperfeiçoados produtos, processos e serviços no mercado.

Metcalfé (2003), ao conceituar as inovações como “novas maneiras de usar e definir recursos”, cujo traço mais visível é o ingresso de variedades no sistema econômico, e a consequência última são as mudanças estruturais, visualiza o empreendedor não como um indivíduo que replica ou copia as ações de seus concorrentes, mas sim como um agente que guiado e orientado pela obtenção de lucros, vale-se de suas qualidades e habilidades pessoais para fazer diferente, e dessa forma, produzir inovações que lhes tragam resultados positivos, lucros maiores do que os anteriores proporcionados pela tecnologia antiga.

O entendimento do processo de inovação extrapola as fronteiras da empresa. Esta unidade reúne uma série de sutilezas em seu interior que merecem ser exploradas. Não obstante sua importância enquanto unidade que põe em prática os esforços inovativos através da geração de inovações em suas inúmeras formas, a empresa, por si mesma, ou melhor, em um ato isolado, dificilmente lançará as bases para a evolução tecnológica. De fato, a análise da inovação envolve conceitos, elementos, fatores e aspectos indispensáveis à percepção do caminho trilhado pela empresa, pelo ambiente maior que a cerca, enfim, pelo crescimento e desenvolvimento de diferentes setores, localidades, regiões e países.

Aderindo a este raciocínio, Gadelha (2001) friza que sob a ótica evolucionista do modo de como enxergar a realidade, o desenvolvimento econômico deve ser definido como um “processo sistêmico e estrutural” que envolve, substancialmente, a conjunção de três fatores principais: a inovação tecnológica; a expansão da demanda efetiva, seja esta induzida ou não pelo Estado; e, por fim, a estrutura e mudança institucional. Em outras palavras, desenvolvimento na percepção neo-schumpeteriana significa a transformação qualitativa do conjunto de setores de atividades, ou melhor, dos agentes integrantes e característicos da sociedade capitalista, do modo como evolui cada estrutura econômica própria dos diferentes países³¹.

Cerqueira (2000), ao investigar a retomada explícita e veemente da noção evolutiva que transcende do âmbito econômico, faz o seguinte comentário a respeito da abordagem evolucionária:

holística, tanto no sentido de que a totalidade apresenta um comportamento que não pode ser deduzido meramente pela agregação de suas partes constitutivas como no sentido de que as próprias partes não podem ser individualmente entendidas separadamente das relações que mantém umas com as outras e que constituem a totalidade; *sistêmica e evolucionária*, no sentido de que o sistema sócio-econômico sob investigação é concebido como estando sempre em um estado de fluxo e mudança qualitativa, na medida em que seus elementos constitutivos alteram seu comportamento

³¹ “O conceito schumpeteriano de desenvolvimento [...] vincula-se às trajetórias nacionais de evolução qualitativa da estrutura econômica, não se restringindo às situações de *catching up*” (Ibid., p. 152). Aqui se torna indispensável mencionar que no contexto mais amplo de desenvolvimento, atrelado à noção de desenvolvimento nacional, dentre as inúmeras áreas possíveis de intervenção pública a da política industrial coloca-se como a de maior vulto, pois é direcionada àquele setor considerado decisivo no processo de mudança estrutural conduzida pela introdução de novas tecnologias. Acredita-se que seja justamente das atividades industriais que emirjam as melhores condições de superação de entraves ao crescimento econômico, por “se caracterizarem como as principais responsáveis pela geração e disseminação de inovações no sistema econômico [...]”. Nesta direção, a política industrial está na raiz do papel do Estado na dinâmica econômica de longo prazo”.

em relação aos demais e ao ambiente extra-sistêmico (FREEMAN (1988) *apud* CERQUEIRA (2000, p. 12)).

Da mesma maneira que as outras linhas de pensamento, a construção da teoria evolucionária está pautada num conjunto de premissas essenciais (Nelson e Winter, 1982), dentre as quais podem-se destacar:

- O processo de mudança econômica ao longo do tempo, isto é, no longo prazo é imprescindível na análise das capacidades, do comportamento das empresas (bem como de seus respectivos ramos de atividades) que atuam numa economia de mercado. Em particular, a transformação cumulativa no progresso tecnológico e na organização econômica.
- O desenvolvimento dos argumentos evolucionistas está intrinsecamente relacionado à contestação e ruptura de preceitos fundamentais, porquê não das principais bases de sustentação da chamada economia convencional, da teoria econômica ortodoxa: as empresas operam em busca dos maiores rendimentos possíveis que podem ser auferidos, através de um processo incessante da escolha dos melhores meios para se alcançar este objetivo pautando-se em regras que lhes são características, atentando para suas experiências passadas e os impactos destas na sua atuação presente, nas soluções dos problemas que surgem ao longo do tempo. Isto não quer dizer que as firmas maximizarão seus lucros, dado um conjunto de escolhas ótimas perfeitamente visualizadas, nem tampouco que a economia atingirá o equilíbrio.

O ambiente de “seleção natural” do mercado fará com que as empresas dotadas de maior capacidade organizacional, estratégica, tecnológica e inovativa – adquiridas pelo acúmulo de conhecimentos, isto é, pelas capacitações - sobressaiam-se frente às de menor habilidade para superar prováveis barreiras, de manter-se e expandir-se na dinâmica econômica. A denominação de mudança estrutural é fruto deste processo, a qual é caracterizada pelo fato de que enquanto certos ramos de atividade e agentes aumentam seus ganhos, sua lucratividade e, por conseqüência, sua participação na estrutura produtiva atual, outros têm sua atuação diminuída, redundando em perda de relevância econômica relativa. “Nossa teoria enfatiza a tendência das firmas mais lucrativas de expulsar as menos lucrativas; no entanto, não focalizamos nossa análise

em hipotéticos estados de “equilíbrio coletivo”, em que todas as firmas não-lucrativas desaparecem, e em que as lucrativas têm o tamanho desejado” (Ibid., p.19).

Tais autores verificam que o desejo da obtenção de maiores rendimentos por parte das empresas geralmente levam-nas a investirem no avanço tecnológico. Mas, por definição, não se sabe de antemão se uma inovação será bem sucedida ou não, o que torna a incerteza uma presença constante. Ao contrário da literatura econômica tradicional, entenda-se como “economia ortodoxa”, os agentes não possuem informações perfeitas dos desdobramentos de suas decisões, pois além da sua racionalidade ser limitada, o ambiente no qual eles atuam e interagem é complexo, dotado de eventualidades inesperadas, impossíveis de serem vislumbradas antecipadamente.

Em um cenário econômico regido por incertezas, os agentes reconhecem ser impossível conhecer todos os eventos e obter todas as informações sobre os mesmos (incerteza ontológica) e mesmo que isto fosse possível, agentes racionais reconheceriam sua capacidade cognitiva limitada para processar todas estas informações e escolher a ação ótima (incerteza epistemológica). Assim sendo, a tentativa de agir “como se” possuísse racionalidade substantiva ou plena, como supõem o *mainstream*, seria irracional em um ambiente de incerteza (ontológica ou epistemológica), e as teorias e modelos que trabalham sob esta hipótese derivam conclusões não realistas ou não aplicáveis empiricamente, restringindo-se à esfera meramente teórica.

No entanto, estas incertezas podem ser amenizadas mediante a criação do que se chama de “rotinas”. Além das rotinas, os evolucionistas destacam também outros elementos relevantes que não podem deixar de serem mencionados: *path dependence*, conhecimento e aprendizado.

2.2.1 Rotinas

O estabelecimento de regras e procedimentos (rotinas) comportamentais é uma das formas encontradas pelos agentes para atuarem menos expostos aos riscos num ambiente fortemente permeado de incertezas. Tais rotinas são definidas conforme a tecnologia vigente, bem como pela trajetória que esta seguirá, mas sob hipótese alguma isso significa dizer que as incertezas serão eliminadas, o que ocorrerá é uma provável redução das mesmas. Através das rotinas, as empresas evoluem, diferenciam-se com relação aos seus rivais e podem manter-se no mercado.

Definidas de modo genérico como “o comportamento regular e previsível, as habilidades das organizações”, as rotinas estão na raiz do processo de aprendizagem e assim sendo, das inovações (Nelson; Winter, 1982). As empresas comportam-se baseadas em rotinas organizacionais, as quais são recriadas conforme as trajetórias inovativas vão alterando e, uma vez estabelecidas, abrem espaço para o surgimento de diferentes padrões de interação, os quais tendem a acarretar soluções eficazes para os problemas de diferentes ordens normalmente enfrentados pelas empresas.

Tigre (1998) distingue dois tipos de rotinas: as estáticas e as dinâmicas. As rotinas estáticas caracterizam-se como sendo aquelas criadas baseando-se em repetições de práticas e comportamentos anteriores e as dinâmicas dizem respeito ao adicionamento, a incorporação permanente de novos conhecimentos, de novas habilidades ao cotidiano empresarial e do ambiente externo como um todo. Baptista (2000) acrescenta que as rotinas podem dar-se em três níveis: i) aquelas associadas às habilidades empresariais, ou seja, à capacidade tecnológica das unidades produtivas; ii) aquelas relacionadas ao crescimento e expansão das atividades existentes; e, iii) aquelas que são construídas objetivando aperfeiçoar as rotinas anteriores, as chamadas rotinas criativas.

2.2.2 *Path dependence*

As empresas fazem suas escolhas correntes pautadas em resultados das decisões tomadas no passado. Além do mais, as rotinas também fazem com que o conjunto de ações possíveis das empresas decorrentes de mudanças do ambiente institucional seja restrito. A trajetória histórica de sucesso ou fracasso de alternativas e procedimentos adotados em momentos anteriores reflete consideravelmente na direção das escolhas definidas no presente, podendo interferir inclusive nas que ocorrerão no futuro. Assim sendo, pode-se identificar mais uma característica marcante da dinâmica evolutiva da conjuntura empresarial: seu caráter histórico.

A opção das empresas por seguir um determinado caminho sofre a influência de acontecimentos aleatórios, de aprendizados decorrentes de situações concretas (os quais moldam suas competências) das oportunidades de mercado e de paradigmas tecnológicos. Dosi (1982) entende por paradigma tecnológico um modelo ou uma forma padrão para resolver certos

problemas técnicos. De fato, sobre a ascensão de um dado paradigma tecnológico, as empresas condicionam suas pesquisas, os conhecimentos científicos disponibilizados de modo a identificar quais são os impasses, os problemas que estão afetando sua desenvoltura e, além disso, delimitar e definir as melhores maneiras de solucionar tais dificuldades.

Para Lundvall (1992) o processo de aprendizagem é um elemento central na geração de inovações tecnológicas. O fenômeno da inovação deriva da combinação das competências acumuladas proporcionadas por conhecimentos existentes que foram obtidos anteriormente, com as experiências vivenciadas precedentemente pelas empresas e as novas alternativas que surgem inesperadamente e intencionalmente, traduzindo assim, a dependência da inovação futura em relação à passada. Enfim, uma vez que o avanço tecnológico segue trajetórias traçadas anteriormente pelas empresas, ou, em outras palavras, que as novas opções, os novos produtos, processos e métodos produtivos, assim como as novas formas organizacionais e as estratégias competitivas são influenciadas pela sua história, pode-se afirmar que as mesmas são *path dependents*. “Isto é, as firmas ao obterem sucesso em determinada ação, tornam-se reféns do seu próprio sucesso” (CABRAL, 2007, p. 39).

2.2.3 Conhecimento e Aprendizagem

Inovação tecnológica nada mais é do que a incorporação de conhecimentos nas atividades (Edquist, 1996; Lastres; Cassiolato, 2005). Conhecimentos criados (novos) ou conhecimentos existentes combinados de modos diferentes dos já efetivados em outros períodos. A produção de conhecimentos é uma fonte crucial de vantagem competitiva duradoura. As empresas que investem na busca constante de obtenção de conhecimentos, que procuram manter-se informadas sobre as transformações que permeiam o setor do qual faz parte detêm maiores possibilidades de permanência no mercado e mais ainda, de expansão.

Usualmente, costuma-se dizer que existem dois tipos de conhecimentos: o codificado e o tácito. O primeiro é aquele conhecimento formalizado e estruturado que se encontra disponível em livros, manuais, revistas, entre outros. Desta forma, “pode ser manipulado como informação”. Já o de caráter tácito é aquele conhecimento “implícito e incorporado” em agentes e áreas geográficas específicas que não pode ser transferido facilmente. O repasse deste tipo de

conhecimento, em particular, exige o contato direto entre os agentes envolvidos³², os quais podem trocar experiências e fazer demonstrações sobre seus saberes. Neste sentido, quanto mais próximo estiverem, quanto mais compactuarem das visões sobre algum aspecto, maiores serão as chances de repasse das habilidades pessoais. Aqui é necessário destacar a importância do ambiente institucional em contextos mais localizados como incentivador e favorecedor do compartilhamento de conhecimentos (LASTRES; CASSIOLATO, 2005; LEMOS, 1999; BRAGA, 2005).

Dada a rapidez no ritmo com que vêm se processando as mudanças no cenário mundial, a capacidade das empresas, das instituições e dos indivíduos de evoluir na construção de competências através de aprendizados torna-se cada vez mais fundamental para o desenvolvimento de tecnologias (Johnson; Lundvall, 2003). Caracterizado como um processo cumulativo, que envolve dentre outros aspectos a organização e as habilidades individuais, o aprendizado permite às empresas elevarem seus conhecimentos e com isso tornarem-se tendencialmente mais eficientes, desenvolverem dinamicamente suas inovações, adquirirem maior capacidade e praticidade na coordenação de suas decisões estratégicas, etc.

Para isto, podem utilizar as seguintes fontes de aprendizado: aprender via experiência própria (em “fazer”), ou seja, em organizar a atividade produtiva, ao definir o processo e o método a ser empregado, ao estabelecer rotinas (*learning by doing*), com a comercialização e o uso (*learning by using*); bem como com a busca de novas soluções para problemas específicos em departamentos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) (*learning by searching*). Além destas, por ser um processo altamente interativo, os esforços de aprendizado podem ser materializados na troca de conhecimentos com fornecedores, clientes, outras empresas concorrentes, organismos de apoio, em programas de treinamento e capacitação, participação em feiras, congressos, em instituições educacionais, entre outras.³³

³² Convém atentar para o fato de que se a transferência do conhecimento tácito implica em contato entre os participantes (o ensinamento, a conversa, etc.) tal interação propicia o fomento da criação de novo conhecimento, pois muitas vezes a transferência deste tipo de conhecimento (tácito) é bilateral, o que é diferente da transferência do conhecimento formal, sendo este último muito mais unilateral.

³³ A título de maiores esclarecimentos consultar: Freeman (1998), Lundvall (1998) e Lastres; Cassiolato (2005).

Neste sentido, convém salientar que para os teóricos evolucionistas o processo de desenvolvimento tecnológico está fundamentado num somatório de elementos e fatores os quais podem ser resumidos nas proposições que se seguem:

i) o conhecimento é o alicerce da economia, pois é justamente pela produção, aquisição, reconstrução, aplicação e repasse do conhecimento que se viabiliza a evolução da sociedade através da injeção incessante de inovação, fonte elementar de vantagem competitiva duradoura;

ii) sem aprendizado (seja formal ou informal) não há conhecimento, uma vez que é pela aprendizagem que os indivíduos, as empresas (no sentido abstrato), as organizações, as instituições obtêm e transferem conhecimentos que vão sendo acumulados ao longo do tempo;

iii) a empresa é considerada a unidade central neste processo, porém como é impossível entender e descrever a dinâmica da sociedade sem levar em consideração seu caráter sistêmico, interdependente e inter-relacionado, a análise das causas da inovação deve necessariamente ater-se às trocas de informações e conhecimentos entre os indivíduos da empresa e destes com outros agentes externos;

iv) o ambiente social, econômico e institucional interferem e são moldados pelos processos de aprendizagem, capacitação e inovação.

Partindo desta última proposição, ou seja, de que a inovação é um processo interativo condicionado pelo ambiente mais complexo do qual os agentes, ao mesmo tempo em que fazem parte, desenham, pelas mudanças de postura, seus contornos, busca-se no tópico seguinte discutir de forma concisa as contribuições teóricas da linha econômica institucionalista, pois são as diferentes formas de organizações (ora denominadas também como instituições) sejam públicas (universidades, institutos de pesquisas, financiadores, agências governamentais, entre outras) ou privadas (empresas, sindicatos patronais, incubadoras, associações empresariais, só para citar como exemplos) - que formam concretamente o aparato institucional necessário à caracterização de ambientes institucionais desencadeadores do processo de expansão de atividades produtivas - que estão no cerne do processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas.

2.3 Contribuições institucionalistas: subsídios teóricos para explicações de como o ambiente institucional interfere decisivamente nas trajetórias de crescimento econômico

É ilógico, seja em termos teórico, histórico ou analítico, discutir quais estratégias seriam mais eficientes para a consecução de performances econômicas satisfatórias, no sentido de criar condições sustentáveis para o crescimento de localidades retardatárias, ou até mesmo de assegurar o daquelas que já esbanjam índices positivos de trajetória, sem ter em mente a necessidade de tomar como pano de fundo, ou melhor, como o ponto de partida do pensamento a ser formulado, o papel determinante e determinado desempenhado pelas instituições. Estas, em interação com as empresas, ao estimularem e interferirem no processo de geração de inovações tecnológicas, de conformação da organização empresarial assumem importância crucial no contexto das mudanças que permeiam o estudo e a concretização da dinâmica econômica, conseqüentemente, do desenvolvimento.

Comumente, costuma-se associar o termo “crescimento” às expansões quantitativas de determinadas variáveis econômicas, o qual pode ser vislumbrado pelo “incremento na relação produto-capital”. Sustentando-se nos fatos reais da economia, pode-se afirmar que o apregoado “crescimento”, ou melhor, a forma como ocorre e em que intensidade diverge muito de país para país, de região para região, enfim, em todos os níveis geográficos. Na verdade, o crescimento é um processo múltiplo, passível de ser explicado e visualizado de diversas maneiras. Conforme a teoria institucionalista, tomando-a como um todo (sem considerar as separações teóricas patentes, típicas da Ciência Econômica), a incorporação da história, da análise temporal conta muito, pois se constata que continuamente ocorrem rupturas, superações e adequações de modos factíveis de atuar na sociedade, cuja mudança é um fator decisivo. Com isto, não há como separar o processo de crescimento das influências institucionais, já que “**crescimento** implica a existência de **instituições**, que surgem ou desaparecem em um contexto de **mudanças**. Portanto, há uma vinculação entre crescimento, desenvolvimento e mudança, cuja mediação é feita pelo ambiente institucional” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 26).

De fato, os diferentes padrões de desenvolvimento, e aqui cabe destacar que [...] ‘crescimento’ é a idealização das dinâmicas econômicas na qual ‘as coisas simplesmente se tornam maiores ou menores ou permanecem no mesmo tamanho’, enquanto no

‘desenvolvimento’, uma série de mudanças qualitativas também estão ocorrendo [...] (Dosi, Freeman, Fabiani, 1994, p. 1) são desenhados pelas instituições próprias de cada contexto sócio, cultural e político. As formas como estas são geradas, como funcionam, dependem sensivelmente das especificidades de cada localidade, moldadas pelas múltiplas possibilidades de atuação dos agentes.

O campo teórico institucionalista é bastante complexo e amplo, recheado de nuances conceituais, por causa do vasto conjunto de idéias divergentes, que ora mantêm uma certa relação e ora se distanciam completamente, porém isto não implica dizer que as mesmas são mutuamente excludentes. ‘[...] é muito mais fácil insistir para se tomar seriamente as instituições como parte dos domínios da teoria econômica do que oferecer uma definição precisa, não ambígua, e ao mesmo tempo suficientemente rica e restrita, do conceito de instituição’ (MÄKI (1993) *apud* PONDE (2005, p. 3)). Como resultado, não há uma definição única, homogênea para o termo em voga. O que existe, e isto “constitui a própria fonte de riqueza do pensamento institucionalista” (Samuels (1995) *apud* Conceição (2002, p. 85)) são diferentes abordagens, enfoques de como “pensar ou conceber instituições”.

Apesar do amplo leque teórico disponível, o qual pode ser dito como composto primordialmente, segundo as proposições de Conceição (2002)³⁴, pela escola institucionalista radical, também conhecida como “o antigo institucionalismo norte-americano”, pela corrente neo-institucionalista, pelas proposições dos autores pertencentes à Nova Economia Institucional (NEI), pelas elucidações da chamada Escola Francesa da Regulação e a natureza institucionalista do corpo teórico neo-schumpeteriano, optou-se por se debruçar (mesmo que de forma geral) nas reflexões postuladas pelo berço do institucionalismo, seguidas do posicionamento de autores se incluem em outras escolas e pela linha evolucionária que contempla o estudo das instituições não tão profundamente como àquelas correntes que se auto-intitulam como institucionalistas, a fim de dar continuidade, neste último caso, às idéias ressaltadas nas seções antecedentes.

Visto que os escritos de Veblen são indicados por todas as diferentes abordagens institucionalistas como os precursores deste pensamento, atribuindo-lhe - conjuntamente com as

³⁴ Em *Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista* (vide fontes bibliográficas), este autor faz um resgate pormenorizado e bastante pertinente da temática, constituindo assim, uma fonte de referência válida para aqueles que desejarem aprofundar a análise.

concepções de outros autores pertencentes ao grupo do “velho institucionalismo norte-americano” – a denominação de “matriz da Escola Institucionalista”, convém fazer menção a alguns aspectos da noção desenvolvida por este pensador. Deve-se atentar para o fato de que independente da abordagem escolhida, “o método de pesquisa institucionalista” pode ser subentendido como aquele voltado aos “conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, tornando explícito um forte vínculo com as especificidades históricas e com a ‘abordagem evolucionária’” (HODGSON (1998) *apud* CONCEIÇÃO (2002, p. 87)).

Longe de ser uma teoria geral tomada como de fácil aplicabilidade para qualquer contexto, o institucionalismo econômico é erguido “partindo de uma visão genérica da atividade humana, das instituições e da natureza evolucionária do processo econômico” em direção à construção de idéias específicas, voltadas para realidades diferenciadas, caracterizadas por todas as suas particularidades, tais como suas instituições, seus traços históricos e o modo de comportamento e inter-relação de todos os agentes. “[...] as concepções baseadas nos hábitos da atividade humana [...] requer outros elementos, tais como demonstrar como grupos específicos de hábitos comuns estão ‘enraizados’ (*embedded*) e são reforçados através de instituições sociais específicas” (Ibid.).

Segundo o pensamento Vebleniano o indivíduo age sempre no intuito de manter-se na sociedade, através de um “processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins, que, cumulativamente, se modificam, enquanto o processo avança” caracterizando um processo de seleção adaptativa. Com isso as instituições, isto é, “os hábitos estabelecidos de pensamentos comum à generalidade dos homens [...] resultantes de uma situação presente, que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista” (Veblen (1919) *apud* Hodgson (1993, p.15)) mudam, cujo impacto pode ser favorável ou desfavorável ao processo de crescimento, a depender das opções feitas, dos hábitos e das ações desenvolvidas. Tal percepção descreve um dos pontos centrais do ‘antigo legado’ institucionalista, o qual, tendo em Veblen seu grande destaque, enxerga o desenvolvimento da atividade econômica como um processo e não como algo preestabelecido que converge ao equilíbrio.

Ao tentar elaborar um conceito “geral” e ao mesmo tempo “mínimo” sobre o que seria instituição capaz de abranger teorias que de alguma forma podem ser consideradas como

institucionalistas, Pondé (2005) comenta que um elemento comumente mencionado (indispensável) nas várias definições existentes é que instituição refere-se a “[...] algum tipo de *regularidade dos comportamentos*, ou ainda de algum tipo de *estrutura* subjacente que gera esta regularidade” (p. 3). Uma instituição deve ser vislumbrada “como uma organização social que, mediante a operação de tradições, costumes ou restrições legais, tende a criar padrões de comportamento duráveis e rotineiros. É esta mesma durabilidade e caráter rotineiro, em um mundo complexo e algumas vezes volátil, que torna possível uma ciência social com alguma aplicação prática” (HODGSON, 1988, p. 10).

Além disto, o sentido de “regularidade comportamental” apresentado pelas inúmeras definições é concebido como de “caráter *social*”. Pensar em instituições significa analisar como os indivíduos estão se relacionando uns com os outros, moldando determinadas ações conjuntas, temporárias ou duradouras, a depender de como cada parte envolvida enxerga a interação, se favorável ou não aos seus interesses. Tal “regularidade de comportamento” deve cumprir o “papel em canalizar, padronizar ou coordenar as interações entre os agentes” (PONDÉ, 2005, p. 4). Desta última idéia, pode-se afirmar que as instituições manifestam-se das interações humanas, que se por um lado às criam, por outro são organizadas e coordenadas por estas mesmas instituições. “As instituições são um tipo de *infra-estrutura* que facilita – ou impede – a coordenação entre as pessoas [...] funcionam então como um tipo de contexto de racionalidade, que emerge das interações humanas e simultaneamente as governa” [...] (SJÖSTRAND (1995) *apud* Ibid.).

Conforme abordado em seções anteriores, não há como prever com exatidão as atitudes que serão tomadas pelos indivíduos. Ao se relacionarem uns com os outros, determinadas posturas individuais, tomadas sem o compartilhamento de objetivos mútuos, podem comprometer um resultado que seria propício ao grupo como um todo. O que é explicado pela complexidade das informações, das incertezas que permeiam as relações sociais e econômicas. Desta constatação, percebe-se o papel fundamental que as instituições têm na viabilização das atividades produtivas. Pois, baseando-se nas acepções de North (1994), a principal função das instituições é “diminuir o custo das interações humanas ao tornar os comportamentos mais previsíveis”, ou em outras palavras, ao permitir uma certa estabilidade nas expectativas com relação às estratégias a serem adotadas pelos agentes, o que pode ser alcançado via constância das ações, das próprias instituições. “Instituições econômicas são regularidades de

comportamento, social e historicamente construídas, que moldam e ordenam as interações entre indivíduos e grupos de indivíduos, produzindo padrões relativamente estáveis e determinados na operação do sistema econômico” (PONDÉ, 2005, p. 5).

Como se pode observar, o tratamento teórico do campo institucionalista é impreciso, a começar pelas várias definições sobre o que seja instituição. A fim de tentar tornar mais claro o entendimento desta temática, faz-se necessário destacar alguns termos e seus respectivos conceitos. Pondé (2005) fornece possíveis interpretações sobre os mesmos. Um deles é o que se chama de *ambiente institucional*, o qual pode ser compreendido como o “conjunto de ‘regras do jogo’ econômicas, políticas, sociais, morais e legais que estabelecem as bases para a produção, troca e distribuição de uma economia capitalista” (p. 11).

Outros dois seriam *organizações* e *mercados*, os quais representam respectivamente, “as entidades institucionais que configuram agrupamentos de indivíduos cujos comportamentos estão subordinados a determinadas metas e objetivos definidos para esta coletividade específica (como, por exemplo, uma empresa privada ou uma universidade pública)” e os espaços institucionais nos quais os agentes interagem nas negociações econômicas, tais como “compradores, vendedores e competidores” (Ibid.).

Por fim, as *instituições empresariais*, que podem ser definidas como as formas pelas quais as empresas podem se organizar internamente, definindo mecanismos de interação com outras empresas, com clientes, com organizações de apoio e fomento, entre outros, desdobrando-se assim em importantes condicionantes de seu desempenho, da capacidade competitiva de desenvolver produtos e serviços tecnologicamente melhores, permitindo-a potencialmente concorrer em posição privilegiada frente às outras. No contexto das instituições empresariais, têm-se os *arranjos institucionais* os quais podem ser definidos como “*unidades funcionais*, ou seja, segmentos da tessitura institucional cuja delimitação é feita por meio da identificação de uma funcionalidade específica na organização das atividades econômicas”, podendo-se citar como exemplo no âmbito empresarial, a estrutura hierárquica de uma dada empresa, integrada por diferentes níveis gerenciais, desde o proprietário até funcionários (LANGLOIS e ROBERTSON (1995) *apud* PONDÉ (2005, p. 12)).

O destaque dado à inovação tecnológica pelos teóricos evolucionários faz parte deste contexto institucional. Sabe-se que as inovações são o meio mais eficaz de concorrer

competitivamente por fatias de mercado e por lucratividades cada vez maiores. Estas inovações são geradas e difundidas através da interação de diferentes e complementares entidades institucionais. Em decorrência da evolução da história econômica, concebida nos moldes atuais como fortemente dependente do avanço tecnológico, torna-se crescentemente necessário promover investimentos em setores geradores de conhecimento, de desenvolvimento científico, de capacitação profissional, pois só assim será possível manter-se atuante, e até mesmo sobreviver. Mas, se por um lado a inovação tecnológica desencadeia o crescimento e a sustentabilidade de atividades produtivas, por outro, requer um ambiente institucional favorável, no sentido de que à medida que os avanços tecnológicos vão sendo produzidos por meio da interação entre as entidades institucionais tais como as empresas, as associações industriais, as universidades, os órgãos técnicos, as agências governamentais, entre outros, estas mesmas entidades, ou melhor, as instituições devem acompanhar e até mesmo estabelecer o ritmo de evolução com que isto vai acontecendo.

Mais uma vez, atesta-se a impossibilidade de conceber o processo de crescimento separadamente da análise institucional. As instituições modificam-se com o passar do tempo, a partir das transformações naturais promovidas pelo sistema econômico, e são elas próprias que lançam as bases que viabilizam este processo dinâmico. Nestes termos, após apreender a importância do ambiente institucional na definição dos diferentes padrões de desenvolvimento, passa-se no capítulo seguinte a investigar como a aproximação espacial, geográfica e institucional de diferentes agentes em torno de uma atividade produtiva, - cuja terminologia mais apropriada de definição é a de Arranjo Produtivo Local -, pode acarretar o crescimento e até mesmo o desenvolvimento de localidades situadas em regiões consideradas atrasadas economicamente, que têm no compartilhamento de conhecimentos, de experiências produtivas, técnicas e num aparato institucional atuante alguns dos aspectos primordiais para a superação de problemas que surgem permanentemente.

3 – O FENÔMENO DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA: DEFINIÇÕES TEÓRICAS E DESCRIÇÃO DA CADEIA TÊXTIL-CONFECIONISTA

3.1 – Inserção na temática

As transformações que vêm ocorrendo no cenário econômico mundial nas últimas décadas estimulam discussões em torno dos meios mais eficazes para promover o crescimento de setores produtivos e de regiões menos desenvolvidas. Tais mudanças, resultantes de um processo de reestruturação produtiva, decorrente, por sua vez, do fenômeno da globalização (financeira e do paradigma das Tecnologias de Informação e Comunicação/ TICs), refletem na procura, por parte das empresas, de uma maior flexibilidade no modo de produzir (LASTRES; FERRAZ, 1999).

Esta flexibilidade pode ser entendida no sentido da utilização de uma estratégia de inovação contínua, pautada em equipamentos flexíveis e de uso diversos, de uma mão-de-obra capacitada, onde a competição e cooperação entre as firmas geram um ambiente propício à inovação, e a busca pela mesma muitas vezes implica em reorganização societária (incorporação, cisão, fusão, etc.), *outsourcing*, terceirização, fazendo com que a pequena empresa ganhe um novo papel neste paradigma produtivo.

A análise histórica da evolução empresarial expõe uma realidade na qual as empresas de pequeno porte, quando comparadas com os grandes empreendimentos, podem ser consideradas pouco eficientes em virtude de dificuldades atreladas à sua pequena escala, aos problemas de natureza administrativa/ gerencial, financeira e tecnológica. Assim, pode-se afirmar que, em certas localidades e em mercados específicos, as pequenas empresas, se operarem em cooperação e sob o regime de produção flexível, têm vantagens competitivas (LEMOS, 2003).

Até o início dos anos 1970, aproximadamente, o processo produtivo era concebido sob os moldes *fordista/ taylorista*, caracterizado pela produção em massa de bens padronizados, no qual as empresas obtinham ganhos de produtividade mediante o aumento da escala. Entretanto, a partir de meados desta mesma década, o padrão de produção até então dominante encontraria seus

limites, vindo posteriormente perder força, dando lugar parcialmente³⁵ a uma nova forma de organização industrial, inicialmente denominada de *toyotismo*, em referência às novas formas de organização da produção aplicadas pela indústria japonesa (COSTA; COSTA, 2005).

Naquele momento, simultâneo à crise (estagflação) nas principais economias industrializadas, verificava-se o sucesso de algumas regiões que tinham nos aglomerados de pequenas empresas, situadas em proximidade geográfica, seu ponto forte. De fato, por oferecerem uma maior flexibilidade e adaptabilidade ao novo contexto produtivo mundial, as pequenas e médias empresas começaram a se configurar como entidades institucionais competitivas, para o nascente paradigma da produção flexível, seja pelos reduzidos *sunk costs* (que lhe permitem mais rápida troca de tecnologias), sejam pelas elevadas mortalidade e natalidade de empresas (o que moderniza o “aglomerado” pela transformação na sua composição) (LEMOS, 2003).

Estas características empresariais, associadas ao momento histórico (de fortalecimento do liberalismo político, social e econômico³⁶) por que passavam as principais economias desenvolvidas, abre uma “janela de oportunidade” para que as pequenas e médias empresas passem a ser ‘alvo’ de políticas públicas de diversos tipos, desde o combate ao elevado desemprego europeu das décadas de 1970 e 1980, passando pelo apoio ao desenvolvimento tecnológico no Vale do Silício (EUA) até o desenvolvimento regional, na Itália e Espanha (SCHMIDT FILHO, 2007).

Não é simplesmente a mera existência de empresas de porte pequeno e ou médio que adquire um caráter peculiar. Como o processo de reestruturação produtiva também foi caracterizado por uma nova “onda” de fusões e aquisições entre grandes empresas, associadas à idéia do *Global Sourcing*, a literatura da área³⁷ inicialmente avaliou que a noção de território

³⁵ Isto porque o *fordismo* surge no momento em que a produção artesanal (ou sob encomenda) era o padrão, e as duas coexistiram. O mesmo acontece com o *toyotismo*, pois hoje coexistem a produção artesanal, a produção *fordista* e a produção *toyotista*. Em outros termos, um dado padrão tecnológico, o qual pode ser definido como uma forma de produzir, aliada a uma regulação do Estado e das instituições que predomina, coexiste com o padrão até então dominante (PIORE e SABEL, 1984).

³⁶ Com o fortalecimento de governos com posições radicais em defesa do livre-comércio, das privatizações, da redução dos gastos com políticas sociais e da negação da Política Industrial como instrumento de desenvolvimento e estímulo à competitividade.

³⁷ Para maiores esclarecimentos consultar Tatsch (2006).

estaria perdendo significância econômica, pois a origem do capital não seria mais relevante, bem como apenas empresas com características operacionais globais teriam condições de competir neste novo ambiente.

Entretanto, a experiência histórica mostrou que as características e dimensões locais, na verdade, ganharam uma nova relevância, na medida em que elementos como preferências do mercado consumidor, especificidades de matérias-primas e qualificações dos recursos humanos carregam aspectos fortemente condicionados por características locais. Mais do que isto, nos espaços regionais produtivos que emergem o modo como estas firmas se reúnem, formando um sistema de produção, potencializa sua capacidade de poderem responder rapidamente às modificações na demanda.

O contexto sócio-cultural e histórico que envolve estas empresas constitui um aspecto primordial nos aglomerados industriais, configurando-se como um fator determinante da competitividade. Do mesmo modo, a presença de instituições e o formato das relações sociais que se estabelecem no interior destas concentrações produtivas exercem papel relevante no desempenho econômico de uma determinada região. Se a cultura local for caracterizada pela adoção de práticas oportunistas, onde os agentes são guiados pelo auto-interesse em detrimento de comportamentos interativos, o nível de capacidade competitiva da região diminui e o poder de sobrevivência das pequenas e médias empresas é sensivelmente reduzido (CAMPOS, 2004).

3.2 – Aglomerações produtivas: a importância da dimensão local no compartilhamento de experiências e na consolidação de atividades econômicas

Durante muito tempo a importância dada à concentração espacial de atividades produtivas, à localização das empresas, à idéia de território e espaço físico foi deixada à margem em diversas linhas de investigações econômica, particularmente no *mainstream* da ciência econômica. Importância esta resgatada quando da “procura de uma melhor compreensão sobre os fatores subjacentes ao melhor desempenho competitivo das unidades produtivas” (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 23). Mais ainda, quando da busca do entendimento dos motivos que levaram ao surgimento de aglomerados de micro e pequenas empresas (MPEs)

eficientes, bem-sucedidos em determinadas localidades específicas onde o caso mais “emblemático” é aquele da região da Terceira Itália.

É bastante ampla a literatura que versa sobre o fenômeno da aglomeração produtiva, pelo qual se entende a existência de forças centrípetas que induzem um conjunto de empresas de um mesmo ramo de atividade ou de ramos correlatos a se concentrar em uma determinada região geográfica³⁸. Denominada, conforme pode ser visto em Schmidt Filho (2007, p. 71), como “uma área geográfica com certas características homogêneas (ou comuns) que a distinguem de áreas adjacentes ou de outras regiões”, que serve como unidade político-administrativa e econômica, podendo ser usualmente alvo de políticas públicas, assim como de outros instrumentos de planejamento governamental regionalmente concentrado.

Na própria região Nordeste, vários pesquisadores³⁹ do assunto centralizam seu foco de análise nas relações interpessoais, interfirmas e entre estas e as demais instituições, bem como na percepção das características do ambiente onde estas se encontram inseridas, destacando a relevância do incentivo aos aglomerados produtivos já existentes e/ ou potenciais como um meio para promover o desenvolvimento econômico da região. Entretanto, deve-se observar que não há uma definição consensual sobre o fenômeno, fato que pode ser constatado pela utilização de diferentes nomes e conceitos para descrevê-lo. Um dos termos comumente encontrados na literatura é o de *clusters*, os quais podem ser definidos como:

‘concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para competição. Os clusters abrangem, por exemplo, fornecedores de insumos especializados, tais como componentes, máquinas, serviços e provedores de infra-estruturas especializadas. Clusters freqüentemente se estendem na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes empresas relacionadas por qualificação da mão-de-obra, tecnologias ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem instituições governamentais e de outra natureza, tais como universidades, instituições de controle de qualidade, empresas de pesquisa e geração de idéias, especializadas em qualificação profissional, e associações patronais, que provêem treinamentos especializados, educação, informações, pesquisa, e suporte técnico’ (PORTER *apud* CAMPOS, 2007, p. 4).

³⁸ Convém salientar que Marshall (1985) iniciou os estudos sobre este assunto, sendo sua concepção nos dias atuais conhecida como Distrito Industrial (DI), base para uma das abordagens empregadas na discussão sobre APL’s.

³⁹ Por exemplo, consulte: MOUTINHO; CAMPOS (2007).

Dada a natureza mais complexa da definição deste conceito e sua difícil aplicação a regiões menos desenvolvidas, ganhou espaço no Brasil a formulação e adesão de outros conceitos análogos. Dentre eles, o que mais frequentemente vem sendo enfatizado nas discussões sobre esta temática é o de Arranjo Produtivo Local (APL), desenvolvido pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (*RedeSist*)⁴⁰, o qual engloba a aglomeração territorial (pré-requisito primordial nos estudos de *clusters*) de atores econômicos, políticos e sociais com articulações incipientes, e a existência de qualquer um dos outros elementos que compõem um *cluster*. Como afirmam Lastres e Cassiolato (2005) APL's são “casos fragmentados” dos chamados Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPILs). Estes últimos se diferenciam da abordagem de APL's pelo fato dos agentes envolvidos na aglomeração terem vínculos mais consistentes.

Por ora, torna-se indispensável explicar quais razões levam ao surgimento dos aglomerados industriais. Tais concentrações espaciais podem resultar de um processo histórico, natural ou espontâneo, como também de fatores geográficos, culturais e políticos. “A formação de ASPIIL's encontra-se geralmente associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais) a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum” (Ibid, p. 2).

Caracterizados por sua “dimensão territorial”, na qual a proximidade geográfica permite o compartilhamento de opiniões e valores culturais, sociais e econômicos; pela “diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais”, ou seja, pela presença e interação de empresas (e suas diferentes formas de representação e associação) e outras organizações públicas e privadas; pelo “conhecimento tácito”, o qual pode ser entendido como aquele conhecimento que está incorporado em indivíduos, organizações e regiões com forte especificidade local; por processos de “inovação e aprendizado interativos”, onde a disseminação de conhecimentos e o aumento da capacitação produtiva e inovativa dependem fundamentalmente do aprendizado pré-existente e do adquirido com o tempo; pela “governança” que corresponde aos diversos modos de coordenação entre os agentes e atividades e, por fim, ao “grau de enraizamento”, definido pela

⁴⁰ Muito dos conceitos e das definições utilizados neste trabalho têm estreita relação com as formulações teóricas desenvolvidas pelos pesquisadores da *RedeSist*, grupo mais atuante do País nesta área de conhecimento. Cabe ressaltar que os enfoques conceituais, metodológicos e analíticos adotados pela *RedeSist* estão balizados nos conceitos chave da literatura neo-schumpeteriana/ evolucionária.

freqüência e intensidade das relações econômicas e sociais estabelecidas dentro do próprio arranjo, vis-à-vis suas relações externas (mercados, fornecedores, instituições, etc.).

A análise pautada em noções como a de APL's reúne algumas vantagens⁴¹, cujas principais são:

- Supera a visão convencional baseada no simples estudo da empresa individual, dos setores ou de cadeias produtivas. Assim sendo, torna-se possível auferir interpretações acerca não só das atividades econômicas, mas também do território no qual se realizam;
- Tem como escopo investigativo as relações estabelecidas entre um conjunto de agentes e atividades afins;
- Inclui a dimensão espacial, onde ocorre o aprendizado, a geração de capacitações produtivas e inovativas, além da circulação dos conhecimentos tácitos;
- Apresenta-se como meio potencial de aplicabilidade de políticas que visem o desenvolvimento industrial, sobretudo, de promoção dos processos de aprendizado, inovação e criação de capacitações.

Dentre os argumentos utilizados em prol dos incentivos à formulação de políticas que objetivem melhorar as condições produtivas destes aglomerados como estratégia de estímulo ao desenvolvimento local, destacam-se:

- A interação entre empresas (especialmente as de menor porte) e entre estas e outras organizações aumentam consideravelmente suas chances de sobrevivência e crescimento sustentável, devido ao aproveitamento das “sinergias coletivas” provenientes da cooperação, da mudança tecnológica e do aprendizado;
- Deste modo, ampliam-se, por conseguinte, as possibilidades de “alavancagem” do desenvolvimento local, econômico e social;
- Políticas para promoção de MPEs tendem a dar resultados mais satisfatórios quando direcionadas ao seu entorno econômico-institucional.

⁴¹ Estas vantagens estão retratadas no trabalho de Cassiolato e Lastres (2003).

Os APL's geralmente possuem vantagens competitivas, que atraem investimentos para as meso, micro-regiões e municípios aos quais podem pertencer. Como consequência, o próprio aglomerado é fortalecido, acarretando crescimento da renda local, o que, por sua vez, desperta o interesse de pessoas situadas nas proximidades a virem se instalar na região, tornando necessária a realização de novos investimentos públicos em infra-estrutura física e social. Isto instiga o interesse de empresas prestadoras de serviço e de outra natureza a se estabelecerem no local, favorecendo ainda mais as oportunidades de sucesso do arranjo. Campos (2007) faz uma interessante conjunção de fatores que justificam a ênfase dada ao apoio destas aglomerações produtivas:

O desenvolvimento local pode ser conseguido dentro de um ambiente de externalidades positivas. Ou seja, o estado supre uma aglomeração já existente de medidas que reduzam as carências comuns, ampliando um círculo virtuoso. Este tipo de política pública tende a gerar *spillovers* tecnológicos e regionais. Em outros termos, há uma ênfase na inovação tecnológica que tende a se difundir com rapidez. Além disto, o desenvolvimento costuma atingir municípios vizinhos. O apoio à aglomeração produtiva é barato. Pode-se fazer este tipo de afirmação, porque, em geral, as medidas adotadas envolvem a criação de entidades que supram o arranjo de informação, treinamento e que gerem um ambiente de cooperação. Este tipo de gasto se reduz no tempo, porque se entende que com o desenvolvimento do arranjo o empresariado toma a iniciativa de manter estas instituições (CAMPOS, 2007, p. 4).

Levando em consideração o interesse crescente por parte de diversos pesquisadores seja em âmbito internacional, nacional e/ ou regional de conhecer com maior profundidade a dinâmica e o funcionamento das aglomerações empresariais, pode-se constatar a existência de várias concepções disponíveis para análise investigativa. Schmitz (1999) discorre sobre o tema propondo a classificação de quatro abordagens distintas: i) a neoclássica (ou *mainstream*); ii) a da economia de negócios (ou economia de empresas); iii) a da economia regional; e, iv) a da economia da inovação⁴².

A **abordagem do *mainstream*** está fundamentada em pressupostos neoclássicos e acredita que o surgimento das aglomerações produtivas dá-se a partir das economias crescentes de escala que se originam das externalidades positivas provenientes da proximidade das empresas. Os

⁴² Como já afirmado, na presente pesquisa a interpretação dos dados obtidos empiricamente será feita baseando-se nas proposições neo-schumpeterianas/ evolucionárias. Não obstante, convém descrever mesmo que de forma sucinta as características das demais abordagens.

autores pertencentes a esta corrente discorrem sobre o desenvolvimento econômico vinculado aos fatores de aglomeração numa versão atualizada do distrito industrial marshalliano.

Marshall (1985) classifica os ganhos decorrentes de um aumento da escala de produção em duas categorias, a saber: i) aqueles relacionados com o desenvolvimento geral da indústria, os quais denomina de economias externas; e ii) aqueles relacionados com os recursos, com as organizações e com a eficiência na administração de cada empresa em particular, os quais chama de economias internas. Segundo ele, as externalidades positivas são criadas, sobretudo, no âmbito das pessoas, isso o leva a enfatizar o mercado de trabalho e a transferência de aptidões hereditárias, além da habilidade dos trabalhadores.

Krugman (1991) apresenta as principais vantagens das aglomerações produtivas tal como abordadas por Alfred Marshall. Uma delas é o fato de que, ao concentrar um número de firmas de uma indústria no mesmo lugar, possibilita a formação de um mercado local para mão-de-obra especializada, o que beneficia tanto os trabalhadores quanto as empresas. Os empregadores vão poder recorrer a lugares em que possam encontrar trabalhadores qualificados dotados das habilidades de que necessitam, e ao mesmo tempo, estes trabalhadores vão se dirigir aos locais onde a sua mão-de-obra está sendo demandada criando assim, um mercado estável. Um proprietário de uma empresa isolada, mesmo tendo acesso a uma abundante fonte de trabalhadores comuns, freqüentemente necessitará fazer expressivas substituições visando adquirir mão-de-obra especializada, mas neste caso, quando um trabalhador for demitido demorará a ter sua mão-de-obra absorvida novamente.

A localização conjunta de atividades permite o aumento de transações suplementares. Nas proximidades onde a indústria principal está instalada surgem atividades subsidiárias que contribuem para o fomento desta indústria, através do fornecimento de implementos, equipamentos, materiais e da organização do comércio. Além disto, o uso econômico de máquinas de alto custo pode algumas vezes ser obtido em um local onde exista uma grande produção agregada da mesma espécie, mesmo que o capital individual empregado na negociação seja pequeno. Neste sentido, indústrias subsidiárias que dedicam parte significativa do processo produtivo às grandes fábricas podem usufruir as vantagens provenientes do emprego de máquinas sofisticadas.

Campos (2004) chama atenção para disponibilidade de outros estudos que se enquadram nesta vertente teórica, citando como exemplo as idéias desenvolvidas por Krugman; Venables (1995) ⁴³. Tais autores, ao admitirem a “hipótese de um contínuo de localidades com dotações iniciais idênticas” concluem (ao fazerem uso do entendimento dos retornos crescentes de escala e do processo de otimização dinâmica) que o equilíbrio onde regiões possuem igual participação na renda é instável, assim sendo, qualquer distúrbio aleatório leva à concentração espacial da produção (Ibid., p. 60).

Na **abordagem da economia de empresas** atribui-se grande importância às formulações teóricas de Porter (1989 e 1991) sobre as vantagens competitivas, ou seja, na competitividade e nas estratégias de competição das empresas. Porter (1991) acredita que o grau da concorrência em uma dada indústria, conseqüentemente, o seu desempenho, isto é, o potencial de lucratividade está relacionado a cinco forças competitivas: i) risco à entrada de novos competidores; ii) ameaça de substituição por outros produtos; iii) poder de negociação dos compradores; iv) poder de negociação dos fornecedores; e v) competição interna entre as empresas existentes.

Assim, ao discutir questões ligadas às estratégias empresarias possíveis de serem adotadas, Porter (1991) destaca que a integração vertical (processos de fusão) pode ser substituída pelo estabelecimento de relações de parcerias. Para este autor, a competição se dá entre regiões e não entre empresas, o que o leva a afirmar que um esquema empresarial caracterizado por parcerias/ acordos de longo prazo, desdobrando-se na existência de cooperação regional é uma alternativa vital para a manutenção e o aumento da competitividade das empresas, por conseguinte, das regiões.

Os autores que fazem parte da **abordagem da economia regional** estudam o processo de formação dos aglomerados empresariais baseando-se, sobretudo, nas experiências da Itália e de outros países da Europa, enfatizando a relevância dos bens não-comercializáveis (*nontradables*) na dinâmica competitiva das regiões, tais como: atividades de treinamento, adaptação de tecnologias, *design* e outras atividades acessórias (CAMPOS, 2004).

Nesta vertente teórica, a cooperação de pequenas e médias empresas (PMEs) atuando em redes é tida como uma fonte propulsora de economias de escala. Seguindo este raciocínio, Ramírez-Rangel (2001) ao considerar a existência de diversas formas de cooperação, analisa a

⁴³ Outros exemplos de tratamento teórico desta abordagem podem ser encontrados em Campos (2004).

mesma não pela troca de informações técnicas entre funcionários, ou pelas relações formais de parcerias, mas sim pela importância do ambiente institucional. As empresas criam, com a ajuda de associações e dos governos regionais e locais, instituições responsáveis pela geração e oferta de bens coletivos. Tais instituições têm como funções elementares o treinamento, a pesquisa e desenvolvimento, o *marketing* e coordenação de aquisições coletivas, por exemplo. Ressalta-se que estas instituições geralmente apresentam as seguintes características: “são parcerias público-privadas; adquirem um estatuto sem fins lucrativos; e requerem a coordenação de vários atores para trabalhar com eficácia” (Ibid, p. 154).

No entender deste autor, o surgimento e a posterior manutenção de tais instituições de cooperação está ligado a fatores centrais e locais. No que tange aos fatores centrais, pode-se dizer que estes se referem a normatização nacional, ao modo de intervenção do estado nacional; já com relação aos fatores locais, os mesmos englobam a estrutura social local (e seu papel na colaboração entre os atores) e a atuação dos governos estaduais e municipais. Afirma-se que o governo tanto regional como local, pode atuar (mesmo que de forma limitada) incentivando a cooperação das pequenas empresas, contribuindo para o aumento do nível de segurança dos agentes.

Ramírez-Rangel (2001) argumenta ainda que o poder financeiro do estado pode apoiar a ação de coordenação de três formas: na primeira, o governo pode oferecer subsídios aos agentes que estão participando da cooperação e com isso estimular os que estiverem dispostos a iniciar esta ação; na segunda, o estado pode apoiar o estabelecimento de acordos que sejam auto-aplicáveis; e na última, ao iniciar a sequência de contribuições, o mesmo pode levar ao incentivo de outras formas de ajuda aos participantes da cooperação. Esta visão leva a entender que há um certo automatismo. Se houver incentivos suficientes provavelmente existirá cooperação. Porém, trata-se de uma visão limitada, pois não basta a existência de instituição formal com mecanismos de incentivos se a “cultura local” não for de cooperação. Teria-se apenas “*free riders*”, uma vez que o incentivo não seria sustentável.

Os pesquisadores vinculados **à abordagem da economia da inovação** detêm suas interpretações na noção de sistemas nacionais, setoriais, regionais e locais de inovação. Em conformidade com a definição proposta por Lastres; Cassiolato (2005) entende-se por sistemas de inovação um conjunto de instituições/ organizações que desempenham papel importante ao

atuarem no sentido de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de inovação e do processo de produção, difusão e uso do conhecimento. A essência deste conceito reside na idéia de que o desempenho inovativo seja de um setor, país, região e/ ou localidade está intimamente relacionado ao modo de interação entre as empresas e organizações de ensino e pesquisa e entre estas com os outros agentes.

Ao sugerir que a proximidade entre os atores no contexto de um ambiente sócio-econômico comum pode impulsionar o estreitamento das relações abrindo espaço não só para a troca de informações e conhecimentos, mas também para o fomento dos processos de aprendizagem, a noção de sistemas de inovação presume que a inovação constitui um fenômeno sistêmico e interativo e que a capacidade de inovação depende da conjunção de fatores sociais, políticos, institucionais e culturais próprios dos ambientes nos quais atuam os diferentes agentes.

Batschauer; Campos (2005) ressaltam que os sistemas locais envolvem vários elementos. Quando a análise visa obter informações sobre a caracterização da estrutura produtiva de qualquer APL, os principais são: i) a divisão do trabalho dentro da aglomeração produtiva; ii) a quantidade de empresas existentes configurando a densidade do arranjo; e iii) o tamanho das empresas.

Esta abordagem sofre forte influência das concepções teóricas formuladas por Schumpeter e por Nelson; Winter, uma vez que a discussão teórica acerca dos arranjos produtivos dentro da literatura da inovação segue a compreensão do enfoque neo-schumpeteriano/ evolucionário cuja característica elementar é explicar a dinâmica capitalista através da inovação tecnológica.

Em geral, existem dois tipos de inovações: “a ‘radical’ que se refere ao desenvolvimento de um novo produto, processo ou forma de organização da produção inteiramente nova; e a ‘incremental’ que se refere à introdução de qualquer tipo de melhoria, sem alteração substancial na estrutura industrial” (LASTRES; CASSIOLATO, 2005, p.13). Desta maneira, o surgimento de um APL em uma determinada região pode ajudar no processo de *catch up*, ou seja, no seu crescimento econômico fazendo com que a mesma alcance aquelas regiões que se apresentam em melhor situação (CAMPOS, 2004).

No enfoque neo-schumpeteriano/ evolucionário o conhecimento⁴⁴, base do processo de inovação, é mais do que informação. Compreende elementos tácitos parcialmente intrínsecos em indivíduos, empresas e instituições/ organizações, por meio de seus hábitos e rotinas, e se encontram geralmente associados a contextos específicos, o que facilita sua circulação localizada e dificulta sua “transmissão, acesso e uso por atores externos a tais contextos”, constituindo-se em fonte de competitividade duradoura. O aprendizado, aspecto chave do acúmulo de conhecimentos, é socialmente determinado por meio de interações coordenadas pelo ambiente institucional.

Em outras palavras, os defensores desta linha de pensamento destacam que o progresso tecnológico e o conhecimento apresentam-se cada vez mais como elementos imprescindíveis da dinâmica e do crescimento econômico. Assim, os processos de aprendizagem e a determinação social que existe por trás deles são enfatizados, reconhecendo-se que há consideráveis diferenças entre os agentes econômicos, bem como das suas capacidades de aprender, já que o aprendizado está relacionado fortemente com aprendizados anteriores. Outro ponto discutido nesta abordagem é o entendimento da existência de consideráveis diferenças entre sistemas econômicos e de inovação dos países, tendo em vista que cada um tem um contexto político, institucional e social específico.

Campos (2004) destaca que a mera existência de associações de empresários em um dado arranjo não é suficiente para garantir o aprendizado nas empresas, sendo necessário observar o modo de atuação destas associações. Logo, as políticas devem ser conduzidas de modo a proporcionar às associações os meios que as possibilitem atuar na direção da geração de aprendizado. Isso depende sensivelmente de instituições de desenvolvimento e de práticas para coordenar a rede de produção.

No contexto dos arranjos produtivos locais, o papel desempenhado pelas instituições sobre os processos de inovação é cada vez mais crescente e enfatizado dada sua influência sobre os processos de aprendizagem e de interação entre os agentes. Neste sentido, torna-se necessário perceber de que modo a estrutura e a dinâmica institucional de um determinado aglomerado produtivo interfere no seu crescimento e/ ou desenvolvimento, tanto econômico como social sustentavelmente.

⁴⁴ Os diferentes tipos de conhecimentos estão descritos em Lastres; Cassiolato (2005).

Conforme Williamson (1996), para que as relações de cooperação típicas do funcionamento de uma economia de mercado possam ocorrer sistematicamente, as pessoas precisam confiar umas nas outras ou, na falta de confiança pessoal, nas instituições que atuam restringindo ou estimulando comportamentos humanos de caráter cooperativo, tendo em vista sua função de fazer com que os indivíduos hajam de modo aproximadamente padronizado.

Tais instituições surgem no decorrer de um processo histórico cuja sustentabilidade está substancialmente atrelada ao fato de atender satisfatoriamente aos interesses dos agentes envolvidos nas relações sociais e até mesmo de ser capaz de fazer com que aqueles indivíduos que não estejam participando destas interações aceitem as instituições presentes como mecanismo de aquisição de solução cooperativa.

North (1996) ressalta que a permanência de uma determinada instituição na sociedade depende da propriedade do “auto-esforço”. Ou seja, uma instituição perdurará, terá êxito, caso suas regularidades comportamentais manifestem-se e incidam em outras áreas que até o momento eram dominadas por outras instituições. Aqui se pode fazer um paralelo com a concepção neo-schumpeteriana/ evolucionária da difusão de uma nova tecnologia, onde a introdução da mesma a algum produto ou processo particular só poderá se difundir quando começar a ser utilizada em outros produtos e processos anteriormente destituídos desta mudança tecnológica⁴⁵.

Considerando a racionalidade limitada dos agentes, a presença de instituições faz-se indispensável dada à busca constante pela redução dos custos vigentes nas transações marcadas por crescentes riscos. Neste sentido, ao estabelecerem rotinas que guiam as ações de produção, distribuição e consumo, minimizando as incertezas através do fornecimento de informações e de incentivos à atividade produtiva/ inovativa, gerenciamento de conflitos e cooperação entre os agentes, as instituições ao serem colocadas no centro do processo de desenvolvimento ou evolução da sociedade, apresentam-se como elementos fundamentais na consecução bem-sucedida dos esforços inovativos, da mudança econômica.

No caso dos arranjos produtivos locais, a matriz institucional exerce função primordial, pois quando numa região existem organizações que interagem de modo regular em torno das questões importantes para a inovação e a competitividade das empresas, elas conseguem gerar

⁴⁵ Como a introdução de componentes eletrônicos na indústria mecânica difundiu a nova tecnologia microeletrônica (originando a mecatrônica) entre os demais setores da economia, como a automobilística.

uma dinâmica regional de aprendizado. Se as empresas estiverem organizadas numa rede de “contrato e suprimento” onde as relações de cooperação sejam veementes desenvolvidas mediante acordos de longo prazo, em um contexto institucional de confiança recíproca, tende-se a surgir o que se denomina de ‘eficiência coletiva’ (CAMPOS, 2007).

Um ambiente institucional favorável é resultado de um conjunto de ações públicas que estabelecem um quadro propício ao empreendedorismo através de diversos mecanismos de apoio à inovação, incentivos fiscais, financeiros, oferta de recursos humanos, dentre outros, no sentido de atender às necessidades das MPEs. Para ser eficiente, esse ambiente necessita está integrado à cultura produtiva e empresarial local constituído pelas interações entre as empresas, instituições de ensino e pesquisa, de treinamento para os recursos humanos, pelas instituições governamentais, pela intermediação das associações empresariais e influência de valores culturais locais.

Conforme Batschauer e Campos (2005), as instituições são consideradas como elementos fortalecedores da construção de um ambiente de confiança que ampliam o estoque de capital social entendido como ‘a capacidade coletiva dos agentes socioeconômicos chaves na região (por exemplo, indivíduos, companhias, autoridades, centros de pesquisa, associações empresariais) para desenvolver formas de cooperação com base em um sistema de valores, normas e instituições comuns (como confiança e reciprocidade) com o objetivo de acelerar o processo de aprendizagem regional’.

O capital social, ativo intangível gerado a partir das relações mantidas entre agentes pertencentes a uma dada região, interfere no desempenho econômico quando fomenta e acelera o processo de geração, uso e disseminação do conhecimento, reduzindo deste modo o custo de transação interfirmas. “O que requer a presença de normas, instituições e valores comuns (confiança e reciprocidade) e de formas mais ou menos institucionalizadas de interação social entre os agentes” (MOUTINHO; CAMPOS, 2007, p.3).

É neste sentido que a estrutura institucional constitui um aspecto elementar no desempenho dos APL’s, cuja competitividade sustentada está alicerçada significativamente na cooperação entre os agentes e na consolidação do estoque do capital social, visando gerar ‘eficiência coletiva’. De fato, a presença e atuação de entidades institucionais nestes arranjos, coordenando o planejamento e a operacionalização de diferentes ações, ou seja, a governança que

rege o ambiente constitutivo das interações entre os agentes locais, é determinante para o estabelecimento de relações de parceria tímidas ou sólidas. Segundo Lastres e Cassiolato (2005, p.12) “governança diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão dos diferentes atores – Estado, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc.; e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção e comercialização, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos”.

A seguir, busca-se fazer uma breve descrição do setor têxtil-confecções, ressaltando suas principais características (elementos integrantes da cadeia produtiva). Além disto, será relatado sucintamente o estudo de caso de quatro arranjos de confecções do País, enfocando suas respectivas trajetórias de desenvolvimento, quais linhas de artigos são produzidas, os esforços de inovação tecnológica, a presença de relações de cooperação (os tipos mais comumente encontrados) e o desempenho das organizações e/ ou instituições no sentido de incentivar o fortalecimento e expansão de cada aglomeração produtiva.

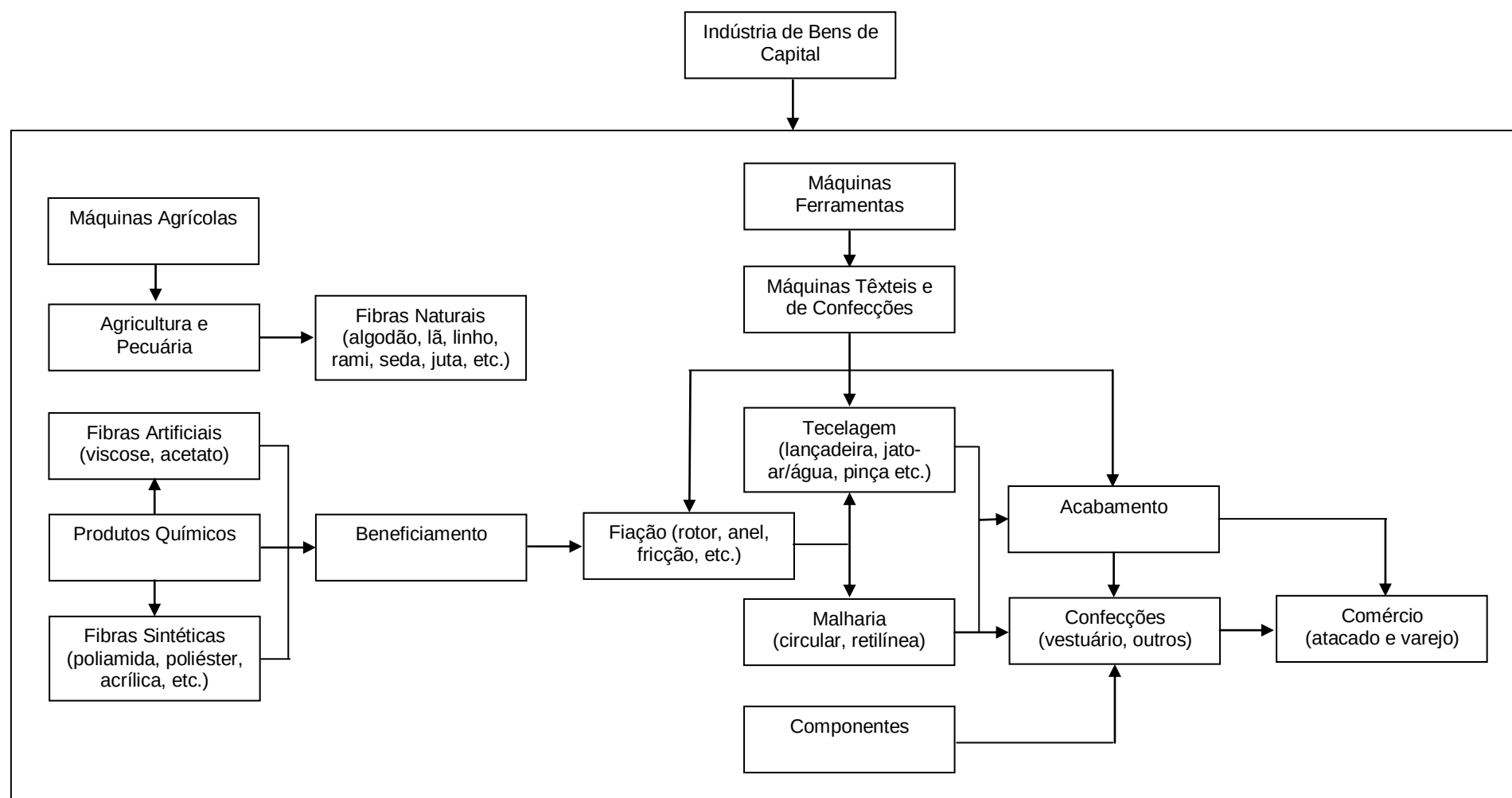
3.3 – Panorama da indústria de confecções: caracterização e tendências

A cadeia têxtil-confecções é formada por várias atividades realizadas pela indústria têxtil e de confecções, e está relacionada a determinados complexos produtivos tais como a agropecuária, a indústria química/ petroquímica e a metal-mecânica, de onde provêm as matérias-primas, o maquinário industrial e os outros insumos, cujo resultado final (produto) é escoado pelo comércio atacadista e varejista.

Os dois principais elos da cadeia são a fabricação de produtos têxteis e de confecções propriamente dita. Este primeiro elo tem como objetivo transformar matérias-primas (sejam naturais e químicas) em fios e tecidos que serão utilizados na produção de artigos confeccionados (Braga, 2005). As características mais elementares desta cadeia são: i) o produto final de cada fase representa o insumo para a fase seguinte; ii) as operações são descontínuas, o que permite a flexibilização na organização da produção e a existência de empresas que operam com escalas diferenciadas, bem como com perfis tecnológicos variados (SANTANA, APOLINÁRIO, 2004).

As matérias-primas usadas são as fibras naturais (algodão, lã, seda, linho, juta, ramí), as artificiais (viscose e acetato) e as sintéticas (poliamida (náilon), poliéster e acrílica). A produção destas fibras constitui a primeira etapa da cadeia, cujas demais são: i) **Fiação**: através da mistura das fibras, obtêm-se os diversos tipos de fios que são usados na fabricação de tecidos e malhas; ii) **Tecelagem: tecelagem plana e a malharia**: a fabricação dos tecidos planos demanda um processo mais complexo de preparação prévia e combinação dos fios comparada à dos tecidos de malha, dos quais existem basicamente três linhas: a) tecidos pesados (índigos, brins e roupas profissionais); b) tecidos de camisaria; c) tecido para cama, mesa e banho e para decoração; iii) **Confecções**: envolve o corte, a costura e o acabamento do tecido; iv) **Acabamento do produto final**: fase dedicada à incorporação de detalhes, aos ajustes do produto. A figura 1 detalha os elos desta cadeia produtiva.

Figura 1
Processo produtivo na cadeia têxtil-confeccões
FLUXOGRAMA DA CADEIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES



Fonte: Santana; Apolinário (2004).

Como já afirmado, o setor de confecções é o último elo fase produtiva da cadeia. Enquanto a indústria têxtil é intensiva em bens de capital, o segmento confeccionista é enormemente reconhecido pela grande capacidade de absorção de mão-de-obra. Dos diversos artigos que podem ser confeccionados, a partir do uso dos tecidos e malhas, os de vestuário contemplam boa parte dos itens que mais são fornecidos pela cadeia têxtil-confecções, além de apresentar-se como o segmento mais dinâmico, dada a necessidade de acompanhamentos e respostas freqüentes às mudanças de preferência que são corriqueiras em se tratando de moda (BRAGA, 2005).

Dado que as empresas do arranjo confeccionista do agreste pernambucano produzem essencialmente artigos de vestuário, convém ressaltar ainda as etapas constitutivas do processo produtivo deste ramo em específico (Senai-SP; Oliveira e Ribeiro *apud* Braga, 2005):

- *Design*: fase dedicada ao desenho dos modelos e a opção das cores, tecidos e padronagens da coleção;
- *Modelagem*: trata-se da criação de moldes em papel e determinam todas as marcações para as fases posteriores de corte e costura. É nesta etapa que são testados os melhores moldes e corrigidas as prováveis falhas;
- *Gradeamento*: refere-se à adequação dos moldes ao diferentes tamanhos e medidas solicitados pelos clientes;
- *Encaixe*: etapa na qual os moldes são posicionados sobre os tecidos de modo a fazer uso eficiente do material, evitando desperdício de tecidos⁴⁶;
- *Corte*: o corte dos tecidos ocorre após as especificações demarcadas nas etapas precedentes, assinaladas anteriormente;
- *Costura*: depois de cortado, os tecidos são costurados. É a etapa que mais emprega mão-de-obra, englobando em torno de 80% do trabalho produtivo. Ainda é caracterizada fortemente pela relação uma máquina por trabalhador, sendo assim, as habilidades inerentes à mão-de-obra são determinantes fundamentais na produtividade de um dado empreendimento especializado nesta atividade;

⁴⁶ Nas etapas de modelagem, gradeamento e encaixe verifica-se um intenso avanço tecnológico com a utilização dos sistemas CAD e CAM (os quais serão abordados mais à frente), bem como com uso de máquinas de corte de controle numérico (máquinas computadorizadas).

- Acabamento: diz respeito aos últimos ajustes nas peças de vestuário, como por exemplo, a retirada do excesso de linha comuns ao término das costuras. Na sequência, as peças são passadas e organizadas em embalagens para serem distribuídas.

As inovações tecnológicas radicais no setor concentram-se substancialmente nas primeiras fases da cadeia, do *design* ao corte, com a incorporação dos sistemas *Computer Aided Design* e *Computer Aided Manufacturing* (CAD e CAM desenvolvidos para desenho digital dos modelos e para corte computadorizado dos tecidos, respectivamente). A partir da introdução destes sistemas, a produção passa a ocorrer em menos tempo e com menor desperdício de tecidos, tendo a automação reflexos expressivos na maior flexibilidade para alterações de modelos e organização da produção (CASTRO, 2004).

Na etapa de montagem ou costura, os avanços estabelecidos são ainda de caráter incremental, reduzindo-se à criação de máquinas de costura eletrônica, que incorporam, por exemplo, acessórios para corte de linha, mas cujo funcionamento depende crucialmente do manuseio individual. De fato, na indústria de confecções “verifica-se uma tecnologia madura e estável, baixas condições de apropriabilidade, e oportunidades tecnológicas relativamente limitadas. Sua base de conhecimento é pouco complexa e bastante codificada e difundida, dificultando a apropriação de inovações” (Ibid, p. 8-9).

Para complementar e reforçar as características desta indústria pode-se destacar os seguintes aspectos tomando por base (Abreu, 1997 *apud* Cavalcanti Filho; Moutinho, 2004):

- Trata-se de um segmento industrial tradicional, cuja estrutura é bastante heterogênea. A baixa complexidade tecnológica somada aos custos iniciais relativamente baixos exigidos em termos de infra-estrutura para instalação, bem como a gama de produtos que podem ser fabricados (roupas íntimas, de dormir, de praia, de esportes, de cama, mesa e banho, etc.) e ao mercado consumidor altamente segmentado (padrão cultural, sexo, nível de renda, idade, etc.) favorecem enormemente a disseminação de um grande número de micro, pequenas e médias empresas;
- Geralmente, as grandes empresas atuam direcionando seus produtos para mercados mais padronizados, fazendo com que as MPEs tenham à sua disposição “variados

nichos de mercados específicos”. Os micro, pequenos empreendimentos podem identificar com maior agilidade as mudanças habituais de preferência quanto “aos tecidos, padrões de corte e cores” devido a maior proximidade com o mercado consumidor final. Existe também uma outra opção. Grandes *griffes* trabalham com produtos diferenciados, mas devido à sua inserção ampla no mercado (ampla em termos geográficos) podem conseguir grandes escalas mesmo com produto diferenciado;

- Presença de relações de subcontratação. A subcontratação e as facções correspondem à divisão do processo produtivo (assim sendo, a divisão dos custos e riscos do negócio) comumente praticada entre empresas de diferentes portes, sobretudo, nos momentos de expansão da demanda. Funcionam como ‘colchão amortecedor’ em resposta às oscilações corriqueiras do mercado de confecções.

Nos últimos anos, algumas mudanças ocorridas no contexto mundial tiveram impacto significativo na cadeia têxtil-confecções. A mais importante foi a abertura comercial iniciada no final dos anos 80 e intensificada no início dos anos 90 (no caso brasileiro), cujos reflexos puderam ser sentidos em nível mundial e nacional. Com o acirramento da concorrência provocado pela abertura de mercados, a estratégia competitiva pautada não apenas no preço, mas também e, sobretudo, no estilo, na moda, na marca, no *design* e qualidade e diferenciação dos produtos e matérias-primas passaram a ser crescentemente buscadas e praticadas pelos países desenvolvidos.

A subcontratação (supracitada anteriormente) alcança dimensões internacionais. Os mercados industrializados, onde normalmente estão inseridas as grandes empresas, líderes da criação e avanço de tecnologias⁴⁷, controlam as etapas da cadeia produtiva mais intensivas em inovação, ou seja, as etapas de criação e *marketing*, enquanto os mercados em desenvolvimento, controlam os segmentos mais intensivos em trabalho. Assim sendo, o custo da mão-de-obra é um elemento fundamental na determinação do preço final do produto e da localização das indústrias, haja vista que na formação das redes integradas de produção, as etapas mais absorvedoras de

⁴⁷ Uma importante fonte de inovação é a inserção de novos fios e tecidos. Muitas vezes o desenvolvimento destes materiais é feito em conjunto (fábrica química/ tecelagem/ *griffe*). Isto, além do *desing* e do esforço com propaganda, conferem importante diferencial competitivo às *griffes*.

trabalho (a indústria de confecções) tendem a se concentrar nos países, nas regiões detentoras de mão-de-obra abundante e de baixa qualificação (GORINI, 2000).

Enquanto os países desenvolvidos concorrem via qualidade, a estratégia competitiva adotada pela indústria de confecções brasileira ainda está fortemente assentada em preços baixos, sobretudo, as empresas de micro e pequeno porte. O complexo têxtil-vestuário passou por reestruturações de ordem mundial. Internacionalmente, aqueles países acostumados por lideraram a cadeia, especificamente, os Estados Unidos da América (EUA) e alguns membros da União Européia (UE), viram determinadas economias em desenvolvimento ganhar espaço no comércio internacional de produtos têxtil-vestuário, o que desencadeou a necessidade de desenvolver estratégias competitivas (mudanças bruscas), fortemente assentadas nas inovações.

Neste contexto, um país em específico merece ser mencionado. É a China, economia que experimenta já há alguns anos grande expansão, e que passou a ocupar posição de destaque tanto na produção quanto na exportação deste complexo produtivo. Basicamente, os EUA e a UE utilizam como estratégia competitiva a prática de implantar a fase produtiva propriamente dita da cadeia têxtil-confecções na China, e a fase de criação e de *marketing*, de pesquisa e desenvolvimento de novos materiais (que são as que agregam maior valor) permanecem em seus países de origem. Trata-se de uma maneira de obter maiores rendimentos via redução dos custos de produção, dado que as fases intensivas em mão-de-obra são realizadas naqueles países onde o salário é menor.

Nacionalmente, a década de 1990, sobretudo a primeira metade, não foi um período favorável à indústria de confecções. A abertura comercial supracitada (pela valorização cambial e redução de barreiras tarifárias) promoveu profunda reestruturação na cadeia têxtil-confecções. Com a facilidade de entrada de produtos importados no País, a preços relativamente menores, a estrutura produtiva empresarial foi redefinida. Conforme Barreto (2000) *apud* Santana e Apolinário (2004), no setor de confecções, a estratégia adotada para sobreviver à crise foi a política de *downtrading*, ou seja, de fabricação de produtos a preços mais baixos, mesmo assim muitas empresas não conseguiram superar os problemas e foram fechadas, marcadamente as de micro e pequeno porte. Já as de tamanho médio e grande, desenharam como estratégia a modernização do seu aparato tecnológico, a promoção de aquisições e fusões, e o deslocamento para regiões com menores custos de mão-de-obra, marcadamente o Nordeste e o Centro-oeste.

O processo de realocização contribui para diminuir a concentração da produção e emprego industriais, típicas da industrialização brasileira. Todavia, deve-se perceber que a instalação de empresas na região nordestina com matrizes sediadas nas regiões desenvolvidas em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra barata, ao mesmo tempo em que reduz a concentração pode comprometer o crescimento sustentável da região, uma vez que “a dependência desta realocização a partir unicamente de incentivos fiscais e baixos salários sinaliza uma trajetória de especialização produtiva regional/ estadual de baixo dinamismo tecnológico e de baixa renda *per capita* relativa” (CAVALCANTI FILHO; MOUTINHO, 2004, p. 10).

No tocante ao perfil das empresas brasileiras, a maioria delas são de micro e pequeno porte e informais. Enquanto estes estratos têm relevância na totalização do número de estabelecimentos e na geração de empregos no País, a produção é sobremaneira proveniente das empresas de médio e grande porte. O índice de informalidade das de pequeno porte é altíssimo, muitas produções são de “fundo de quintal”, sem condições mínimas de funcionamento que não pagam impostos nem cumprem direitos trabalhistas. São caracterizadas por copiarem o *design* dos produtos das empresas maiores, por contarem com um quadro de pessoal ocupado de baixa escolaridade e influenciarem os rendimentos dos estabelecimentos formalizados, pelos custos menores supracitados. Já as de grande porte, em especial as localizadas no Sudeste do País possuem perfil semelhante aos dos países desenvolvidos por estarem comprometidas com alta tecnologia, com mão-de-obra qualificada, bem como por serem intensivas em capital.

Apesar do produto nacional ter condições de competir no cenário internacional por ser ofertado a preços baixos e com qualidade (considerando a produção como um todo), a cadeia têxtil-confecções enfrenta muitos problemas, dentre os quais se podem citar: i) carga tributária e encargos sociais elevados; ii) apoio governamental inconstante e insuficiente; iii) baixa atualização tecnológica e capacitação gerencial; iv) escassez de financiamento e dificuldades de acesso ao crédito (notoriamente para as micro e pequenas empresas) para capital de giro e aquisição de máquinas modernas; v) falta de mecanismos de cooperação entre as MPEs; e, vi) inexistência de marcas consolidadas no mercado mundial (Ibid.).

Estes problemas dificultam um maior desenvolvimento do parque têxtil e de confecções, o qual já desempenha função importante na economia brasileira pela dimensão da atividade, que consegue atingir estados localizados nas regiões mais atrasadas, bem como municípios do interior

do País, sendo em alguns casos a única oportunidade econômica local responsável em grande medida pelo dinamismo produtivo e comercial e, sobretudo, pela geração de empregos. A seguir, busca-se fazer um relato das pesquisas efetuadas e disponibilizadas sobre alguns arranjos produtivos de confecções do País, a partir dos quais pode-se comprovar a relevância deste setor para a aquisição de vantagens competitivas por parte dos municípios em âmbito nacional.

3.3.1 - O arranjo produtivo de confecções em Natal e ‘Grande Natal’⁴⁸

De acordo com Santa e Apolinário (2004) o estado do Rio Grande do Norte é um dos principais empregadores da cadeia têxtil-confecções do Brasil, ocupando uma posição de destaque na região Nordeste. Além de Natal, capital do estado, os municípios de Macaíba, Extremoz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, constituem áreas de representatividade dessa cadeia produtiva, daí a denominação de “APL de confecções em Natal e ‘Grande Natal’”.

O desenvolvimento do setor de confecções no Rio Grande do Norte perpassa por condições propícias a tal, seja de ordem natural (imanente à localidade), como por exemplo, o espírito empreendedor intrínseco ao empresariado, ou historicamente construída, fruto de iniciativas de diferentes ordens. Os primeiros sinais da cadeia têxtil-confecções nesse estado podem ser encontrados no século XIX. Desde então, muitos acontecimentos impulsionaram a evolução produtiva, em especial as iniciativas públicas implementadas por diferentes governos.

A começar pela criação da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN). Fruto da agenda de ações planejadas pelo Primeiro Plano Diretor da SUDENE, esta companhia contribuiu fortemente para a recuperação e, posterior, manutenção da cadeia no estado do Rio Grande do Norte e no Nordeste brasileiro ao minimizar problemas infra-estruturais, comumente presentes nesta região. Somadas a esta iniciativa, podem-se citar as políticas de incentivos fiscais e financeiros à implantação de indústrias no estado, à atração de investimentos, como por exemplo, o financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI).

⁴⁸ Todas as informações sobre este arranjo estão baseadas no Relatório de Atividades da Expansão da *RedeSist*, intitulado “Arranjo Produtivo de Confecções em Natal e ‘Grande Natal’: oportunidades e limites para o crescimento local”, de autoria das pesquisadoras Santana e Apolinário (2004).

Estes são apenas alguns dos fatores que contribuíram para o surgimento e o desenvolvimento do segmento de confecções nesse estado, particularmente, nos municípios que conformam o APL. Arranjo produtivo este, formado preponderantemente por micro e pequenas empresas, com algumas ressalvas no tocante às de médio e grande porte, cuja significância pode ser averiguada pelo fato de contemplar 88,67%, aproximadamente, do total de empregos gerados pelo setor de confecções no estado.

Uma primeira característica a ser exposta é que não há especialização produtiva nesse arranjo. Ou seja, as micro, pequenas, médias e grandes empresas em conjunto confeccionam diferentes tipos de produtos. De modo geral, as mesmas têm apresentado uma variação positiva tanto na geração de empregos quanto no faturamento obtido. Dentre elas, as de micro e pequeno porte são as que mantêm um vínculo mais estreito com o mercado local, dado que o APL constitui o principal destino de suas vendas. No que tange ao nível de escolaridade do pessoal ocupado, observa-se a predominância dos ensinos fundamental e médio completos.

Outro aspecto pertinente é que, de modo geral, a maioria das empresas do arranjo direciona esforços na viabilização de algum tipo de inovação, sobretudo, em produtos e processos. Porém, inovações mais significativas só são encontradas nas de médio e grande porte. Já no que se refere ao treinamento e capacitação de recursos humanos, todas investem no treinamento interno, sendo que as de tamanho médio e grande também utilizam outros meios, tais como cursos técnicos no próprio arranjo, absorção de formandos de cursos universitários localizados no APL ou nas proximidades, etc.

As empresas divergem fortemente no estabelecimento de atividades cooperativas, pois grosso modo, enquanto as médias e grandes mantêm laços de cooperação com outras empresas, com fornecedores de insumos, universidades e institutos de pesquisa e outros agentes, as micro-pequenas quase não estão envolvidas em ações conjuntas. Como resultado, as empresas de médio e grande porte conseguem melhorar a capacitação de recursos humanos, vislumbrar novas oportunidades de negócios, promover o nome/ marca da empresa no mercado nacional, melhorar a qualidade dos produtos desenvolvendo até mesmo novos, além de conseguir uma maior inserção no mercado externo.

Por fim, enfatiza-se o fraco apoio das entidades institucionais que compõem o APL. Apenas as grandes empresas usufruem parcerias mais extensas com as organizações, pois os

micro, pequenos e médios empresários destacam que conhecem e participam de ações e/ ou programas mais sólidos empreendidos somente pelo SEBRAE. As associações, sindicatos, cooperativas, órgãos governamentais (que oferecem incentivos fiscais), universidades, centros técnicos, de pesquisa (que atuam por meio de programas de capacitação profissional e treinamento técnico) e outras entidades direcionam esforços pontuais, aquém dos requeridos pelos empresários. Logo, o que a princípio parece ser um ponto fraco, pode se converter em uma área potencial a ser explorada (caso posta mais em prática) de contribuição ao fomento do APL de confecções em Natal e ‘Grande Natal’.

3.3.2 - O arranjo produtivo de confecções de Tobias Barreto⁴⁹

Localizado no semi-árido sergipano, o município de Tobias Barreto tem no setor de confecções sua principal fonte de dinamismo econômico. Antes de se tornar conhecido pela atividade produtiva de confecções propriamente dita, Tobias Barreto ocupava posição de destaque na “rede de cidades comerciais do semi-árido nordestino”, da qual fazem parte os municípios de Caruaru, Feira de Santana, Campina Grande e Juazeiro do Ceará. As experiências adquiridas através do comércio confeccionista firmado com municípios nordestinos já renomados na área produtiva somadas à tradição local na atividade de bordados converteram-se em incentivos cruciais para que os moradores de Tobias Barreto, sobretudo, os mais envolvidos em atividades correlatas ao segmento, cujo maior exemplo são os intermediários comerciais, passassem a investir prematuramente na criação de unidades produtivas, as quais foram aos poucos proporcionando bons resultados até se constituir num arranjo produtivo melhor estruturado.

Os indícios da cadeia-têxtil de confecções em Tobias Barreto remontam à década de 40 do século passado, tendo a feira local de bordados e produtos de confecção, contribuído fortemente para a sua expansão. Em geral, até a década de 1980, o município era caracterizado fundamentalmente como um pólo comercial de confecções, que fabricava bordados e alguma confecção de cama, mesa e banho. Os produtos de vestuário comercializados na localidade eram

⁴⁹ Todos os comentários sobre este arranjo foram extraídos do Relatório de Atividades da Expansão da *RedeSist* “Arranjo Produtivo de Confecções de Tobias Barreto - SE”, elaborado pelos pesquisadores Melo e Hansen (2004).

quase que totalmente adquiridos em outros pólos de confecção da região nordestina, com destaque para os de Pernambuco, isto é, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru.

Além da oportunidade vislumbrada em transformar em produção local os conhecimentos obtidos na atividade de bordado artesanal e na comercialização dos artigos de vestuário, de modo a substituir grande parte das compras realizadas nos municípios pernambucanos, outros fatores também foram determinantes na trajetória de construção do arranjo produtivo de Tobias Barreto, tais como a criação de um centro comercial e as ações implementadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado de Sergipe (CODISE). Ao reservar uma área territorial exclusivamente para a implantação de unidades produtivas de confecção, esta companhia motivou a instalação de empresas de maior porte.

A estrutura produtiva local é essencialmente formada por estabelecimentos de tamanho muito pequeno, cuja unidade produtiva típica é de natureza doméstica e familiar. Geralmente, os pontos de produção são organizados como extensão das residências, instalados no interior, ao lado ou nos fundos. Com isto, o maior porte empresarial que existe no arranjo é o médio. Na realidade, a atividade “empresarial” concretamente falando é relativamente recente, dado que ao longo do transcurso do arranjo a maior parte da produção dos itens da linha cama, mesa e banho e num passado recente da fabricação de vestuário, provinha preponderantemente dos microestabelecimentos situados na zona urbana e em povoados circunvizinhos.

O índice de informalidade da atividade é altíssimo, alcançando mais de 98% da produção. Uma prática muito comum efetivada pelos empresários mais estruturados é o repasse de etapas do processo produtivo para unidades fabris menores, onde desde muito cedo os produtores domésticos, com destaque para as costureiras, repassam seus conhecimentos e suas habilidades para seus filhos. A terceirização da atividade é outro traço marcante, cuja durabilidade é incerta, não há uma relação contratual formalmente firmada. Isto ocorre, sobretudo, nos períodos de aumento da demanda, onde as empresas não conseguem com seu quadro de funcionários internos atingir a produção necessária para honrar seus compromissos. Produção esta, escoada principalmente através do comércio local, por lojas, boxes ou bancos de feiras. A feira da coruja, nome dado à feira local, constitui o mais importante ponto comercial no arranjo, pois reúne um extenso número de sacoleiros vindos, em grande medida, de diferentes estados da região Nordeste.

De modo geral, o nível de escolaridade característico da mão-de-obra local é muito baixo. Mais da metade do pessoal ocupado tem até o ensino fundamental incompleto, com alguns casos pontuais de curso superior incompleto, mas apenas em empresas de tamanho maior. O arranjo conta com a existência de organizações de ensino e pesquisa, de aperfeiçoamento técnico, mas as ações ainda não são efetivamente direcionadas para a atividade (com exceção de ações recentes do SENAI e de programas de governo). As universidades e os centros tecnológicos do estado não desenvolvem programas de fomento e incentivo ao arranjo propriamente dito. Como resultado, o intercâmbio das empresas com universidades e centros de pesquisa é muito fraco.

Os produtos fabricados são, em grande medida, voltados ao mercado popular. Embora, exista a preocupação e até mesmo ações concretas com vistas a melhorar a qualidade dos artigos fornecidos que guardam em si quase nenhuma modernização tecnológica. Um bom exemplo de esforços neste sentido são as inovações realizadas pelos produtores da localidade. Parcela considerável das empresas em seus diferentes tamanhos efetua algum tipo de inovações, seja estas de produto, de processo e/ ou organizacionais. Inovações estas bastante motivadas pelas consultorias realizadas pelo SEBRAE, entidade institucional mais atuante no arranjo.

Um outro aspecto preocupante é a quase inexistência de envolvimento dos produtores em atividades cooperativas. O número de estabelecimentos que participa de ações conjuntas é muito pequeno. E isto pode ser sentido até mesmo no ambiente maior, no qual as empresas estão imersas, ou seja, o institucional. De modo geral, as organizações instaladas no arranjo têm de alguma forma desenvolvido atividades em prol do mesmo. Contudo, além destas serem insuficientes, apresentam-se como desarticuladas. Os empresários participam de associações, de sindicatos e de cooperativas, mas as redes de relações sociais estabelecidas a partir da atuação nas entidades são muito fracas. Assim sendo, no entender de Melo e Hansen (2004) proposições de melhorias para o arranjo produtivo de Tobias Barreto devem ser concebidas a partir da visão de que é preciso fortalecer a matriz institucional tanto através do fornecimento de novos programas que beneficiem a capacidade produtiva e inovativa, como a promoção de vínculos mais estruturados de coordenação conjunta.

3.3.3 – O arranjo produtivo de confecções da Região de Jaraguá⁵⁰

A atividade confeccionista em Jaraguá, município de Goiás, teve origem na metade da década de 80 do século passado. A denominação atual de arranjo reconhecido no cenário nacional, o qual também engloba os municípios de São Francisco, Itaguaru e Uruana, tornou-se possível a partir de uma seqüência de fatos históricos. Tudo começou com a instalação de um pequeno estabelecimento, idealizado por um empreendedor local até então pertencente ao ramo da alfaiataria. Os resultados que este obteve com a atividade instigaram outras pessoas a investirem seus recursos no setor de confecções. Pouco a pouco o número de empresas foi crescendo. A localização privilegiada do município, integrante de uma rota comercial juntamente com cidades circunvizinhas, facilitou a inserção das mercadorias produzidas em outras regiões, particularmente, nos mercados de consumo popular.

Atrelado a estes aspectos, a abertura comercial vivenciada no País, sobretudo, no final dos anos 80 e início da década de 90 contribuiu para o surgimento do processo de falsificação local de produtos com marcas altamente conceituadas no mercado internacional. Tal fato teve repercussão sem precedentes na história do arranjo, pois a enorme lucratividade proporcionada pela falsificação estimulou vários indivíduos a aderirem esta prática, configurando-se numa perda inquestionável para àqueles produtores internacionais, donos da originalidade dos artigos. A situação gerou um clima de descontentamento insustentável, culminando na necessidade de adoção de medidas de fiscalização, o que forçou a legalização de determinados empreendimentos bem como a diminuição no índice de falsificação dos produtos fabricados.

O arranjo é composto em quase sua totalidade por empreendimentos de pequeno porte. No caso, 97% são micro e pequenas empresas. Não há na região estabelecimentos de tamanho grande. Ou seja, o tecido empresarial do segmento de confecções do aglomerado empresarial é formado por micro, pequenas e médias empresas. Neste tecido, tem-se um número representativo de facções, sejam facções de montagem ou de acabamento, cujo trabalho despendido nestas unidades produtivas conformam juntamente com os de outras atividades, como por exemplo, de bordados e de desenho de moldes àquela faixa de prestação de serviços informais. De fato, a

⁵⁰ A breve exposição dos traços característicos mais elementares deste aglomerado empresarial está embasada no Relatório de Atividades da Expansão da *RedeSist*, denominado “O Arranjo Produtivo de Confecções da Região de Jaraguá - GO”, sob responsabilidade de Castro (2004).

estrutura produtiva desta localidade dispõe de um suporte bem diversificado para a dimensão da área em foco, podendo-se mencionar ainda dentre outros agentes envolvidos nas atividades relacionadas à principal (produção confeccionista estritamente falando) a existência de lavanderias.

Sem adentrar nos detalhes, as empresas confeccionam produtos das linhas de roupas íntimas, roupas profissionais e peças de vestuário, como por exemplo, *jeans*. A maior parte das vendas de confecções destina-se a outros estados do País, independentemente do seu porte. Em geral, as empresas contam com um nível de escolaridade do pessoal ocupado relativamente alto, dado que do total da mão-de-obra envolvida na produção, aproximadamente, 50% possui pelo menos o ensino médio incompleto. Parte considerável deste percentual é mais encontrado nas micro empresas do que nos estabelecimentos de pequeno e médio porte. O que pode ser explicado pela natureza empregatícia das unidades menores do arranjo, geralmente constituídas por membros familiares, dos quais os proprietários em sua maioria, cerca de 50%, possuem ensino médio completo e, em alguns casos, nível superior incompleto.

A prática constante de subcontratação das confecções mais estruturadas com as lavanderias e as facções, presente em todos os estratos empresariais, abre espaço para a possibilidade e efetividade do repasse de informações e conhecimentos, bem como para o processo de aprendizagem por interação. O envolvimento entre as empresas que conformam o núcleo do arranjo e destas com entidades institucionais de apoio e fomento em ações cooperativas formais é bastante inexpressivo. Frequentemente, averigua-se a adoção de relações interativas baseadas no vínculo de amizade, de companheirismo e/ ou de contato face a face contínuo nas decisões mercadológicas, o que gera uma certa dose de cooperação, marcadamente informal.

Já com relação às organizações de promoção e coordenação percebe-se que a indústria de confecções da região é fortemente favorecida pelas atuações constantes e articuladas dos atores institucionais. Em se tratando da dinâmica de arranjos, este é um aspecto importantíssimo. Quanto mais os atores econômicos, sociais e institucionais estiverem interligados, compartilhando de visões presentes e futuras acerca do potencial do setor, maior serão as chances de expansão e sustentabilidade da atividade, com reflexos cada vez mais positivos sobre o processo produtivo, organizacional e tecnológico do segmento, o que se materializa no aumento do faturamento, no surgimento de novas unidades produtivas e, por conseguinte, na geração de

emprego e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos pertencentes ao aglomerado produtivo.

Além da participação expressiva das entidades localizadas na região, com destaque para a associação empresarial local do município de Jaraguá, principal coordenadora e articuladora dos programas oferecidos à indústria de confecções, e para as unidades do SEBRAE e SENAI, observa-se o papel desempenhado pelos Governos Estadual e Federal. Atuando em rede, as organizações institucionais vêm implementando iniciativas que tem ajudado o empresariado local a identificar seus principais problemas e potencialidades, a progredir em termos de capacitação técnica, de qualificação dos recursos humanos, bem como a ter acesso, sobretudo, os micro empreendimentos, das linhas de crédito disponibilizadas pelas instituições financeiras do arranjo, entre outros.

De fato, a atividade de confecções e de serviços correlatos da região do Jaraguá pode ser potencialmente utilizada como um exemplo de arranjo produtivo bem-sucedido no País, cuja evolução processou-se num ritmo muito rápido. A necessidade de fabricar com originalidade os produtos os quais logo no início da criação do segmento na região eram quase por completo falsificados, fez com que os atores locais direcionassem esforços na busca de conhecimentos para se manterem no mercado, o que favoreceu a expansão consolidada da atividade. Além da função desempenhada pelas instituições do arranjo e até mesmo daquelas situadas nas proximidades, outro aspecto pertinente observado na região é a razoável capacidade inovativa dos agentes locais, os quais, cientes da importância de estarem desenvolvendo estratégias competitivas, dispõem esforços na criação de novos produtos, na aquisição de equipamentos novos e mais modernos, na mudança organizacional, dentre outros tipos de inovação.

3.3.4 – O Arranjo Produtivo de Confecções em Campina Grande⁵¹

Na distribuição espacial das empresas de confecções do estado da Paraíba, o arranjo produtivo do município de Campina Grande é um dos mais interessantes pela sua trajetória de crescimento ser totalmente interligada ao ambiente político-institucional do município e do

⁵¹ A contextualização pontual acerca deste arranjo foi feita a partir do Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist, intitulado “Arranjo Produtivo de Micro e Pequenas Empresas de Confecções em Campina Grande”, apresentado por Cavalcanti Filho; Moutinho (2004).

estado. Além de Campina Grande, os municípios de Guarabira, Alcantil e João Pessoa, capital do estado, também são áreas nas quais existem concentrações de empresas voltadas à produção de artigos confeccionados.

O surgimento do arranjo confeccionista em Campina Grande deu-se no início da década de 1980, a partir da associação de um pequeno grupo de costureiras de classe média que até então trabalhavam sob condições de produção doméstica e objetivam transformar o trabalho de base artesanal em atividade de natureza empresarial. Uma vez organizadas em associação, o escritório local do SEBRAE, passou a incentivar a capacidade produtiva destas costureiras ao ofertar em parceria com o SENAI (sediado em Natal) cursos de treinamento os quais contribuiriam para fomentar a capacitação destas costureiras e estimular o interesse de outras pessoas a investirem na atividade, mesmo que a princípio fosse de “fundo de quintal”.

Aos poucos, tais costureiras passaram a adquirir postura empresarial e àquelas dotadas de maior espírito empreendedor promoveram a criação do Sindicato das Indústrias de Vestuário do estado da Paraíba (SINDVEST). O aporte empresarial do arranjo foi crescendo e os empresários procuravam se especializar na fabricação de produtos que atingissem segmentos de renda média. Tinha-se a pretensão de proporcionar para Campina Grande a denominação de “Pólo de Moda” de prestígio no estado. Dentro deste contexto histórico de desenvolvimento do arranjo deve-se salientar o impacto causado pela construção do Centro Comercial de Ação Luiza Motta, um espaço destinado à comercialização dos artigos produzidos pelas empresas de confecção. Apoiada pelo Governo Estadual, tal iniciativa fez com que o número de estabelecimentos existentes na localidade crescesse vertiginosamente.

Pelo exposto, comprova-se o quanto às ações formuladas pelos agentes institucionais deste arranjo influenciam a atividade confeccionista. Na realidade, a dinâmica produtiva de Campina Grande depende fundamentalmente da alternância de poder político não só da localidade, mas também do estado. “A história político-econômica da Paraíba se desenvolve em torno da disputa entre os municípios de João Pessoa e Campina Grande pelo poder local, de tal forma que as atividades econômicas sediadas nos dois municípios são beneficiadas em grau variável em função da sintonia entre os poderes estadual e municipal” (CAVALCANTI FILHO; MOUTINHO, 2004, p. 20).

De fato, existe no arranjo de confecções campinense um número considerável de entidades institucionais, cujas atuações oscilam conforme a alternância e compatibilidade do poder local com os principais representantes das organizações municipais e estaduais. Atualmente, as iniciativas institucionais têm buscado articularem-se em torno da promoção para a viabilidade e sustentabilidade do *Natural Fashion*, denominação dada a um consórcio de empresas locais do setor de confeccionados (esta marca é utilizada por uma cooperativa: a coopnatural, que envolve não apenas os produtores confeccionistas, mas também agricultores e comerciantes), que vêm desenvolvendo estratégias cooperativas no cultivo e tratamento orgânico do algodão naturalmente colorido, matéria-prima utilizada na confecção de artigos de vestuário cujo mercado ultrapassa as fronteiras nacionais, como por exemplo, as vendas para a Europa.

Formado preponderantemente por micro e pequenas empresas formais, este aglomerado empresarial tem sua competitividade fundamentada no baixo preço dos produtos. Não há especialização em uma linha de produto específica, a qual consiste na confecção de moda íntima, feminina e infanto-juvenil. Até meados da década de 90 as vendas eram escoadas quase que totalmente pelo mercado local, o que representava uma fonte de vantagem competitiva para a atividade, dada à proximidade com o consumidor final. Posteriormente, a produção resultante passou a ser destinada paulatinamente a outros canais de comercialização, notoriamente, para o *shopping* SEBRAE, localizado em João Pessoa.

Em termos de inovatividade, as pequenas empresas sobressaem-se com relação às micro. Contudo, os investimentos em atividades inovativas não é um fator muito presente nos empreendimentos do arranjo. Quando ocorrem, geralmente refere-se a cópias de produtos já existentes no mercado nacional e são mais de caráter ocasional, seja em termos de inovação de produto, de processo ou organizacional. Um aspecto interessante é que as empresas que mais inovam são de propriedade de pessoas que possuem um grau de escolaridade elevado, em muitos casos com nível superior completo ou incompleto.

Apesar da criação do consócio *Natural Fashion* ser fruto de iniciativas de um grupo de empresários em parceria na tentativa de superar momentos de oscilações típicos da economia capitalista, as empresas do restante do aglomerado produtivo não estabelecem fortes vínculos cooperativos entre si. As atuações existentes neste sentido provêm, sobretudo, das empresas de pequeno porte, mas ainda não se pode dizer que ocorre de maneira satisfatória. E esta cooperação

é mais desenvolvida justamente naquelas empresas que buscam avanços inovativos, o que corrobora a importância da atuação em rede. No caso em análise, as relações de cooperação promovem o aumento da capacitação produtiva e inovativa dos agentes empresariais da localidade.

4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente dissertação foi planejada e concebida como parte integrante de um projeto de pesquisa da Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais (CGEP) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), unidade de Recife/ PE. O projeto, coordenado pelo co-orientador deste trabalho, intitulado “O PÓLO DE CONFECÇÕES DE TORITAMA: análise das relações de trabalho e da informalidade” tinha como objetivo principal investigar a natureza das relações de trabalho e o nível de informalidade existente na cadeia produtiva de confecções de Toritama. Para tanto, buscava-se principalmente detalhar as relações de subcontratação para verificar se estas eram reflexos de formas modernas de cooperação ou se escondiam relações de trabalho informal; verificar a ocorrência e a qualidade do trabalho domiciliar; e, captar o fluxo migratório para o município, avaliando as condições infra-estruturais de Toritama para absorção desta mão-de-obra migrante (CAMPOS, 2007).

Dada à vinculação deste trabalho com a pesquisa da FUNDAJ, as etapas escolhidas para o seu desenvolvimento beneficiaram-se das fases estabelecidas no projeto global, sobretudo, as referentes à pesquisa de campo, onde a participação nas mesmas permitiu a construção de uma visão e entendimento sobre a realidade produtiva do município, desde a fabricação nas unidades menores, em sua maioria informais, que correspondem à produção nos domicílios, até a organização produtiva, comercial e tecnológica dos estabelecimentos relativamente maiores. A metodologia de campo estabelecida no projeto da FUNDAJ será explicada mais adiante. Nesta dissertação, optou-se por seguir 5 etapas, quais sejam: levantamento bibliográfico, elaboração dos instrumentos de pesquisa, coleta de informações primárias, tabulação dos dados e análise dos resultados.

A primeira fase consistiu no levantamento da produção bibliográfica referente aos temas: economia nordestina e disparidade inter-regional brasileira; mudança de condução das políticas públicas com vistas a combater as desigualdades econômicas e sociais das regiões do País; o papel do Estado e do mercado no desempenho da economia capitalista; teoria neo-schumpeteriana/ evolucionária; teoria institucionalista; arranjos produtivos locais e, por fim, caracterização do setor de confecções do agreste pernambucano. Tais informações secundárias foram obtidas em diversas fontes, sejam elas: teses, dissertações, monografias, revistas, livros,

artigos, relatórios de pesquisa e sites de busca relacionados ao estudo em foco, como por exemplo, o do IBGE, do IPEA e da RAIS/ MTE. Convém mencionar que este levantamento estendeu-se ao longo de todo o estudo, na medida em que se fez necessário.

A segunda etapa foi dedicada à elaboração dos questionários a serem aplicados nas empresas e nas instituições/ organizações que compõem a estrutura produtiva-institucional da região. No tocante à pesquisa empresarial, utilizou-se como instrumento de análise a aplicação direta e explanatória de um questionário qualitativo semi-estruturado. O modelo seguido foi o disponibilizado pela *RedeSist* (UFRJ), o qual se baseia no modelo padrão da PINTEC (Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica), e que foi adaptado de modo a incluir perguntas voltadas para os objetivos propostos.

As perguntas contidas neste questionário foram formuladas procurando-se dar suporte ao levantamento do maior número possível de informações que pudessem enriquecer a construção de uma análise cuidadosa referente à identificação das empresas; à sua produção e mercados de vendas; à inovação, aprendizado e cooperação; à verificação da estrutura, governança e vantagens associadas ao ambiente local; e, à constatação da existência ou não de políticas públicas voltadas para o fomento do setor, assim como da percepção do papel das instituições na articulação entre os agentes do aglomerado. A escolha da amostra empresarial encontra-se explicada mais à frente. Já o modelo do questionário pode ser visualizado no apêndice I.

Quanto à pesquisa institucional, os questionários elaborados aplicados em campo visavam enquadrar-se nas especificidades das entidades institucionais a serem investigadas: associações, sindicatos, agentes financeiros, órgãos públicos, centro de pesquisa tecnológica e universidades. Os modelos foram elaborados através da conjunção de tipos de questionários e roteiros utilizados em outras pesquisas, todas voltadas à investigação e ao entendimento de concentrações espaciais de agentes produtivos, econômicos e institucionais, sejam elas: Baptista (2005), Batschauer (2004), Cabral (2007) e Oliveira (2007).

Para as entrevistas nas associações e nos sindicatos, seguiu-se um mesmo modelo de questionário, composto por perguntas estruturadas e semi-estruturadas as quais possibilitassem tomar conhecimento das principais funções e objetivos da entidade, dos motivos que levaram à sua formação, quem são os seus integrantes e como evoluiu a entidade desde a fundação, se desenvolve relação de parceria com outras entidades atuantes no arranjo e quais medidas vêm

sendo adotadas em prol do aumento de competitividade da produção confeccionista do agreste do estado. O modelo deste questionário é apresentado no apêndice II.

As entrevistas junto às instituições financeiras foram feitas utilizando-se um questionário específico para a coleta de dados relativos as linhas/ programas de financiamento disponíveis para os agentes produtivos envolvidos na atividade, o grau de adesão do empresariado local às linhas oferecidas, os tipos de exigências relativas à concessão do financiamento, a distribuição em termos de porte empresarial, as principais finalidades na procura dos empréstimos e se a entidade financeira atua conjuntamente com outras instituições de mesma natureza ou não, promovendo ações favoráveis ao desempenho financeiro das empresas. Idem apêndice III.

Já com relação às entrevistas nas organizações de ensino e pesquisa de nível superior, o instrumento de pesquisa aplicado consistiu num roteiro contendo itens relacionados à coleta de dados sobre a estrutura da entidade, os tipos de cursos ofertados relacionados ao segmento produtivo em voga, nível de qualificação dos funcionários, principais projetos em andamento, possíveis experiências no desenvolvimento de inovações, principais demandantes pelos serviços e cursos oferecidos, bem como a participação em programas de cooperação com outros agentes do arranjo. O roteiro utilizado consta no anexo I.

Um outro tipo de questionário foi formulado especificamente para as entrevistas no sistema S, e nos organismos públicos de tecnologia e desenvolvimento do governo estadual, cujas perguntas objetivavam levantar informações sobre as principais formas de atuação no arranjo, os resultados de ações anteriores, os meios utilizados para contemplar o maior número possível de agentes, a percepção quanto ao espírito cooperativo das entidades institucionais/ organizações e das empresas pertencentes ou relacionadas ao aglomerado produtivo. O instrumento de pesquisa empregado nestas entidades está no apêndice IV.

A definição da amostra das empresas que possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), isto é, formalizadas apoiou-se na pesquisa cadastral da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2007, na qual foram identificados 399 estabelecimentos envolvidos em confecção no município, dos quais 271 não têm registro de funcionários no seu âmbito organizacional. Assim sendo, das 128 empresas restantes que possuem legalmente pessoas ocupadas em seu quadro operacional, optou-se por considerar aquelas mais bem estruturadas, com 11 ou mais funcionários, como o universo relevante para a pesquisa. Ou seja, a pesquisa

realizada nestas empresas seria no sentido de complementar os dados obtidos na amostra domiciliar, composta preponderantemente por unidades produtivas menores. Estas informações estão apresentadas na tabela 1, conforme pode ser observado.

Tabela 1
Distribuição das empresas formais de Toritama por estrato de funcionários

Número de Funcionários	Número de Empresas
0	271
1 – 5	61
6 – 10	31
11 – 20	18
21 – 40	12
Mais de 41	6

Fonte: RAIS/ MTE, 2007.

Após decidir como universo representativo todas as empresas enquadradas nos estratos com 11 ou mais funcionários, realizou-se um sorteio aleatório dentro de cada faixa, correspondente aos últimos três estratos da tabela acima. A princípio, pretendia-se fechar a amostra com 10 empresas, responsáveis por empregar uma quantidade significativa de mão-de-obra na composição empresarial de Toritama. Porém, em virtude das dificuldades encontradas, normalmente associadas à pouca disponibilidade de tempo do empresariado local para interromper suas ações rotineiras ligadas à atividade produtiva em questão⁵², conseguiu-se aplicar questionários em 8 estabelecimentos, dos quais 2 se classificam como microempresas, 5 como empresas de pequeno porte e 1 como empresa de médio porte. Destas 8 empresas de confecção, 4 também são ou possuem lavanderia. O critério adotado para a classificação do tamanho do empreendimento, foi o mesmo utilizado pelo SEBRAE⁵³, a partir do qual pode-se constatar que não há empresa de grande porte em Toritama.

⁵² Além disto houve um atraso na liberação do recurso financeiro por parte do Banco do Nordeste (entidade que apoiou financeiramente o desenvolvimento deste estudo), resultando inclusive na necessidade de dilatação de prazo para a defesa da dissertação.

⁵³ O SEBRAE utiliza como critério para definição de porte empresarial o número de pessoas ocupadas tendo como referência a classificação criada pelo IBGE, que conta como pessoas ocupadas não só os empregados, mas também os proprietários das empresas. Neste sentido, considera-se como: - Micro empresa: até 19 pessoas; - Pequena empresa: de 20 a 99 pessoas; - Média empresa: de 100 a 499 pessoas; e, - Grande empresa: 500 ou mais pessoas.

Em visitas anteriores ao município, realizadas no intuito de dar prosseguimento às etapas programadas da pesquisa da FUNDAJ, aproveitou-se para fazer um primeiro contato com os empresários e/ ou gerentes responsáveis pelas empresas contidas na amostra. Isto facilitou a receptividade posterior para a aplicação concreta dos questionários, ocorrida no período de 02 a 06 de junho do corrente ano. Uma das empresas da amostra não foi localizada, tendo sido substituída por outra de mesmo porte. Numa outra, os empresários não foram encontrados apesar das repetidas tentativas em períodos diferentes de estadia no município, inviabilizando-se assim, a obtenção de informações sobre a mesma, dado que os gerentes afirmavam não poder responder ao questionário na ausência dos proprietários. Como consequência, aderiu-se ao mesmo procedimento de substituição supracitado, entretanto, a falta de tempo tão corriqueira dos empresários da localidade impossibilitou concluir a pesquisa de campo com a amostra prevista inicialmente contendo 10 estabelecimentos.

Somou-se a esta amostra empresarial, alguns dados obtidos na pesquisa de campo da FUNDAJ. Esta última, como já afirmado anteriormente, foi organizada com o intuito de investigar as relações de trabalho características da produção nos domicílios e/ ou empresas e para isto obedeceu duas etapas. Na primeira, a unidade amostral referia-se aos domicílios localizados na área urbana do município de Toritama e objetivava estimar o número de domicílios desta área nos quais residisse pelo menos uma pessoa em idade ativa⁵⁴ empregada no setor de confecções do município.

As estimativas populacionais com relação ao município utilizadas no plano amostral foram calculadas com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE). Segundo o censo, na ocasião, a população deste município era de 21.800 habitantes e havia 5.546 domicílios. Destes, 5.144 domicílios estavam localizados na área urbana e em 3.439, o que corresponde a 67%, havia pelo menos um residente empregado no setor de confecções.

Porém, com as novas estimativas, referentes à contagem populacional, fornecidas pelo último censo do IBGE realizado em 2007, a população do município de Toritama passou a ter 29.890 habitantes, o que significa um crescimento de 37% comparado ao censo 2000. Aplicando cálculo matemático simples e supondo que a densidade populacional por domicílio não se alterou

⁵⁴ Conjunto total da população com 10 anos ou mais.

ao longo desses anos, baseado na nova estimativa do IBGE para 2007, estimou-se que o município registra atualmente 7.604 domicílios.

Sendo assim, com o universo de 7.604 domicílios, a amostra a ser cumprida deveria ser de pelo menos 340 domicílios. O método amostral empregado foi a amostragem aleatória simples⁵⁵. Neste método de amostragem, todas as unidades amostrais (domicílios localizados na área urbana de Toritama) tinham igual probabilidade de serem selecionados para a amostra. Quanto ao erro tolerável de amostragem, isto é, a margem de erro, foi de 5% para mais ou para menos e o intervalo de confiança foi de 95%.

Entre os dias 10 e 14 de dezembro de 2007, foram realizadas as entrevistas em 470 domicílios, sendo 445 localizados na zona urbana do município de Toritama e 25 localizados na Vila Canaã (o questionário utilizado nesta fase de cadastro é mostrado no anexo II). Dos 445 domicílios em Toritama, em 317 (71%) foi declarado haver pelo menos um residente que trabalha na produção de confecções. Considerando este percentual, expandindo para os 7.604 domicílios do município, estima-se que atualmente há 5.417 domicílios com ao menos um residente que trabalha na produção de confecções. O intervalo de 95% de confiança para esta quantidade é dado por [5.111; 5.723] domicílios.

Sem perda de generalidade, estimou-se o número de domicílios onde há produção de confecções. Nos 445 domicílios contemplados na primeira fase da pesquisa de campo, em 163 (37%) domicílios foi declarado haver produção de confecções. Desta forma, do total de domicílios existentes em Toritama, estima-se que em cerca de 2.785 há produção de confecções em suas dependências. O intervalo de 95% de confiança para o total de domicílios em Toritama com esta característica é dado por [2.460; 3.111] domicílios.

A partir dos dados coletados na primeira fase, os quais apontaram para um total de 163 domicílios nos quais há produção de confecções, deu-se início a montagem do plano amostral para a segunda etapa da pesquisa. Nesta, um dos pontos cruciais a ser investigado empiricamente era a percepção do grau de informalidade da atividade confeccionista no município. Para tanto, seria realizada uma pesquisa empírica, cuja amostra estimada estaria relacionada às informações

⁵⁵ Se existisse um cadastro de todos os domicílios das áreas urbanas de Toritama. Caso não existisse, empregar-se-ia a amostragem sistemática.

coletadas na fase precedente. A tabela 2 demonstra o tamanho da amostra estatisticamente relevante relativa à proporção da informalidade.

Tabela 2
Tamanho da amostra para a segunda etapa da pesquisa

Proporção de Informalidade	Tamanho da Amostra
70%	290
75%	262
80%	226
85%	184
90%	132

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

A segunda fase foi realizada entre 31 de março e 04 de abril, e dos dias 07 a 11 deste mesmo mês. A amostra definida, com base na tabela acima, na qual o tamanho amostral guarda relação com a proporção de emprego informal na produção de confeccionados (por exemplo, se a informalidade atinge 85% dos empregos, o tamanho da amostra correspondente é de 184 estabelecimentos) foi de 200 unidades produtivas (empresas e/ ou domicílios) envolvidas em confecção, das quais 163 constavam e deveriam cumprir o levantamento cadastral feito na primeira etapa. Os questionários aplicados durante esta etapa podem ser observados no anexo III.

Com relação à pesquisa institucional, a mesma foi iniciada durante a última fase da pesquisa da FUNDAJ, entre os dias 07 e 11 de abril deste ano. Porém, esta só veio ser amplamente desenvolvida, nas duas primeiras semanas de junho, entre os dias 02 e 06 e 09 e 13, respectivamente. No total, obtiveram-se informações junto a 16 entidades institucionais, distribuídas pelos municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Recife. Como a dinâmica institucional de Toritama está fortemente interligada à dos seus dois principais municípios vizinhos, fez-se indispensável aplicar questionários em determinadas organizações de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Da mesma forma, avaliou-se como necessário e até mesmo enriquecedor para os fins de análise pretendidos, levantar informações em instituições situadas em Recife, capital de Pernambuco, estado que tem no setor de confecções um de seus principais segmentos produtivos. As entrevistas foram feitas em associações patronais e de trabalhadores, em organizações de ensino e pesquisa de nível superior, em instituições financeiras, em órgãos do

governo estadual, e em entidades institucionais de apoio e promoção ao segmento industrial do estado.

Ao término da pesquisa de campo, empresarial e institucional, processou-se a tabulação dos dados, seguida pela descrição e análise dos mesmos. O número de entrevistas realizadas possibilitou elaborar importantes conclusões acerca das dinâmicas produtiva, econômica e institucional do arranjo de confecções do agreste pernambucano, o qual consegue obter respaldo em nível nacional. A manipulação de parte dos dados primários coletados na segunda etapa da pesquisa da FUNDAJ foi feita com base no programa *Statistic Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 15.0, possibilitando a elaboração de gráficos e tabelas com variáveis pesquisadas.

Todos os resultados da pesquisa empírica e das investigações em fontes de dados secundárias referentes à atividade de confecções no município de Toritama e de seu entorno são explicitados no capítulo seguinte, o qual pretende demonstrar o surgimento e o desenvolvimento desta atividade no município, diagnosticando a atuação dos principais agentes integrantes da estrutura institucional, com reflexos sobre a produção de confecções.

5 - ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: O CASO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA

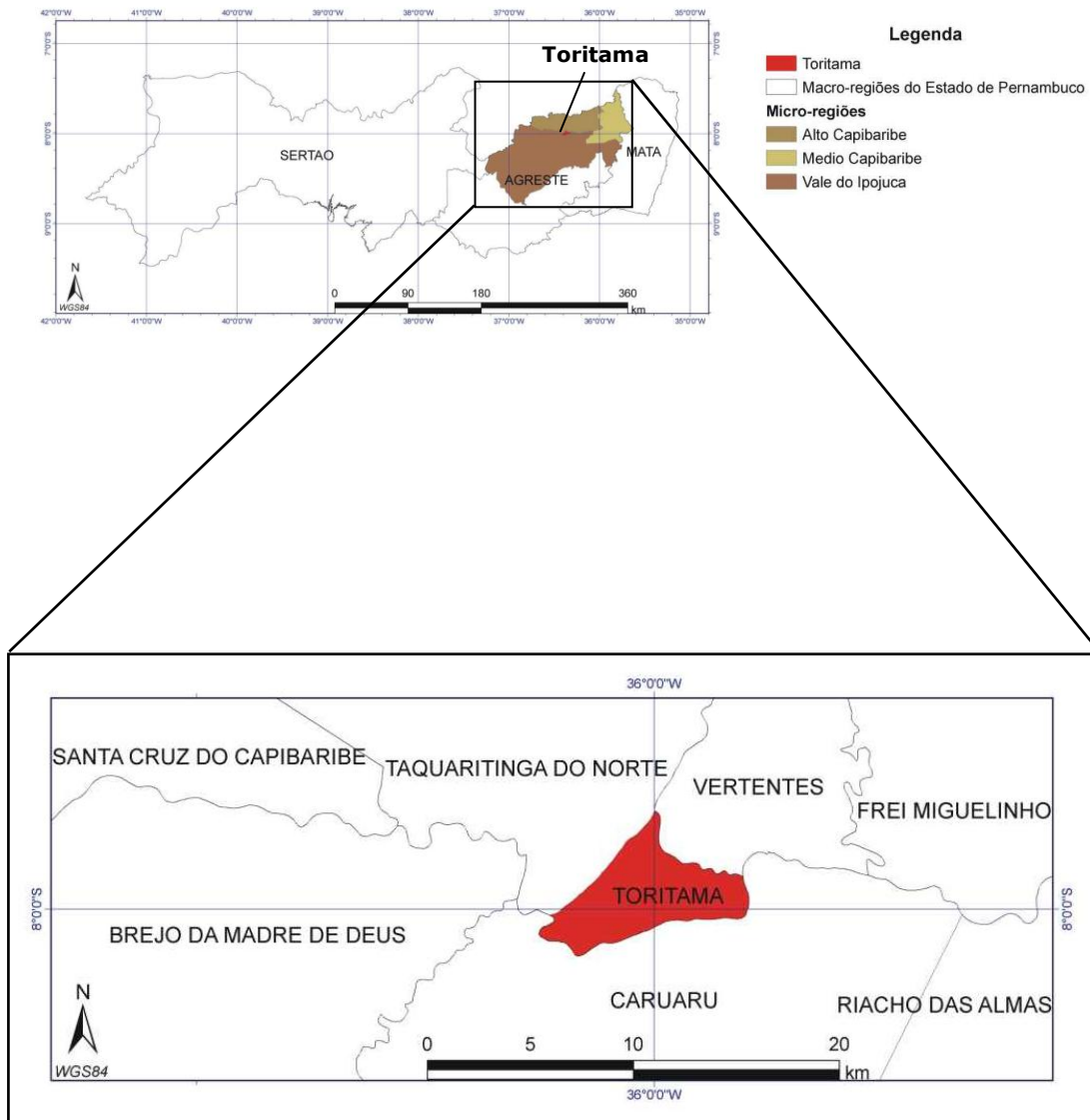
5.1 – Caracterização da área em estudo

O município de Toritama está localizado na mesorregião do Agreste do estado de Pernambuco, mais precisamente, no Agreste Setentrional, na microrregião do Alto Capibaribe⁵⁶. Limita-se ao norte com os municípios de Taquaritinga do Norte e Vertentes, ao sul, com Caruaru, a leste com Brejo da Madre de Deus e Santa Cruz do Capibaribe, e a oeste, com os municípios de Frei Miguelino e Riacho das Almas. Possui uma área territorial de 34,6 km² o que representa cerca de 0,04% (menor município) da área de Pernambuco. Dista 152,7 km do Recife, capital do estado, e 36 km de Caruaru tendo como principais vias de acesso a BR-232, BR-104 e PE 090 (PLANO DIRETOR DE TORITAMA (PDT), 2006). O mapa 1 demarca a localização geográfica de Toritama, bem como seus municípios limítrofes.

Como parte do semi-árido pernambucano, o clima do município é muito quente, apresentando um dos índices pluviométricos mais baixos da mesorregião. Devido às altas temperaturas durante todos os meses do ano, variando entre 25° e 35° no verão e até 20° no inverno, Toritama tem índices elevados de evaporação. As chuvas geralmente ocorrem mais intensamente nos meses de abril a junho. Esta característica climática converte-se num dos problemas mais sérios enfrentados pela população local, haja vista que conjugado à ocorrência esporádica de chuva tem-se a insuficiente disponibilidade de recursos hídricos. Pertencente à bacia hidrográfica do rio Capibaribe, o município sofre com a baixa capacidade de acumulação dos açudes, os quais não conseguem comportar nem 100.000 m³ de água.

⁵⁶ O IBGE indica que o espaço territorial do estado de Pernambuco é formado por cinco mesorregiões geográficas: Mesorregião Metropolitana do Recife, Mesorregião da Mata, Mesorregião do Sertão, Mesorregião do São Francisco e **Mesorregião do Agreste**, constituída pelas microrregiões do Vale do Ipanema, Garanhuns, Brejo Pernambucano, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe e Médio Capibaribe, integrando 71 municípios.

Mapa 1
Localização do município de Toritama, Pernambuco



Fonte: Adaptado de VASCONCELOS (2008).

Além da pouca disponibilidade de água, outros elementos naturais característicos da localidade são a vegetação de caatinga, solo pedregoso e pouco espesso, e relevo formado por serras, por região plana (onde se situa a sede municipal) e zona de grandes afloramentos rochosos. Inclusive, este último elemento está intimamente ligado à denominação da cidade. Antes de conseguir emancipação política, Toritama era um vilarejo chamado Torres, que passou a ser a partir de 1924, distrito do município de Vertentes. Posteriormente, no ano de 1938, parte

deste distrito deixou de ser subordinada a Vertentes, transferindo-se para o município de Taquaritinga do Norte, vindo alcançar a categoria de cidade apenas em 29 de dezembro de 1953. A palavra Toritama significa Região das Pedras (*Tori* = Pedra e *Tama* = Região), em referência à condição natural do solo, marcado pela existência de grandes pedras distribuídas não só pelo leito do rio Capibaribe, acidente geográfico que cruza o município e responsável em grande medida pelo atual estágio econômico da região, mas também em ruas situadas na zona urbana da localidade, como pode ser verificado na figura 2, dificultando a maior ocupação nas áreas territoriais onde estes afloramentos se fazem mais presentes (PDT, 2006; OLIVEIRA, 2007).

Figura 2
Afloramentos rochosos como elemento natural comum à zona habitacional de Toritama



Fonte: Adaptado do Plano Diretor de Toritama (2006).

Em termos populacionais, dos 21.800 habitantes existentes (IBGE, 2000), 10.687 são do sexo masculino, o que equivale a 49,02% do total e os 11.113 restantes, isto é, 50,98%, se enquadram no gênero feminino. Destes 21.800 habitantes, 20.127 (92,32%) constituem a população urbana do município e os outros 1.673, ou seja, 7,67% referem-se aos moradores pertencentes à área rural. Esta última constatação faz com que Toritama diferencie-se daqueles municípios que apresentam tamanho demográfico similar, nos quais normalmente os habitantes tendem a concentrar-se nas zonas rurais, e ainda mais por localizar-se no interior de Pernambuco.

O recenseamento realizado pelo IBGE revela que o perfil populacional de Toritama é predominantemente jovem, onde cerca de 70% do seu contingente possui idade abaixo dos 30 anos de idade. Deste percentual, os estratos mais significativos correspondem aqueles nos quais os habitantes têm entre 10 e 29 anos. Juntos, tais estratos perfazem um percentual de 43,04%, os quais incluem a População em Idade Ativa (PIA), ou seja, os habitantes com potencial de mão-de-obra ocupada ou não no setor produtivo. Na tabela 3 são apresentados os dados referentes à faixa etária da população deste município, por estratos de idade em anos.

Tabela 3
Faixa etária da população de Toritama

Idade em anos	Número de residentes	Participação %
0 a 4	2.646	12,13
5 a 9	2.360	10,82
10 a 19	4.966	22,77
20 a 29	4.420	20,27
30 a 39	2.877	13,19
40 a 49	1.743	7,99
50 a 59	1.201	5,50
60 ou mais	1.587	7,33
Total	21.800	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000).

Com relação ao nível de escolaridade dos seus residentes, as estimativas calculadas refletem uma realidade educacional muito preocupante para o município. De acordo com o Plano Diretor da localidade (2006), mais de 32% da população com idade acima de 10 anos é analfabeta. Na verdade, a estrutura educacional de Toritama é bastante precária, contando apenas com 05 escolas particulares, 02 escolas estaduais e 06 municipais que atendem não só os toritamenses, mas também a população da Vila Canaã, distrito de Caruaru, mas integrante do núcleo urbano de Toritama. Através da tabela 4, pode-se perceber o quanto a população de Toritama carece de incentivos educacionais.

Tabela 4
Toritama: distribuição da população segundo anos de estudo*

Anos de estudo	Quantidade absoluta	Percentual (%)
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	3745	22,30
De 1 a 4 anos de estudo	7474	44,50
De 5 a 8 anos de estudo	3959	23,57
De 9 a 11 anos de estudo	1368	8,15
De 12 a 16 anos de estudo	179	1,06
17 ou mais anos de estudo	37	0,22
Não determinado	33	0,20
Total	16794	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 *apud* Vasconcelos (2008).

* Foram excluídas as pessoas com menos de 10 anos de idade, devido a possibilidade da estrutura etária contaminar este indicador de educação.

Nota-se através da tabela acima que mais de 44% da população de Toritama possui somente até quatro anos de estudo. Ou seja, quase metade dos toritamenses estudaram menos que o ensino infantil. Na seqüência, tem-se o percentual de 23,57% formado pelas pessoas que estudaram até o ensino fundamental, formado por aqueles que freqüentaram a escola de cinco a oito anos. A outra parcela significativa de 22,30% corresponde aos habitantes sem instrução (analfabetos) ou que possuem menos de um ano de estudo. Constata-se ainda que à medida que aumenta os anos de estudo, a participação da população de Toritama nos estratos correspondentes diminui. Em outras palavras, pode-se afirmar que a formação educacional dos moradores deste município avaliada pelo indicador “tempo de estudo” é muito deficiente.

Situação semelhante averigua-se no estado de Pernambuco como um todo. Da mesma forma que para a população de Toritama, os dados referentes a Pernambuco em seu conjunto foram tabulados desconsiderando os indivíduos que possuem menos de 10 anos de idade pelo mesmo motivo já explicado anteriormente. Além disto, também se fez necessário excluir a população pertencente à chamada Região Metropolitana do Recife (RMR)⁵⁷, a fim de manter a coerência analítica, dado que os indicadores deste recorte territorial guardam em si diferenças elementares com relação aos outros municípios pernambucanos, sobretudo, os localizados no interior do estado.

⁵⁷ É formada pelos municípios Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (IBGE).

Conforme retrata a tabela 5, o estrato mais significativo do nível de escolaridade dos pernambucanos em totalidade refere-se ao de 1 a 4 anos de estudo. Comparado ao município de Toritama em particular, a população de Pernambuco em conjunto apresenta uma relativa melhoria, pois enquanto 44,5% dos toritamenses possuem menos de 5 anos de estudo, 42,37% dos pernambucanos se enquadram nesta faixa, uma pequena diferença de 2,13%. As estimativas para os demais estratos são bastante próximas das observadas para Toritama, onde se nota uma tendência à redução na quantidade de pessoas com o aumento do número de anos de estudo. Cabe destacar ainda que apesar dos dados indicarem a existência de programas de “alfabetização de adultos” (o que não se encontra em Toritama), trata-se de um percentual muito baixo, uma vez que apenas 0,19% dos pernambucanos em geral participam de programas desta natureza.

Tabela 5
Pernambuco: distribuição da população segundo anos de estudo*

Anos de estudo	Quantidade absoluta	Percentual (%)
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	817939	22,79
De 1 a 4 anos de estudo	1520549	42,37
De 5 a 8 anos de estudo	722429	20,13
De 9 a 11 anos de estudo	385499	10,74
De 12 a 16 anos de estudo	83561	2,33
17 ou mais anos de estudo	2868	0,08
Alfabetização de adultos	6743	0,19
Não determinado	49332	1,37
Total	3588920	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 *apud* Vasconcelos (2008).

* Dados do estado de Pernambuco sem considerar a Região Metropolitana do Recife.

Além do baixo grau de escolaridade dos seus habitantes (com 90,4% possuindo até 8 anos de estudo, percentual que supera as estimativas para o estado de Pernambuco como um todo (85,3%)), Toritama apresenta um outro problema que perpassa a realidade do município. Em conformidade com o processo histórico de crescimento da economia brasileira, marcado pelo favorecimento de algumas regiões geográficas em detrimento de outras, pela concentração de riqueza em determinados segmentos de classe, o município de Toritama amarga uma má distribuição de renda entre os seus moradores. As estimativas disponíveis demonstram que dos residentes com 10 anos ou mais de idade, num total de 16.794, aproximadamente 31,28% não

tem rendimento algum. E dos que têm, mais da metade, ou seja, 68, 77% ganham apenas até dois salários mínimos mensais, com 7,42% dos moradores recebendo entre mais de cinco a vinte salários mínimos, como pode ser observado na tabela 6 abaixo.

Tabela 6
Classes de rendimento nominal mensal das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade

Classes	Quantidade absoluta	Percentual (%)
Até 1 salário mínimo	3.378	29,27
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4.559	39,50
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1.495	12,95
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1.146	9,93
Mais de 5 a 10 salários mínimos	671	5,81
Mais de 10 a 20 salários mínimos	186	1,61
Mais de 20 salários mínimos	108	0,93
Total	11.542	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Apesar deste indicador revelar uma situação social desfavorável para Toritama há uma certa defasagem nos dados⁵⁸, os quais fazem parte do recenseamento realizado pelo IBGE em 2000, o que impossibilita tirar conclusões mais contundentes. Provavelmente, ao longo destes oito anos se não houve, pelo menos tendencialmente poderá ocorrer alguma melhoria na distribuição do rendimento mensal auferido pelos habitantes de Toritama, localidade que vem apresentando taxas de crescimento intensas na sua principal atividade produtiva, proporcionando-lhe o reconhecimento de um importante aglomerado empresarial no estado de Pernambuco, bem como no Nordeste do País.

De acordo com a última contagem populacional de 2007 fornecida pelo IBGE, Toritama apresentou um elevado crescimento demográfico a partir de 2000, alcançando o total de 29.890 habitantes, o que representa uma taxa média de crescimento de 4,62% ao ano. Os dados deste censo de 2000 indicam que mais de 37% das pessoas que migram para o município têm entre 15 a 29 anos de idade, ou seja, são jovens em idade ativa. Além disto, cerca de 7% dos migrantes são crianças entre zero a nove anos de idade. Esta mesma fonte de informação expõe ainda que o

⁵⁸ É importante salientar que se tentou obter informações mais atualizadas a partir do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entretanto, os dados disponíveis no último censo, o de 2007, referem-se a uma contagem da população em geral, bem como estimativas dos domicílios, sem contemplar análises mais detalhadas, como as feitas no recenseamento de 2000, a exemplo, da distribuição de renda nos municípios brasileiros.

número de migrantes diminui conforme a idade em anos aumenta. Tal fato merece uma análise cuidadosa, explicações do porquê um município de porte tão pequeno territorialmente como o de Toritama vem apresentando aumento considerável no número de residentes.

A justificativa mais provável aponta para o dinamismo econômico do seu setor de confecções. Em estudo recente realizado por Vasconcelos (2008), faz-se uso de estimativas do censo 2000, foi comprovada a ocorrência freqüente e crescente de fluxos migratórios para o município, os quais podem ser identificados como compostos por migrantes de três tipos: i) “migrantes de longa distância”, vindos de outros estados e até mesmo de outras regiões do País, cuja participação no conjunto é relativamente pequena; ii) “migrantes de curta distância”, provenientes de municípios vizinhos; e, iii) “os migrantes pendulares”, os quais ao contrário dos dois anteriormente citados (que possuem residência fixa na cidade), dizem respeito aquelas pessoas que se deslocam diariamente para Toritama retornando no final do dia, ao término do expediente de trabalho, o que se configura como um aspecto bastante relevante para o município e também para a microrregião, dado que este tipo de migração é usualmente peculiar às grandes metrópoles.

Este elevado movimento migratório observado em Toritama evidencia o raciocínio marshalliano de *spillovers* regionais. A performance econômica do aglomerado empresarial desta localidade, caracterizado pela concentração geográfica de várias micro e pequenas empresas confeccionistas, vem despertando o interesse pela mobilidade de pessoas originárias do entorno espacial, situadas nas proximidades, à procura de emprego, de oportunidades de obtenção de rendimentos estimuladas pelo forte crescimento recente da atividade produtiva. A tabela 7 apresenta os municípios de onde provêm os indivíduos que se deslocam diariamente para trabalhar e/ ou estudar em Toritama.

Tabela 7
Migrantes pendulares que trabalham e/ ou estudam em Toritama segundo município de residência

Município	Quantidade absoluta	Percentual (%)
Vertentes	785	43,30
Caruaru	659	36,35
São Caetano	44	2,43
Santa Maria do Cambucá	43	2,37

Surubim	42	2,32
Santa Cruz do Capibaribe	39	2,15
Brejo da Madre de Deus	36	1,98
Bezerros	30	1,65
Lajedo	19	1,05
Frei Miguelinho	18	0,99
Ribeirão	18	0,99
Timbaúba	17	0,94
Barra de Guabiraba	16	0,88
Casinhas	15	0,83
Taquaritinga do Norte	11	0,61
João Alfredo	9	0,50
Riacho das Almas	6	0,33
Lagoa dos Gatos	6	0,33
Total	1813	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000) *apud* Vasconcelos (2008).

As estimativas censitárias divulgadas no ano de 2000 indicam que os municípios que mais se destacam em termos de habitantes que migram para Toritama são Vertentes e Caruaru, com 43,30% e 36,35% de participação, respectivamente, os quais conjuntamente respondem por mais de 79% do fluxo demográfico da região. É preciso salientar que no caso de Caruaru muito provavelmente este alto percentual deve também estar associado ao deslocamento dos moradores da Vila Canaã, que oficialmente é registrada como distrito do referido município, mas cuja localização é praticamente indissociável do ritmo de vida dos toritamenses. Na sequência, de modo menos expressivo e muito similar têm-se: São Caetano (2,43%), Santa Maria do Cambucá (2,37%), Surubim (2,32%) e Santa Cruz do Capibaribe (2,15%), onde somados correspondem a quase 10% dos migrantes pendulares.

Tratam-se de municípios situados bem próximos a Toritama⁵⁹, o que facilita os fluxos diários das pessoas, cujas localidades de origem certamente não conseguem oferecer empregos suficientes de modo a alocar o conjunto da mão-de-obra existente. Além deste movimento migratório, pode-se afirmar que o setor de produção de vestuário tem se apresentado tão promissor na região do agreste que outros municípios vão sendo aos poucos incorporados na rota confeccionista fomentando ainda mais o segmento, na medida em que ao mesmo tempo em que o

⁵⁹ Outro reflexo do dinamismo econômico da localidade é o problema de especulação imobiliária. E, como se sabe, Toritama é o menor município em área do estado de Pernambuco.

arranjo expande-se pela inserção de outros municípios, o padrão geográfico da atividade torna-se ainda mais concentrado, dada a proximidade territorial.

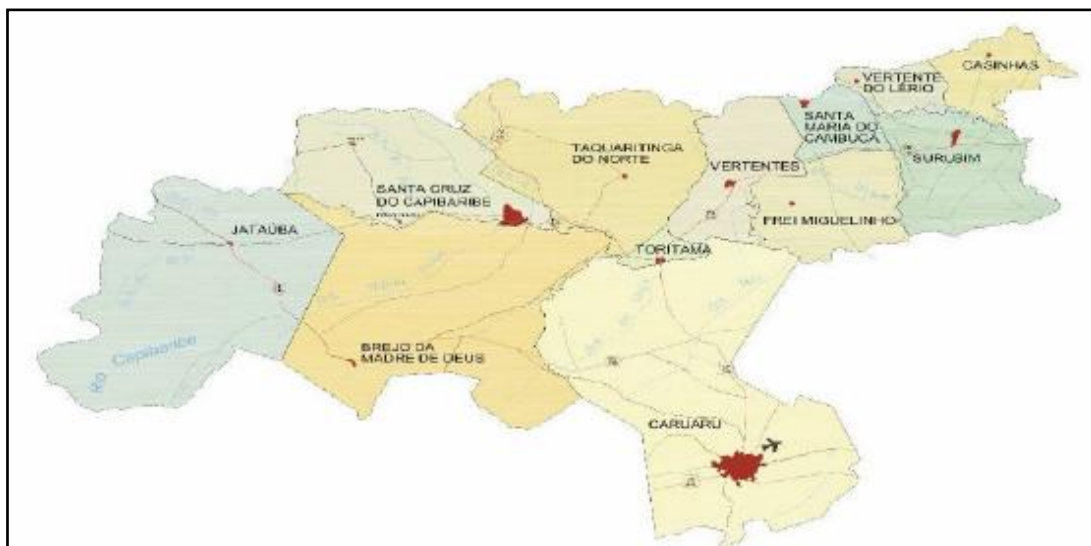
Isto contribui para o aumento da competitividade, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento, sobretudo, daqueles municípios envolvidos há mais tempo na produção de artigos confeccionados. Utilizando-se de critérios econômicos e estatísticos, Campos (2008) destaca que Toritama, juntamente com Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Taquaritinga do Norte compõem o núcleo do arranjo confeccionista em voga, por terem sido as localidades pioneiras no desenvolvimento embrionário do setor, bem como por se constituírem atualmente nos municípios pernambucanos que mais têm apresentado estimativas contundentes da representatividade do segmento para cada uma destas economias em particular.

De fato, estes quatro municípios expõem uma trajetória crescente no número de empregos gerados em confecções no estado de Pernambuco, tornando-lhes os mais significativos no contexto da distribuição espacial da atividade na região. Mas, como já dito, além de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Taquaritinga do Norte, podem-se destacar outros municípios enquanto pertencentes ao arranjo, num exemplo de transbordamento de experiências que lograram êxito e passaram a ser copiadas por agentes do entorno econômico-institucional. Com isto, a possibilidade de disseminação de conhecimentos obtidos a partir de práticas rotineiras, de atuação conjunta no ambiente de trabalho, e até mesmo proporcionados pela atuação de organizações de coordenação específicas ao espaço local é estimulada e facilitada, uma vez que a proximidade não apenas geográfica, mas também cultural e institucional abre espaço para o engajamento potencial dos agentes em ações interativas.

Segundo Cabral (2007), Jataúba, Santa Cruz do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte, Toritama, Caruaru, Vertentes, Frei Miguelino, Santa Maria do Cambucá, Vertente do Lério e Casinhas formam o Pólo de Confecções da região (como é mais popularmente conhecido), como pode ser visto no mapa 2. São todos municípios limítrofes, cujos habitantes ao perceberem a melhoria de renda dos moradores daquelas localidades que lograram em investir inicialmente na produção de artigos de vestuário, decidiram tentar auferir o mesmo resultado positivo dos seus vizinhos.

Mapa 2

Municípios sob influência do Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano



Fonte: Adaptado de Cabral (2007).

Tendo isto em mente, faz-se necessário e pertinente realçar a história de formação e evolução do APL, pois dada à proporção alcançada nos últimos anos, com reflexos supracitados, mesmo Toritama sendo o foco de análise, a investigação do ambiente institucional requer uma visão geral da dinâmica do arranjo como um todo, onde será possível vislumbrar e compreender quais acontecimentos e fatores foram determinantes na trajetória do mesmo, como e em que período o município de Toritama começou a atuar no setor.

5.2 – A trajetória do arranjo confeccionista: formação e desenvolvimento da atividade em Toritama

Os primeiros indícios da produção de confecção no Agreste pernambucano datam do final da década de 1940, no município de Santa Cruz do Capibaribe, à época distrito de Taquaritinga do Norte (Neves, 1979 *apud* Cabral, 2007). Carente de oportunidades produtivas, tipicamente recorrentes em regiões semi-áridas, que sofrem com os efeitos danosos causados pelo fenômeno da seca, Santa Cruz do Capibaribe dispunha naquele período de um grande contingente de mão-

de-obra desempregada e com habilidade principiante na costura doméstica de confecção, prática comumente presente nas cidades do interior nordestino, sobretudo, nos afazeres femininos do segmento de baixa renda.

O surgimento desta atividade na região está condicionado a uma série de fatores. Um primeiro refere-se à organização da produção urbana. Não bastassem as dificuldades de ordem climática, as quais se desdobravam em perdas no cultivo de culturas de subsistência (mandioca, milho, feijão e fava), outro aspecto que colaborou para a expropriação do pequeno produtor, que já trabalhava sob condições rudimentares foi a expansão da produtividade na agropecuária, que passou a requerer menor quantidade de mão-de-obra para a realização da produção, bem como a incorporação das menores propriedades às maiores (XAVIER, 2006).

Soma-se a isto, o processo de crescimento da economia do algodão. A necessidade de redução do volume transportado deste produto devido ao elevado custo de transporte fez com que surgisse na região “um tipo de embalagem (tela de enfardamento)” redundando não apenas na diminuição dos custos de produção desta cultura, mas também, e fundamentalmente, na instalação das primeiras unidades produtivas de telas de algodão, o que proporcionou o fornecimento local dos primeiros tecidos, da produção de sacos (Ibid.).

Neste sentido, o processo histórico de transformação sócio-econômica de Santa Cruz do Capibaribe, lançou as bases para o aparecimento da produção confeccionista de natureza industrial. O declínio da agricultura, principal atividade produtiva na época, deixou muitas pessoas desprovidas de ocupação que tiveram de deixar o campo (já que este não mais propiciava os ganhos necessários à sobrevivência) e migrar para a cidade, na tentativa de conseguir algum trabalho. Encontraram como opções os serviços domésticos, o modesto comércio local e outros serviços, todos de baixa remuneração. “Junte-se o fato de a mulher, antes mesmo de receber a educação formal, aprender algumas tarefas que, pela cultura local, são-lhes impostas a título de trabalho exclusivamente feminino. É o caso dos serviços domésticos de costura” (XAVIER *apud* CABRAL, 2007, p. 95).

Além destas condições locais, com destaque para o aprendizado doméstico em confecções das mulheres de Santa Cruz do Capibaribe, a história dá conta de outros acontecimentos que impulsionaram decisivamente à adesão da prática confeccionista neste município. Conforme menciona Cabral (2007), por volta de 1949, um grupo de comerciantes da localidade começou a

comprar sacos de retalhos de malha (restos de fábricas de tecidos) em Recife e em São Paulo, denominados de *sulanca*⁶⁰, para revendê-los em suas casas e nas feiras, bem como para confeccionar cobertas que eram feitas a partir das tiras de tecidos, com os retalhos emendados, ficando esta última função a cargo de suas respectivas esposas (ARAÚJO, 2003).

Além desta iniciativa, teve-se a de um outro morador de Santa Cruz do Capibaribe, que decidiu no ano de 1963 investir ‘30 mil contos de réis’ na revenda de sobras de tecidos. Com receio de perder todo o estoque de mercadoria que ele tinha até o momento decidiu vendê-lo para determinadas costureiras a prazo, sem nenhuma garantia, apenas com base na confiança, caracterizando uma forma de cooperação, que viria potencialmente favorecer todas as partes envolvidas. Nas palavras de Cabral (2007, p. 96): “a forma de financiamento feita por Noronha inaugurou um novo poder de compra, oferecendo uma possibilidade de produção e expansão aos mais pobres. Ele criou assim, uma institucionalidade informal local, contribuindo para o crescimento da oferta de confecções, algo que as instituições formais de crédito não ousaram fazê-lo”.

Criadas as condições iniciais, a produção de confecções foi com o passar do tempo se expandindo, envolvendo um leque diversificado de agentes, desde o produtivo até o institucional, até adquirir a dimensão atual, de um arranjo produtivo estruturado e organizado, responsável pela geração de emprego e renda de parte considerável da população do agreste. Arranjo este, cuja trajetória pode ser cronologicamente definida a partir de quatro etapas: “(i) *a da formação inicial (1949-1966)*; ii) *a do primeiro choque de modernização e primeira expansão do aglomerado (1967-1979)*; iii) *a da consolidação da modernização e segunda expansão (década de 1980)* e, iv) *a da segunda modernização do aglomerado e terceira expansão (1990-2005*⁶¹*)*” (Ibid.).

A primeira fase do arranjo ocorreu em um período marcado pela industrialização por substituição de importações, pela ampliação da infra-estrutura viária e elétrica e pelos esforços de

⁶⁰ Conforme Araújo (2003) há duas versões para a origem do termo *sulanca*: uma primeira seria a união da palavra Sul (por causa da malha proveniente da região Sudeste do País, designada mais popularmente como Sul) com a palavra lanca (em referência a *helanca*, tipo de tecido); uma segunda explicação seria a baixa qualidade das peças produzidas por uma população à época muito pobre, que fornecia produtos mal acabados (lençóis e roupas). Assim sendo, *Sulanca* fazia alusão à palavra *sucata*, pois os retalhos eram pedaços de malhas que não seriam mais usados pelas fábricas. Desta última versão, advém a preocupação dos empresários do agreste em extinguir a denominação de “*sulanca*” dada aos produtos da região, haja vista que o termo repassa a idéia de peças popular, destinadas aos segmentos de baixo poder aquisitivo, dada a simplicidade em *desing*.

⁶¹ Cabral (2007) demarca estas fases na tentativa de interligar os acontecimentos econômicos de âmbito nacional com a realidade histórica da produção agrestina.

combate à seca do DNOCS⁶². Isto permitiu maior acesso às matérias-primas e ampliação do mercado consumidor, bem como o início da mecanização do processo produtivo. Nesta fase, em que a produção era caracterizada como “semi-artesanal”, evoluiu-se do simples manuseio manual de linha e agulha para a operacionalização em “máquinas manuais” e até mesmo daquelas “movidas a pedal ou elétricas”. Como matérias-primas os confeccionistas tinham à disposição os retalhos de tecidos vindos de fábricas sudestinas, e posteriormente, de unidades produtivas localizadas em Recife. A princípio, o subproduto destas fábricas era obtido gratuitamente, mas na medida em que a atividade evoluía, a demanda pelo insumo aumentava e as sobras de retalhos tornaram-se pagáveis (CABRAL, 2007).

No tocante à segunda fase, percebeu-se uma significativa expansão do aglomerado tanto em termos de incorporação de novas tecnologias, como em termos de mercado consumidor final. Além disto, a produção de artigos de vestuário também passou a fazer parte do aporte produtivo de outro município, Caruaru, o qual se espelhou no modelo santa-cruzensê, situado a 54 km de Santa Cruz do Capibaribe, caracterizando um verdadeiro efeito transbordamento.

A denominação “*primeiro choque de modernização*” está relacionada à introdução no processo produtivo do município de Santa Cruz do Capibaribe de “máquinas industriais de baixa rotação”, as quais proporcionaram ganhos de produtividade e aumento na quantidade ofertada em decorrência de seu maior nível tecnológico comparada às máquinas manuais e elétricas, até hoje utilizadas nas costuras domésticas do arranjo.

Nesta fase o aumento na produção provocou além do surgimento de unidades fabris confeccionistas menores, a instalação na região de novos atacadistas em face ao aumento na demanda por tecidos, muitos dos quais acabaram se tornando confeccionistas. Além disto, houve uma melhora gradativa na qualidade dos artigos ofertados, bem como em determinadas fases do processo produtivo, a exemplo, do corte e costura, fases intensivas em mão-de-obra. Desta forma, dada a expansão na demanda, com a incorporação de consumidores pertencentes a faixas de renda relativamente maiores, também houve a necessidade de aumentar a contratação de trabalhadores, muitas vezes terceirizados.

A terceira etapa do processo de evolução do APL, definida como a de “*consolidação da modernização e segunda expansão*”, ocorre num período em que a economia nacional passa por

⁶² Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

sérios problemas, traduzidos, por exemplo, nos baixos índices de crescimento do PIB. De fato, o cenário econômico brasileiro nos anos oitenta não era um dos melhores, acarretando-lhe a classificação de década perdida.

Já com relação ao arranjo, verifica-se um ambiente bastante promissor. No município de Santa Cruz do Capibaribe, além da atividade confeccionista expandir-se no sentido de novas unidades produtivas inserirem-se no setor, percebe-se um amadurecimento no processo produtivo, que pode ser explicado sobremaneira pela consolidação das melhorias tecnológicas ensejadas nos anos anteriores. Esta trajetória expansiva pode ser vislumbrada no outro município até então no período em análise integrante da rota confeccionista. Mesmo já apresentando nos anos sessenta pequenas unidades fabris atuantes na produção de artigos de vestuário é somente na década de 80 que Caruaru expõe um elevado crescimento neste segmento. O qual resultou no estímulo a comercialização dos artigos confeccionados na principal feira do município, a “feira de Caruaru” ou “feira da Sulanca”, que já era conhecida pela sua representatividade dentre os entrepostos comerciais da região nordestina.

A fase em consideração é de suma relevância, pois é justamente o momento em que Toritama começa a fazer parte do arranjo. Até o início dos anos 70, aproximadamente, Toritama caracterizava-se como pólo calçadista, onde se produziam chinelos, sandálias e sapatos de couro e borracha. No entanto, com a introdução no mercado das sandálias à base de plástico, esta atividade começou a perder forças, entrando em declínio no final da década mencionada. A partir de então, a confecção de roupas é introduzida no conjunto produtivo da localidade. Inicialmente, as peças eram produzidas com o mesmo tecido utilizado na confecção em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru (XAVIER, 2006; SOARES, 2002).

É somente no final da década de 1980 que o tecido em *jeans* é introduzido no segmento produtivo da localidade. Foi a partir do aproveitamento das máquinas que antes confeccionavam calçados e da mão-de-obra existente com habilidade adquirida na atividade anterior que Toritama especializou-se na produção de *jeans*. Daí porquê os toritamenses optarem por investir na fabricação de peças em *jeans*, tecido pesado e grosso que guardava uma certa semelhança com o manuseio das matérias-primas empregadas na produção de calçados. A princípio, produziam-se apenas artigos de vestuário masculinos (calça, camisa e boné), de baixa qualidade, o que garantia

a venda das mercadorias, dado o menor preço cobrado pelos produtores do município comparado ao praticado no mercado de confecções de *jeans*.

A produção de roupas *jeans* levou a expansão da cadeia produtiva do agreste, através da implantação das lavanderias em Toritama e também em Caruaru, empresas responsáveis pelas últimas etapas da linha de produção de artigos *jeans*, especificamente, pela lavagem, amaciagem, tingimento e descoloração do *jeans*. Para Cabral (2007, p. 102) “o aprendizado tecnológico nas lavanderias, como nas confecções, foi predominantemente do tipo *learning by doing, by using e by interacting*, como uma espécie de laboratório no interior daquelas unidades”.

A proliferação do setor desdobrou-se no surgimento de uma revendedora de máquinas em Santa Cruz do Capibaribe, com filiais instaladas atualmente nos outros dois principais componentes do arranjo, isto é, Toritama e Caruaru. Além desta revendedora, os rendimentos obtidos com a produção e comercialização no ramo têxtil-confeccionista propiciaram também a vinda de grandes atacadistas de tecidos para Caruaru e de menor porte para Toritama. Contudo, os produtores que mais lucravam com a atividade preferiam comprar o insumo diretamente nas fábricas do Sul e Sudeste, uma vez que podiam negociar sua aquisição a preços menores e em melhores formas de financiamento.

Nesta terceira fase, a região contava com o apoio da União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações (UNO). Tal entidade institucional desenvolveu um papel considerável ao “procurar estimular as primeiras tentativas de aprendizagem local com o objetivo de incorporar padrões fordistas aos processos produtivos. Na comercialização, tentou implantar o processo de compra coletiva de insumos, para obtenção de ganhos em escala” (Ibid.). A última iniciativa em particular reveste-se de grande significado, pois se trata de esforços voltados para a busca do estabelecimento de vínculos cooperativos entre os agentes produtivos, os quais poderiam resultar potencialmente na obtenção de eficiência coletiva.

A partir de 1990 inicia-se a quarta fase do APL, que corresponde ao “*segundo choque de modernização e terceira expansão do aglomerado*”. Como se sabe, nos anos noventa a economia nacional vivenciou um período de forte abertura de mercado, que gerou um intenso processo de reestruturação produtiva, com impactos em vários segmentos industriais, inclusive o têxtil-confecções. Desta maneira, para enfrentar as novas exigências globais, as novas condições de mercado altamente competitivas, fez-se preciso investir no avanço tecnológico, na adesão de

novas práticas de gestão e na qualificação profissional através, por exemplo, de treinamento pessoal (GALVÃO; VERGOLINO, 2004).

Os confeccionistas do agreste ao se depararem com as transformações que estavam ocorrendo no contexto mais amplo, ou seja, nas relações econômicas e comerciais do País tomaram importantes decisões, as quais configuraram-se, em última instância, no fomento do ambiente institucional local. As lideranças empresariais do município de Santa Cruz reuniram-se e criaram no início dos anos 90 a Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP), que é a associação patronal da localidade, e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), iniciativas estas voltadas para a modernização da atividade, num esforço pela busca de eficiências organizacionais e mercadológicas, que se converteriam no aumento da competitividade individual e sistêmica.

De fato, os agentes envolvidos no ramo de confecções não só de Santa Cruz do Capibaribe, mas também de Caruaru e Toritama passaram a se preocupar com o dinamismo da atividade. No âmbito do processo de criação, começou-se a contratar estilistas profissionais, a participar de eventos relacionados ao mundo da moda, como desfiles, lançamentos de coleções, feiras e exposições nacionais e até mesmo internacionais. Assim sendo, objetivava-se promover melhorias na etapa produtiva de criação dos artigos a serem produzidos (CABRAL, 2007).

Em termos de estratégias de comercialização, de manutenção e ampliação de acesso aos mercados, destacam-se o crescimento do uso de computadores de modo a organizar o controle de clientes e a programação de vendas mais eficientemente; a contratação de consultores; a participação nas rodadas de negócios, nas missões empresariais, nos cursos e seminários promovidos pela Ascap, em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC), a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT) e o Sebrae – escritório Caruaru; além disto, os empresários locais vêm direcionando recursos na área de *marketing*, desdobrando-se no lançamento e divulgação de marcas próprias na mídia; cabe salientar a criação dos três grandes centros comerciais, cada um localizado nestes respectivos municípios, quais sejam: o Pólo Comercial de Caruaru, o Parque das Feiras em Toritama e o Moda *Center* Santa Cruz.

O desenvolvimento do segmento confeccionista nestes últimos anos, além de resultar na incorporação de novos municípios, com destaque para Taquaritinga do Norte (cujas estimativas o

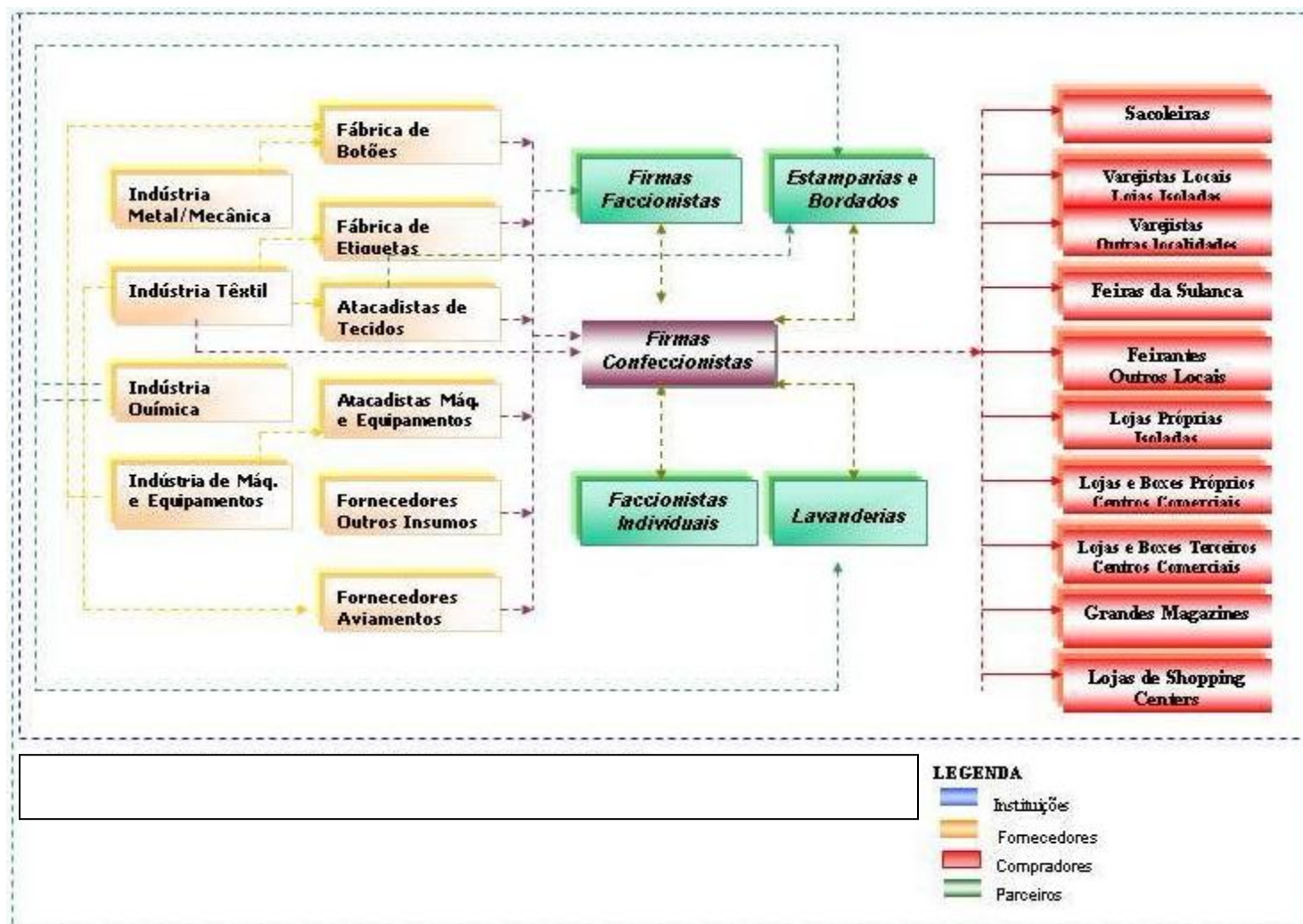
colocam no núcleo do APL, como já afirmado), Brejo da Madre de Deus, Surubim, Agrestina e São Caetano (Cabral, 2007), acarretou a necessidade da ampliação e adensamento da estrutura institucional da região, de modo a acompanhar e oferecer o apoio técnico, financeiro, e educacional satisfatoriamente para o padrão de crescimento da atividade, que tem avançado rapidamente.

A seguir, na figura 3, tem-se a cadeia produtiva deste APL. Analisando para o aglomerado de Toritama em específico, tem-se que antes da etapa dedicada à produção de confecções, encontram-se os fornecedores dos bens de capital e de todos os insumos necessários à montagem das peças, desde o tecido *jeans* até os acessórios complementares, tais como aviamentos, botões e etiquetas. Como se pode visualizar, além das firmas confeccionistas independentes, existem os chamados “faccionistas” que são pessoas que recebem o tecido e/ ou peças semimontadas para realizar determinadas etapas do processo produtivo, mas que não detêm nenhum poder de decisão, seja em termos de qual quantidade produzir, a que preço vender, entre outros. Depois de costuradas, as peças são estampadas e bordadas, seguindo para as lavanderias até receberem o acabamento final.

Uma vez prontas, as mercadorias são colocadas à venda nas feiras da Sulanca (feiras municipais de Toritama, Santa Cruz e Caruaru), nas feiras de outros municípios do interior, nas lojas e/ ou boxes próprios⁶³, por varejistas locais ou de outras regiões e até mesmo em lojas de *shopping centers*. Como se verá mais adiante, o principal ponto de comercialização dos produtos *jeans* é o Parque das Feiras. É importante salientar a presença de consumidores de outros estados, sobretudo, da região Nordeste, os chamados sacoleiros, que freqüentam as áreas de comercialização do arranjo sistematicamente. A aglomeração conta ainda com a existência de organizações e/ ou entidades de apoio, as quais constituem objeto de discussão da seção seguinte.

⁶³ Nos três centros comerciais: Pólo Comercial (Caruaru), Parque das Feiras (Toritama) e Moda Center Santa Cruz do Capibaribe.

Figura 3
Cadeia Produtiva do APL de Confeções do Agreste Pernambucano



Fonte: Adaptado de Cabral(2007).

5.3 – A estrutura institucional do APL: reflexos sobre a dinâmica da produção de *jeans* em Toritama

A pesquisa de campo realizada junto aos representantes de diferentes entidades de coordenação e suporte ao arranjo possibilitou levantar informações sobre a forma como estas organizações têm se inserido no contexto de expansão do setor. De antemão, ressalta-se que a performance recente da atividade na região tem servido para estimular a criação de laços cooperativos, mesmo que incipientes. E, o aglomerado de *jeans* em Toritama, vem contando com o apoio de agentes institucionais situados no próprio município e do entorno regional. Neste sentido, nas entrevistas feitas em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Recife objetivou-se analisar a percepção da importância da conjunção de esforços na busca do aprimoramento, do aprendizado e da capacitação voltada para a competitividade e sustentabilidade da confecção em *jeans*, particularmente.

5.3.1 – Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP)

A ASCAP foi criada quando um grupo de confeccionistas do município decidiu organizar-se em torno de um objetivo comum, qual seja: ter um espaço reservado para a troca de opiniões e experiências de modo a expandirem seus próprios negócios e, conseqüentemente, trazerem benefícios para a economia da cidade. Tais empresários perceberam a necessidade de associação das forças empreendedoras local para enfrentar às novas exigências mercadológicas, que forçosamente requereriam maior profissionalismo dos agentes locais. Inicialmente, era composta por 29 associados, número que cresceu durante estes 15 anos de existência, reunindo atualmente 180 membros (todos de Santa Cruz do Capibaribe).

Segundo relato da secretária executiva, a entidade fortaleceu-se bastante nos últimos três anos, tanto em termos do quadro associativo como de melhoria da infra-estrutura física e operacional. A ASCAP reúne empresários do setor de produção de confecções propriamente dita e empresas do setor de comércio e de prestação de serviços, todos ligados à confecção. Sendo que, em média, 90% são do âmbito industrial e comercial. Correspondem a empresas formais e

informais, em sua quase totalidade formalizadas⁶⁴. Em parceria com o SEBRAE desde a sua formação, a diretoria da ASCAP vem desenvolvendo um trabalho em prol da formalização da atividade, tentando mostrar para os associados informais as vantagens obtidas com a legalização do empreendimento, e as ações têm sido exitosas.

Porém, apesar do número de associados vir aumentando, a associação ainda encontra dificuldades quanto a este propósito. O principal problema ressaltado é a cultura local. Os proprietários de confecções, sobretudo, os micro, muitas vezes resistem à adesão de práticas associativas, cooperativas porque acreditam serem desnecessárias, por não vislumbrarem ganhos com tal envolvimento. Além do mais, por muitos anos a entidade era taxada como “associação dos empresários mais bem-sucedidos da localidade”, visão que a diretoria vigente vem tentando mudar, a começar pela diversificação dos seus membros, contemplando desde proprietários de grandes empresas (conceituadas regionalmente) até micro e pequenos produtores. Em adição, outra iniciativa que tem favorecido a participação de donos de unidades produtivas menores, domiciliar é a baixa taxa mensal cobrada para a manutenção da associação, menos de 10% do salário mínimo (mas, é preciso destacar que o mais importante são as medidas e não a taxa mensal).

A entidade tem como missão representar os interesses dos confeccionistas locais e contribuir através de parcerias e da prestação de serviços para o crescimento das empresas e o desenvolvimento socioeconômico da região. Para tanto, atua definindo estratégias e ações voltadas à implantação de uma cultura de gestão que possa favorecer o seu autodesempenho bem como o das demais associações do arranjo como um todo. Assim sendo, tem como objetivo central o estabelecimento de negociações com possíveis parceiros, buscando unir esforços para interagir eficientemente com as empresas que fazem parte da entidade e destas com as das demais associações do APL.

Dentre as ações direcionadas à criação de parcerias estratégicas para expansão do setor e capacitação das empresas em termos de gestão, criação, produção e mercado, destacam-se as seguintes: i) consultorias subsidiadas pelo SEBRAE, em torno de 50% (dois grupos por ano, compostos por 10 empresas, com a duração de 6 meses); ii) cursos de aperfeiçoamento nas áreas administrativa, de vendas e logística (média de 18 cursos por ano); iii) palestras gratuitas; iv)

⁶⁴ Uma vez que a atividade confeccionista é preponderantemente formada por empresas informais, esta informação demonstra a baixa representatividade da associação (em termos do número de associados informais).

participação em rodadas de negócios, dentro e fora do estado; v) programas de desenvolvimento social e econômico e, vi) presença em missões empresarias: Feira Internacional de Tecelagem (FENATEC), Feira Internacional da Indústria Têxtil (FENIT), Feira Brasileira para a Indústria Têxtil (FEBRATEX), Feira de Máquinas, Equipamentos, Serviços e Química para a Indústria Têxtil (MAQUINTEX), COMTEX (Feira de Componentes Têxtis), Feira Brasileira de Moda Íntima, Praia, *Fitness* e Matéria-prima (FEVEST), entre outras.

Além do apoio do SEBRAE, a ASCAP interage com o SENAI (unidade local e de Caruaru), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC), a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT), a Associação Comercial e Empresarial de Surubim (ACIASUR), o SINDIVEST e a CDL. Cita-se ainda a parceria com a Federação do Comércio do Estado de Pernambuco (FECOMÉRCIO), com a Associação Santacruzense de Contabilistas (ASCONT) e com as duas faculdades de ensino superior da cidade, a Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE) e o Centro de Ensino Superior Santa Cruz do Capibaribe (CESAC). Quanto ao governo municipal, destacou-se que praticamente não há um canal de atuação conjunta, o que normalmente deve-se a questões políticas.

Em parceria com a ACIT, a ACIC, a ACIASUR e o SINDIVEST, realiza-se a participação nas principais feiras de moda e de lançamentos no mercado de matérias-primas e de maquinário do País. Geralmente, os participantes das missões são empresários das diferentes linhas de produção, tais como: moda íntima, moda feminina, *jeans wear*, moda masculina esportiva, infantil, moda praia e *fitness*, entre outras. Isto porque, percebe-se a importância do repasse de informação e conhecimento entre o empresariado da região em suas especificidades. Já a interligação com o sistema S é no sentido de investir no aprendizado dos associados, oferecendo cursos (como o de “aprender a empreender”), palestras e programas de formação empresarial e profissional. Dentre os estreitamentos de laços com os agentes institucionais destaca-se o papel desempenhado pela ASCONT, enquanto importante suporte para esclarecimentos tributários, principalmente após a criação da nova Lei Geral das micro e pequenas empresas.

5.3.2 – Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC)

Fundada em 1920, a ACIC é a associação patronal mais antiga do arranjo, a líder. Considerada a maior entidade institucional desta natureza no estado de Pernambuco, estimulou a criação da ACIT, ASCAP e ACIASUR, através da sua atuação no âmbito empresarial, do seu exemplo de importância na consolidação e expansão do segmento confeccionista caruaruense. É uma entidade multisetorial, com associados dos ramos industrial, comercial e de serviços. Dentre as empresas pertencentes à atividade de produção de artigos de vestuário, algumas são ao mesmo tempo confeccionistas e comerciais, onde a maioria (70%) é do setor de indústria, 20% de comércio e os 10% restante do setor de serviços (lavanderias, bordado, etc.). Sua origem está associada à carência de apoio governamental, tanto da esfera municipal como da estadual.

Inspirados no projeto “empreender” do SEBRAE, os membros da entidade criaram no ano de 2000 as chamadas Câmaras Setoriais, com o intuito de aumentar a capacidade competitiva dos confeccionistas do arranjo. Desde a sua criação a ACIC tem experimentado uma franca expansão e atualmente tem, aproximadamente, 750 sócios ativos (120 são do setor têxtil), dispondo de 13 Câmaras Setoriais, dentre as quais quatro funcionam especificamente em prol do arranjo: i) Câmara da Moda, responsável pelo planejamento e realização das rodadas de negócios; ii) Câmara de Componentes Têxtis; iii) Câmara dos Lojistas do Parque 18 de maio; e, iv) Câmara dos Lojistas do Pólo Comercial. Muitas vezes ocorrem ações transversais, ou seja, algumas atividades são desenvolvidas por meio da utilização de mais de uma das Câmaras.

As ações promovidas pela referida entidade favorecem aos empresários de todo o arranjo, incluindo-se aí os de Toritama. Partindo de quatro pontos estratégicos, isto é, *design*, estilo, gestão e comercialização, enfatiza-se seu papel enquanto formuladora de uma atividade, a rodada de negócios, que vem criando um novo canal de comercialização, transformando o perfil da clientela dos produtos do arranjo. Estas rodadas abrem espaço para o encontro de compradores e vendedores, sendo os últimos formais, donos de pequenos e médios magazines, libertando os empresários locais da dependência de negociação via feiras municipais, o que valoriza o produto.

A ACIC configura-se como uma entidade bastante atuante, contando com a parceria da FIEP, do SINDIVEST, SEBRAE, da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD DIPER), do SENAI e das demais associações empresariais do arranjo. Desta maneira, tem

como principais programas ou frentes de atuação: i) missões empresariais (como por exemplo, a de Goiás onde os empresários visitaram os APL's de confecções de Jaraguá e de moda Feminina de Goiânia); ii) participação na FENIT, na FEBRATEX e no Recife *Fashion*; iii) realização do PE *Fashion*; iv) palestras com estilistas e professores de moda; v) curso de estamparia têxtil; vi) empréstimo para capital de giro do Banco do Brasil, entre outros.

Na visão do assessor técnico das Câmaras Setoriais da ACIC, o maior problema enfrentado pelo arranjo no presente é a imagem do produto. Muitos consumidores ainda associam o termo “Sulanca” a idéia de produto popular, de fácil aquisição. Com o apoio desta entidade, os empresários locais têm procurado engajar-se em atividades que lhes permitam criar artigos de melhor qualidade, com capacidade de competir com os oferecidos em outras regiões do País. Daí a participação nos principais eventos brasileiros de moda. Além deste problema, ressalta-se a dificuldade dos confeccionistas em empregar mão-de-obra qualificada.

Coloca-se que apesar do SENAI local possuir uma boa estrutura, a mesma não forma mão-de-obra compatíveis com as necessidades empresariais. Tendo isto em mente e sabendo da relevância que a qualificação profissional tem na criação e desenvolvimento do processo produtivo, a diretoria da ACIC está direcionando esforços para aproximar as organizações de ensino superior, notadamente a UFPE e a UPE, das entidades empresariais da região. Tal iniciativa provavelmente resultará em benefícios para todos os agentes envolvidos na atividade. Principalmente, para as empresas, que ganharão profissionais capacitados, potencialmente aptos a estabelecer novas práticas gerenciais, organizacionais e produtivos, ou seja, refletindo assim na existência de inovatividade.

Do ponto de vista cooperativo, acredita-se que no âmbito da instituição, a convivência constante dos associados, em participação de feiras, cursos, palestras, rodadas de negócios, entre outros, acaba aproximando-os e facilitando o intercâmbio de informações, pois se cria confiança e o compartilhamento de idéias e experiências passa a ser enxergado como vantajoso para todos. Mesmo assim, os representantes da entidade têm planejado programas que corroborem para o fortalecimento do associativismo entre os agentes do arranjo.

5.3.3 – Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT)

A ACIT, principal entidade patronal do município de Toritama foi criada recentemente, no final de 2004/ início de 2005, quando empresários líderes do aglomerado tomaram a decisão de se associar, por sentiram a necessidade de buscar algum órgão formal de apoio, capaz de subsidiar o crescimento das empresas locais. Integrada fundamentalmente por micro empresários formalizados do setor de confecção, por donos de lavanderias e comerciantes confeccionistas (de modo menos expressivo), o papel desempenhado pela entidade tem sido avaliado como relevante o que pode ser constatado pelo crescimento no número de sócios (de cerca de 50 para 100) e atualmente a entidade está com alguns programas/ projetos visando aumentar sua composição.

Em consonância com as atividades realizadas pelas outras duas instituições de coordenação do arranjo realçadas anteriormente, a ACIT tem como ações prioritárias o apoio à participação dos agentes em missões empresariais, nas visitas as indústrias de confecções em São Paulo e em outras regiões, envolvimento nas rodadas de negócios da moda pernambucana, nas principais feiras e eventos do ramo de confecções que ocorrem no País, a busca pelo desenvolvimento da visão empresarial através da promoção de cursos de capacitação, de treinamento de curta duração e de consultorias.

Além da ASCAP e da ACIC, o planejamento e a execução das ações de fortalecimento e expansão da produção em *jeans*, da busca de soluções para os problemas do setor é feito em parceria com a Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama (ALPF), com a ACIASUR, a AD DIPER, CNI, FIEP, o SINDIVEST, SENAI, SENAC e, primordialmente, com o SEBRAE. Este último é considerado o principal parceiro na prestação de treinamento, consultorias, palestras e projetos. Nas consultorias, o Sebrae age como articulador, ajudando na execução do projeto com vistas a obter o financiamento. Em contrapartida, a associação fica responsável pela seleção do grupo de empresas que tem interesse na consultoria e acompanha todo o encaminhamento da ação.

No que tange a atuação de entidades financeiras, apesar de existirem no município uma agência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, mencionou-se que o empresariado local quase não utiliza as linhas de financiamento disponibilizadas pelas mesmas. O apoio nesta

direção faz-se presente através do Banco do Nordeste e do BNDES, tendo este último recentemente auxiliado na concessão de financiamentos com prazos diferenciados, a partir da concessão a algumas empresas locais (as de maior potencial) de um cartão corporativo facilitando assim, o acesso ao crédito.

A gerente executiva da ACIT enfatizou que praticamente não há canal de conexão entre a associação e o governo local. Inclusive, este distanciamento é apontado como um dos pontos de fragilidade do aglomerado. A ausência de apoio deste ente institucional prejudica a construção de uma estrutura de governança local mais sólida, dado que as entidades sediadas no próprio município são em número relativamente pequeno, comparado ao aporte das outras principais cidades do arranjo. Na visão dos associados da ACIT, a performance do aglomerado de *jeans* poderia ser ainda melhor se existisse uma infra-estrutura local (educação, saneamento básico, urbanização, entre outros) compatível com a capacidade produtiva dos habitantes toritameses.

Embora o quadro de sócios da ACIT seja formado crucialmente por empresas formais, a entidade trabalha em prol de todos os produtores do aglomerado, ou seja, também focaliza suas ações para os empreendimentos informais. Os treinamentos, palestras e cursos oferecidos são todos divulgados de modo a contemplar o maior número possível de agentes locais. Porém, conforme declarou a gerente executiva da associação, a cultura empresarial local dificulta um trabalho mais efetivo da entidade. Os confeccionistas, geralmente os de menor porte (informais) não buscam informações junto à entidade, pouco participam dos programas desenvolvidos pela mesma. Esta cultura inibe um maior envolvimento em relações conjuntas, em práticas cooperativas, inclusive dos associados formais da ACIT, os quais ao que parece mantêm vínculos de articulação devido às atividades promovidas pela instituição.

Além da ausência de um apoio mais efetivo por parte do governo local e da cultura de resistência dos confeccionistas, outro problema existente no aglomerado diz respeito ao baixo nível de qualificação da mão-de-obra. O rápido acesso ao mercado produtor da região ao proporcionar ganhos imediatos aos que se envolvem na atividade, provoca uma evasão escolar muito grande, convertendo-se num dos maiores gargalos para a continuidade da expansão do segmento. Assim sendo, receosos pelo comprometimento da sustentabilidade da atividade, os

membros da ACIT estão desenvolvendo em parceria com a ACIC e a ASCAP um projeto⁶⁵ com o propósito de mudar esta realidade.

5.3.4 - Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama (ALPF)

O Parque das Feiras foi construído no ano de 2002 por empresários do município, objetivando oferecer um local mais apropriado à venda dos seus produtos e para atender às necessidades de um mercado em crescimento, dado que a feira livre (figura 4) não dar visibilidade à produção local. É o maior centro de comercialização de confecções (em sua maioria de peças *jeans*) de Toritama e um dos maiores do Nordeste. Tem 5 mil metros quadrados de área coberta (11 mil de área contando com o estacionamento) concentrando além de cerca de 500 boxes e 110 lojas distribuídos por dois galpões, uma praça de alimentação, com restaurante e lanchonetes, setor bancário e uma rádio comunitária.

A partir do ano de 2003 passou a ser administrado pela Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama, a qual conta com cerca de 150 associados, aproximadamente. O espaço é mantido pela iniciativa privada, através de uma taxa de arrecadação mensal. Atualmente, está sendo criado um estatuto no qual todos os lojistas pertencentes ao Parque das Feiras possam ser automaticamente considerados membros da associação. A construção deste centro estimulou os empresários do município vizinho, Santa Cruz do Capibaribe, a erguer um ponto de comercialização semelhante, o já ressaltado Moda Center Santa Cruz.

⁶⁵ Não foi informado a natureza do projeto.

Figura 4
Bancas de feira em frente ao Parque das Feiras de Toritama



Fonte: Tabira Andrade, 2008.

Como iniciativas da ALPF cabe frizar o pioneirismo no APL da organização do Festival do *Jeans*, evento de notoriedade nacional e internacional e que já está em sua oitava edição, e a promoção do I Festival de Cultura e Moda Pernambucana, realizado em parceria com a ACIT, ACIC, ASCAP, SEBRAE, SESC, Governo Estadual (FECOMÉRCIO, que trouxe compradores da África) e o Núcleo de Empreendimentos em Ciência, Tecnologia e Artes (NECTAR). Montado na área externa do Parque das Feiras, o Festival de Cultura e Moda Pernambucana atrai em torno de 1,5 mil pessoas, vindas de vários estados do País, para assistir aos desfiles das coleções dos lojistas e fabricantes locais, que montam *stands* para comercialização em pronta entrega e fechamento de importantes negócios, de consolidação de potenciais parcerias.

Atualmente, a diretoria da entidade vem buscando uma aproximação institucional com as organizações de ensino superior para oferecer no próprio Parque das Feiras palestras sobre *design* da moda e *marketing*, cita-se o caso da FADIRE, faculdade sediada em Santa Cruz do Capibaribe. Outro exemplo de parceria, diz respeito à preocupação junto ao Sebrae pela promoção de cursos na área administrativa, de gestão e melhoria de atendimento aos clientes, para os lojistas do Parque e até mesmo os demais produtores do município.

Na percepção do presidente da ALPF, as principais limitações para o aglomerado estão relacionadas à cultura individualista do empresariado local, à falta de incentivos dos entes

governamentais e a alta burocracia para a concessão de créditos dos bancos oficiais. Formalmente, os empresários quase não estão envolvidos em ações coletivas, as quais quando surgem devem-se ao vínculo de amizade, de parentesco. Quanto ao governo municipal, sua ação só é visualizada em termos de organização dos bancos de feiras que são montados ao redor do Parque. Dado que a atividade confeccionista de *jeans* é fundamentalmente baseada na informalidade, os vários critérios enumerados para o financiamento de recursos deixam os muitos produtores à margem deste serviço.

5.3.5 – Banco do Brasil (BB)

A instalação da agência do Banco do Brasil no município de Toritama ocorreu recentemente, no final de 2005. Todas os programas/ linhas de financiamento criadas pelo banco estão disponíveis aos agentes do aglomerado, das quais as mais solicitadas são o BB Giro Automático concedido na maioria das vezes para a compra de matérias-primas; BB Giro Rápido para auxiliar no suprimento das necessidades mais imediatas de caixa da empresa e, Descontos de Cheques, no sentido de antecipar os valores das vendas realizadas a prazo.

Geralmente os empresários solicitam crédito com a finalidade de expandir a produção, de adquirir máquinas e equipamentos, e de forma mais tímida para estimular o desenvolvimento de capacitações inovativas relacionadas ao seu empreendimento. Para tanto, o BB utiliza como critérios o ramo de atuação da empresa, tempo de atuação no mercado, cumprimento com os compromissos firmados (índice de adimplência), histórico de relacionamento com o banco e a avaliação da preservação das condições sócio-ambientais por parte dos proprietários de lavanderias (as empresas que já foram multadas, dificilmente terão acesso às linhas de recursos).

Percebe-se assim que, a política padrão de liberação de recursos formulada pelo Banco do Brasil, compromete um maior acesso dos confeccionistas de Toritama, que além de serem preponderantemente micro produtores, estão atuando na informalidade, impedindo a comprovação de garantias requeridas pelos agentes financeiros oficiais. Dos que conseguem financiamento, a grande maioria mantém uma imagem de credibilidade junto à agência, ao honrarem nos prazos estabelecidos os compromissos firmados.

A atuação desta entidade dentro do aglomerado ocorre sem nenhum tipo de parceria com o outro agente financeiro formal do município. As ações neste sentido dão-se com a ACIT e o SEBRAE, onde este último atua como intermediário entre a ACIT e o BB para a obtenção de recursos a serem investidos no desenvolvimento de projetos da associação. Em outros termos, o grau de adesão dos empresários de Toritama aos programas oferecidos por esta instituição é ainda incipiente e desigual, haja vista que quase que exclusivamente os que conseguem usufruir as modalidades de crédito são os donos das unidades produtivas de maior porte.

5.3.6 Caixa Econômica Federal (CEF)

O município de Toritama passou a contar com os serviços prestados pela Caixa Econômica Federal no ano de 1990. Trata-se de uma entidade financeira importante para o equacionamento de problemas referentes à necessidade de crédito dos confeccionistas, dado que tanto as empresas maiores como os pequenos produtores locais usufruem as linhas de financiamento oferecidas pela instituição, que segundo as informações obtidas demandam diariamente os serviços a serem investidos nas atividades relacionadas ao setor de confecções.

Dentre as modalidades de crédito existentes, ressaltam-se o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) e o Proger Giro-Renda. O FINAME é uma linha de crédito destinada para as grandes empresas (mas existe uma linha de crédito especial para os micro e pequenos empresários, com menor burocracia), onde são utilizados recursos do BNDES e capital de giro associado para a construção, ampliação, reforma, aquisição de máquinas, equipamentos, imóveis e utensílios e compra de veículos para transporte de mercadorias. Neste caso, os empresários podem obter até R\$ 1 milhão, com o prazo de até 60 meses (incluindo 12 meses de carência) para pagar o empréstimo, a juros de 8% ao ano mais a taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Já o Proger Giro-Renda é uma linha de crédito mais ampla, no sentido de ser direcionada tanto para a pessoa física quanto para a jurídica, de modo a aumentar o capital de giro do conveniente. Para tanto, utilizam-se recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), onde os micro empresários podem solicitar o crédito totalmente como capital de giro, de até R\$ 70 mil, com prazo para pagamento de 1 a 18 meses sem carência, a juros de 6% ao ano incluindo TJLP; e/ ou para investirem na compra de bens de capital, em reformas com capital de giro associado,

com montante de até R\$ 30 mil, num prazo de 1 a 48 meses (com 6 meses de carência), a juros de 5% a.a. e TJLP.

Associações e cooperativas também podem solicitar o financiamento da modalidade Proger Giro-Renda, com limite de até R\$ 5 mil por associado, num prazo de 1 a 48 meses (até 6 meses de carência e juros de 6% a. a., mais TJLP) sendo necessária a apresentação de um projeto elaborado em parceria com o Sebrae, o qual apóia o tomador de empréstimo através da promoção de cursos assessorando na elaboração do plano de negócios. A concessão do financiamento também está condicionada a abertura de conta, à comprovação de adimplência, de rendimento mensal (pessoa física), do faturamento, capacidade de pagamento e situação cadastral.

Concedendo o mesmo tipo de crédito que o BB e o Banco do Nordeste, a CEF também oferece a linha de crédito Empreendedor Popular, voltada para os micro produtores informais, de baixa renda. A mesma pode ser obtida com a finalidade de financiar o capital fixo com capital de giro associado e investimentos em bens de capital. O valor do empréstimo para capital de giro é de no máximo R\$ 5 mil, com prazo de 1 a 18 meses sem carência, a juros de 15% a.a. mais TJLP; e, para investimentos, o solicitante pode obter até R\$ 10 mil, num prazo de 1 a 24 meses.

No aglomerado, os principais demandantes de recursos são os micro, pequenos empresários, utilizando-se além das linhas de financiamento supracitadas, as modalidades de descontos de cheque (antecipação de vendas com cartão de crédito e cheque pré-datado) e cheque especial empresa. Cabe destacar que, em sua maioria, os produtores informais solicitam o financiamento para adquirir máquinas e equipamentos, objetivando aumentar a produção. Já os formais, além terem como finalidade a expansão da produção, a aquisição de máquinas e equipamentos, requerem o recurso para fazer face aos custos normais de operação, sobretudo, nos períodos de maiores dificuldades de vendas da produção.

Com exceção do SEBRAE, a atuação em rede desta entidade com os outros agentes institucionais do arranjo ainda é muito pequena. Vale mencionar a participação esporádica em reuniões promovidas pela ACIT, para apoiar na avaliação da viabilidade econômica de algum programa em foco. Todavia, a relação não se estende a ponto de haver um canal de concessão de recursos junto a CEF para os empresários via associação. Em outras palavras, os demandantes fazem isto individualmente.

5.3.7 – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

O SENAI-PE atende ao setor de confecções do estado a partir de quatro unidades operacionais, duas delas inseridas no APL do agreste: a Escola Técnica SENAI Caruaru e a Escola Técnica SENAI Santa Cruz do Capibaribe, criadas nos anos de 1970 e 2002, respectivamente, ambas disponibilizando programas de capacitação profissional adequadas às necessidades empresariais. Tem a missão de promover a educação profissional e tecnológica, bem como a inovação e difusão de tecnologias industriais, no intuito de fomentar a competitividade empresarial da região.

A unidade de Caruaru dá suporte ao APL como um todo através de cursos técnicos, de aprendizagem e de qualificação. Os cursos técnicos são oferecidos a dois tipos de públicos: a jovens aprendizes, que devem ter entre 14 e 21 anos de idade e ensino fundamental concluído; e, ao público em geral, sem limite de idade, mas com o ensino médio concluído. Apesar de estar sediada em Caruaru, a unidade registra a participação de pessoas vindas de Toritama, em sua maioria pertencentes ao segmento de “público em geral”, normalmente empresários interessados em ampliar o conhecimento, a habilidade, suas competências pessoais.

Como cursos técnicos, o SENAI–Caruaru possui o de confecções do vestuário, de eletromecânica e *design* de moda. Além destes, há vários programas de aperfeiçoamento profissional relacionados preferencialmente ao setor de vestuário, quais sejam: adaptação de modelos do vestuário feminino (modinha); modelagem básica industrial; modelagem industrial feminina e masculina em tecido plano; modelagem de peças íntimas, avançada e computadorizada; desenho de moda; costureiro industrial (malha e tecido plano); tecnologia de risco e corte; custos e formação de preços; mecânico de máquina de costura industrial (ponto fixo, ponto corrente, *overlock*, casear e travete); desenho de líderes para a indústria de confecção, gestão de produção, entre outros.

Dentre estes, os mais procurados são por ordem de importância, os de manutenção de máquina, de costura (que vem diminuindo) e o de modelagem básica. Entretanto, apesar deste amplo leque de cursos, a demanda pelos mesmos é muito baixa. As informações levantadas na entidade indicam que a justificativa está na fácil empregabilidade no setor, o que faz com que muitos jovens prefiram desde cedo ganhar dinheiro a estudar. No próprio SENAI-Caruaru, alguns

alunos quando não desistem do curso sob a alegação de ser demorado (variando de 1 a 1 ano e meio), o fazem interessados em conseguir algum estágio, assim que iniciam o curso.

Insatisfeitos com a pouca procura pelos serviços prestados, membros da entidade têm unido esforços para mudar esta realidade, através de ações conjuntas com a ACIC (câmara da moda), ACIT, prefeitura municipal, SENAC, CTM, as universidades locais e o SEBRAE, seu principal parceiro. Atualmente, o SENAI vem ofertando cursos em parceria com professores da UFPE (campus Caruaru), pelo fato da unidade possuir em suas instalações um laboratório bem-estruturado, servindo como canal para a troca de conhecimentos e de experiências. Outra forma de parceria é a participação conjunta com outros agentes nas missões empresarias, nas quais se fazem visitas em unidades do SENAI de outras regiões e em Centros de pesquisa, para acompanhar as atividades que estas instituições estão desenvolvendo.

Com relação à unidade de Santa Cruz são ofertados dois cursos técnicos, o de *design* de moda e de supervisor em confecção do vestuário e outros cursos profissionalizantes (gestão, confecção e mecânica) para o público em geral. Além de moradores da cidade, tais cursos são freqüentados por pessoas de Toritama, Taquaritinga do Norte e Surubim. Em tais municípios, o SENAI vem oferecendo gratuitamente mini-cursos, na tentativa de despertar para a necessidade da importância da qualificação da mão-de-obra.

A princípio, tratava-se apenas de uma extensão do SENAI-Caruaru, sem estrutura própria, mas em conseqüência do crescimento significativo do setor de confecções na região, fez-se necessário criar a unidade Santa Cruz. Como principal parceiro, sobressai-se a prefeitura local, que representada pela Secretaria de Ação Social seleciona freqüentemente um grupo de pessoas para participarem dos cursos na entidade. Também existe interação com professores das duas faculdades do município, a FADIRE e o CESAC. A atuação do SENAI-Santa Cruz tem contribuído para a melhoria do nível de qualificação profissional dos agentes envolvidos no segmento confeccionista da região, cujos alunos geralmente tornam-se estagiários das empresas.

Salienta-se ainda o trabalho firmado em parceria com o SEBRAE, através da promoção de consultorias técnicas, gerenciais e produtivas. O SENAI disponibiliza para o Sebrae uma lista de empresas interessadas na atividade e, em contrapartida, consultores do Sebrae deslocam-se para o município para realizar oficinas e treinamentos, onde todos os custos são divididos entre as duas

entidades. Além da prefeitura, há também o apoio do governo do estado, que financia algumas turmas.

5.3.8 – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

Para complementar a rede de serviços educacionais disponibilizados pelo sistema S em prol da expansão do arranjo, o SENAC-PE possui uma unidade atuando no município de Caruaru, voltada para a formação profissional, para o desenvolvimento de aptidões tanto do público em geral, como dos agentes ligados diretamente ao segmento de confecções. A trajetória de crescimento da atividade na região instigou a criação de serviços voltados para a área, para dotar a mão-de-obra local das capacitações necessárias de forma a contribuir para o aumento da competitividade em face de outros arranjos do País.

Levando isto em consideração, o centro de formação profissional de Caruaru possui como frentes de atuação os seguintes cursos: *Moulage* Básica, Modelagem Básica, Corte e Costura, *Design* e Estilo, Desenho de Moda para a Indústria de Confecção e o de Vitrina: o universo do espelho. São cursos ofertados freqüentemente, onde o de Corte e Costura em específico é desenvolvido em parceria com a prefeitura municipal, na tentativa de contemplar o maior número possível de atuantes nas confecções.

Os alunos são em sua maioria residentes de Caruaru, mas há registro de pessoas originárias de Toritama, embora em número muito pequeno. A unidade vem buscando aproximar-se mais do seu público-alvo através da formação de parcerias com as associações instaladas no arranjo, com o SINDIVEST, o SENAI, o SEBRAE (apoio financeiro), a CDL e as universidades públicas federais da localidade. Pois, apesar de haver uma oferta diversificada de cursos, a procura pelos mesmos está aquém do esperado. De acordo com a entrevistada, a cultura local não favorece o interesse pela aquisição de conhecimentos técnicos e profissionais, embora já se tenha percebido mudanças nesta direção.

Os alunos originários de Toritama geralmente são empregados das empresas formalizadas e até mesmo proprietários das mesmas. Assim sendo, vislumbra-se uma segmentação profissional intra-aglomerado, dado que os agentes das unidades produtivas informais não acompanham o processo de qualificação dos primeiros. Conforme a representante da entidade muitas vezes,

alega-se que não há conhecimento dos programas oferecidos pela entidade em discussão, assim como faltam recursos para poderem freqüentar os programas.

5.3.9 – Organizações de Ensino Superior

Além das Escolas SENAI, os municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru juntos possuem uma considerável estrutura educacional de nível superior (particularmente o último), completando a infra-estrutura de conhecimento do arranjo. Em Caruaru, além de faculdades privadas há uma unidade acadêmica da UFPE (campus Agreste) e outra da UPE, ambas criadas recentemente. Dentre os cursos oferecidos, em sua maioria de graduação (também existem cursos de Pós-graduação Lato Sensu) têm-se aqueles que estão relacionados direta ou indiretamente com a atividade, tais como: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Gestão Comercial, Gestão de Negócios, Publicidade e Propaganda, Tecnologia, Sistema de Informação e *Design*.

Já Santa Cruz do Capibaribe, possui duas faculdades: o Centro de Ensino Superior Santa Cruz (CESAC) e a Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE). Por sua vez, não há em Toritama unidades de ensino superior. As pessoas que fazem curso deste nível são atendidas pelas duas principais cidades circunvizinhas, citadas anteriormente. O CESAC realiza um ou dois vestibulares por ano dependendo da demanda e conta com um quadro de 25 professores, distribuídos pelos cursos de graduação em Administração, Pedagogia e Enfermagem e de Pós-graduação em Psicopedagogia. Em suas instalações, encontram-se dois laboratórios⁶⁶.

A maioria dos alunos reside no próprio município, mas há registros de alunos de cidades circunvizinhas, incluindo-se aí Toritama (cuja participação é ínfima (1%)), com faixa etária bastante heterogênea (18 aos 50 anos) devido às diferentes áreas de atuação de cada curso. As atividades são desenvolvidas com recursos provenientes de sócios, do pagamento da mensalidade dos alunos e de convênios com empresas locais, tendo como principais parceiros a Secretaria de Educação Municipal, a CDL, a ASCAP, a CEF e o *Moda Center Santa Cruz*, ou seja, agentes institucionais situados no município. Desde a fundação do CESAC, nunca houve nenhum tipo de

⁶⁶ Além destas, existem as do município de Caruaru: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFICA); Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP); Sociedade Caruaruense de Ensino Superior (SCES), entre outras.

interligação, canal de comunicação com entidades de Toritama, o que pode provavelmente justificar o baixo número de alunos pertencentes a esta localidade.

O estreitamento de vínculos com outras entidades tem permitido a maior inserção de pessoas interessadas nos cursos ofertados, dado que a cooperação institucional resulta, por exemplo, na diminuição de custos, viabilizando um valor de mensalidade mais acessível para os alunos. No de graduação em Administração especificamente, parte representativa dos alunos são funcionários e/ ou empresários do segmento confeccionista.

Na outra faculdade instalada em Santa Cruz, a FADIRE, além do curso de graduação em administração, são ofertados o de graduação em Ciências Contábeis e em Moda. A unidade conta com dois laboratórios, um de informática e outro de moda, para facilitar o repasse de conhecimentos via aulas práticas e pesquisas. Além da oferta destes cursos, a inserção da FADIRE no contexto do arranjo pode também ser constatada pela promoção de mini-cursos, desfiles e feiras, atividades estas de natureza confeccionista.

Considera-se que a demanda pelos cursos oferecidos (inclusive por toritamenses) ainda é muito baixa comparada ao potencial do arranjo, o que pode ser explicado pelo fato das pessoas conseguirem ocupação no segmento produtivo e preferirem os ganhos obtidos em mais horas de trabalho a terem que freqüentar cursos educacionais (isto já foi relatado em outras análises). Para tanto, têm-se estabelecido parcerias com outros atores locais, com destaque para empresários do segmento, a ASCONT, a ASCAP e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Dentre estes, ressalta-se os empresários, os quais além de incentivarem financeiramente a capacitação de alguns alunos através da participação nos cursos oferecidos pela IES, os mesmos concedem programas de estágios no âmbito interno da empresa, bem como nas associações existentes, das quais fazem parte.

Da mesma forma que empresários do arranjo, preponderantemente do município de Santa Cruz do Capibaribe, o IEL também tem cooperado para a qualificação da mão-de-obra da região, ao conceder bolsas de estudos. Entretanto, a contrapartida dos alunos favorecidos fica muitas vezes prejudicada pela falta de tempo destes em cumprir com as exigências para tal concessão. É muito comum a jornada de trabalho ultrapassar 8 horas diárias nas unidades produtivas do arranjo e como normalmente o rendimento está associado à produtividade pessoal, as pessoas priorizam o trabalho ao estudo.

5.3.10 – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

O SEBRAE-PE possui uma unidade de atuação em Caruaru, a Unidade de Negócios Agreste Central e Setentrional, instalada no ano de 1983, e abrange 35 municípios, cujas ações são planejadas no intuito de gerar fundamentalmente um ambiente favorável ao desenvolvimento de arranjos produtivos, através de apoio à melhoria da qualidade dos produtos, da modernização da gestão empresarial, da expansão de mercado, da busca e incentivo pela criação e adoção de inovação tecnológica e o fortalecimento de canais de interação.

Dentre as políticas planejadas e praticadas de apoio ao arranjo, destacam-se a existência de dois projetos, quais sejam: “Melhoria da Imagem do APL de Confecções” e “Melhoria da Competitividade do APL de Confecções”. Tais projetos vêm sendo executados pela entidade por se acreditar que um dos principais gargalos ao desenvolvimento sustentável do APL é justamente a idéia de produtos populares, cujo público-alvo são os segmentos de baixa renda. Muito disto, deve-se às condições iniciais de implementação da atividade, cuja denominação de Sulanca refletia a qualidade do que era produzido nas primeiras fases de trajetória da produção. Na visão do SEBRAE, o arranjo sofreu e ainda está passando por um processo de esforço de reestruturação produtiva, inovativa (mesmo que de forma tímida se comparada a outros APLs) e institucional, em virtude da necessidade de acompanhar as tendências do mercado, bem como de ter condições de migrar de uma competitividade praticamente assentada no baixo preço para de produtos diferenciados, com a incorporação de melhorias, de detalhes ao produto antes inexistentes.

Através do projeto de “Melhoria da Imagem do APL”, o SEBRAE tem como público-alvo 60 micro e pequenas empresas estruturadas (incluindo-se empresas de Toritama⁶⁷) e voltadas para o desenvolvendo de marca. Como diretrizes de ações estratégicas, podem-se citar: i) aumento do valor agregado dos produtos; ii) promoção de efeito multiplicador através de empresas espelho; iii) inovação e *design* como diferencial competitivo; iv) conservação e preservação ambiental; v) fortalecimento da cultura de cooperação; e, vi) estímulo a sustentabilidade do APL. Ou seja, a entidade seleciona um grupo de empresas formais e trabalha em conjunto com as mesmas para que possa dotá-las de condições de mudar a cultura de comercialização, ou seja, de capacidade competitiva, cujos efeitos espera-se que serão repassados para as demais empresas, tanto formais

⁶⁷ A fonte não soube informar a quantidade.

como informais, podendo-se configurar num transbordamento de benefícios, de modo a obter um ambiente no qual a possibilidade de criação própria torne-se constante.

Atualmente, este projeto está em seu curso normal de programação, já tendo sido realizadas algumas das atividades previstas, dentre elas: i) 03 consultorias tecnológicas; ii) 02 participações em feiras (*fashion business* e FENIT); iii) 05 palestras (com estilistas de renome no mundo da moda) e, iv) 03 cursos. Além destas, prever-se a realização das seguintes ações: i) visita técnica à Feira Nacional de Inverno (FENIN); ii) organização do 1º *Workshop* de confecções de Pernambuco; iii) consultoria de processo produtivo; iv) encontro de moda no APL (para empresários e estudantes); v) curso de análise, planejamento e controle financeiro; vi) palestra de tendências alto verão 2008/ 2009; e, vii) consultoria de moda e imagem e de reestruturação das áreas financeiras.

Através destas iniciativas, a entidade almeja obter como resultados: o aumento, em 50%, do número de empresas reconhecidas como referências de moda na região (*top of mind* do lojista); aumentar a lucratividade das empresas em 10%; aumentar em 30% o número de empresas que desenvolvem ações sócio-ambientalmente responsáveis; e, aumentar em 10% as vendas de produto com marca própria. São todos resultados esperados para até o final do ano de 2010. Ou seja, são políticas de apoio cujos reflexos só poderão ser sentidos no longo prazo, mas que de acordo com o SEBRAE já vêm convertendo-se em melhorias, pois tanto este como o projeto de “Melhoria da Competitividade” já está em sua 4ª edição.

O projeto de “Melhoria da Competitividade” é desenvolvido simultaneamente ao de “Melhoria da Imagem” e tem como público-alvo 450 micro e pequenas (inclusive de Toritama⁶⁸) empresas formais e informais, objetivando melhorar a qualidade dos produtos, aumentar as vendas para o mercado formal e estimular a formalização das empresas. Para tanto, a entidade tem como foco estratégico a melhoria da produtividade; o aumento do volume de vendas e do faturamento em mercados nacionais e regionais; *design*, modelagem, técnicas de gestão e controle da produção como profissionalização das empresas; promoção à inovação tecnológica e, criação de ambiente adequado à formalização e indução à migração das empresas para o mercado formal.

⁶⁸ Não foi informado a quantidade.

Dentre as atividades listadas já foram efetivadas 03 consultorias tecnológicas, 06 clínicas tecnológicas, 02 rodadas de negócios da moda pernambucana (com vendas no valor de R\$ 10,6 milhões e estimativas para as próximas de R\$ 20 milhões), 04 palestras (automação industrial, gestão empresarial, *marketing* e comercialização), 03 cursos e 02 missões empresariais (uma realizada à Divinópolis (MG) e Colatina (ES) e outra ao Paraná). Além destas, estão agendadas ainda para este ano a 6ª edição da rodada de negócios a ocorrer no Pólo Comercial de Caruaru; a realização de 09 cursos de apoio à qualificação profissional; e, o planejamento de outra missão empresarial a FEBRATEX. Com este projeto, almeja-se alcançar como resultados finais o aumento em 20% no número de empresas fornecendo para redes de lojas multimarcas; aumentar a lucratividade das empresas em 10%; e, aumentar em 30% o número de empresas com atividades ambientalmente corretas (em concomitância ao projeto de “Melhoria da Imagem”).

O SEBRAE realiza suas ações em parceria com outras entidades. Aliás, é o responsável pela rede de cooperação institucional estruturada no âmbito do arranjo, desempenhando um papel-chave na coordenação e promoção do mesmo. Assim sendo, age conjuntamente com todas as associações empresariais e comerciais dos principais municípios, com o SENAI, SENAC, SINDIVEST, CTM, Governo do Estado (AD DIPER), instituições financeiras (BNB, CEF) e organizações de ensino superior. Em virtude da dimensão do conjunto empresarial do arranjo, o SEBRAE atua em parceria com as associações para que estas sirvam de canal de informação dos programas elaborados (aproximação com os micro e pequenos produtores), apoiando-as em suas atividades e estimulando-as a estreitarem laços com os atores locais. A cada trimestre, representantes do SEBRAE se reúnem com membros da governança local para discutirem sobre o encaminhamento dos programas e sobre a viabilidade de outras iniciativas, ou seja, as atividades são decididas coletivamente, mas quem lidera é o SEBRAE.

Na visão do gestor dos projetos de confecções, a extensão das universidades públicas federais de Pernambuco contribuirá para a melhoria da capacitação empresarial, em iniciativas desenvolvidas cooperativamente pelo SEBRAE, SENAI e as IES. Atualmente, o SEBRAE mantém um link com as organizações de ensino superior, as quais cedem espaço para a apresentação de palestras por consultores do SEBRAE sobre o diagnóstico da performance e dificuldades do arranjo, de forma a proporcionar ao ambiente acadêmico uma visão prática do crescimento do setor produtivo mais importante da região.

Logo, pode-se compreender que o SEBRAE tem desempenhado uma função relevante no contexto institucional, função esta que se por um lado contribui para o fortalecimento e consolidação das relações de cooperação, por outro é descrita como um possível ponto de fragilidade na governança, pois se criou uma “certa dependência” pelas decisões provenientes de tal entidade, responsável em grande medida pelas frentes de atuação propostas do arranjo. Outro problema é o baixo grau de adesão do empresariado local aos programas promovidos, cuja explicação mais contundente é a cultura de crescimento autônomo. Menciona-se ainda o baixo nível de formação intelectual dos atores envolvidos diretamente na produção, o que corrobora a resistência por parte de muitos atuantes na atividade na participação em ações voltadas para o desenvolvimento de competências locais.

5.3.11 – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD DIPER)

A AD DIPER é um órgão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado de Pernambuco, localizado em Recife, que serve como uma ponte de intermediação entre o Governo do Estado e a iniciativa privada. Até o ano de 2006 não havia nenhuma iniciativa de apoio ao APL, realidade modificada a partir de 2007, quando se passou a trabalhar com uma política de desenvolvimento econômico descentralizado, com ações destinadas ao processo de interiorização. É neste contexto que se insere a preocupação de apoiar o desenvolvimento de arranjos produtivos do estado, inclusive o de confecções.

Como primeira iniciativa, a AD DIPER fez um mapeamento da rota confeccionista da região do agreste, um levantamento de indicadores (quantidade de empresas formais e informais, número de empregos gerados, de segmentos produtivos (*jeans*, cama, mesa e banho, moda feminina, moda infantil) e volume da produção anual por cada unidade empresarial) através dos quais se pudesse enumerar que municípios integram o arranjo. Desde então, o órgão apóia o planejamento e a execução das rodadas de negócios (participando das reuniões, interagindo com representantes da governança local); promoverá neste ano a realização na cidade do Recife de uma das feiras mais importantes do setor têxtil-confecções, a FENIN-Alto Verão; incentivou financeiramente a participação de empresários na CONTEX e vem interagindo constantemente com a ACIT, ACIC e ASCAP.

Recentemente, a AD DIPER fez um levantamento das empresas que produzem roupas profissionais no arranjo, uma “análise clínica” (produção (capacidade de atendimento), cumprimento do prazo de entrega, condições de pagamento) para saber dentre estas quais estão aptas a fornecer um produto de qualidade aos empregados dos projetos estruturantes que estão em vigor no estado (o Complexo Industrial e Portuário de Suape do Pólo Petroquímico e a Refinaria de Petróleo). Através desta ação, será possível fomentar o mercado local, uma vez que não será preciso comprar este tipo de artigo de vestuário em outras regiões do País, pois as empresas do agreste serão as fornecedoras.

Segundo a coordenadora do projeto APL têxtil-confecções desse órgão, o pólo petroquímico incentivará a cadeia têxtil, na medida em que atrairá para o estado a instalação de malharias, tecelagens e indústrias de aviamentos, dada a necessidade crescente de utilização desta matéria-prima para a produção de poliéster. Como a maioria das empresas do arranjo compra tecidos fora do estado (marcadamente a região Sul), a instalação destes fornecedores provavelmente fomentará a compra da matéria-prima no estado, pois os preços serão mais acessíveis.

Para a AD DIPER, os produtores do agreste precisam expandir seus nichos de mercado. Levando isto em consideração, realizou neste ano pesquisas de “prospecção de mercado” em Senegal e Cabo Verde, e identificou que no ramo de confecções o arranjo é bastante competitivo frente à produção destes países. Como incentivo, a AD DIPER realizou em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) o 1º Encontro de Compradores Internacionais (Exporta PE), evento que contou com a presença de africanos, desdobrando-se na visita do embaixador do Senegal ao arranjo para tomar conhecimento das linhas de produtos existentes. Busca-se assim, estimular as exportações, em parceria com o SEBRAE, o SINDIVEST e o SENAI.

Salienta-se ainda que o Governo do Estado, através da AD DIPER, tem percebido a necessidade de desenvolver esforços no sentido das empresas produzirem artigos com maior valor agregado. Podem-se mencionar também os esforços na adequação das empresas ao sistema tributário (o alto índice de informalidade das unidades produtivas pode ser reduzido por meio da formulação de uma política de incentivos fiscais), na promoção de feiras de equipamentos e matérias-primas em parceria com entidades institucionais sediadas em municípios do arranjo e no

apoio à reciclagem de água pelas lavanderias de *jeans* (preservação do meio-ambiente e crescer sustentavelmente diminuindo a poluição causada pelos efluentes químicos lançados no rio Capibaribe), por meio de interação com o Centro Tecnológico da Moda.

5.3.12 – Centro Tecnológico da Moda (CTM) e Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP)

No ano de 2000, o governo do Estado de Pernambuco, sob incumbência da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), lançou o Programa de Centros de Produção e Difusão de Inovações Tecnológicas, o qual deveria contemplar ações articuladas provenientes de uma rede de Centros Tecnológicos (CT's), voltados para a elaboração de projetos econômicos-sociais que deveriam ser pensados conforme as especificidades de cada região de desenvolvimento do Estado. Isto porque, acreditava-se que o desenvolvimento e a competitividade sustentável só seriam alcançados caso se investisse na área de inovação tecnológica.

Sob este ponto de vista, instalou-se no final do ano de 2003, no município de Caruaru, o Centro Tecnológico da Moda (CTM). Em conformidade com o programa do governo, o CTM foi criado para dar suporte, apoiar o APL da região, através de ações direcionadas à formação profissional, à criação de inovações tecnológicas e estímulo ao empreendedorismo local. Para tanto, as iniciativas decorrentes deste centro são pensadas em parceria com outras entidades institucionais, sejam das diferentes esferas de governo, das organizações de coordenação e promoção, de ensino superior, e/ou de qualquer caráter, desde que estejam correlacionadas diretamente ao desenvolvimento do arranjo.

O CT da Moda foi inaugurado tendo no *design* o foco estratégico de promoção da competitividade do APL. Atualmente, o prédio está passando por uma reforma, com vistas a ampliar as suas instalações e dar continuidade às atividades que vinham sendo praticadas em prol do estilo dos produtos a serem oferecidos, contando para isto, com o Núcleo de *Design* em Moda, a Incubadora Tecnológica do Agreste Central, salas de aula e treinamento, auditório, biblioteca e um Laboratório de Análises de Água.

A princípio, o CTM seria gerido pelos empresários da região. Ou seja, o governo do Estado cederia o espaço físico, a infra-estrutura local necessária, e acompanharia em parceria com o SEBRAE o encaminhamento das ações, mas sua administração ficaria sob responsabilidade dos empresários, os quais por estarem totalmente ocupados com seus empreendimentos, não conseguem cumprir a função estabelecida. Assim sendo, o CTM passou a ser administrado pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), órgão que vem atuando efetivamente nas instalações deste centro.

Em decorrência da necessidade das lavanderias do arranjo terem de se enquadrar na legislação ambiental brasileira, o ITEP começou a desenvolver projetos na área de tratamento de efluentes. Desde então, a entidade vem atuando constantemente na linha ambiental. Na realidade, a produção de *jeans* surgiu fundamentada essencialmente na informalidade, e a etapa final do processo produtivo, ou seja, a da lavagem das peças acarretou problemas muito sérios à região, sobretudo, ao município de Toritama. As empresas (lavanderias) irregulares além de consumirem uma quantidade elevada de água no processo de lavagem, que continha detergente, amaciantes e outros produtos químicos, de provocarem poluição atmosférica (pelas caldeiras), lançavam irresponsavelmente e sem medida no rio Capibaribe os resíduos, os efluentes industriais, contaminando a principal fonte de água da região (que sofre com a escassez deste recurso natural), como pode ser visualizado na figura 5.

Figura 5
Coloração azul do rio Capibaribe resultante do lançamento de efluentes líquidos das lavanderias



Fonte: CONDEPE/ FIDEM, 2006.

Graças à iniciativa pioneira de um empresário⁶⁹, o dono da maior lavanderia do município, a Lavanderia Mamute, o qual aceitou implementar (sem nenhum custo) nos processos de produção da sua empresa uma tecnologia de reutilização e tratamento da água, desenvolvida por técnicos alemães do Centro de Formação Profissional das Associações Empresariais da Baviera (BFZ) em convênio com o SINDIVEST, o setor de lavanderias do arranjo conseguiu modernizar-se tecnologicamente e atender às normas ambientais. Em outras palavras, os empresários encontraram uma forma técnica e economicamente viável para o problema central do setor, configurando-se no aumento de produtividade e na redução de custos operacionais.

Na época, houve uma importante conjunção de esforços por parte de representantes de várias entidades, com destaque para a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), o ITEP, o SINDIVEST e o SEBRAE. Ou seja, o envolvimento de atores das esferas privada e pública garantiu ao arranjo a solução para um problema que ultrapassava os limites dos interesses empresariais, o que contribuiu para a continuidade da trajetória de crescimento da região. A experiência bem-sucedida do proprietário da Mamute foi repassada para os demais empresários de Toritama e dos outros municípios pertencentes ao arranjo, caracterizando um típico exemplo de difusão tecnológica gerada pela cooperação.

Campos (2007) ao levantar questionamentos quanto à evolução de uma aglomeração para formas mais avançadas de empresas concentradas espacialmente, destaca as importantes elucidações feitas por Tendler (2002) no que a autora chama de ‘pacto com o diabo’. Em seu estudo é ressaltado que até 2001, apesar do governo de Pernambuco saber da existência do aglomerado produtivo de Toritama, não existia nenhum programa específico para seu apoio, pois os governantes consideravam que a informalidade da região era sua única fonte de competitividade. Em outros termos, os governantes acreditavam que se o estado intervisse na aglomeração, provocando a necessidade de formalização das empresas, as perdas a estas por terem que pagar tributos seriam maiores que os ganhos que poderiam ser levados pelo estado em programas de apoio à aglomeração. O ‘pacto com diabo’ consistia no fato dos empresários não

⁶⁹ Dentre as empresas de confecções analisadas na seção seguinte, inclui-se a entrevista realizada com este empresário.

exigirem nada do governo e continuarem votando em seus políticos, enquanto que o governo não faria fiscalizações para coletar impostos⁷⁰.

De acordo com o gestor administrativo do CTM, o ITEP está lançando em parceria com SECTMA quatro cursos de nível técnico, dos quais um será presencial e os outros três à distância. No curso presencial, o de gestor de lavanderias, a entidade tem como objetivo capacitar técnicos especializados para gerir estas unidades produtivas, fornecendo aulas para o aprendizado de todos os processos que este tipo de empresa exige, que envolve desde o conhecimento do tecido, o desenvolvimento de novas tecnologias para tingimento e beneficiamento do lavado, o desenvolvimento de novos lavados, até a parte da operação de caldeiras industrial e ambiental. Será um curso diário (gratuito), para duas turmas de 32 alunos cada, de segunda a sexta-feira, cujo público-alvo são os alunos da rede pública de ensino (onde apenas 20% das vagas são reservadas à rede privada) que estejam cursando o 2º ou 3º ano do ensino médio e/ou que já tenha concluído. Para isto, o ITEP montou no âmbito do CTM uma lavanderia, com equipamentos básicos e uma estrutura moderna de modo a propiciar desenvolvimento tecnológico ao arranjo.

No que tange aos outros cursos à distância, um será na área de informática, voltado para a manutenção e desenvolvimento de *software*; outro na gestão de varejo, dada a constatação pela entidade da significativa carência de profissionais nesta área no âmbito do arranjo e, um outro, na área de segurança do trabalho, outra fragilidade detectada de profissionais disponíveis. Assim sendo, para estimular a participação de pessoas interessadas nestes cursos, representantes da entidade fizeram visitas nas escolas de Toritama⁷¹, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru.

De acordo com o gerente administrativo do CTM, existem cerca de 250 lavanderias no APL, as quais sofrem com a falta de mão-de-obra especializada. Uma situação muito comum no dia-a-dia dos empresários deste ramo é a perda de funcionários devido ao surgimento de outras lavanderias, onde muitas vezes o empregado encontra-se ainda em fase de aprendizado interno, prejudicando assim, o prosseguimento da aquisição de competências acumuladas naquela empresa, a qual já vinha atuando. Na visão do gerente do ITEP, a entidade acredita que isto é um

⁷⁰ De acordo com Almeida (2005), a mudança de postura do estado verificada em Toritama está associada aos riscos ambientais oriundos dos dejetos das lavanderias do município. A manutenção do cenário anterior tenderia a prejudicar substancialmente vários municípios de Pernambuco devido à contaminação da principal reserva de água da região.

⁷¹ Como as inscrições serão feitas eletronicamente, o gerente administrativo afirmou não ter conhecimento do número de pessoas originárias de Toritama.

problema que precisa ser equacionado, daí a preocupação em está atuando estrategicamente no âmbito de capacitação profissional.

Em parceria com a ACIC, foram concluídos no mês de maio de 2008 dois cursos de tratamento de efluentes, com a participação em cada um de 40 alunos, todos do município de Caruaru. Pois, muitas lavanderias já têm o sistema de tratamento de resíduos líquidos para atender ao Ministério Público, mas não possuem informações quanto ao modo correto, aos procedimentos factíveis a serem seguidos neste tratamento e/ ou simplesmente não executam por opção. Os resultados obtidos com esta iniciativa foram avaliados como “excelentes” o que pode ser comprovado pelo interesse da entidade conjuntamente com o SEBRAE (que financiará parte do curso) em expandir este trabalho para os municípios de Toritama e Riacho das Almas, importantes concentradores de empresas de lavanderias. No presente, há no âmbito do SEBRAE um projeto em andamento, o qual objetiva com o ITEP conceder um certificado para as lavanderias que tiverem atuando dentro dos padrões politicamente e ecologicamente corretos⁷², o que poderá ser utilizado como *marketing* empresarial.

Além do SEBRAE, o qual é assinalado como principal parceiro, o ITEP conta com o apoio financeiro da SECTMA (governo do Estado), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Prefeitura de Caruaru, além dos próprios empresários. Menciona-se ainda a articulação com a ACIC, ACIT, o Centro de Vocação Tecnológica (CVT) de Riacho das Almas, o SENAI e a UFPE. Com relação a esta última entidade (cujo laboratório do curso de Engenharia Civil funciona no âmbito do CTM), o ITEP desenvolveu com o apoio da mesma, o projeto de lavanderia experimental (Aprolav), tendo como objetivos: i) implantar uma lavanderia piloto e estação de tratamento de efluentes; ii) identificar e catalogar os insumos químicos usados no processo; iii) registrar os tipos de lavados e percentual de lavado/ empresa; iv) levantar o consumo de água das empresas; v) analisar a eficiência energética e, vi) promover a capacitação de técnicos e empresários. A partir deste projeto, o ITEP busca difundir entre os grandes e pequenos empresários tecnologias existentes e que surjam em outras regiões do País, o Sudeste, por exemplo.

⁷² As lavanderias que não cumprem com as normas ambientais, são fechadas e autuadas no ato no valor de R\$ 3.000,00, tendo que pagar diariamente este mesmo montante caso continuem funcionando sem atender às exigências do Ministério Público.

Para a entidade, a cultura local dificulta sua atuação mais efetiva. Mas, embora haja resistência, o relacionamento com os empresários é classificado como “bom”, dentre os quais ressaltam-se aqueles que participam ativamente das atividades promovidas pela entidade, que buscam informações rotineiramente, por “enxergarem o ITEP não como órgão fiscalizador”, mas como um importante parceiro voltado para a criação e repasse de inovações. Em adição, acredita-se que outra fragilidade é a tímida percepção de espírito cooperativo entre os empresários, os quais normalmente só trocam conhecimentos quando estão envolvidos em atividades conjuntas oferecidas pelas entidades.

5.3.13 – Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas do Estado de Pernambuco (SINDCOSTURA)

O SINDCOSTURA foi fundado em 1938, à época formado predominantemente por alfaiates. Com o surgimento da atividade confeccionista, marcadamente das costureiras e, sua posterior, ampliação, a entidade passou a contemplar os trabalhadores desta área, os quais se tornaram maioria dentre os associados. Segundo a presidente do sindicato, 90% dos sócios são mulheres, e os 10% restantes homens, em geral, cortadores de tecidos. Um fato curioso apontado pela mesma, é que não há registro de nenhum trabalhador do município de Caruaru, os quais dispõem de um sindicato próprio, o Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas de Caruaru (SINCROCAR).

Apesar de abranger trabalhadores de vários municípios onde existe a produção de confecções, o SINDCOSTURA encontra muitas dificuldades para exercer sua função devido à alta informalidade do segmento (sobretudo, em Toritama). Anualmente, durante o mês de março, a presidente participa de uma reunião com o presidente do SINDIVEST, de maneira a discutir o aumento salarial dos trabalhadores. E a atuação do sindicato vem surtindo efeito, o qual tem conseguido legalizar a situação de muitos funcionários, através do trabalho de conscientização dos empregadores da viabilidade de assinar a carteira de trabalho, inclusive para o próprio proprietário.

Há oito anos, o sindicato conta com a instalação de um sobrado no município de Toritama, atendendo uma grande demanda de trabalhadores do aglomerado⁷³. Ressaltou-se que existe uma aproximação com os empregadores, os quais mantêm um relacionamento de harmonia com os representantes do SINDCOSTURA, orientando-os nos casos de demissão dos trabalhadores, nos melhores caminhos a serem seguidos para evitar constrangimentos para ambas as partes.

As costureiras e/ ou cortadores pagam uma mensalidade de R\$ 10,30 e as auxiliares de R\$ 8,40. Estes valores vêm sendo pagos desde o ano de 2003, os quais não foram ajustados segundo informação da representante do sindicato devido ao baixo piso salarial de R\$ 465,00, R\$ 610,00 e R\$ 420,00, respectivamente. Como benefícios, os associados contam com atendimento médico, com serviços odontológicos, dentre outros, no âmbito da saúde. A entidade é formada por cerca de 2.000 sócios, dentre os quais 500 são de Toritama, com a previsão de crescimento deste número.

O papel desempenhado pela entidade é no sentido de auxiliar os trabalhadores na percepção dos seus direitos sociais. O sindicato conseguiu garantir, por exemplo, aqueles funcionários que estudam o direito de não ter que exceder a jornada diária comum de trabalho nos dias de prova. Além de prezar por melhores condições de trabalho dos associados, o sindicato atua em busca do reajustamento salarial (no ano de 2008 houve um aumento de 10,72%), o qual é tido como a principal dificuldade no âmbito das atividades desenvolvidas pelo SINDCOSTURA.

Na visão da presidente, a produção de *jeans* tem acarretado problemas à saúde (tendinite) dos trabalhadores por causa dos movimentos repetitivos incorridos nas unidades produtivas, sendo preciso direcionar esforços para a melhoria e garantia de condições adequadas durante as etapas de processamento das peças. Acrescenta-se a isto, a constatação de crianças envolvidas na limpeza de peças e até mesmo em outras fases, muitas vezes trabalhando em consonância com os adultos (durante os finais de semana e até mesmo com jornada de trabalho que atinge o período da noite).

Em termos institucionais do APL, a entidade interage apenas com o SINDIVEST. Reclama-se da falta de apoio do governo do Estado e salienta-se a parceria com entidades em âmbito nacional da mesma linha de atuação do SINDCOSTURA. Atualmente vêm sendo

⁷³ A presidente do sindicato não soube informar precisamente o número de associados de Toritama.

direcionados esforços em articulação com agentes do município de Surubim, os quais estão formulando um projeto para estimular a capacitação das costureiras do arranjo.

5.3.14 – Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST)

Com sede em Recife, antes de se tornar sindicato no ano de 1986, esta entidade foi criada a título de associação em 1982. Durante algum tempo, as atividades desenvolvidas pelo SINDIVEST foram reduzidas, vindo a retomar seu curso normal no ano de 1997, quando então uma ONG alemã, a já ressaltada BFZ, decidiu firmar um convênio financeiro com o sindicato para que pudesse fomentar o crescimento de micro e pequenas empresas do segmento confeccionista de Pernambuco, bem como dar suporte infra-estrutural às ações da entidade.

A partir de então, percebeu-se que o papel desempenhado pelo SINDIVEST deveria ser repensado, no sentido de que sua atuação estava aquém das necessidades do segmento. Neste contexto, todas as ações eram devidamente planejadas e, por conseguinte, avaliadas. Sentiu-se que deveria ser feito um diagnóstico do ambiente institucional, para que houvesse um estreitamento de vínculos, bem como da divisão de tarefas, onde cada entidade deveria cumprir uma função em complementaridade à das demais (Governo do Estado, SENAI, Universidades, SEBRAE).

Diante desta percepção de atuação em rede, o SINDIVEST formulou, no ano de 2002, em parceria com o Governo do Estado, o SEBRAE, a FIEP e outras entidades, o “Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confecções do Agreste”. O interesse da ONG alemã em apoiar o arranjo possibilitou a ida de representantes institucionais do segmento à Alemanha. Houve uma aquisição de experiências, e a constatação de que era preciso atentar para as mudanças que vinham ocorrendo em âmbito mundial, as quais causariam impactos no setor de confecções, desencadeando a necessidade de ampliar o leque de ações voltadas para o estímulo e apoio do arranjo.

Com o projeto supracitado, as entidades objetivavam dimensionar o tamanho da informalidade no APL do agreste, a qual era assinalada com um ponto de fragilidade. Para tanto, realizou-se uma caracterização econômica e uma pesquisa de imagem (“como o comprador enxergava o Pólo de Confecções”). A partir desta iniciativa, as instituições envolvidas levaram ao

Governo Estadual os resultados do diagnóstico, enfatizando que era preciso formular uma política tributária menos onerosa, capaz de estimular potencialmente a formalização daquelas empresas que atuavam na informalidade.

Além disto, como resultado deste projeto, o SENAI verificou que era preciso aumentar o número de cursos de capacitação e treinamento (produção de vestuário) que resultou na construção da Escola em Santa Cruz do Capibaribe, voltada para o arranjo. À época, programas de capacitação começaram a ser oferecidos com maior periodicidade. Criou-se uma “espécie de conselho”, onde as instituições que tivessem condições financeiras de apoiar o setor produtivo participaram de reuniões, do compartilhamento de idéias e de opiniões. E esta atuação conjunta, redundou na melhoria de imagem do produto, o qual era tipo basicamente como “Sulanca”.

Sob o ponto de vista do presidente do SINDIVEST, cabe à entidade dotar o empresariado da compreensão quanto à importância da “inovação em busca da identidade”. Desde o ano de 2002, com a visita de técnicos da Alemanha, o sindicato tem procurado despertar entre os seus associados (em torno de 720) o interesse em direcionar esforços para o avanço do nível tecnológico dos seus empreendimentos, bem como para a atuação conjunta, a qual facilitaria a disseminação das novas práticas fossem estas em termos de gerenciamento, de produção e/ ou comercialização, entre outras.

O presidente do SINDIVEST enfatizou que a melhoria da articulação institucional verificada nestes últimos anos foi uma das razões, principal responsável pelo crescimento expressivo do arranjo. Em Toritama, a própria ACIT surgiu em decorrência do estímulo do SINDIVEST em parceria com outras entidades, destacando o papel que a associação teria como representante dos empresários do aglomerado. Mas, apesar desta melhoria, não há uma contrapartida suficiente do governo do Estado, o qual restringe-se a efetuar ações pontuais (emergenciais). “Não existem políticas públicas adequadas para suprir as deficiências da região”. As quais, quando analisadas para o aglomerado de Toritama em específico, podem ser constatadas na precária infra-estrutura educacional, urbana e produtiva (as instalações não são adequadas, as unidades produtivas são em sua maioria domiciliares, desprovidas de galpões para armazenamento da produção, etc).

5.3.15 – Considerações sobre o ambiente institucional

Pelo exposto, pode-se concluir que a matriz institucional deste arranjo apresenta alguns aspectos positivos e outros bastante deficientes. A rápida expansão da produção confeccionista na região exigiu a configuração de um ambiente institucional capaz de acompanhar o ritmo de desenvolvimento do segmento produtivo. Muitas das entidades analisadas surgiram recentemente em meio a este contexto, enquanto que aquelas estabelecidas há mais tempo tiveram que reavaliar suas ações, propor e fornecer instrumentos de apoio mais focados e melhor planejados, sobretudo, para poder dar condições de manutenção da competitividade do APL.

Dentre os aspectos positivos pode-se ressaltar a existência de uma rede de interação, a qual conforme os relatos tem sido decisiva para o desenvolvimento do APL. Porém, a mesma ainda não está consolidada, dado que alguns agentes estabelecem relações de cooperação muito tímidas. Além disto, há uma certa deficiência na promoção de incentivos, marcadamente os originários do poder público, levantando questionamentos com relação ao papel de fato desempenhado pelo Governo de Pernambuco.

No que tange às associações de classe, faz-se preciso salientar a função de coordenação e liderança da ACIC, a qual tem fomentado significativamente o setor de confecções, em parceria com outras instituições e/ ou organizações, com destaque para o Sebrae (tida como a entidade mais atuante). Já as organizações de ensino e pesquisa (SENAI, SENAC, FADIRE, CESAC, UFPE, UPE e CTM), apesar de estarem atuando em favorecimento da atividade, precisam formular estratégias capazes de despertar um maior interesse pela qualificação e pela adoção de práticas inovativas no âmbito das unidades empresariais.

Por fim, deve-se realçar que embora as instituições financeiras (BB e CEF) disponibilizem linhas de crédito ao setor, estas geralmente só conseguem ser usufruídas pelos empresários melhor estruturados. É preciso pensar em alguma forma de beneficiar os produtores menores, dado que têm maior representatividade no APL, conforme poderá ser visto na seção a seguir.

5.4 – O aporte empresarial de Toritama: descrição e análise da configuração do segmento produtivo

Em Toritama, município designado como “a capital do *jeans*” (figura 6), a atividade de confecções está assentada na produção doméstica. A unidade de confecção típica é uma pequena fábrica informal instalada nas residências, que são adaptadas para o uso misto, ou seja, parte do domicílio é transformada em unidade produtiva e/ ou comercial onde o proprietário desenvolve as atividades com a ajuda de outras pessoas (familiares ou não) e outra parte é reservada à moradia familiar. A estrutura produtiva do aglomerado vai desde os agentes mais bem estruturados representado pelas empresas formais, até a base da atividade representada pelas costureiras instaladas em suas dependências domésticas.

Figura 6
Monumento em referência a “capital do *jeans*” construído na entrada da cidade



Fonte: Tabira Andrade, 2008.

Um percentual significativo dos estabelecimentos (unidades produtivas menores, informais e as empresas maiores, formalizadas) repassa parcela da produção para unidades domésticas de costureiras. São as chamadas “facções”, nas quais se realizam uma ou mais etapas do processo produtivo, como o corte e a costura das peças, por exemplo. Depois de cortadas ou cortadas e costuradas, as peças são entregues a outras facções e/ ou empresas, que dão continuidade ao processo produtivo, como caseamento, lavagem e tingimento. A figura 7 abaixo expõe os fardos de tecido *jeans* já cortados reunidos no chão de um domicílio, os quais seguirão para a fase de costura.

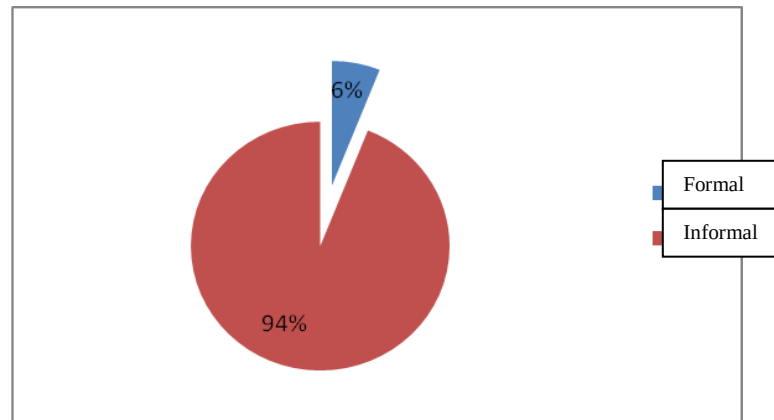
Figura 7
Fardos de peças *jeans* cortadas a serem costuradas



Fonte: Tabira Andrade, 2008.

A pesquisa de campo realizada junto às unidades produtivas menores, correspondente à amostra de 200 domicílios nos quais havia alguma atividade ligada à produção de confecções em suas dependências comprovou o alto índice de informalidade imaginado a priori. Dentre os domicílios investigados, 94% destes encontram-se na informalidade, conforme pode ser observado no gráfico 1. Ou seja, apenas 6% dos proprietários das unidades produtivas menores afirmaram possuir algum tipo de documentação, onde 3% destes têm inscrição na prefeitura, 2% na receita federal e o 1% restante possui inscrição na receita estadual.

Gráfico 1
Formalização das empresas

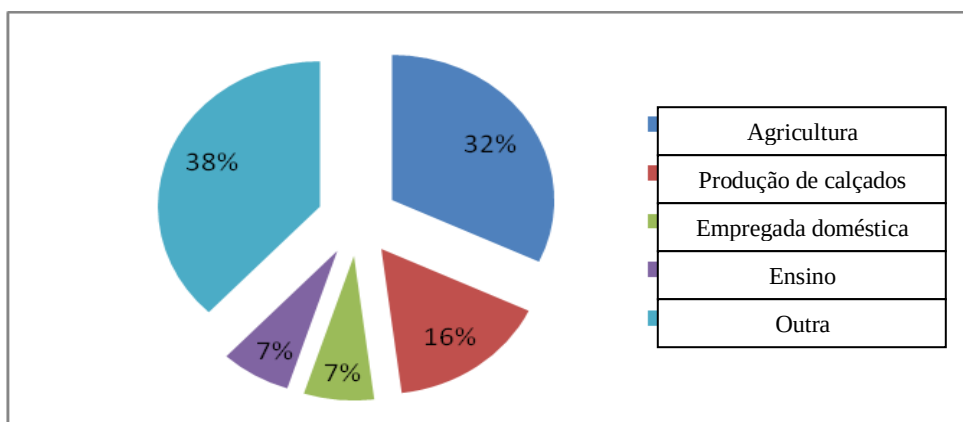


Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

De modo geral, pode-se dizer que não há barreiras para entrar no mercado confeccionista do município, o que induz muitas pessoas a se inserirem na atividade e de forma predominantemente informal, pelos baixos custos de instalação gerados por tal procedimento, pela incapacidade de pagar os tributos exigidos com a formalização. Em virtude da simplicidade do processo produtivo, com infra-estrutura física precária, os proprietários obtêm vantagens competitivas com base nesta situação, ao venderem seus produtos a preços menores comparados aos das empresas formalizadas. Praticamente isentos de fiscalização, tais produtores informais ao tirarem proveito com esta prática não se interessam pela formalização, mesmo porque muitos deles só conseguem se manter atuando caso continuem sem ter obrigações tributárias e trabalhistas a cumprir.

Das pessoas envolvidas na produção (proprietários), a maioria é do sexo feminino (69%), costureiras que encontraram na confecção a possibilidade de ganhos. O dinamismo do aglomerado fez com que muitos indivíduos migrassem de outras atividades para a produção de *jeans*. Dentre os entrevistados, cerca de 52,50% afirmaram que trabalhavam em outra atividade antes de se inserir na atual confecção, onde do total, 78% exerciam trabalho em outros setores (cuja posição na atividade era geralmente de empregado (72%)), com destaque para a agricultura (38%) e para a produção de calçados (32%), conforme pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2
Tipo de atividade exercida antes de se inserir na produção de confecções



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

Com relação à pesquisa nos empreendimentos formalizados, identificou-se que dos oito, 02 eram microempresas, 05 empresas de porte pequeno e 01 empresa de tamanho médio, onde do total verificou-se que quatro também eram ou possuíam lavanderia. A maioria foi fundada a partir do ano de 2001, exceto a de tamanho médio (1982) e a de porte pequeno (1988), sendo as últimas duas tanto empresa de confecção como de lavanderia. Cabe destacar que as outras seis empresas já funcionavam anteriormente, mas na informalidade. Os dados levam a acreditar que a atividade de confecção propriamente empresarial é uma realidade relativamente nova no aglomerado de Toritama, onde a confecção surgiu como produção doméstica.

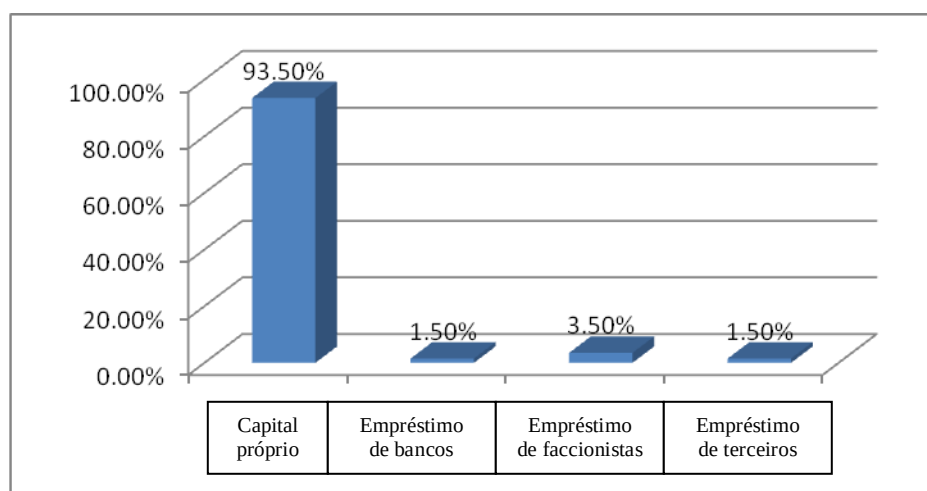
Desta amostra, todas são empresas independentes (no sentido de não pertencerem a nenhum grupo), em sua maioria (06) de propriedade de dois sócios, marido e mulher. De acordo com o perfil do principal sócio/ proprietário, a pesquisa indica que em geral os empreendimentos pertenceram a outras pessoas, na verdade, aos pais dos atuais proprietários. No que tange ao capital da empresa, percebe-se uma nítida inexistência de relação entre os empresários e as instituições financeiras, dado que da amostra, todos assinalaram que não possuem nenhum empréstimo junto a estas entidades formais. Das oito, apenas três contam com outros recursos sem serem próprios, quais sejam: empréstimos de terceiros (parentes, amigos, etc.), adiantamento de materiais por fornecedores e adiantamento de recursos por clientes.

Indagados sobre a percepção da atuação das duas entidades financeiras existentes no aglomerado, os empresários em conjunto destacaram que “os entraves burocráticos para se

utilizar às fontes de financiamento” é o principal obstáculo que limita o acesso da empresa ao crédito, o que acaba desestimulando o interesse pela tomada de empréstimos. Além disto, fez-se menção (dois empresários no caso) ao fato de que “as linhas de crédito disponíveis não são adequadas às necessidades da empresa”. Este resultado expõe um aspecto importante, pois normalmente as entidades oficiais atuam de modo a contemplar em suas modalidades de crédito os empreendimentos formalizados, capazes de fornecer maiores garantias. E, para a realidade do aglomerado de Toritama, baseado na informalidade, tal aspecto merece maior atenção, dado que se as empresas formais não estão conseguindo contar com este serviço, a situação para os produtores informais é ainda mais agravante.

De fato, nas unidades produtivas domésticas, cuja maioria é informal, como já supracitado, 93,50% dos entrevistados disseram que sua principal fonte de recurso financeiro é o capital próprio. Apenas 1,50% destas unidades contam com empréstimos dos bancos oficiais, percentual abaixo da participação dos recursos advindos de empréstimos juntos aos faccionistas (quem terceiriza a produção), correspondente a 3,50% do total de proprietários. É o que retrata o gráfico 3.

Gráfico 3
Principais fontes de recursos dos proprietários das unidades produtivas domiciliares



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

Todas as empresas da amostra menor tiveram um aumento no número de empregados, mesmo aquelas que “teoricamente” (a considerar o ano de formalização) atuam recentemente no

segmento (tabela 8). Das oito unidades produtivas, todas informaram que possuem trabalhadores com contratos formais, bem como familiares envolvidos na atividade, com duas contando com estagiários em seu quadro operacional. Além destes tipos de relação de trabalho, os empresários terceirizam algumas etapas do processo produtivo, prática que se torna mais recorrente nos períodos de crescimento da produção (meses de maio, junho, novembro e dezembro).

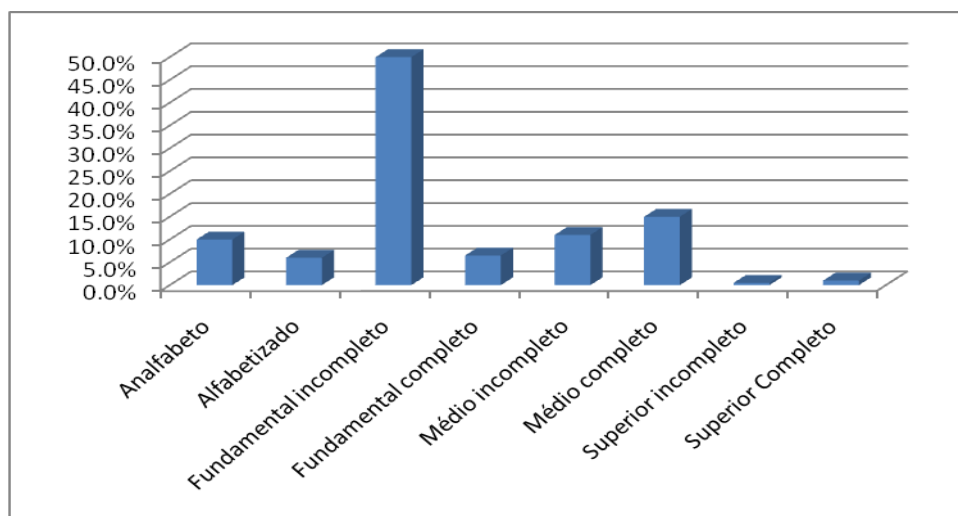
Tabela 8
Evolução do número de empregados

Empresa	Quando da criação	Atualmente
01	3	220
02	10	22
03	8	25
04	20	30
05	17	40
06	6	58
07	3	17
08	4	15

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

No tocante ao grau de escolaridade do pessoal ocupado, verificou-se uma situação bastante preocupante, pois com exceção da empresa de médio porte, o peso maior do nível educacional concentra-se entre o ensino fundamental incompleto e médio incompleto, com a existência de trabalhadores analfabetos. Como já ressaltado na seção anterior, uma das características não só do município de Toritama, mas do APL como um todo é a forte evasão escolar devido à preferência pela obtenção de rendimentos “fáceis” na atividade confeccionista. Situação semelhante verificou-se na amostra domiciliar, onde quase 10% dos trabalhadores são analfabetos, com destaque para os que possuem até o ensino fundamental incompleto, em torno de 50%, conforme demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4
Grau de escolaridade dos trabalhadores das unidades produtivas domiciliares



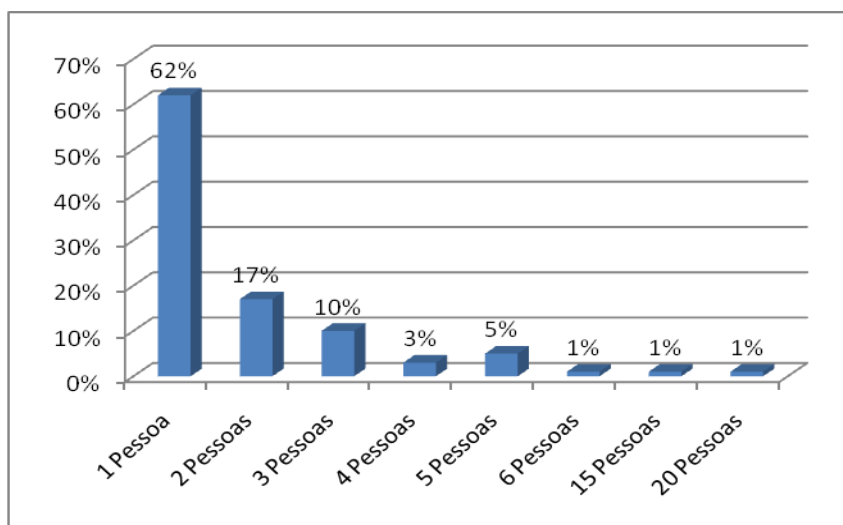
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

As relações de subcontratação é outra característica predominante do aglomerado. As informações obtidas junto aos empresários das empresas formalizadas indicam que todos contratam a produção de outras pessoas/ empresas do local, ou seja, *faccionam*. Dentre as fases do processo produtivo contratadas, sobressaem-se às atividades de costura (em geral), costura de zíper e bolso, abanhado do bolso e perna, fechamento, esponjado (*jeans*) e lavanderia e tingimento. Os empresários que possuem lavanderias, não subcontratam estas três últimas fases. A prática de subcontratação é sistemática, sobretudo nos momentos de aumento da demanda, quando as empresas recebem encomendas que superam a capacidade produtiva de oferta existente.

Do lado das unidades produtivas menores (domiciliares) ocorre uma situação inversa. Cerca de 78,50% dos proprietários destas unidades afirmaram que trabalham para outras pessoas/ empresas, ou seja, são subcontratados (*faccões*). É um percentual muito elevado e que requer algumas observações, sobretudo, quando vislumbrados os resultados sobre a quantidade de pessoas/ empresas que contratam os serviços. Pelo gráfico 5 pode-se verificar a dependência destes proprietários frente a outras pessoas/ empresas, pois conforme os dados, 62% das *faccões* realizam suas atividades para apenas uma única pessoa/ empresa. Se por um lado às relações de subcontratação configuram-se como um fator de flexibilidade (para as pessoas/ empresas subcontratantes) frente à mudança no nível de demanda, por outro, os proprietários da produção

domiciliar subcontratados por uma única pessoa/ empresa criam um vínculo de dependência muito forte, o qual tendencialmente lhes impede de ter qualquer poder de negociação (qual quantidade produzir, a que preço e a quem vender, etc.).

Gráfico 5
Quantidade de pessoas/ empresas para as quais a unidade produtiva presta serviços



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

Em complementaridade ao que foi observado nas empresas formais (amostra de oito), do conjunto das atividades que mais são realizadas no âmbito destas facções, destaca-se por ordem de importância, conforme pode ser visto no quadro 4: a costura em geral, costura de bolso e abanhado de bolso, revés de bolso, costura de zíper e abanhado da perna e fechamento. São etapas que concentram um maior número de pessoas, intensivas em mão-de-obra. Provavelmente, o elevado número de unidades produtivas desta natureza existente no aglomerado constitui uma vantagem para as empresas maiores, as quais podem contratar os serviços a preços menores, dado o excesso de oferta das facções.

Quadro 4
Tipo de atividade prestada para outras pessoas/ empresas nas unidades domiciliares

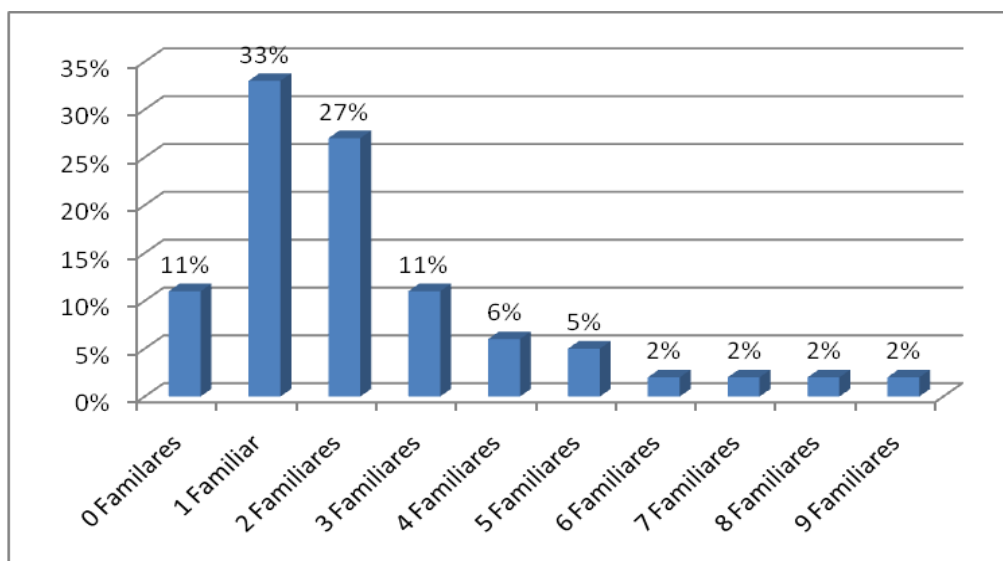
Atividades	Quantidade absoluta
Desenho e moldes	4
Corte	10

Costura em geral	91
Costura de zíper	82
Costura de bolso	87
Revés de bolso	84
Abanhado do bolso	87
Abanhado da perna	82
Esponjado (<i>jeans</i>)	1
Lixar (<i>jeans</i>)	3
Fechamento	69
Travetar	7
Acabamento final	41

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

No tocante à quantidade de pessoas que trabalham com o proprietário do domicílio, em 34% das unidades produtivas da amostra foi informado que não há registro de trabalhadores além do próprio dono da facção. E dos que executam determinadas fases do processo de confecção do *jeans* com o auxílio de outras pessoas, 33% fazem isto em atuação com uma pessoa da família, seguido por 27% (duas pessoas da família), conforme indica o gráfico 6. Ou seja, de fato na aglomeração empresarial de Toritama a proporção de familiares desenvolvendo o trabalho em unidades domésticas é bastante significativa.

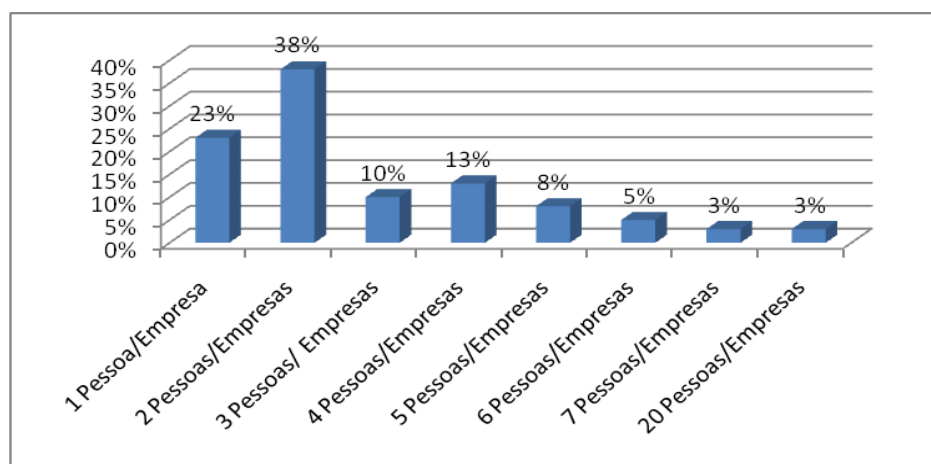
Gráfico 6
Quantidade de pessoas da família que desenvolvem as atividades



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

A vasta existência de subcontratação no sentido empresas formais para unidades domiciliares não se verifica em outros sentidos (unidades domiciliares contratando empresas formais ou unidades domiciliares contratando outras unidades domiciliares). Os dados obtidos indicam que 78,50% dos estabelecimentos domésticos não subcontratam a produção de outras pessoas/ empresas. Detectou-se ainda que 0,5% dos proprietários destes estabelecimentos possuem outra facção no município. Dos que afirmaram que subcontratam (20,50%) determinadas etapas do processo produtivo, 38% contratam os serviços de duas pessoas/ empresas. Cabe salientar que as atividades mais terceirizadas por essas unidades são lavanderia (65%) e travetar (60%). Isto se deve a requisitos de capital, pois o custo de montagem de uma lavanderia é bastante alto e a máquina de travetar é considerada cara pelos proprietários das unidades domiciliares. Através do gráfico 7 nota-se que há uma desconcentração no número de pessoas/ empresas subcontratadas, oposto do foi frizado anteriormente quando da análise do quantum de pessoas/ empresas que contratam o trabalho destas facções.

Gráfico 7
Quantidade de pessoas/ empresas que realizam as atividades contratadas



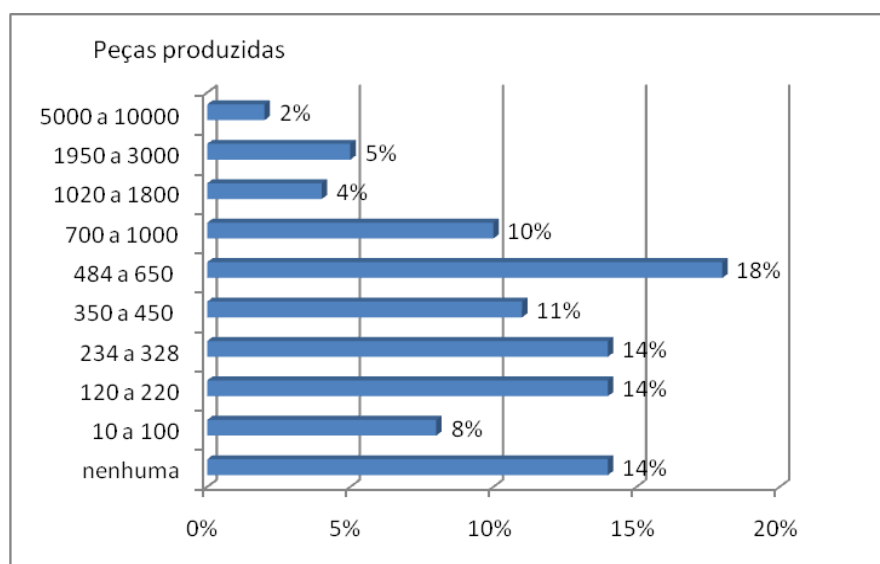
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

Apesar da forte especialização em *jeans* encontra-se também a produção de roupas em malha para bebê, infantil, camisa masculina e blusa feminina, embora em quantidade irrisória. No intervalo de 2000 a 2005, todas as empresas que já funcionavam desde o ano 2000 apresentaram um crescimento na produção durante esses seis anos. O mesmo pode-se dizer do período de 2005

ao mês de maio do corrente ano. Este resultado representa um importante indicador do dinamismo da atividade local. No que tange as estimativas da produção mensal, nas microempresas, a média é de 2.000 peças; nas de pequeno porte, 2 produzem aproximadamente 10.000 peças por mês, 1 produz 4.000 peças e as outras 2 em torno de 8.000 peças. Já na empresa de médio porte são produzidas cerca de 20.000 peças ao mês.

Na amostra domiciliar, o período de análise considerado para as estimativas da quantidade produzida foi a última semana do mês de março de 2008 (do dia 24 ao 29)⁷⁴. Como pode ser observado no gráfico 8, 18% dos proprietários confeccionistas indicaram que produziram entre 484 a 650 peças. É importante destacar que 14% ressaltaram não terem produzido nada, cuja explicação foi o fato de que durante os três primeiros meses do ano é comum haver uma redução nas atividades, dada a menor demanda. Convém frizar ainda a existência de unidades que produzem entre 5.000 a 10.000 peças por semana, uma produção muito alta se comparada às empresas maiores, mas que dizem respeito a etapas do processo de montagem das peças. Estes números estão expostos no gráfico 8.

Gráfico 8
Peças produzidas nas unidades domiciliares durante a última semana do mês de março



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

⁷⁴ Semana anterior à fase de aplicação do questionário.

No que se refere às vendas dos artigos, tanto as micro e pequenas empresas como a de médio porte têm a produção comercializada nas feiras do arranjo (de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe), bem como no Parque das Feiras (principal meio de venda). Vale enfatizar que este centro comercial de Toritama recebe um número bastante expressivo de sacoleiras, de vários estados da região Nordeste (Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas), as quais vêm comprar os produtos para serem comercializados em suas cidades de origem. Além destes estados, todas as referidas empresas têm a produção comercializada diretamente em outros estados fora do Nordeste, mencionando-se Amazonas, Rio de Janeiro, Belém, Espírito Santo e São Paulo. O próprio estado de Pernambuco também constitui um relevante mercado para a comercialização, geralmente para lojas isoladas (incluindo-se aí as lojas de fábricas dos confeccionistas). Vale salientar que considerando o ano de inauguração das empresas até os dias atuais, houve uma expansão nas vendas em todas, com a obtenção de outros nichos de mercado⁷⁵.

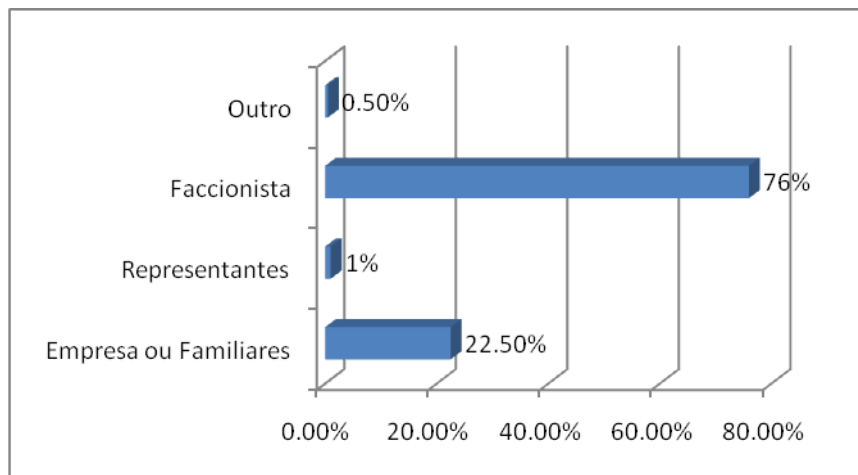
Dentre os insumos necessários para a produção, nas micro empresas os tecidos, os aviamentos, os equipamentos e as máquinas são comprados de distribuidores localizados no próprio município, bem como de representantes situados nas outras duas localidades mais importantes do APL (Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe) e em Recife. Os demais empresários também afirmaram isto, com exceção de uma empresa de pequeno porte e a de tamanho médio, nas quais além da aquisição no arranjo são realizadas compras diretamente nas fábricas em São Paulo de aviamentos, equipamentos e máquinas.

Na amostra domiciliar, em 70% das unidades produtivas os proprietários recebem o tecido. Com relação de quem recebem 55% afirmaram que esta matéria-prima é repassada diretamente pelo faccionista, pessoa com quem estabelece a relação de subcontratação. Apenas 27% do conjunto responderam que compra a matéria-prima utilizada na confecção. Tal constatação varia um pouco com relação aos aviamentos, uma vez que apesar de 48% dos proprietários receberem este tipo de insumo, 39% conseguem comprá-lo. Provavelmente, isto se deve ao custo mais elevado de aquisição do tecido e, sobretudo, a dependência com relação às decisões das pessoas/ empresas que contratam a produção. O que se confirma quando se analisa o responsável pelas vendas das peças que são produzidas nestas unidades domésticas. No item vendas do produto, 76% dos proprietários das facções indicaram que a produção é comercializada

⁷⁵ Tentou-se levantar informações quanto ao faturamento das empresas, mas a maioria dos entrevistados não soube responder e outros não se sentiram à vontade para dizer.

pela pessoa/ empresa subcontratante e, 22,50% que familiares ou outras empresas (sem serem as faccionistas) vendem os produtos (gráfico 9).

Gráfico 9
Venda da produção das unidades domésticas



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

A expressividade alcançada pela aglomeração produtiva de Toritama está enraizada no preço final do produto e na informalidade existente na formação das empresas. Isto é ainda mais verdadeiro quando do surgimento do APL e das primeiras fases de crescimento. Mas, além do preço do produto (principal estratégia de mercado), segundo os empresários locais outros fatores também estão sendo determinantes para a manutenção da capacidade competitiva. Os mais ressaltados foram a qualidade dos insumos, qualidade do produto ou serviço, localização do empreendimento e capacidade de atendimento (volume e prazo), todos considerados de alta importância.

O custo da mão-de-obra foi destacado de forma consensual como um fator de baixa importância, haja vista que este é considerado como “elevado”⁷⁶. De acordo com os empresários, apesar da qualidade da mão-de-obra ser apontada como de suma importância, o aglomerado ainda sofre com o baixo nível de capacitação dos trabalhadores locais, frizando-se que já vêm sendo direcionados esforços para a mudança de longo prazo deste aspecto. Acrescenta-se ainda a média

⁷⁶ Esta afirmação é um tanto quanto estranha, dado que numa região onde o baixo índice de qualificação prepondera pensar em salários altos é incoerente, sobretudo, quando se tem uma grande oferta de mão-de-obra.

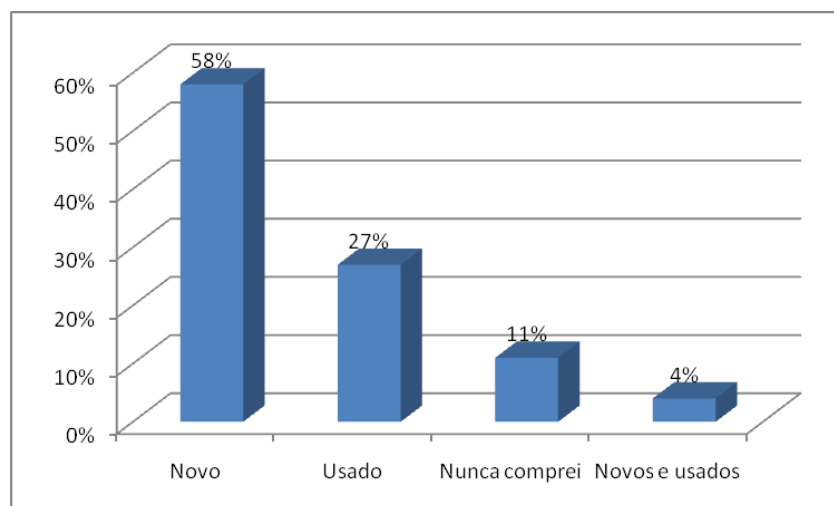
importância quanto ao nível tecnológico dos equipamentos, capacidade de introdução de novos produtos e processos, bem como o desenho e estilo nos produtos. Os empresários compreendem que comparado a outros arranjos de confecções do País (com destaque para os da região Sul e Sudeste), o nível de inovação tecnológica ainda é muito baixo, apesar de já terem ocorrido avanços nesta direção.

As principais dificuldades de operacionalização relatadas pelos empresários referem-se à contratação de empregados qualificados (fator associado à aprendizagem), ao custo ou falta de capital para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como para aquisição/ locação de instalações (dificuldade de acesso ao crédito) e o custo da mão-de-obra, como já assinalado. Estes problemas foram destacados tanto pelos micro e pequenos empresários como pelo proprietário da empresa de médio porte, todos da amostra menor.

No que tange à inovação, os micro empresários informaram que os maquinários utilizados na empresa têm, em média, quatro anos de idade. No entanto, em um dos empreendimentos a maioria dos maquinários adquiridos já haviam sido utilizados. Na empresa de médio porte, as máquinas já vêm sendo usadas no processo produtivo em torno de oito anos, época em que se fez a última compra. No conjunto dos pequenos empresários, quatro deles assinalaram que as últimas máquinas já operam há cerca de 10 anos. O outro empresário de médio porte ressaltou que há cada cinco anos os maquinários são trocados, com os atuais tendo três anos de uso.

Questionados quanto ao tipo de máquinas e equipamentos que possuem, 9,50% dos proprietários das unidades produtivas domiciliares possuem máquina para corte; 74% máquina de costura reta; 40,50% máquina de duas agulhas; 7,50% máquina de travetar; 2% máquina de pregar bolso; 32,50% máquina de rebater; 14,50% máquina de botão; 40% máquina *interlock*; 21,50% máquina *overlock*; 22% máquina de riata; 18,50% ferro a vapor; e, 89,50% tesoura. Pelos dados, o maquinário mais presente no âmbito das instalações das facções é o de costura reta, seguido pelo de duas agulhas. Com relação à última compra de máquinas/ equipamentos, 58% afirmaram que os adquiriu novos e 27% dos proprietários compraram usados. Tiveram-se ainda aqueles que responderam que nunca compraram, conforme pode ser verificado no gráfico 10.

Gráfico 10
Compra de máquinas/ equipamentos



Fonte: Pesquisa de campo.

Entre 2005 e 2007, os empresários das oito empresas introduziram melhoria tecnológica de produto e inovações no desenho. Normalmente, estes empresários contratam estilistas para desenvolverem novos *designs*. É pertinente destacar que embora haja criação própria na principal linha de produto, a maioria dos atuantes na produção copia a idéia de um outro empresário do próprio aglomerado, como também dos artigos de vestuários lançados em âmbito nacional. Além de contratarem estilistas, participam de eventos e desfiles durante as missões empresarias, e realizam pesquisas em livros/ revistas técnicas. A partir destas inovações, percebeu-se uma melhoria da qualidade dos produtos e a manutenção e ampliação dos mercados de atuação.

No mesmo período de análise, com exceção do proprietário da empresa de médio porte e de um das de tamanho pequeno, todos os outros afirmaram não efetuarem treinamento e capacitação dos seus funcionários, limitando-se apenas a si próprio. Os dois empresários que realizaram este tipo de atividade o fizeram na empresa e em cursos técnicos oferecidos pelo SENAI, SEBRAE, CTM e ACIT. Além de investirem no treinamento e capacitação das pessoas que trabalham no âmbito interno da empresa, estes empresários ressaltaram que também oferecem para aquelas pessoas/ empresas (faccionistas terceirizados) que respondem por outras fases do processo produtivo não realizadas internamente.

Na amostra domiciliar, somente 14% dos trabalhadores participaram de algum curso de qualificação nos últimos dez anos, um percentual muito baixo. Dos quais, 60,80% afirmaram ter

feito o curso de corte e costura; 15,10% o curso de modelagem; 15,10% o curso de gerenciamento da produção, custos e vendas; 3% o curso de vitrinismo; 3% o curso de empreendedorismo e, 3% o de tapeçaria, tal como está exposto no quadro 5.

Quadro 5
Cursos de qualificação dos quais os trabalhadores das unidades domiciliares participaram nos últimos dez anos

Cursos citados pelos entrevistados	Frequência	%
Corte e Costura	20	60,8
Curso de Modelagem	5	15,1
Curso de Gerenciamento da Produção, Custos e Vendas	5	15,1
Curso de Tapeçaria	1	3,0
Curso de Vitrinismo	1	3,0
Curso de Empreendedorismo	1	3,0
Total	33	100,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

Em geral, entre 2005 e 2007, os empresários mais bem estruturados (da amostra de oito empresas) destacaram a área de produção (*learning by doing*); os fornecedores de insumos (equipamentos, materiais) do APL; os clientes locais; os centros de capacitação profissional; as associações empresariais do arranjo e a participação em feiras e desfiles como as principais fontes de conhecimento para o aprendizado. E, daqueles que mencionaram ter se preocupado com a qualificação do seu quadro operacional, ambos observaram uma melhoria na utilização de técnicas produtivas, equipamentos, insumos e componentes; maior capacitação para realização de modificações e melhorias em produtos e processos.

Situação semelhante à baixa importância da qualificação dos recursos humanos detectou-se com relação ao estabelecimento de cooperação. Dentre as oito empresas, somente o empresário de médio porte informou estar envolvido em atividades cooperativas formais e informais com outras empresas do arranjo, com fornecedores de insumos da região, com a SINDIVEST, a ACIT, o SEBRAE, e a ALPF. Para tanto, esta cooperação contemplou as seguintes ações conjuntas: venda de produtos; desenvolvimento de produto e processos; *design* e estilo de produtos; capacitação de recursos humanos; reivindicações e participação em feiras e exposições.

Como resultado, as parcerias contribuíram para a melhoria na qualidade dos produtos, nos processos produtivos, da capacitação de recursos humanos; promoção de nome/ marca da empresa no estado; e, maior inserção em outros mercados. Assim sendo, cabe destacar que a rede de relações sociais dos empresários da aglomeração de Toritama é incipiente, ou seja, não há uma visão empresarial da importância de ações cooperadas definidas para enfrentar as dificuldades comuns, bem como para o desenvolvimento da eficiência coletiva.

Na investigação empírica sobre a percepção dos empresários quanto ao apoio das entidades institucionais, os proprietários das micro empresas indicaram que não têm conhecimento sobre algum tipo de programa para o segmento confeccionista promovido pelos três âmbitos governamentais (Federal, Estadual e Municipal), ao contrário de outras instituições pertencentes ao arranjo (SEBRAE, SENAC e ACIT). Porém, mesmo sabendo da disponibilidade de ações, os microempresários disseram que não participam das mesmas (mas as avaliam como positivas). Situação semelhante ocorre no conjunto das empresas de pequeno porte, cujos proprietários desconhecem qualquer iniciativa decorrente das esferas governamentais, ressaltando-se em sua maioria que sabem da existência de programas criados pelas entidades sediadas e relacionadas ao APL. Mas, ao contrário dos produtores pertencentes ao grupo dos microempresários, dois proprietários das empresas de pequeno porte se interessam em participar das ações desenvolvidas por tais entidades. Dos que estão envolvidos, ambos avaliam as iniciativas como positivas, com destaque para as do SEBRAE, do SENAI, SINDIVEST e ACIT. Já o empresário do empreendimento de médio porte, afirmou que as políticas públicas em prol do arranjo são muito tímidas, sabendo-se apenas de atuações específicas do Governo Estadual, mas que não participa. Ressalta-se o importante papel desenvolvido pelo SEBRAE, SENAI, SENAC, SINDIVEST e ACIT, entidades que vêm aumentando sua atuação em termos de apoio ao APL.

Perguntados sobre os tipos de políticas públicas (governo local, estadual e federal) que poderiam melhorar a eficiência competitiva dos empreendimentos, todos os empresários destacaram: “a existência” de programas de capacitação profissional e treinamento técnico; melhorias na educação básica; programas de apoio à consultoria técnica; estímulos à oferta de serviços tecnológicos; programas de acesso à informação (produção, tecnologia, mercados, etc.); linhas de crédito e outras formas de financiamento; incentivos fiscais e programas de estímulo ao investimento. Ou seja, constata-se o que já havia sido relatado anteriormente, os entes

governamentais não vêm dando suporte ao arranjo confeccionista do agreste, realçando-se ações muito pontuais sem periodicidade estável do governo de Pernambuco.

Por fim, questionados sobre a avaliação da contribuição de sindicatos, associações e outras instituições/ organizações de coordenação e promoção, todos salientaram as funções desempenhadas pelas ACIT enquanto auxiliadora na definição de objetivos comuns para o APL; apresentação de reivindicações comuns; e, estímulo na percepção de visões de futuro para ação estratégica. Realçaram ainda que o SEBRAE em parceria com a ACIC vêm promovendo ações de fortalecimento de ações cooperativas, criando fóruns e ambientes para discussão entre os empresários e agentes institucionais, bem como direcionando esforços na organização de eventos técnicos e comerciais e de ações dirigidas à capacitação tecnológica de empresas (missões empresarias, consultorias e incentivo ao engajamento nos cursos de qualificação profissional). Os empresários como um todo, enfatizaram que as entidades institucionais sediadas no município de Caruaru estão desempenhando uma função importante, cuja tendência é que estimule nos próximos anos o avanço tecnológico e a capacitação dos recursos humanos do APL (sobretudo com a extensão das universidades, bem como com as iniciativas promovidas pelo CTM e o SENAI), mas cujos reflexos só poderão ser sentidos propriamente no longo prazo.

6 – CONCLUSÕES

Na literatura que versa sobre arranjos produtivos locais, um ponto em comum é a afirmação de que a concentração geográfica de empresas, normalmente de micro e pequeno porte, atuando em um dado setor produtivo, tende a atrair agentes fornecedores de serviços correlatos, bem como o surgimento de entidades institucionais e/ ou organizações com vistas a dar suporte ao aglomerado empresarial. O APL de confecções do agreste pernambucano surgiu naturalmente, em decorrência das condições históricas, que exigiram a adoção de uma nova atividade produtiva, com vistas a oferecer aos agentes envolvidos ganhos potenciais de sobrevivência.

À época, a indústria de confecções cresceu sem estrutura, uma vez que não houve qualquer tipo de incentivo público. Situação que não difere muito da realidade atual, onde, quando muito, as políticas públicas são criadas de modo a solucionar problemas pontuais. O caso mais emblemático foi a mudança de postura do Governo do Estado no início da década de 2000 em virtude dos danos causados ao meio ambiente pelos dejetos e efluentes das empresas de lavanderias lançados no rio Capibaribe, o qual há anos atrás servia como fonte de água para vários municípios do estado, inclusive do Recife. A poluição provocada pelas indústrias de confecções locais inviabilizou em grande medida a sua utilização como água potável, para uso doméstico.

A trajetória de desenvolvimento do APL está preponderantemente associada às iniciativas de produtores da região que ousaram investir seus recursos na atividade, a princípio, em bases artesanais, e que hoje consegue obter espaço no cenário nacional. Foi a partir da produção de artigos de vestuário de baixo valor agregado, ou seja, da Sulanca, voltado para o mercado popular que o arranjo tomou a dimensão ora vivenciada. A informalidade está no cerne deste desenvolvimento. Pode-se afirmar, que apesar de tentativas iniciais no sentido de mudar esta característica, muito da competitividade esboçada pelo arranjo ainda se deve ao alto índice de informalidade, a qual possibilita inúmeros habitantes engajarem-se no segmento produtivo a partir da produção de “fundo de quintal”, cujos ambientes de trabalho são normalmente improvisados, com infra-estrutura precária, mas que oferecem ganhos aos envolvidos na atividade.

De fato, esta informalidade é quase imprescindível para a sua sobrevivência. Com as relações de subcontratação, os empresários melhor estruturados, detentores de unidades produtivas mais condizentes com a atividade industrial, beneficiam-se da ampla oferta de serviços domésticos, dado que operam com menores custos de produção, mais especificamente, com baixos custos trabalhistas. E isto, acaba criando uma situação de dependência dos proprietários/ empresas das unidades domiciliares frente às empresas maiores, pois geralmente a realização de determinadas etapas do processo produtivo das peças *jeans* é contratada exclusivamente por um único (ou dois) empresário (s).

Percebe-se assim, que muito da competitividade do aglomerado deve-se a fatores espúrios, os quais não são sustentáveis no longo prazo. Porém, mesmo diante desta constatação, existem esforços na busca de melhorias inovativas, mas de forma ainda muito tímida. Ao longo da sua trajetória de crescimento, houve mudanças na utilização de máquinas mais modernas e na qualidade do produto, as quais permitiram e vêm permitindo a comercialização em outros estados do País. Ou seja, visualiza-se a coexistência de duas formas de competitividade, uma assentada na informalidade do emprego e das empresas; e, outra, ainda bastante incipiente, relacionada à introdução de inovações por parte de empresas formalizadas, mas que foge muito da realidade de outros APLs de confecções do País.

O baixo nível de qualificação dos recursos humanos dificulta sobremaneira o processo de aprendizagem (elemento central na geração de inovações tecnológicas), por conseguinte, da aquisição e aumento de conhecimentos, desdobrando-se num dos pontos de fragilidade da aglomeração, dado que é através da construção e do acúmulo de competências que as empresas tornam-se tendencialmente mais eficientes, podem desenvolver dinamicamente suas inovações, obterem maior capacidade e agilidade na coordenação de suas decisões estratégicas. Em outros termos, as empresas que investem na busca constante de obtenção de conhecimentos, detêm maiores possibilidades de permanência no mercado.

Faz-se preciso o planejamento e a implementação de medidas que possam minimizar este problema, pois a produção de conhecimentos é uma fonte crucial de vantagem competitiva duradoura. Do contrário, o desempenho econômico galgado nos últimos anos, poderá ficar fadado à produção de artigos com baixa incorporação de habilidades, de técnicas inovativas e de *design* mais modernos. Nesta direção, espera-se que com a expansão recente de entidades de ensino

superior em Caruaru, bem como com ações promovidas pelas escolas SENAI, provoque alguma mudança neste quadro, mesmo que em longo prazo.

O ritmo de expansão do arranjo desencadeou a necessidade da criação de entidades institucionais, bem como a reorganização de outras já atuantes, para dar suporte à atividade produtiva. Tal resultado constitui um aspecto pertinente, haja vista que quanto mais denso for o ambiente institucional, maior é a possibilidade de manutenção e fortalecimento de capacidade competitiva de um dado arranjo, sobretudo, na existência de parcerias, de relações de cooperação de modo a auxiliar na definição de objetivos comuns, de promover ações dirigidas à capacitação tecnológica das empresas e de diagnosticar os principais problemas. Observa-se que os agentes institucionais da região estão buscando atuar conjuntamente, embora nem todos estejam engajados neste processo.

O papel desempenhando por determinadas entidades do arranjo em prol da adoção do associativismo empresarial tem sido insuficiente. Mesmo disponibilizando programas voltados para a participação em conjunto dos empresários da região, a adesão dos mesmos está aquém do esperado. A explicação mais comum remete à cultura local, que apresenta forte resistência ao compartilhamento de experiências. Quando muito, restringe-se ao contato nas missões empresariais (feiras/ visitas técnicas), nas palestras e em outros eventos. Isto leva a concluir que a falta de consciência das ações cooperativas mostra a deficiência da formação empresarial.

No entanto, mesmo diante destes problemas, os agentes envolvidos na atividade de confecção em Toritama têm obtido êxito. Na realidade, ao se inserir no arranjo produtivo de confecções do agreste de Pernambuco, Toritama tornou-se um município que experimenta altas taxas de crescimento econômico, o que tem desencadeado a necessidade de promoção de investimentos públicos na infra-estrutura local, ainda bastante precária. A continuidade desta trajetória depende fortemente da melhoria da matriz institucional (consolidação), da mudança de postura dos entes governamentais (os quais praticamente não têm incentivado à região), da compreensão de que é necessário capacitar a mão-de-obra, bem como da importância do envolvimento em relações de cooperação, as quais contribuem para a superação de prováveis obstáculos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, M. F. *Understanding incentives for clustered firms in Brazil to control pollution: the case of Toritama (PE)*. Workshop: **Desafios institucionais para o melhoramento de arranjos produtivos locais**. Organizado por RADMA: Rede Acadêmica de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, J. F. **História de Santa Cruz do Capibaribe**. Recife, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VESTUÁRIO – ABRAVEST. Disponível em: <<http://www.abraviest.org.br/>>. Acesso em: 22 de julho de 2008.

BAPTISTA, J. R. V. **Relações socioeconômicas em rede: a governança no arranjo produtivo do vestuário de Cianorte no estado do Paraná**. Curitiba/ PR: UFPR. Dissertação de Mestrado, 2005.

BAPTISTA, M. A. C. **Política industrial – uma interpretação heterodoxa**. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 2000.

BATSCHAUER, J.; CAMPOS, R. R. **Cooperação em sistemas produtivos e inovativos locais: o papel das organizações e reflexos sobre o capital social**. VIII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL 2005. Disponível em <www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2005/artigos/area1-08.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2007.

BATSCHAUER, J. **Arranjo produtivo eletrometal-mecânico da microrregião de Joinville/ SC: um estudo da dinâmica institucional**. Florianópolis/ SC, 2004. UFSC, Curso de Pós-graduação em Economia. Dissertação de Mestrado.

BRAGA, C. A. **Acirramento da concorrência e alterações nas estratégias competitivas na indústria de vestuário: o caso do APL de Petrópolis**. Rio de Janeiro/ RJ, 2005. UFRJ, Instituto de Economia. Dissertação de Mestrado.

BRITTO, J. **Cooperação tecnológica e aprendizado coletivo em redes de firmas: sistematização de conceitos e evidências empíricas**. In: XIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 11-14, Dezembro 2001, Salvador. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200104313.pdf>. Acesso em: 12 junho de 2007.

CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudo de casos múltiplos no pólo de confecções do agreste pernambucano**. Salvador, 2007. 313 p. Tese de Doutorado em Administração. Universidade Federal da Bahia.

_____. **A construção das trajetórias de empreendedores líderes em áreas de aglomeração industrial**. XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, Gramado, RS, 2006.

CAMPOS, L. H. R. **O Emprego formal no setor de confecções de Pernambuco: análise temporal, espacial e migratória.** (in mimeo)

_____. **O PÓLO DE CONFECÇÕES DE TORITAMA: análise das relações de trabalho e da informalidade.** Projeto de Pesquisa. Fundação Joaquim Nabuco. Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais. Março, 2007 (in mimeo).

_____. **O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco.** Recife, 2004. 163 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco.

CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. **Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.** In: CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. (eds). *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no mercosul*, IBICT/ IEL, Brasília, 1999.

_____. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (ogs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, I. E., 2003.

CASTRO, S. D. **O Arranjo Produtivo de Confecções da Região de Jaraguá - GO.** UCG. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/ UFRJ, 2004.

CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B.; MOUTINHO, L. M. G. **Arranjo Produtivo de Micro e Pequenas Empresas de Confecções em Campina Grande.** UFPB. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/ UFRJ, 2004.

CERQUEIRA, H. E. A. G. **A economia evolucionista: um capítulo sistêmico da teoria econômica?** Texto para discussão, nº 150, Belo Horizonte – UFMG/ Cedeplar, novembro de 2000.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista.** Porto Alegre, 2001. 228 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Teses FEE; n.1)

COSTA, A.B.; COSTA, B. M. **Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais.** Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>. Acesso em: 15 abril de 2007.

DOSI, G. *Technical change and industrial transformation.* London: MacMillan, 1984.

_____. *Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change.* Research Policy, vol.11(3), 1982.

DOSI, G.; FREEMAN, C.; FABIANI, S. *The process of economic development: introducing some stylized facts and theories on technologies, firms and institutions. Industrial and Corporate Change*, v.3, n.1, 1994.

DUARTE, R. B. A. **Histórias de sucesso: indústria; têxtil e confecções; madeira e móvel.** Brasília: SEBRAE, 2006. Disponível em: <www.casosdesucesso.sebrae.com.br/include/arquivo.aspx/206.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2007.

EDQUIST, C. *Systems of innovation approaches – their emergence and characteristics, in Systems of innovation: technologies, institutions and organizations.* London, 1996.

FADE/ UFPE. **Estudo de caracterização econômica do pólo de confecções do agreste pernambucano.** FADE/ UFPE/ SEBRAE: Recife – PE, 2003. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <www.sebraepe.com.br>.

FARIA, L. A. E. **Centro, periferia e dependência: a crise do fordismo lá e cá.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.18, n.2, p.237-263, 1997.

FREEMAN, C. *Networks of innovators: a synthesis of research issues.* London: Research Policy, 1998.

_____. *Technology policy and economic performance: lessons from Japan.* London, Pinter Publishers, 1987.

GADELHA, C. A. G. **Estado e inovação uma perspectiva evolucionista.** Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 6 (2): 85-117, jul./ dez. 2002.

_____. **Política industrial: uma visão neo-schumpeteriana sistêmica e estrutural.** Revista de Economia Política, vol. 21, nº 4 (84), out.- dez./ 2001.

GALVÃO, O. J. A.; VERGOLINO, J. R. O. **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil.** Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2004.

GOMES, G. M. (org). **A economia de Pernambuco: uma contribuição para o futuro.** Governo de Pernambuco: Secretaria de Planejamento/ Relatório-Síntese, Recife, 2006.

GORINI, A. P. F. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no Mundo: reestruturação e perspectivas.** Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

GUERRA, R. M. A. **Gestão da produção em empresas industriais de confecção de pequeno porte: um estudo multicaso.** João Pessoa: UFPB, 2005. Dissertação de Mestrado. 184 p.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste.** Editora Massangano Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1989.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1994.

HODGSON, G. M. *The approach of institutional economics*. Journal of Economic Literature, v. 36, 1998.

_____. *Institutional economics: surveying the 'old' and the 'new'*. Metroeconomica, v. 44, n. 1, 1993.

_____. *Economics and Institutions: a Manifesto for Modern Institutional Economics*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?274851421>>. Acesso em: 02 de junho de 2007.

JOHNSON, B.; LUNDVALL, B-A. Promoting innovation systems as a response to the globalising learning economy. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.) *Systems of innovation and development: evidence from Brazil*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **The Seamless World: a spatial model of international specialization**. Working Paper, nº 5220. Cambridge: NBER 1995.

KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.

LATRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. **Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Sebrae/ RedeSist, 2005. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>>. Acesso em: 25 de out. de 2006.

LATRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. **Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado**. IN: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 27-57.

LATRES, H. M. M.; ARROIO, A.; LEMOS, C. Políticas de apoio a pequenas empresas: do leito de procusto à promoção de sistemas produtivos locais. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (ogs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, I. E., 2003.

LEMOS, C. R. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais.** Rio de Janeiro, 2003. 263 p. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

_____. Inovação na era do conhecimento. In: Lastres, H. M. M.; Albagli, S. **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LESSA, C.; EARP, F. S. **Mais além do II PND o Instituto de Economia da UFRJ.** TD. 011/2004. Série Textos para Discussão.

LUCENA, W. G. L. **Uma contribuição ao estudo das informações contáveis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste pernambucano.** João Pessoa: UFPB/ UNB/ UFPE/ UFRN, 2004. Dissertação de Mestrado. 114 p.

LUNDVALL, B. A. *Innovation as an inter-active process: from user-producer interaction to the national system of innovation.* In DOSI, G.; FREEMAN, C. R.; NELSON, R.; SOETE, L. (eds). *Technical Change and Economic Theory.* London: Pinter Publishers, 1998.

_____. *National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning.* London: Pinter Publishers, 1992.

MÄKI, U. *“Economics with Institutions: Agenda for Methodological Enquiry”.* In: MÄKI, GUSTAFSSON e KNUDSEN (Eds.) (1993), pp. 3-42.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia: tratado introdutório.** 2. ed.vol. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.

MELO, R. O. L.; HANSEN, D. L **Arranjo Produtivo de Confecções de Tobias Barreto.** UFS. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/ UFRJ, 2004.

MENDONÇA, H. F.; ARAÚJO, L. S. O. **Mercado e Estado: uma síntese da evolução da economia política moderna.** Disponível em: <
www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_02.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2007.

METCALFE, J. S. *The entrepreneur and the style of modern economics.* IE/ UFRJ, Ciclo de Seminários, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Evolutionary economics and technology policy.* *The Economic Journal* 104, jul., p. 931-944, 1994.

MOUTINHO, L. M. G.; CAMPOS, R. **A co-evolução de empresas e instituições em arranjos produtivos locais: políticas públicas e sustentabilidade.** Revista Econômica do Nordeste, v. 38, 2007.

NELSON, R. R. *The co-evolution of technology, industrial structure, and supporting institutions*. Nova York: Oxford University Press, 1994.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1982.

_____.; SOETE, L. *Policy conclusions*. In: G. Dosi, C. Freeman, R. Nelson, G. Silverberg e L. Soete, *Technical change and economic theory*. Londres: Pinter, 1988.

NEVES, E. A. (Coord.). **Santa Cruz do Capibaribe e sua sulanca**. Monografia, Caruaru, 1979.

NORTH, D. **Economic Performance Through Time**. The American Economic Review, 1994, Vol. 84 (3), June.

OLIVEIRA, F. P. **Percepção ambiental e gestão do meio ambiente de Toritama (PE) – estudo da percepção de diferentes atores sociais sobre o rio Capibaribe**. Recife/ PE, 2007. UFPE, Curso de mestrado em Gestão e Políticas Ambientais. Dissertação de mestrado.

PLANO DIRETOR DE TORITAMA (PDT). Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. CONDEPE/ FIDEM. Recife, 2006. 189p.

PIO, C. **Relações internacionais: economia política e globalização**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, 2003. Fundação Alexandre de Gusmão (Funag).

PIORE, M. J. e SABEL, C. F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

PONDÉ, J. L. Instituições e mudança institucional: uma abordagem schumpeteriana. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2005%20-%20Economia%20Mercado%20e%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20I/Institui%C3%A7%C3%B5es%20e%20Mudan%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2007.

PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Campus, 1991.

_____. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

POSSAS, M. L. Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial: Implicações para o Brasil. In: CASTRO, A. B.; POSSAS, M. L. e PROENÇA, A. **Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS/ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (RAIS/ MTE). Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>.

RAMÍREZ-RANGEL, H. A. Avaliando o terreno: fundamentos sociais e institucionais da cooperação da pequena empresa. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, Scott.(orgs.) **Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: SENAC, 2001.

SAMUELS, W. J. *The present state of institutional economics*. Cambridge Journal of Economics. V. 19, 1995.

SANTANA, L. M.; APOLINÁRIO, V. **Arranjo Produtivo de Confecções em Natal e ‘Grande Natal’: oportunidades e limites para o crescimento local**. UFRN. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/ UFRJ, 2004.

SAVIOTTI, P. P.; METCALFE, J. S. Present developments and trends in evolutionary economics. In:_____. *Evolutionary theories of economic change: present status and future prospects*. Reading: Harwood Academic, p. 1-30, 1991.

SCHMIDT FILHO, R. **Padrão de distribuição nacional das iniciativas de apoio aos arranjos produtivos locais**. João Pessoa/ PB, 2007. Dissertação de Mestrado em Economia. P. 168.

SCHMITZ, Hubert. Global Competition and Local Cooperation: success and failure in the Sinos Valley, Brazil. **World Development**. Great Britain: Elsevier, 1999. Vol.27, nº 9, pp; 1627-1650.

_____, H. **Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1988.

SJÖSTRAND, S. E. *Towards a theory of institutional change*. In: GROENEWEGEN, J.; PITELIS, C.; SJÖSTRAND, S. E., *On economics institutions: theory and applications*. Aldershot: Edward Elgar, 1995.

SOARES, M. J. B. **As costureiras da sulanca: mulheres trabalhadoras em um cluster informal no agreste pernambucano**. João Pessoa/ PB, 2002. Dissertação de Mestrado em Sociologia. P. 110.

SUZIGAN, W.; VILLELA, A. V. **Industrial Policy in Brazil**. Campinas, São Paulo, Brazil: UNICAMP. IE, 1997.

TATSCH, A. L. **A dimensão local e os arranjos produtivos locais: conceituações e implicações em termos de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.27, n.2, p.279-300, out. 2006.

TIGRE, P. B. **Inovação e teoria da firma em três paradigmas**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro: UFRJ, n.3, jan/ jun., 1998.

TENDLER, J. *Small firms, the informal sector, and the Devil's Deal*. IDS Working Papes, 2002. 33 (3).

VASCONCELOS, V. M. **Migração e Trabalho: estudo de caso no município de Toritama – PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

VEBLEN, T. ***The place of science in modern civilisation and other essays***. New York: huebsch, 1919.

VELOSO, F. A. *et. all.* **Determinantes do Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Texto para Discussão – IPEA, Rio de Janeiro, abril de 2007.

XAVIER, M. G. P. **O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000)**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, jan. 2006.

WILLIAMSON, O. **The mechanisms of governance**. New York: oxford University Press, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA NAS EMPRESAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

A estrutura institucional do APL de confecções do agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama

Data de aplicação: ____/____/____

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. Razão Social: _____
2. Ano de fundação: _____
3. Endereço (Rua/ Av./ Praça): _____
4. Bairro: _____
5. Telefone: _____ Telefone/ Fax: _____
6. Nome do entrevistado: _____
7. Qual o cargo que o (a) Sr. (a) ocupa nesta empresa?
1.() Sócio/ proprietário 2.() Gerente 3.() Outro (especificar): _____
8. Caso seja o proprietário da empresa foi o único dono? 1.() Sim 2.() Não
9. A empresa é: 1.() Independente 2.() Parte de um grupo
10. Caso seja parte de um grupo, qual é a relação da empresa com o grupo:
1.() Controladora 2.() Controlada 3.() Coligada
11. Número de sócios (caso exista): _____
12. Perfil do principal sócio/ proprietário:

Perfil	Dados	
Idade quando criou a empresa		
Sexo	() 1.Masculino	() 2.Feminino
Escolaridade quando criou a empresa*	1.() 2.() 3.() 4.() 5.() 6.() 7.() 8.() 9.() 10.()	
Escolaridade atual	1.() 2.() 3.() 4.() 5.() 6.() 7.() 8.() 9.() 10.()	
Seus pais eram empresários	() 1.Sim	() 2.Não

* 1.() Analfabeto; 2.() Alfabetizado; 3.() Fundamental Incompleto; 4.() Fundamental Completo; 5.() Médio Incompleto; 6.() Médio Completo; 7.() Superior Incompleto; 8.() Superior Completo (especificar): _____; 9.() Outro (especificar): _____; 10.() NS/ NR

13. Identifique a principal atividade que o sócio fundador exercia antes de criar a empresa:

	Atividades
() 1.	Estudante universitário
() 2.	Estudante de escola técnica
() 3.	Empregado de micro ou pequeno empreendimento local
() 4.	Empregado de médio ou grande empreendimento local
() 5.	Empregado de empreendimento de fora do arranjo

☐ 6.	Funcionário de instituição pública
☐ 7.	Empresário
☐ 8.	Outra (citar):

14. Estrutura do capital da empresa:

Estrutura do capital da empresa	Participação (%) no 1º ano	Participação (%) atual
Dos sócios (caso exista)		
Empréstimos de terceiros (parentes, amigos, etc.)		
Empréstimos de instituições financeiras gerais		
Empréstimos de instituições de apoio as MPEs		
Adiantamento de materiais por fornecedores		
Adiantamento de recursos por clientes		
Outros (citar):		
Total	100%	100%

15. Como o (a) Sr. (a) avalia o papel das instituições financeiras que existem neste município com relação a atividade de confecções (as linhas de crédito disponíveis atendem as necessidades? Tentar levantar informações de possíveis ações conjuntas estabelecidas entres as mesmas:

16. Caso a empresa faça empréstimos junto às instituições financeiras locais qual (is) é (são) a (s) principal (is) finalidade (s) da solicitação do crédito?

- a) ☐ expandir a produção
- b) ☐ adquirir máquinas e equipamentos modernos
- c) ☐ facilitar a inserção da empresa no mercado regional/ nacional/ internacional
- d) ☐ promover a qualificação da mão-de-obra
- e) ☐ estimular o desenvolvimento de capacitações inovativas
- f) ☐ Outro (s) especificar: _____

17. Indique os **principais obstáculos que limitam o acesso da empresa as fontes externas de financiamento**. Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Limitações	Grau de Importância			
Inexistência de linhas de crédito adequadas às necessidades da empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Dificuldades ou entraves burocráticos para se utilizar as fontes de financiamento existentes	(0)	(1)	(2)	(3)
Exigência de aval/ garantias por parte das instituições de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Entraves fiscais que impedem o acesso às fontes oficiais de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras (citar):	(0)	(1)	(2)	(3)

18. Evolução do número de empregados:

Período de tempo	Número de empregados
Quando da criação da empresa	
Atualmente	

19. Informe o número de pessoas que trabalham na empresa, segundo as características das relações de trabalho:

Tipo de relação de trabalho	Número de pessoal empregado
Sócio proprietário	
Contratos formais	
Estagiário	
Serviço temporário	
Terceirizados	
Familiares e/ ou outros sem contrato formal	
Total	

20. Tamanho da empresa: () Micro () Pequena () Média () Grande

21. Escolaridade do pessoal ocupado (situação atual):

Ensino	Número de pessoal ocupado
Analfabeto	
Alfabetizado	
Fundamental Incompleto	
Fundamental Completo	
Médio Incompleto	
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Outro (especificar):	
NS/ NR:	
Total:	

II – PRODUÇÃO E MERCADOS

22. Esta empresa contrata a produção de outras pessoas/ empresas (ou seja, facciona)?

1.() Sim 2.() Não

23. Em caso afirmativo, responder:

Atividades de produção	Quais dessas fases do processo produtivo são contratadas?	Quantas pessoas/ empresas realizam essas atividades contratadas?
1. Desenho e moldes		
2. Corte (com ou sem máquina)		
3. Costura em geral		
4. Costura de zíper		
5. Costura de bolso		
6. Revés do bolso		
7. Abanhado do bolso		
8. Abanhado da perna		
9. Esponjado (<i>jeans</i>)		
10. Lixar (<i>jeans</i>)		
11. Fechamento		
12. Travetar		
13. Lavanderia e tingimento		
14. Acabamento final		
15. Aplicação de acessórios		
16. Outros (especificar):		

24. Quais são as negociações com estes agentes? (contratos específicos, compras via mercado, outras formas): _____

25. Identifique as principais dificuldades na operação da empresa. Favor indicar a dificuldade utilizando a escala, onde 0 é nulo, 1 é baixa dificuldade, 2 é média dificuldade e 3 alta dificuldade:

Principais dificuldades	Em 2007			
Contratar empregados qualificados	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo da mão-de-obra	(0)	(1)	(2)	(3)
Comprar produtos com qualidade	(0)	(1)	(2)	(3)
Produzir com qualidade	(0)	(1)	(2)	(3)
Divulgar e vender seus produtos ou serviços	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo ou falta de capital de giro	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo ou falta de capital para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo ou falta de capital para aquisição/ locação de instalações	(0)	(1)	(2)	(3)
Pagamentos de juros de empréstimos	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras (citar):	(0)	(1)	(2)	(3)

26. Que tipo de confecção a empresa produz?

Tipo de confecção		
1.() Bebê	5.() Masculino	9.() Roupas para Esportes
2.() Jeans	6.() Feminino	10.() Infantil
3.() Moda Praia	7.() Profissional/ fardas	11.() Moda Íntima
4.() Cama, Mesa e Banho	8.() Moda Jovem	12.() Outro (espec):

27. Comparada ao ano de **2000**, a atual produção da empresa está (Caso a empresa tenha sido aberta depois de 2000, passar para a questão seguinte): 1.()Muito menor 2.()Menor 3.()Similar 4.()Maior __ (%) 5.() Muito Maior__ (%)

OBS: Levantar informações sobre a quantidade total da produção mensal: _____

28. Comparada ao ano de **2005**, a atual produção da empresa está: 1.()Muito menor 2.()Menor 3.()Similar 4.()Maior __ (%) 5.() Muito Maior__ (%)

OBS: Levantar informações sobre a quantidade total da produção mensal: _____ (desconsiderar se a pergunta anterior já tiver sido respondida)

29. Com relação aos aspectos da comercialização:

Período	Total de vendas (peças/mês)	Mercados (%)				
		Vendas nos municípios do arranjo: ()Feira de Caruaru ()Feira de Toritama ()Feira de Sta Cruz ()Outros (especificar):	Vendas no estado	Vendas no Brasil	Vendas no exterior	Total
Início das atividades						100%
Atualmente						100%

30. Em relação ao ano de **2000** (idem questão 27), o faturamento atual da empresa está:

1.()Muito menor 2.()Menor 3.()Similar 4.()Maior __ (%) 5.() Muito Maior__ (%)

OBS: Levantar informações sobre o faturamento total da produção mensal: _____(reais). Atentar para o fato de perguntar quanto deste percentual provém de inovações introduzidas nos últimos dois anos _____.

31. Em relação ao ano de **2005**, o faturamento atual da empresa está:

1.()Muito menor 2.()Menor 3.()Similar 4.()Maior __ (%) 5.() Muito Maior__ (%)

OBS: Levantar informações sobre o faturamento total da produção mensal: _____(reais). Atentar para o fato de perguntar quanto deste percentual provém de inovações introduzidas nos últimos dois anos _____. (desconsiderar se a pergunta anterior já tiver sido respondida)

32. Onde são realizadas as compras de matérias-primas, de equipamentos e de máquinas?

Descrição	Distribuidores localizados no município	Distribuidores localizados no agreste	Estado	Região NE	Brasil	Exterior
Tecidos						
Aviamentos						
Equipamentos						
Máquinas						
Outros (citar):						

33. Quais fatores são determinantes para manter a capacidade competitiva na principal linha de produto? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa:

Fatores	Grau de importância			
Qualidade dos insumos	(0)	(1)	(2)	(3)
Qualidade do produto ou serviço	(0)	(1)	(2)	(3)
Qualidade do atendimento	(0)	(1)	(2)	(3)
Qualidade da mão-de-obra	(0)	(1)	(2)	(3)
Localização do empreendimento	(0)	(1)	(2)	(3)
Custo da mão-de-obra	(0)	(1)	(2)	(3)
Preço do produto (Baixo?)				
Nível tecnológico dos equipamentos	(0)	(1)	(2)	(3)
Capacidade de introdução de novos produtos/ processos	(0)	(1)	(2)	(3)
Desenho e estilo nos produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Estratégias de comercialização	(0)	(1)	(2)	(3)
Capacidade de atendimento (volume e prazo)	(0)	(1)	(2)	(3)
Outros (citar):	(0)	(1)	(2)	(3)

III – INOVAÇÃO, APRENDIZADO E COOPERAÇÃO

34. Qual a idade, em anos, do maquinário da empresa? _____

35. A empresa **introduziu alguma (s) inovação (es) no período entre 2005 e 2007?** Responda segundo o tipo de inovação:

Descrição	1.Sim	2.Não
Inovações de produto		
Produto novo para a sua empresa, mas já existente no mercado?	(1)	(2)
Produto novo para o mercado nacional?	(1)	(2)

Produto novo para o mercado internacional?	(1)	(2)
Inovações de processo	(1)	(2)
Processos tecnológicos novos para a sua empresa, mas já existentes no setor?	(1)	(2)
Processos tecnológicos novos para o setor de atuação?	(1)	(2)
Outros tipos de inovação	(1)	(2)
Criação ou melhoria substancial, do ponto de vista tecnológico, do modo de acondicionamento de produtos (embalagem)?	(1)	(2)
Inovações no desenho de produtos?	(1)	(2)
Realização de mudanças organizacionais (inovações organizacionais)	(1)	(2)
Implementação de técnicas avançadas de gestão?	(1)	(2)
Implementação de significativas mudanças na estrutura organizacional	(1)	(2)
Mudanças significativas nos conceitos e/ ou práticas de marketing?	(1)	(2)
Mudanças significativas nos conceitos e/ ou práticas de comercialização?	(1)	(2)
Implementação de novos métodos e gerenciamentos, visando a atender normas de certificação (ISO 9000, ISSO 14000, etc.)?	(1)	(2)

36. Como é o processo de criação dos produtos fabricados na empresa?

- () Cópia () Criação própria () Criação de estilistas/ *design* contratado
 () Pesquisa em livros/ revistas técnicas () Pesquisa na *Internet*
 () Outros (citar): _____

37. Se a empresa fez **alguma (s) inovação (es) entre 2005-2007** avalie a importância do **impacto resultante da (s) mesma (s)**: onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a empresa.

Descrição	Grau de importância			
Aumento da produtividade da empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Ampliação da gama de produtos ofertados	(0)	(1)	(2)	(3)
Aumento da qualidade dos produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Permitiu que a empresa mantivesse a sua participação nos mercados de atuação	(0)	(1)	(2)	(3)
Aumento da participação no mercado interno da empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Aumento da participação no mercado externo da empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Permitiu que a empresa abrisse novos mercados	(0)	(1)	(2)	(3)
Permitiu a redução de custos do trabalho	(0)	(1)	(2)	(3)
Permitiu a redução de custos de insumos	(0)	(1)	(2)	(3)
Permitiu a redução do consumo de energia	(0)	(1)	(2)	(3)
Permitiu o enquadramento em regulações e normas padrão relativas ao:	(0)	(1)	(2)	(3)
- Mercado Interno	(0)	(1)	(2)	(3)
- Mercado Externo	(0)	(1)	(2)	(3)
Permitiu reduzir o impacto sobre o meio ambiente	(0)	(1)	(2)	(3)

38. Esta empresa efetuou atividades de **treinamento e capacitação** de recursos humanos **durante os últimos três anos, 2005 a 2007**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a empresa.

Descrição	Grau de Importância			
Treinamento na empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Treinamento em cursos técnicos (Centro Tecnológico da Moda, SENAI, SENAC, outros)* realizados no arranjo	(0)	(1)	(2)	(3)
Treinamento em cursos técnicos realizados fora do arranjo	(0)	(1)	(2)	(3)
Estágios em empresas fornecedoras ou clientes	(0)	(1)	(2)	(3)
Contratação de técnicos/ engenheiros de outras empresas do arranjo	(0)	(1)	(2)	(3)

Contratação de técnicos/ engenheiros de empresas fora do arranjo	(0)	(1)	(2)	(3)
Absorção de formandos dos cursos universitários localizados no arranjo ou próximo	(0)	(1)	(2)	(3)
Absorção de formandos dos cursos técnicos localizados no arranjo ou próximo	(0)	(1)	(2)	(3)

*Levantar informações sobre as instituições ofertantes

39. Quantos funcionários desta empresa já receberam treinamentos? _____

40. (Idem questão 22) Esta empresa oferece treinamento às pessoas/ empresas que respondem por outras fases do processo produtivo não realizadas internamente?

() Sim () Não

41. Quais dos seguintes itens desempenharam um papel importante como **fonte de informação para o aprendizado, durante 2005-2007**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a empresa. Indicar a **formalização** utilizando 1 para formal e 2 para informal. Quanto à **localização** utilizar 1 quando localizado no arranjo, 2 no estado, 3 no Brasil, 4 no exterior.

	Grau de Importância				Formalização		Localização			
Fontes Internas										
Área de produção (aprender fazendo)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)				
Área de vendas e marketing, serviços internos de atendimento ao cliente	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)				
Outras (citar):	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)				
Fontes Externas										
Fornecedores de insumos (equipamentos, materiais)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Clientes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Concorrentes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Outras empresas do setor	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Empresas de consultoria	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Universidades e outros Institutos de Pesquisa										
Universidades	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Institutos de Pesquisa	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Centros de capacitação profissional, de assistência técnica e de manutenção	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Outras fontes de informação										
Conferências, Seminários, Cursos e Publicações Especializadas	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Feiras, Exibições, Desfiles e Lojas	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Associações empresariais locais	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Visita a <i>Internet</i> (sites)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)

42. Como resultado dos processos de treinamento e aprendizagem, formais e informais, acima discutidos, **como melhoraram as capacitações da empresa**. Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Descrição	Grau de Importância
-----------	---------------------

Melhor utilização de técnicas produtivas, equipamentos, insumos e componentes	(0)	(1)	(2)	(3)
Maior capacitação para realização de modificações e melhorias em produtos e processos	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhor capacitação para desenvolver novos produtos e processos	(0)	(1)	(2)	(3)
Maior conhecimento sobre as características dos mercados de atuação da empresa	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhor capacitação administrativa	(0)	(1)	(2)	(3)

43. Durante os últimos três anos, **2005 a 2007**, esta empresa esteve envolvida em **atividades cooperativas**, formais ou informais, com outra (s) empresa (s) ou organização?

() Sim () Não

44. Em caso afirmativo, quais dos seguintes agentes desempenharam **papel importante como parceiros, entre 2005-2007**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa. Indicar a **formalização** utilizando 1 para formal e 2 para informal. Quanto a **localização** utilizar 1 quando localizado no arranjo, 2 no estado, 3 no Brasil, 4 no exterior.

Agentes	Importância				Formalização		Localização			
Empresas										
Empresas associadas	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Fornecedores de insumos (equipamentos, materiais, componentes)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Clientes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Concorrentes	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Outras empresas do setor	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Empresas de consultoria	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Universidades e Institutos de Pesquisa										
Universidades	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Institutos de Pesquisa	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Centros de capacitação profissional de assistência técnica e manutenção	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Instituições de testes, ensaios e certificações	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Outros Agentes*										
Representação	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Entidades Sindicais (Sindivest, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Órgãos de apoio e promoção (Sebrae, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)
Agentes financeiros	(0)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)	(4)

*Levantar informações sobre as instituições mais atuantes

45. Qual a importância das seguintes **formas de cooperação realizadas durante os últimos três anos, 2005 a 2007 com outros agentes do arranjo**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Descrição	Grau de Importância			
Compra de insumos e equipamentos	(0)	(1)	(2)	(3)
Venda conjunta de produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Desenvolvimento de produtos e processos	(0)	(1)	(2)	(3)

Design e estilo de produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Capacitação de recursos humanos	(0)	(1)	(2)	(3)
Obtenção de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Reivindicações	(0)	(1)	(2)	(3)
Participação conjunta em feiras, etc.	(0)	(1)	(2)	(3)
Empréstimo de máquinas, equipamentos, etc.				
Outras (especificar):	(0)	(1)	(2)	(3)

46. Caso a empresa já tenha participado de alguma forma de cooperação com agentes locais, como **avalia os resultados das ações conjuntas já realizadas**. Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Descrição	Grau de Importância			
Melhoria na qualidade dos produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Desenvolvimento de novos produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhoria nos processos produtivos	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhoria nas condições de fornecimento dos produtos	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhor capacitação de recursos humanos	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhoria nas condições de comercialização	(0)	(1)	(2)	(3)
Introdução de inovações organizacionais	(0)	(1)	(2)	(3)
Novas oportunidades de negócios	(0)	(1)	(2)	(3)
Promoção de nome/ marca da empresa no mercado nacional	(0)	(1)	(2)	(3)
Maior inserção da empresa no mercado externo	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras (especificar):	(0)	(1)	(2)	(3)

IV – ESTRUTURA, GOVERNANÇA E VANTAGENS ASSOCIADAS AO AMBIENTE LOCAL

47. Quais são as principais **vantagens que a empresa tem por estar localizada no arranjo**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Externalidades	Grau de Importância			
Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	(0)	(1)	(2)	(3)
Baixo custo da mão-de-obra	(0)	(1)	(2)	(3)
Proximidade com os fornecedores de insumos e matéria-prima	(0)	(1)	(2)	(3)
Proximidade com os clientes/ consumidores	(0)	(1)	(2)	(3)
Infra-estrutura física (energia, transporte, comunicações)	(0)	(1)	(2)	(3)
Proximidade com produtores de equipamentos	(0)	(1)	(2)	(3)
Disponibilidade de serviços técnicos especializados	(0)	(1)	(2)	(3)
Existência de programas de apoio e promoção	(0)	(1)	(2)	(3)
Proximidade com universidades e centros de pesquisa	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras (citar):	(0)	(1)	(2)	(3)

48. Qual a importância para a sua empresa das seguintes **características da mão-de-obra local**? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Características	Grau de Importância			
Escolaridade formal de 1º e 2º graus	(0)	(1)	(2)	(3)
Escolaridade em nível superior e técnico	(0)	(1)	(2)	(3)
Conhecimento prático e/ ou técnico na produção	(0)	(1)	(2)	(3)

Disciplina	(0)	(1)	(2)	(3)
Flexibilidade	(0)	(1)	(2)	(3)
Criatividade	(0)	(1)	(2)	(3)
Capacidade para aprender novas qualificações	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras (citar):	(0)	(1)	(2)	(3)

49. A empresa atua como **subcontratada ou subcontratante** de outras empresas, através de contrato ou acordo de fornecimento regular e continuado de peças, componentes, materiais ou serviços? Indique o porte das empresas envolvidas assinalando 1 para Micro e Pequenas empresas e 2 para Grandes e Médias empresas.

49.1 Sua empresa mantém relações de subcontratação com outras empresas? () Sim () Não
(Caso a resposta seja negativa passe para a questão 50)

49.2 Caso a resposta anterior seja afirmativa, identifique:

Sua empresa é:	Porte da empresa subcontratante	
Subcontratada de empresa local	(1)	(2)
Subcontratada de empresas localizada fora do arranjo	(1)	(2)
	Porte da empresa subcontratada	
Subcontratante de empresa local	(1)	(2)
Subcontratante de empresa de fora do arranjo	(1)	(2)

50. Caso sua empresa seja **subcontratada**, indique o **tipo de atividade** que realiza e a **localização** da empresa subcontratante: 1 significa que a empresa não realiza este tipo de atividade, 2 significa que a empresa realiza a atividade para uma subcontratante localizada dentro do arranjo, e 3 significa que a empresa realiza a atividade para uma subcontratante localizada fora do arranjo.

Tipo de atividade	Localização		
Fornecimento de insumos e componentes	(1)	(2)	(3)
Etapas do processo produtivo (montagem, embalagem, etc.)	(1)	(2)	(3)
Serviços especializados na produção (manutenção, certificação, etc.)	(1)	(2)	(3)
Administrativas (gestão, processamento de dados, contabilidade, recursos humanos)	(1)	(2)	(3)
Desenvolvimento de produto (<i>design</i> , projeto, etc.)	(1)	(2)	(3)
Comercialização	(1)	(2)	(3)

51. Caso sua empresa seja **subcontratante**, indique o **tipo de atividade** e a **localização** da empresa subcontratada: 1 significa que a empresa não realiza este tipo de atividade, 2 significa que sua empresa subcontrata esta atividade de outra empresa localizada dentro do arranjo, e 3 significa que sua empresa subcontrata esta atividade de outra empresa localizada fora do arranjo.

Tipo de atividade	Localização		
Fornecimento de insumos e componentes	(1)	(2)	(3)
Etapas do processo produtivo (montagem, embalagem, etc.)	(1)	(2)	(3)
Serviços especializados na produção (manutenção, certificação, etc.)	(1)	(2)	(3)
Administrativas (gestão, processamento de dados, contabilidade, recursos humanos)	(1)	(2)	(3)
Desenvolvimento de produto (<i>design</i> , projeto, etc.)	(1)	(2)	(3)
Comercialização	(1)	(2)	(3)

V – POLÍTICAS PÚBLICAS E PERCEPÇÃO DO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA ARTICULAÇÃO ENTRE OS AGENTES

52. A empresa **participa ou tem conhecimento sobre algum tipo de programa** ou ações específicas para o segmento onde atua, promovido pelos diferentes âmbitos de governos e/ ou instituições abaixo relacionados:

Instituição/ esfera governamental	1. Não tem conhecimento	2. Conhece, mas não participa	3. Conhece e participa
Governo Federal	(1)	(2)	(3)
Governo Estadual	(1)	(2)	(3)
Governo Local/ Municipal	(1)	(2)	(3)
Sebrae	(1)	(2)	(3)
Senai	(1)	(2)	(3)
Senac	(1)	(2)	(3)
Sindivest	(1)	(2)	(3)
ACIT	(1)	(2)	(3)
Outras instituições (citar):	(1)	(2)	(3)

53. Qual a sua **avaliação dos programas ou ações específicas** para o segmento onde atua, promovido pelos diferentes âmbitos de governo e/ ou instituições abaixo relacionados:

Instituição/ esfera governamental	1. Avaliação positiva	2. Avaliação negativa	3. Sem elementos para avaliação
Governo Federal	(1)	(2)	(3)
Governo Estadual	(1)	(2)	(3)
Governo Local/ Municipal	(1)	(2)	(3)
Sebrae	(1)	(2)	(3)
Senai	(1)	(2)	(3)
Senac	(1)	(2)	(3)
Sindivest	(1)	(2)	(3)
ACIT	(1)	(2)	(3)
Outras instituições (citar):	(1)	(2)	(3)

54. Como a empresa **avalia a contribuição de sindicatos, associações, de outras instituições locais** no tocante às seguintes atividades. Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Tipo de contribuição	Grau de importância			
Auxílio na definição de objetivos comuns para o arranjo produtivo	(0)	(1)	(2)	(3)
Estímulo na percepção de visões de futuro para ação estratégica	(0)	(1)	(2)	(3)
Disponibilização de informações sobre matérias-primas, equipamento, assistência técnica, consultoria, etc.	(0)	(1)	(2)	(3)
Identificação de fontes e formas de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Promoção de ações cooperativas	(0)	(1)	(2)	(3)
Apresentação de reivindicações comuns	(0)	(1)	(2)	(3)
Criação de fóruns e ambientes para discussão	(0)	(1)	(2)	(3)
Promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica de empresas	(0)	(1)	(2)	(3)
Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa local	(0)	(1)	(2)	(3)
Organização de eventos técnicos e comerciais	(0)	(1)	(2)	(3)

55. Quais **políticas públicas** poderiam contribuir para o aumento da eficiência competitiva das empresas do arranjo? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa

importância, 2 é média importância e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para a sua empresa.

Ações de Política	Grau de importância			
Programas de capacitação profissional e treinamento técnico	(0)	(1)	(2)	(3)
Melhorias na educação básica	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de apoio à consultoria técnica	(0)	(1)	(2)	(3)
Estímulos à oferta de serviços tecnológicos	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de acesso à informação (produção, tecnologia, mercados, etc.)	(0)	(1)	(2)	(3)
Linhas de crédito e outras formas de financiamento	(0)	(1)	(2)	(3)
Incentivos fiscais	(0)	(1)	(2)	(3)
Programas de estímulo ao investimento	(0)	(1)	(2)	(3)
Outras (especificar):	(0)	(1)	(2)	(3)

56. Na sua opinião quais são os principais fatores responsáveis pela expansão da atividade no município (do APL como um todo)? E quais seriam os principais entraves, dificuldades?_____

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA NAS ASSOCIAÇÕES E NOS SINDICATOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

*A estrutura institucional do APL de confecções do agreste Pernambucano e seus reflexos
sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama*

Data de aplicação: ____/____/____

Nome da entidade: _____
 Sigla da entidade: _____
 Ano de fundação: _____
 Nome do entrevistado (e/ ou apelido): _____
 Função desempenhada pelo entrevistado: _____
 Endereço (Rua, Av, Praça): _____
 Bairro: _____
 CEP: _____
 Cidade: _____
 Telefone/ Fax: _____
 E-mail: _____ Site: _____

1. Quem faz parte desta associação? _____

2. A qual (ais) setor (es) pertence (m) os associados desta entidade?

- () Indústria
 () Comércio
 () Serviço

3. Composição das empresas associadas:

Setor	Composição (%)	Nº de empresas				Total
		Micro	Pequena	Média	Grande	
Indústria						100
Comércio						100
Serviço						100
Total	100					100

4. Número de associados quando da formação da entidade: _____

5. Número de associados na atualidade: _____

6. Existem dificuldades para ampliar o número de associados? () Sim () Não

7. Em caso afirmativo quais são as principais dificuldades? _____

8. O que motivou a criação desta associação (a mesma surgiu por iniciativa do empresariado local ou houve participação de alguma esfera governamental)?

9. Quais são as principais funções e objetivos desta associação no APL (especificar para Toritama)? _____

10. No entender da entidade quais são as principais carências/ limitações enfrentadas pelo APL (especificar para Toritama)? _____

11. Esta associação desenvolve programas específicos para atender a demanda de necessidade das empresas no arranjo (especificar para Toritama)?
() Sim () Não
12. Em caso afirmativo cite-os indicando a natureza dos mesmos: _____

13. Quais foram os principais resultados obtidos? _____

14. Como o Sr. (a) avalia a atuação desta entidade no arranjo (especificar para Toritama) desde sua formação? _____

15. Existe algum obstáculo que dificulta ou impede uma atuação mais efetiva desta entidade no APL (especificar para Toritama)?
() Sim () Não
16. Em caso afirmativo, quais são os principais obstáculos? _____

17. Como o Sr. (a) avalia o desempenho das outras instituições existentes no arranjo (especificar para Toritama)? _____

18. O Sr. (a) acredita que existe um clima de confiança entre os associados? Por que sim (ou não)?

() Sim () Não

19. O Sr. (a) acredita que as empresas/ indústrias/ pessoas deste arranjo possuem um espírito cooperativo para realizar suas atividades? () Sim () Não

20. Esta associação realiza parceria com outras instituições e/ ou atores locais em ações conjuntas para o desenvolvimento local/ regional? () Sim () Não

21. Em caso afirmativo, com quais parceiros estabelece mais contato para o desenvolvimento das ações no APL (especificar para Toritama)? _____

22. Que tipo (os) de parceria/ forma (as) de cooperação são estabelecidos? _____

23. Sugestões da associação para políticas de aumento da capacidade competitiva das empresas do arranjo (especificar para Toritama): _____

24. Âmbito de atuação da associação. Assinale em ordem de importância: **1.** Sem importância, **2.** Pouco importante, **3.** Importante e **4.** Muito importante.

Atuação	1	2	3	4
Representação dos interesses dos associados perante a comunidade e o governo (municipal, estadual e federal)				
Atuar no desenvolvimento e aprimoramento de seus associados				
Promover o associativismo das empresas por meio da troca de experiências entre os associados				
Auxiliar na definição de objetivos comuns para o arranjo produtivo				
Promover ações dirigidas à capacitação tecnológica das empresas				
Estimular o desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa local				
Identificar formas e fontes de financiamento				

Apoio e convênio diversos (médico, cooperação, prestação de serviços, infra-estrutura tecnológica, etc.)				
Outros (especificar):				

25. Principais atividades/ serviços da associação que visam o desenvolvimento das empresas. Assinale em ordem de importância: **1.** Sem importância, **2.** Pouco importante, **3.** Importante e **4.** Muito importante.

Atividades/ serviços	1	2	3	4
Serviços de consultoria nas áreas organizacional, administrativa, econômica, gerencial, técnica				
Formação e treinamento de pessoal				
Transferência de tecnologia (contratação de consultores, realização de estágios, cursos de formação de mão-de-obra local)				
Disponibilização de informações sobre matérias-primas, equipamento, assistência técnica, etc.				
Organização de eventos técnicos e comerciais				
Seminário e reuniões entre empresários				
Compras e vendas cooperativas				
Serviços de certificação				
Outros (as) (especificar):				

26. Fluxo de informações entre a associação e as empresas associadas. Indique o grau de frequência de difusão das informações assinalando (0) nunca, (1) eventualmente e (2) frequentemente.

Canais formais de difusão	Grau de Frequência		
Através da realização de cursos, palestras, seminários, visitas técnicas			
Através de programas de treinamento regulares			
Através da realização de eventos/ feiras			
Implementação de base de dados e página na Internet da instituição para divulgar informações			
Publicações especializadas			
Alianças tecnológicas ou acordos de cooperação (entre empresas, universidades, serviços de formação profissional e governo, etc.)			
Outras (especificar):			
Canais informais de difusão			
Contatos interpessoais entre os empresários associados			
Outras (especificar):			

APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

*A estrutura institucional do APL de confecções do agreste Pernambucano e seus reflexos
sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama*

Data de aplicação: ____/____/____

Nome da entidade: _____

Sigla da entidade: _____

Ano de inauguração no município: _____

Nome do entrevistado: _____

Função desempenhada pelo entrevistado: _____

Endereço (Rua, Av, Praça): _____

Bairro: _____

CEP: _____

Telefone/ Fax: _____

E-mail: _____ Site: _____

1. Esta instituição possui algum programa e/ ou linha de financiamento direcionada às empresas de confecção do município?

() Sim () Não

2. Em caso afirmativo qual (is) é (são) o (s) programa (s) e a (s) modalidade (s) de crédito disponível (is) ao setor? Cite o (s) mais demandado (s) pelos empresários:

3. Qual o volume de crédito (em suas várias modalidades) destinado à atividade de confecção?

4. Como este se distribui entre os seguintes grupos de empresas:

a) micro, pequenas e médias empresas: _____

b) grandes empresas: _____

c) Outro(s) (especificar): _____

5. Como o (a) Sr. (a) avalia o grau de adesão dos empresários ao(s) programa(s) oferecidos por esta instituição? _____

6. Quais são as principais dificuldades que os empresários encontram para participar desse (s) programa (s)? _____

7. Cite os principais critérios utilizados pela entidade na concessão dos recursos: _____

8. Fatores como aglomerações produtivas, adensamento da cadeia produtiva do setor de confecções, interação entre as empresas e delas com outros atores locais (consumidores, fornecedores, distribuidores, concorrentes e outras entidades como associações, centros tecnológicos, Sebrae, Governo do Estado) são levados em consideração na tomada de decisão em termos de liberação do crédito ao empresariado local?

() Sim () Não

9. Qual (is) a (s) finalidade (s) da solicitação do crédito pelos empresários junto à instituição financeira?

g) () expandir a produção

h) () adquirir máquinas e equipamentos modernos

i) () facilitar a inserção da empresa no mercado regional/ nacional/ internacional

j) () promover a qualificação da mão-de-obra

k) () estimular o desenvolvimento de capacitações inovativas

l) () Outro (s) especificar: _____

10. A instituição tem programa (s) específico (s) para atender a solicitação empresarial de todos os itens apresentados acima?

() Sim () Não

11. A instituição adota alguma metodologia de acompanhamento ao cliente após a liberação do financiamento?

() Sim () Não

12. Em caso afirmativo descreva-a: _____

13. Existe algum tipo de parceria desta entidade financeira com o governo municipal e/ ou com outras instituições em torno da atividade?

() Sim () Não

14. Cite em caso afirmativo (tipos de parceria e principais parceiros): _____

15. Qual é a sua percepção quanto ao papel desta instituição na liberação de recursos para os empresários do APL?

APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA NO SISTEMA S E EM ÓRGÃOS DO GOVERNO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

*A estrutura institucional do APL de confecções do agreste Pernambucano e seus reflexos
sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama*

Data de aplicação: ____/____/____

Nome da entidade: _____

Sigla da entidade: _____

Ano de inauguração no município: _____

Nome do entrevistado (e/ ou apelido): _____

Função desempenhada pelo entrevistado: _____

Endereço (Rua, Av, Praça): _____

Bairro: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Telefone/ Fax: _____

E-mail: _____ Site: _____

1. O que faz o S... (especificar para o APL e para o município de Toritama)?

2. Qual o público-alvo do S... (especificar para o APL e para o município de Toritama)?

3. Quais as principais frentes de atuação/ programas que o S... possui aqui no município (especificar para o APL e para o município de Toritama)? _____

4. Como vocês trabalham para que a informação acerca desses programas chegue ao seu público-alvo (especificar para o APL e para o município de Toritama)?

-
-
5. Como vocês avaliam o grau de adesão do seu público aos programas oferecidos pelo S... (especificar para o APL e para o município de Toritama)? _____
-
-
6. Quais as principais dificuldades que seu público encontra para participar desses programas (especificar para o APL e para o município de Toritama)? _____
-
-
7. Quais as principais demandas deste público-alvo (especificar para o APL e para o município de Toritama)? _____
-
-
8. Você acredita que as instituições/ empresas/ pessoas daqui (especificar para o APL e para o município de Toritama) têm um espírito de cooperação para realizar suas atividades?
-
-
9. Você poderia citar alguns exemplos de cooperação entre instituições/ empresas/ pessoas (especificar para o APL e para o município de Toritama)? _____
-
-

ANEXOS

ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

A estrutura institucional do APL de confecções do agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama

Data de aplicação: ____/____/____

1. Identificação da instituição e do entrevistado, estrutura e organização da instituição;
2. Número e qualificação de funcionários e percentual dos atuantes em ensino e pesquisa;
3. Recursos e principais fontes;
4. Principais atividades, linhas de pesquisas, laboratórios e serviços;
5. Oferta de cursos (tipos, frequência, clientela, etc.);
6. Principais clientes/ parceiros;
7. Principais projetos e pesquisas em andamento;
8. Demanda por pesquisas, serviços e cursos oferecidos (número e principais organizações clientes, localização dos demandantes, absorção pelas empresas locais dos técnicos que já participaram de cursos oferecidos, etc.);
9. Avaliação dos fatores que estimulam ou impedem a utilização dos serviços;
10. Cooperação com outros agentes do arranjo local (empresas e outros);
11. Características dos programas de cooperação (objetivos, duração, frequência, resultados esperados e já obtidos);
12. Participação em programas de pesquisa (ou de cooperação) com outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais;
13. Experiências específicas no desenvolvimento de inovações

O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade

Data de aplicação: ____/____/____ N° do Quest [| | | |]

Nome do entrevistador: _____

APRESENTAÇÃO: *Bom dia/tarde/noite. Meu nome é (....). Eu sou entrevistador da Fundação Joaquim Nabuco, uma Fundação do Ministério da Educação e nós estamos realizando uma pesquisa sobre a atividade de confecção em Toritama e ficaremos agradecidos se o(a) Sr.(a) puder responder algumas questões. Eu posso assegurá-lo(a) que suas respostas serão estritamente confidenciais e que o seu nome não será usado em nenhum documento baseado nesta pesquisa.*

Nome do entrevistado (e apelido): _____

Endereço Rua/Av./Praça: _____

Ponto de referência para o domicílio: _____

Bairro: _____ Fone: _____ Fone/Fax: _____

01. Sexo (**OBSERVE E ANOTE**) [1] Masculino [2] Feminino []

02. Quantas pessoas residem no domicílio?
2.1 Homens: _____ 2.1 [|]
2.2 Mulheres: _____ [99] NS/NR 2.2 [|]

03. Existe neste domicílio algum residente que trabalhe na produção de roupas, de forma remunerada ou não?
[1] Sim ➔Q04 [2] Não ➔Q05 [9] NS/NR ➔Q05 []

04. 🖐 Se existe algum residente que trabalhe na produção de roupas, indique quantos são: 4.1 [|]

4.1 Homens: _____ 4.2 Mulheres: _____ [99] NS/NR	4.2 []
05. Alguma atividade produtiva relacionada a confecções é realizada neste domicílio? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]

 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS		
O Pólo de Confecções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade Data de aplicação: ____/____/____ N° do Quest []		
Nome do entrevistador: _____		
Nome do entrevistado (e apelido): _____		
Endereço Rua/Av./Praça: _____		
Ponto de referência para o domicílio: _____		
Bairro: _____		Fone: _____ Fone/Fax: _____
06. Sexo (OBSERVE E ANOTE) [1] Masculino [2] Feminino		[]
07. Alguma atividade produtiva relacionada a confecções é realizada neste domicílio? [1] Sim [2] Não (<i>agradece e encerra o questionário</i>) [9] NS/NR (<i>agradece e encerra o questionário</i>)		[]
08. Qual a sua posição nesta atividade de produção? (ESTIMULADA APENAS 1 OPÇÃO) [1] Proprietário (patrão ou autônomo) [2] Empregado [3] Outro (espec): _____ [9] NS/NR		[]
09. Antes dessas atividades de confecção, o(a) sr(a) trabalhava em alguma outra atividade? [1] Sim [2] Não → Q07 [9] NS/NR → Q07		[]
10. 🖐 Qual era esta atividade? [01] Relacionada à produção têxtil/confecção [02] Outro (espec): _____ [99] NS/NR		[]
11. 🖐 Nesta atividade anterior, qual a sua posição? (ESTIMULADA APENAS 1 OPÇÃO) [1] Proprietário (patrão ou autônomo) [2] Empregado [3] Outro (espec): _____ [9] NS/NR		[]
Em relação às atividades de produção:	12. Que atividades são realizadas neste domicílio (LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO) [1] Realiza [2] Não realiza [9] NS/NR	13. Quantos dias por semana realiza essas atividades? [88] N/A [99] NS/NR [78] Não realiza toda semana
1. Desenho e moldes	[]	[]
2. Corte (com ou sem máquina)	[]	[]
3. Costura em geral	[]	[]
4. Costura de Zíper	[]	[]
5. Costura de bolso	[]	[]
6. Revés do bolso	[]	[]
7. Abanhado do bolso	[]	[]
8. Abanhado da perna	[]	[]
9. Esponjado (jeans)	[]	[]
10. Lixar (jeans)	[]	[]
11. Fechamento	[]	[]
12. Travetar	[]	[]

13. Lavanderia e Tingimento	[]	[]
14. Acabamento final	[]	[]
15. Aplicação de acessórios	[]	[]
16. Outros (especificar):	[]	[]

14. O(A) sr(a) trabalha para outras pessoas/empresas (ou seja, é uma facção)? [1] Sim [2] Não ➔Q11 [9] NS/NR ➔Q11		[]
15. 🖐 Para quantas pessoas/empresas o(a) sr(a) trabalha? _____ 10.1 Quais atividades o(a) sr(a) realiza para outras pessoas/empresas? (ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)		[] 10 10.1 [] [] [] []
[01] Desenho e moldes zíper [05] Costura de bolso [08] Abanhado da perna Fechamento [12] Travetar final [15] Aplicação de acessórios NS/NR	[02] Corte [06] Revés de bolso [09] Esponjado (jeans) [13] Lavanderia e Tingimento [16] Outros (espec.): _____ [99]	[03] Costura em geral [04] Costura de [07] Abanhado do bolso [10] Lixar (jeans) [11] [14] Acabamento
16. O(A) sr(a) contrata produção de outras pessoas/empresas (ou seja, o(a) sr(a) facciona)? [1] Sim [2] Não ➔Q13 [9] NS/NR ➔Q13		[]
17. 🖐 Quantas pessoas/empresas realizam essas atividades contratadas? _____ 12.1 Quais atividades são realizadas por outras pessoas/empresas? (ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)		[] 12 12.1 [] [] [] []
[01] Desenho e moldes zíper [05] Costura de bolso [08] Abanhado da perna Fechamento [12] Travetar final [15] Aplicação de acessórios NS/NR	[02] Corte [06] Revés de bolso [09] Esponjado (jeans) [13] Lavanderia e Tingimento [16] Outros (espec.): _____ [99]	[03] Costura em geral [04] Costura de [07] Abanhado do bolso [10] Lixar (jeans) [11] [14] Acabamento
18. Quantas pessoas trabalham com o(a) sr(a)? _____		[]
19. Quantos desses trabalhadores são: familiares _____ não-familiares _____ [99] NS/NR		[] []
20. 🖐 (CASO EMPREGUE FAMILIARES) Dos trabalhadores familiares, quantos trabalham em tempo: integral _____ parcial _____ [99] NS/NR		[] []
21. 🖐 (CASO EMPREGUE FAMILIARES) Dos trabalhadores familiares, quantos trabalham em cada fase do processo produtivo? (VER AS RESPOSTAS DA Q.07) [88] N/A [99] NS/NR	22. 🖐 Quantos desses trabalhadores familiares trabalham exclusivamente nesta fase do processo produtivo? (LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO. ATENÇÃO: O MESMO TRABALHADOR NÃO PODE SER EXCLUSIVO DE 2 ATIVIDADES AO MESMO TEMPO) [88] N/A [99] NS/NR	
1. Desenho e moldes	[]	[]
2. Corte (com ou sem máquina)	[]	[]

3. Costura em geral	[]	[]
4. Costura de Zíper	[]	[]
5. Costura de bolso	[]	[]
6. Revés do bolso	[]	[]
7. Abanhado do bolso	[]	[]
8. Abanhado da perna	[]	[]
9. Esponjado (jeans)	[]	[]
10. Lixar (jeans)	[]	[]
11. Fechamento	[]	[]
12. Travetar	[]	[]
13. Lavanderia e Tingimento	[]	[]
14. Acabamento final	[]	[]
15. Aplicação de acessórios	[]	[]
16. Outros (especificar):	[]	[]

23. 🖐️ **(CASO EMPREGUE NÃO-FAMILIARES)** Dos trabalhadores não-familiares, quantos trabalham em tempo:
integral _____
parcial _____

[99] NS/NR

[|]
[|]

24. 🖐️ **(CASO EMPREGUE NÃO-FAMILIARES)** Dos trabalhadores não-familiares, quantos trabalham em cada fase do processo produtivo? **(VER AS RESPOSTAS DA Q.07)**

[88] N/A

[99] NS/NR

25. 🖐️ Quantos desses trabalhadores não-familiares trabalham exclusivamente nesta fase do processo produtivo? **(LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO. ATENÇÃO: O MESMO TRABALHADOR NÃO PODE SER EXCLUSIVO DE 2 ATIVIDADES AO MESMO TEMPO)**

[88] N/A

[99]

NS/NR

1. Desenho e moldes	[]	[]
2. Corte (com ou sem máquina)	[]	[]
3. Costura em geral	[]	[]
4. Costura de Zíper	[]	[]
5. Costura de bolso	[]	[]
6. Revés do bolso	[]	[]
7. Abanhado do bolso	[]	[]
8. Abanhado da perna	[]	[]
9. Esponjado (jeans)	[]	[]
10. Lixar (jeans)	[]	[]
11. Fechamento	[]	[]
12. Travetar	[]	[]
13. Lavanderia e Tingimento	[]	[]
14. Acabamento final	[]	[]
15. Aplicação de acessórios	[]	[]
16. Outros (especificar):	[]	[]

26. Quantos trabalhadores exercem, dentro do processo produtivo: 25.1 Uma fase de produção somente: _____ 25.2 Duas fases de produção: _____ 25.3 Três fases de produção: _____ 25.4 Quatro fases de produção: _____ 25.5 Cinco fases de produção ou mais _____ [99] NS/NR						25.1 [] 25.2 [] 25.3 [] 25.4 [] 25.5 []
27. Qual a frequência de pagamento dos seus funcionários? (ESTIMULADA 1 OPÇÃO) [1] Semanal [2] Quinzenal [3] Mensal [4] Diversas formas [5] Outro (espec): _____ [8] N/A [9]						[]
28. Que tipo de confecção o(a) sr(a) produz? (ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES) [01] Bebê [02] Jeans [03] Moda Praia [04] Cama, Mesa e Banho [05] Masculino [06] Feminino [07] Profissional/fardas [08] Moda Jovem [09] Roupas para Esportes [10] Infantil [11] Moda Íntima [12] Outro (espec): _____ [99] NS/NR						[] [] [] []
29. Quantas peças o(a) sr(a) produziu na semana do 24/3 a 29/3? (SEM DECIMAIS) _____ [9999999] NS/NR						[]
30. Qual o faturamento da semana do 24/3 a 29/3? (SEM CENTAVOS) R\$ _____ [9999999] NS/NR						[]
31. Quais e quantas dessas máquinas e equipamentos o(a) sr(a) possui? (LER CADA ITEM) [88] N/A [99] NS/NR		32. Deste tipo de máquina quantas são: (LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO) [88] N/A [99] NS/NR				
Itens	Total	Própria/quitada	Alugada	Emprestada	Financiada pela loja/banco	Financiada por 3^{os}
1. Máquina para corte	[]	[]	[]	[]	[]	[]
2. Costura reta	[]	[]	[]	[]	[]	[]
3. Duas agulhas	[]	[]	[]	[]	[]	[]
4. Máquina de travetar	[]	[]	[]	[]	[]	[]
5. Máquina de pregar bolso	[]	[]	[]	[]	[]	[]
6. Máquina de rebater	[]	[]	[]	[]	[]	[]
7. Máquina de botão	[]	[]	[]	[]	[]	[]
8. Interlock	[]	[]	[]	[]	[]	[]
9. Overlock	[]	[]	[]	[]	[]	[]
10. Riata	[]	[]	[]	[]	[]	[]
11. Ferro a vapor	[]	[]	[]	[]	[]	[]
12. Tesoura	[]	[]	[]	[]	[]	[]
13. Outra (espec): _____	[]	[]	[]	[]	[]	[]
33. ☞ (CASO O DOMICÍLIO TENHA MAQUINÁRIO EMPRESTADO) Quem frequentemente empresta máquinas/equipamentos ao sr(a)? (ESPONTÂNEA 1 OPÇÃO) [1] Outra empresa/pessoa [2] Outro (espec): _____ [9] NS/NR ➔ Q31						[]
34. ☞ Sua produção é destinada (vendida) para quem lhe empresta as máquinas/equipamentos?						[]

[1] Sim [2] Não ➔Q31 [9] NS/NR ➔Q31			
35. 🖐️ E esta produção é destinada exclusivamente para quem lhe empresta as máquinas/equipamentos ou o(a) sr(a) também vende para outros? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Exclusivamente para quem empresta [2] Também vende para outros (espec): _____ [9] NS/NR			[] []
36. 🖐️ <u>(CASO O DOMICÍLIO TENHA MAQUINÁRIO FINANCIADO)</u> Quem é o seu principal financiador de máquinas/equipamentos? <u>(ESPONTÂNEA 1 OPÇÃO)</u> [1] Outra empresa/pessoa [2] Outro (espec): _____ [9] NS/NR ➔Q34			[] []
37. 🖐️ Sua produção é destinada (vendida) para quem lhe financia as máquinas/equipamentos? [1] Sim [2] Não ➔Q34 [9] NS/NR ➔Q34			[] []
38. 🖐️ E esta produção é destinada exclusivamente para quem lhe financia as máquinas/equipamentos ou o(a) sr(a) também vende para outros? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Exclusivamente para quem financia [2] Também vende para outros (espec): _____ [9] NS/NR			[] []
39. Na sua última compra de máquinas/equipamentos, o(a) sr(a) os comprou novos ou usados? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Novo [2] Usado [3] Nunca comprei [9] NS/NR			[] []
🖐️ <u>(CASO A EMPRESA TENHA MAQUINÁRIO ALUGADO)</u> Escrever o maquinário alugado da questão 27	40. 🖐️ Para este tipo de máquina, quanto pagou pelo último aluguel? <u>(em R\$ sem centavos)</u> [999999] NS/NR	41. 🖐️ Qual o prazo médio de contrato? <u>(em meses)</u> [98] Tempo indefinido [99] NS/NR	42. 🖐️ Quem paga pela manutenção? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] O(A) sr(a) mesmo(a) [2] Empresa que aluga [3] Outro (espec) [9] NS/NR
1. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
2. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
3. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
4. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
5. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
6. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
7. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
8. _____	[] [] [] [] [] []	[] []	[] [] [] _____
43. O(A) sr(a) empresta ou aluga máquinas/equipamentos para outras empresas/pessoas? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Empresta [2] Aluga [3] Empresta e aluga [3] Não ➔Q42 [9] NS/NR ➔Q42			[] []
44. 🖐️ Quais máquinas/equipamentos o(a) sr(a) empresta e/ou aluga? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [01] Máquina para corte [02] Costura reta [03] Duas agulhas [04] Máquina de travetar [05] Máquina de pregar bolso [06] Máquina de rebater			[] [] [] [] [] [] [] []

[07] Máquina de botão		[08] Interlock		[09] Overlock		
[10] Riata		[11] Ferro a vapor		[12] Tesoura		
[13] Outro (espec): _____				[99] NS/NR		
45. 🖱️ <u>(CASO O DOMICÍLIO EMPRESTE MAQUINÁRIO)</u> As empresas/pessoas para quem o(a) sr(a) empresta suas máquinas/equipamentos são contratadas como sua facção?						[] []
[1] Sim [2] Não ➔Q42 [9] NS/NR ➔Q42						
46. 🖱️ Essas pessoas/empresas contratadas como facção prestam serviços exclusivamente para o(a) sr(a)?						[] []
[1] Sim [2] Não [9] NS/NR						
Em relação às matérias-primas:	47. O(A) sr(a) compra ou recebe de outras empresas/pessoas? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u>		48. 🖱️ Se compra, de quem compra? <u>(ESTIMULADA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u>		49. 🖱️ Se recebe, de quem recebe? <u>(ESTIMULADA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u>	
	[1] Compra [2] Recebe [3] Compra e recebe [9] NS/NR		[1] Direto na fábrica [2] Distribuidores localizados no Agreste [3] Distribuidores de outras regiões [4] Outro (espec.): _____ [8] N/A [9] NS/NR		[1] Faccionista [2] De quem empresta/financia/aluga máquinas ao sr(a) [3] Outro (espec.): _____ [8] N/A [9] NS/NR	
1. Tecidos	[] []	[] [] [] []	[] [] [] []	[] [] [] []	[] [] [] []	
2. Aviamentos	[] []	[] [] [] []	[] [] [] []	[] [] [] []	[] [] [] []	
50. Quem vende a sua produção? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u>						[] []
[1] Você mesmo, familiares ou pessoal próprio [2] Representantes [3] Vendedores autônomos [4] Contratante da produção (faccionista) [5] Vendedores estrangeiros [6] Outro (espec.): _____ [9] NS/NR						[] [] [] [] [] []
51. Para quem o(a) sr(a) vende a sua produção? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u>						[] []
[1] Para lojas isoladas [2] Para rede de lojas [3] Para contratante (faccionista) [4] Outro (espec.): _____ [9] NS/NR						[] [] [] [] [] []
52. Quais são as principais fontes de recursos financeiros de sua empresa? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u>						[] []
[1] Capital próprio [2] Empréstimos de bancos [3] Empréstimo de faccionista [4] Empréstimos de terceiros (parentes, amigos, etc) [9] NS/NR						[] [] [] [] [] []
53. Sua empresa é formal? [1] Sim [2] Não ➔Q54 [9] NS/NR ➔Q54						[] []
54. 🖱️ Que tipo de documento sua empresa possui? <u>(ESTIMULADA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u>						[] []
[1] Inscrição na prefeitura [2] Inscrição na receita estadual [3] Inscrição na receita federal [4] Outro (especificar): _____						[] [] [] [] [] []
55. 🖱️ Desde quando a empresa obteve a inscrição? <u>(registrar a inscrição mais antiga no caso da empresa ter mais de uma)</u>						[] [] [] []
_____/_____ mês/ano [99] NS/NR						[] [] [] [] ano
56. 🖱️ Você está conseguindo pagar os tributos de sua empresa? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR						[] []
57. 🖱️ A empresa optou pelo Simples ou Supersimples?						[] []
[1] Simples ➔Q54 [2] Supersimples ➔Q53 [3] Não optou ➔Q54 [9] NS/NR ➔Q54						[] []
58. 🖱️ Você era optante do simples anteriormente? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR						[] []
59. Você já consultou algum contador para saber se compensa aderir ao supersimples?						[] []

[1] Sim	[2] Não	[9] NS/NR	
60. Você tem conhecimento do significado do supersimples?	[1] Sim	[2] Não	[9] NS/NR
61. Quantos trabalhadores, familiares e não-familiares, têm carteira assinada:	familiares _____	não-familiares _____	[9] NS/NR

 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS	
O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade	
Data de aplicação: ____/____/____ N° do Quest []	
Nome do entrevistador: _____	
Nome do entrevistado (e apelido): _____	
Nome do proprietário da empresa: _____ N° do Quest. []	
62. Sexo (OBSERVE E ANOTE)	[1] Masculino [2] Feminino []
63. Idade (em anos completos): _____	[99] NS/NR []
64. O Sr. (a) mora em Toritama desde que nasceu?	[1] Sim →Q07 [2] Não [9] NS/NR []
65. Município e UF de nascimento?	Município _____ Unidade Federativa: _____ [9999999] NS/NR []
66. Mora em Toritama há quanto tempo? _____ (anos)	[99] NS/NR []
67. Município e UF de residência anterior:	Município _____ Unidade Federativa: _____ [9999999] NS/NR []
68. O Sr. (a) sabe ler e escrever?	[1] Sim [2] Não [9] NS/NR []
69. Qual a escolaridade do Sr. (a)?	[01] Analfabeto [06] Médio Completo [02] Alfabetizado [07] Superior Incompleto [03] Fundamental Incompleto [08] Superior Completo [04] Fundamental Completo [09] Outro(espec): _____ [05] Médio Incompleto [99] NS/NR
70. O Sr. (a) participou de algum curso de qualificação nos últimos dez anos?	[1] Sim [2] Não [9] NS/NR []
71. Quantos cursos de qualificação o Sr.(a) participou? _____	[99] NS/NR []
72. Citar os cursos de qualificação em confecção os quais participou (até 3 cursos): [99] NS/NR	A _____ B. 1.Pago [] 2.Gratis [] A _____ B. 1.Pago [] 2.Gratis [] A _____ B. 1.Pago [] 2.Gratis []
73. Há quanto tempo o Sr.(a) trabalha com confecção?	_____ (anos) _____ (meses) [999] NS/NR [] em meses
74. Qual foi a jornada de trabalho do Sr. (a) na semana de? (semanal)	_____ (horas) [999] NS/NR []
75. Qual a jornada de trabalho do Sr.(a) em períodos de maior encomenda? (semanal)	_____ (horas) [999] NS/NR []
76. O Sr. (a) costuma fazer algum intervalo durante a jornada diária de trabalho?	[1] Sim [2] Não →Q18 [9] NS/NR []

→Q18		
77. Quantos intervalos ao longo do dia? _____	[99] NS/NR	[] [] []
78. Qual a duração dos intervalos? _____ (em minutos)	[99] NS/NR	[] [] []
79. Existem momentos (intervalos) em que todos os trabalhadores páram? [1] Sim [2] Não	[9] NS/NR	[] []
80. <u>(APENAS PARA EMPREGADOS)</u> O Sr. (a) recebe sua remuneração em dinheiro? [1] Sim, totalmente [2] Sim, parcialmente [3] Não	[9] NS/NR	[] []
81. <u>(APENAS PARA EMPREGADOS)</u> A remuneração recebida pelo Sr. (a) é paga por dia, semana ou mês? [1] Dia [2] Semana [3] Mês	[9] NS/NR	[] []
82. <u>(APENAS PARA EMPREGADOS)</u> O Sr. (a) recebe um valor fixo ou é variável? [1] Valor fixo →Q23 [3] Uma parte fixa e outra variável [9] NS/NR →Q23 [2] Valor variável [4] Outra forma de remuneração _____ →Q23		[] []
83. <u>(APENAS PARA EMPREGADOS)</u> Se variável, do que depende o ganho? [1] Do número de peças produzidas [3] Determinado pelo empregador [9] NS/NR [2] Peso das peças produzidas [4] Outra forma		[] []
84. <u>(APENAS PARA EMPREGADOS)</u> Como é definida a produção diária? [1] Definida pelo próprio trabalhador [3] Não há produção diária definida →Q25 [2] Definida pela chefia [4] Outro (espec.): _____ [9] NS/NR →Q25		[] []
85. <u>(APENAS PARA EMPREGADOS)</u> O que acontece quando a produção diária não é atingida? _____	[9] NS/NR	[] []
86. <u>(APENAS PARA PROPRIETÁRIOS)</u> Qual foi o rendimento do Sr.(a) no mês passado nesta atividade? R\$ _____ [9999999] NS/NR		[] [] [] [] [] [] []
87. O Sr.(a) considera a iluminação do ambiente de trabalho adequada? [1] Sim [2] Não	[9] NS/NR	[] []
88. O Sr.(a) considera a ventilação do ambiente de trabalho adequada? [1] Sim [2] Não	[9] NS/NR	[] []
89. O ruído das máquinas incomoda o Sr.(a)? [1] Sim [2] Não	[9] NS/NR	[] []
90. O Sr. (a) já foi vítima de algum acidente de trabalho? [1] Sim [2] Não →Q31	[9] NS/NR	[] []
91. Qual? _____	[99] NS/NR	[] [] []
92. O Sr. (a) tem algum problema de saúde? [1] Sim [2] Não →Q33	[9] NS/NR	[] []

93. Qual problema de saúde? _____ [99] NS/NR	[]
94. O Sr.(a) já teve que se afastar do trabalho por problemas de saúde? [1] Sim [2] Não ➔Q36 [9] NS/NR	[]
95. Qual foi o problema de saúde? _____ [99] NS/NR	[]
96. Onde procurou atendimento médico quando se afastou do trabalho? [01] Médico pago pela empresa [03] Plano de Saúde [05] Outro _____ [02] Programa Saúde da Família (PSF) [04] Posto de saúde (público) [99] NS/NR	[]
97. O que o Sr. (a) costuma fazer nas horas em que não está trabalhando? _____ _____	[]
Obs:	

 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS		
<i>O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade</i>			
Data de aplicação: ____/____/____ Nº do Quest []			
Nome do entrevistador: _____			
Nome do proprietário: _____ Nº do Quest./emp. []			
01. Tipo de cadeira: observar o estado geral da cadeira Itens específicos: encosto (ver se é regulável), tipo de assento (conforto), se tem regulagem de altura e se é giratória 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado 4() Não tem cadeira			V01 []
02. Iluminação do ambiente: pode ser natural ou artificial 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado			V02 []
03. Instalação elétrica: observar o estado geral da fiação e tomadas 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado			V03 []
04. Ruído das máquinas 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado 4() Não tem máquina			V04 []
05. Condições de ventilação: pode ser natural ou artificial 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado			V05 []
06. Condições de higiene do local 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado			V06 []
07. Utilização de Equipamento de Proteção Individual: A. Protetor auditivo 1() Sim, por todos 2() Não usavam 3() Alguns usavam B. Óculos de segurança 1() Sim, por todos 2() Não usavam 3() Alguns usavam C. Respirador 1() Sim, por todos 2() Não usavam 3() Alguns usavam			V07 A[] B[] C[]
Obs: _____ _____ _____ _____ _____			